

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DEILSON ALVES DIAS

**A TERRITORIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE TANGERINAS EM CAMPANHA-
MG: DINÂMICAS PRODUTIVAS, FUNDIÁRIAS E MERCADOLÓGICAS**

Alfenas/MG

2025

DEILSON ALVES DIAS

**A TERRITORIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE TANGERINAS EM CAMPANHA-
MG: DINÂMICAS PRODUTIVAS, FUNDIÁRIAS E MERCADOLÓGICAS**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Análise Sócio-espacial e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves

Alfenas/MG

2025

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Unidade Educacional Santa Clara

Dias, Deilson Alves.

A territorialização da produção de tangerinas em Campanha-MG:
dinâmicas produtivas, fundiárias e mercadológicas / Deilson Alves Dias. -
Alfenas, MG, 2025.

208 f. : il. -

Orientador(a): Flamarion Dutra Alves.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas,
Alfenas, MG, 2025.

Bibliografia.

1. Citricultura. 2. Dinâmica territorial. 3. Especialização produtiva. 4.
Agricultura familiar. 5. Redes de comercialização. I. Alves, Flamarion Dutra,
orient. II. Título.

DEILSON ALVES DIAS

A TERRITORIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE TANGERINAS EM CAMPANHA-MG: DINÂMICAS PRODUTIVAS, FUNDIÁRIAS E MERCADOLÓGICAS

O Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Análise sócio-espacial e ambiental

Aprovada em: 21 de março de 2025.

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves

Presidente da Banca Examinadora

Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL/MG

Prof. Dr. Celbo Antonio da Fonseca Rosas

Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG/PR

Profa. Dra. Ana Rute do Vale

Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL/MG



Documento assinado eletronicamente por **Flamarion Dutra Alves, Professor(a) do Magistério Superior**, em 21/03/2025, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1469181** e o código CRC **C75ECE5D**.

Aos meus pais, que sempre foram meu alicerce.
Dedico este trabalho a vocês, que com tanto
esforço, amor e dedicação me mostraram o
valor da persistência e do estudo. Tudo que sou
e tudo que conquistei até aqui tem um pouco do
que aprendi com vocês.

AGRADECIMENTOS

Dedico este capítulo importante da minha caminhada acadêmica à minha família. Ao meu pai Denisio, que me apoiou quando decidi deixar o curso de Direito para seguir outro caminho. Hoje, esta dissertação só existe porque você me incentivou a fazer o que realmente queria lá atrás, valeu pai! À minha mãe, Ana Lúcia, cujo amor e apoio incondicional foram minha base em todos os momentos. É difícil colocar em palavras tudo o que essa mulher guerreira fez por mim. Mãe, te amo! Sempre que precisei de força para seguir em frente, bastava lembrar da sua luta e do seu exemplo para encontrar motivação. Às minhas tias, Tieni e Vanila, que, cada uma à sua maneira, sempre estiveram ao meu lado, apoiando e ajudando como podiam. Seu carinho e incentivo foram essenciais nessa caminhada, e sou imensamente grato por tê-las em minha vida.

Agradeço ao meu orientador e amigo Flamarion, a qual tenho imensa admiração pelo professor e pesquisador que é. Você esteve presente na minha trajetória acadêmica desde os tempos em que eu ainda era um jovem perdido na faculdade, me ajudando e guiando na etapa da graduação, quando chegou a hora do mestrado eu tinha certeza que queria você como meu orientador e deu certo. E mais uma vez, você acreditou em mim quando me convidou para fazer parte do GEOGERAIS. Minha mãe sempre diz que o professor sabe para qual defunto acende vela, e você acendeu uma ou várias velas para mim. Por isso, sou eternamente grato.

Gratidão à Jandira pelos nove anos de cuidado, implicâncias e, acima de tudo, pelo carinho com que sempre esteve presente na república. Obrigado, dJands, por toda a preocupação, apoio e acolhimento. Essa etapa da minha vida em Alfenas foi muito mais leve e tranquila porque tive você ali todos os dias.

Agradeço a todos os amigos e colegas que fizeram parte da República SóNarquía, cada um deixando sua marca nessa caminhada. Alguns foram inspirações do que eu almejava ser, outros me mostraram caminhos que eu definitivamente não queria seguir. De uma forma ou de outra, todos contribuíram para moldar minha trajetória e a pessoa que sou hoje. Meu sincero obrigado a Rafael, Tarcísio, Pedrão, Ruanito, Andrezinho e Matheus.

Obrigado também ao meu amigo Othon, agrônomo e dedicado produtor de tangerinas, por sua generosidade em compartilhar conhecimento e pela parceria ao longo de sempre. Ao meu amigo Gui, companheiro de pesquisas e de mestrado, por todo o apoio, pelas trocas, pelas viagens e pesquisas em conjunto, o mestrado se tornou também uma etapa de cativar boas amizades. E ao Juninho, que, entre encontros à beira do lago, sempre me ouviu desabafar, seja nas alegrias ou nos desafios que a vida acadêmica trouxe. Em nome desses agradeço a todos os meus amigos pela parceria.

Ao João Pedro, presença constante nos momentos bons e ruins, verdadeiro irmão que a vida me presenteou. E ao meu irmão e amigo Daniel, produtor e estudante de agronomia, cuja disposição em ajudar em qualquer circunstância foram fundamentais para mim, principalmente no traslado pros trabalhos de campo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIFAL-MG, expresso meu reconhecimento a todos os professores que participaram da minha formação acadêmica, em especial a Prof.^a Dr.^a Sandra de Castro de Azevedo que colaborou diretamente nos rumos que essa pesquisa seguiria.

Aos colegas de turma, com quem tive o privilégio de trocar experiências e aprendizados ao longo dessa jornada

Agradeço ao meu antigo professor de geografia no ensino médio, agora Secretário de Meio Ambiente da prefeitura e à EMATER pelo apoio e pela disponibilidade em colaborar com minha pesquisa. Minha gratidão se estende, especialmente, a todos os citricultores que gentilmente, na correria de seus dias, se dispuseram de bom grado a colaborar com a pesquisa. Expresso meu profundo respeito por cada um que compartilhou suas experiências.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Celso Rosas e Prof.^a Dr.^a Ana Rute do Vale, sou grato pelas valiosas contribuições e questionamentos, que ampliaram e aprofundaram ainda mais minha pesquisa.

À financiadora FAPEMIG, “o presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG)”.

Por fim, estendo minha gratidão a todos que, de alguma maneira, contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. Em cada parte dessa dissertação de mestrado tem um pouquinho de vocês e é por isso que estou certo de que fiz um bom trabalho. Obrigado!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.
(Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas (1956))

RESUMO

A citricultura tem se consolidado como uma das principais atividades agrícolas no município de Campanha-MG, impulsionando transformações na estrutura fundiária, na organização produtiva e nas dinâmicas de comercialização. Esta pesquisa investiga o processo de territorialização da produção de tangerinas no município, analisando as mudanças socioeconômicas e espaciais decorrentes da especialização agrícola. A metodologia adotada combinou revisão bibliográfica, análise de dados secundários (IBGE, Map Biomas, CONAB, entre outros) e trabalho de campo, incluindo observação direta e entrevistas semi estruturadas com produtores familiares e não familiares. Os resultados apontam que, apesar do crescimento da citricultura ter proporcionado maior rentabilidade e dinamismo econômico aos produtores do município, também gerou desafios significativos. Entre os principais problemas enfrentados pelos produtores estão a dependência de atravessadores na comercialização, a concorrência com os barracões de comercialização, a vulnerabilidade a doenças fitossanitárias como o *Greening* e a dificuldade de acesso a mercados de maior valor agregado. Além das transformações no setor agrícola, a pesquisa evidencia uma reconfiguração do espaço urbano, impulsionada pelo crescimento da citricultura. O aumento da circulação de caminhões de carga e a maior demanda por infraestrutura logística e comercial resultaram na diversificação das atividades econômicas locais, com a proliferação de barracões de comércio e beneficiamento, lojas de insumos e serviços especializados na cadeia citrícola. Essa expansão produtiva gerou impactos na dinâmica territorial, estreitando os fluxos entre o campo e a cidade e consolidando novas centralidades urbanas vinculadas à produção, comercialização e distribuição da produção. No entanto, essa reorganização não ocorreu de maneira uniforme, beneficiando de forma diferenciada os distintos agentes envolvidos na cadeia produtiva. Assim, este estudo contribui para a compreensão das transformações no espaço rural brasileiro e seus reflexos no urbano, evidenciando como a territorialização agrícola redefine a estrutura fundiária e a dinâmica socioeconômica em pequenas cidades.

Palavras-chave: Citricultura; Dinâmica territorial; Especialização produtiva; Agricultura familiar; Redes de comercialização.

ABSTRACT

Citriculture has become one of the main agricultural activities in the municipality of Campanha-MG, driving transformations in land structure, productive organization, and commercialization dynamics. This research investigates the territorialization process of tangerine production in the municipality, analyzing the socioeconomic and spatial changes resulting from agricultural specialization. The methodology adopted combined a literature review, analysis of secondary data (IBGE, MapBiomass, CONAB, among others), and fieldwork, including direct observation and semi-structured interviews with both family and non-family farmers. The results indicate that, despite the growth of citriculture providing higher profitability and economic dynamism for local producers, it has also generated significant challenges. Among the main issues faced by producers are dependence on middlemen for commercialization, competition with commercial packing houses, vulnerability to phytosanitary diseases such as *Greening*, and difficulty accessing higher-value markets. Beyond agricultural transformations, the research highlights a reconfiguration of the urban space, driven by the expansion of citriculture. The increase in truck traffic and the greater demand for logistical and commercial infrastructure have led to the diversification of local economic activities, with the proliferation of trade and processing warehouses, agricultural supply stores, and specialized services in the citrus production chain. This productive expansion has impacted territorial dynamics, strengthening the connections between rural and urban areas and consolidating new urban centralities linked to the production, commercialization, and distribution of tangerines. However, this reorganization has not occurred uniformly, benefiting different agents in the production chain in an unequal manner. Thus, this study contributes to the understanding of transformations in the Brazilian rural space and their urban implications, demonstrating how agricultural territorialization redefines land structure and socioeconomic dynamics in small towns.

Keywords: Citriculture; Territorial dynamics; Productive specialization; Family farming; Commercialization networks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principais variedades de Citros cultivadas.	30
Figura 2 – Principais doenças da citricultura no século XXI.	44
Figura 3 – Sintomas do <i>Greening</i> nas plantas cítricas.	46
Figura 4 – Evolução do gasto com agrotóxicos na citricultura brasileira	47
Figura 5 – Processos de territorialização das culturas perenes em Campanha: da pastagem ao citrus (2006 - 2023).	85
Figura 6 – Transição do café para os citrus na fazenda do produtor entrevistado Tangerina Satsuma (2014 - 2023).	105
Figura 7 – Pomares de citrus no município de Campanha 2024.	116
Figura 8 – Diversificação da produção no município de Campanha café e tangerina (2024).	118
Figura 9 – Diversificação da produção, cultivo de maracujá e laranja no sitio da produtora Tangerina Real (2025).	119
Figura 10 – Métodos de roçagem mecanizada das linhas de plantio das lavouras de citrus.	122
Figura 11 – Aplicação de agrotóxicos em lavouras de citrus.	123
Figura 12 – Implementos agrícolas utilizados na produção de citrus.	128
Figura 13 – Frutos remanescentes após a colheita em propriedade de agricultura familiar na Campanha-MG.	136
Figura 14 – Dinâmica de carregamento dos caminhões de transporte da produção de tangerinas em Campanha - MG.	138
Figura 15 – Fluxograma da comercialização da produção familiar de tangerinas em Campanha – MG.	153
Figura 16 – Lavouras de citrus ocupando as vertentes dos morros no município de Campanha 2024.	162
Figura 17 – Imagem área das lavouras de tangerina às margens da Rodovia e da Cidade, 2024.	163
Figura 18 – Fluxo de caminhões de transporte da produção de citrus no município de Campanha.	165
Figura 19 – <i>Banners</i> de divulgação de eventos citrícolas no município de Campanha.	167

Figura 20 – Rally Citrus, uma das territorialidades da Tangerina manifestadas em Campanha - MG.....	168
Figura 21 – Campanha considerada a capital mineira da pokan tem sua APL em fase inicial de reconhecimento.	170
Figura 22 – Programa mais caminhos, realizado pela prefeitura de Campanha.	172
Figura23 – <i>Banners</i> de divulgação dos cursos de capacitação oferecidos pelo Sindicato Rural de Campanha em parceria com o SENAR.....	177
Figura 24 – lojas de Insumos e Implementos agrícolas no município de Campanha (2025).	179
Figura 25 – Barracões de beneficiamento e comércio de citrus em Campanha.	182
Figura 26 – Estrutura interna de um barracão de comércio e beneficiamento de citrus em Campanha.	184
Figura 27 – Banners de divulgação do evento Mega Citrus, realizado em Campanha (2022 - 2025).	186
Figura 28 – Espaço de exposição e estandes no Mega Citrus 2024, em Campanha.....	188

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da população rural e urbana no município de Campanha.....	78
Gráfico 2 – Percentual de estabelecimentos agropecuários por forma de obtenção da terra e faixa de área em 2017.....	90
Gráfico 3 – Distribuição de estabelecimentos agropecuários por tamanho e tipologia, em 2017.	91
Gráfico 4 – Área plantada de tangerina em hectares de 1973 a 2023 em Campanha.....	100
Gráfico 5 – Número de estabelecimentos produtores de tangerina por faixa de área em 2006 e 2017.	101
Gráfico 6 – Evolução no valor de produção das culturas que mais ocupam área em Campanha (1994 - 2023)	102
Gráfico 7 – Distribuição do Número de Estabelecimentos Produtores de Tangerina por Faixa de Área e Tipologia, em 2017.	109
Gráfico 8 – Relação entre Arrendamento de Terra e Tipologia da Agricultura	111
Gráfico 9 – Implementos mencionados durante as entrevistas, utilizados pelos produtores familiares e não familiares nos tratos dos pomares de citrus.....	126
Gráfico 10 – Tipo de mão de obra utilizada nos tratos culturais de lavouras de citrus em Campanha.	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor da Produção e Percentual do Total Agrícola nos Municípios Polos da Tangerina (2023).	68
Tabela 2 – Características da população nos polos da tangerina em 2022.	69
Tabela 3 – Número de estabelecimentos e área colhida nos principais polos produtores de tangerina do país, por tipologia dos estabelecimentos em 2017.....	69
Tabela 4 – Principais destinos da produção de tangerina dos polos, comprada pelo CEASA.....	72
Tabela 5 – Evolução da área plantada (Hectares) das principais culturas em Campanha (1992-2022).	84
Tabela 6 – Evolução do número de estabelecimentos agropecuários por tamanho de área em Campanha (MG) - 1995 a 2017 (Unidades).	89
Tabela 7 – Agricultura Familiar e Não Familiar em Campanha (MG): Participação na área total ocupada em 2006 e 2017.	93
Tabela 8 – Número de estabelecimentos agropecuários em Campanha por tipo de produto e tipologia, em 2017.	95
Tabela 9 – Dados da produção de tangerina em Campanha por tipologia do estabelecimento e forma de acesso a crédito, 2017.	112
Tabela 10 – Tamanho da propriedade, área dedicada a tangerina e tipos de cultivos dos entrevistados.	114
Tabela 11 – Número de trabalhadores fixos contratados pelos produtores não familiares.	131

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Dispersão Global dos Citros: Centro de Origem, Áreas de Concentração e Rotas Prováveis.	31
Mapa 2 – Mapa dos municípios polos da territorialização da produção de tangerinas na década de 1970.	53
Mapa 3 – Mapa dos municípios polos da territorialização da produção de tangerinas na década de 1980.	54
Mapa 4 – Mapa dos municípios polos da territorialização do cultivo de tangerinas na década de 1990.	56
Mapa 5 – Mapa dos municípios polos da territorialização do cultivo de tangerinas na década de 2000.	60
Mapa 6 – Mapa dos municípios polos da territorialização do cultivo de tangerinas na década de 2010.	63
Mapa 7 – Mapa dos municípios polos da territorialização do cultivo de tangerinas na década de 2020.	65
Mapa 8 – Localização geográfica do município de Campanha - MG.	74
Mapa 9 – Uso e ocupação do solo no município de Campanha	82
Mapa 10 – Destinos da produção de tangerina, com origem em Campanha rumo aos CEASAs do Brasil (2020 - 2024).	148
Mapa 11 – Localização dos fixos relacionados ao atendimento da cadeia produtiva de citrus em Campanha.	175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEASA	Centrais de Abastecimento
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CFO	Certificado Fitossanitário de Origem
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERVASS	Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí
COOPAFI	Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Cerro Azul
CPR	Cédula de Produto Rural
CTV	Tristeza dos Citros
CVC	Clorose variegada dos citros
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FAEMG	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
HLB	<i>Huanglongbing (Greening)</i>
IAC	Instituto Agrônômico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IEDE	Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPI	Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
MSC	Morte Súbita dos Citros
PAM	Produção Agrícola Municipal
PFC	Podridão Floral dos Citros
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEEDIF	Sistema Eletrônico de Dados e Informações Fiscais do Simples Nacional
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
2	HISTÓRIA E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA CITRICULTURA.....	30
2.1	DESENVOLVIMENTO DA CITRICULTURA BRASILEIRA.....	33
2.2	A CONDIÇÃO FITOSSANITÁRIA DAS LAVOURAS DE CITRUS.....	43
2.3	TEMPORALIDADE DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS PLANTAÇÕES DE TANGERINA.....	50
2.4	PÓLOS PRODUTORES DE TANGERINA NO SÉCULO XXI: DINÂMICAS TERRITORIAIS, ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E CIRCUITOS COMERCIAIS	66
3	RAÍZES HISTÓRICAS E OS CULTIVOS CONTEMPORÂNEOS: A AGROPECUÁRIA E O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM CAMPANHA....	74
3.1	ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA DE CAMPANHA-MG: DINÂMICAS E TRANSFORMAÇÕES.....	77
3.2	USO DA TERRA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM CAMPANHA-MG: EXPANSÃO E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA	80
3.3	ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DINÂMICAS DE ACESSO À TERRA EM CAMPANHA-MG	87
4	CADEIA PRODUTIVA DA TANGERINA EM CAMPANHA-MG: CRESCIMENTO, PERFIL DOS PRODUTORES E ESTRUTURAS DE MERCADO	98
4.2	TRATOS CULTURAIS, USO DE AGROTÓXICOS E MECANIZAÇÃO NA CITRICULTURA CAMPANHENSE	120
5	ORGANIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO E DESTINOS DA PRODUÇÃO DA TANGERINA	133
5.1	REDES DE COMERCIALIZAÇÃO, INSERÇÃO NOS MERCADOS E PRECIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO	139
5.2	PRINCIPAIS DESTINOS DA PRODUÇÃO DE TANGERINAS DE CAMPANHA-MG	146
6	RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: IMPACTOS E RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS.....	155
6.1	TERRITORIALIDADE DA CITRICULTURA EM CAMPANHA-MG: PAISAGEM, IDENTIDADE E RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL	161
6.2	INFRAESTRUTURAS E CIRCULAÇÃO: A BASE MATERIAL DA CITRICULTURA EM CAMPANHA-MG	171

6.2.1	Instituições de apoio agropecuário.....	176
6.2.2	Serviços de orientação técnica, lojas de insumos e implementos agrícolas.....	178
6.2.3	Cooperativas de crédito e instituições financeiras (bancos)	180
6.2.4	Barracões de comercialização e transporte.....	181
6.2.5	Feira técnica anual.....	184
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
	REFERÊNCIAS:	194
	APÊNDICES	206

1 INTRODUÇÃO

A produção global de tangerinas tem apresentado crescimento expressivo na área plantada nas últimas décadas, tendo mais que dobrado entre 2000 e 2023 passando de 1.803.980 hectares para 3.893.358 hectares (FAO, 2023), expansão impulsionada pela alta demanda por frutas cítricas tanto para consumo *in natura*. A China se destaca como o maior produtor mundial, seguida por países como Índia, Turquia, Paquistão, Egito, Espanha e Brasil. Em 2022, a produção global atingiu aproximadamente 52,5 milhões de toneladas, com a China responsável por mais da metade desse volume (FAO, 2023). Embora seja um dos principais produtores, o Brasil responde por cerca de apenas 2,5% da produção mundial, desempenhando um papel relevante para o abastecimento interno, mas secundário no cenário internacional, com baixos índices de exportação da fruta.

Entre 1995 e 2005, a produção de tangerinas no Brasil praticamente dobrou, passando de 661.131 toneladas para 1.232.599 toneladas, consolidando-se como uma atividade agrícola de significativo impacto territorial (Fachinello; Nachtigal; Kersten, 2008). De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2016, a tangerina é a oitava fruta mais consumida no país, com maior demanda nos estados do Sul e Sudeste, destacando-se o Rio Grande do Sul (3,89 kg per capita), Santa Catarina (2,05 kg) e São Paulo (1,67 kg) (GOMES, 2015). Apesar desse alto consumo, dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE indicam uma redução na área plantada e na produção de tangerinas ao longo dos anos, diminuindo de 64 mil hectares nos anos 2000 para 55 mil hectares em 2023 (IBGE, 2023).

Essa diminuição em grande parte tem sido causada pelo *Greening*, um dos principais desafios enfrentados pela citricultura nacional. Essa é uma das mais severas doenças dos citros, sem cura conhecida e de difícil controle, tem levado à erradicação de muitos pomares. Identificada no Brasil em 2004, no estado de São Paulo, a doença comprometeu severamente a produtividade, levando à erradicação de plantas e ao abandono da atividade por diversos citricultores paulistas (Fundecitrus, 2022).

Além disso, a produção brasileira de tangerinas, predominantemente da variedade Ponkan, tem oferta concentrada entre os meses de março e setembro, mas especialmente de maio a agosto (SEBRAE, 2023). Essa sazonalidade, aliada à redução da produção nacional causada pelo avanço do *Greening*, tem levado o Brasil

a importar tangerinas para suprir a demanda interna fora do período de safra. Segundo o autor, essa importação ocorre, entre outros fatores, também pela baixa oferta de frutos de boa qualidade no mercado interno, uma vez que a citricultura brasileira priorizou a produção de laranjas para a fabricação e exportação de suco, relegando a produção de tangerinas de mesa a um segundo plano (Koller; Schafer 2017).

Como consequência direta desse cenário de alta demanda interna e diminuição da oferta da fruta, observa-se um processo de territorialização da citricultura em regiões não tradicionais no ramo, mas menos afetadas pela doença. Minas Gerais, apesar de cultivar laranja para a indústria paulista desde 1990, emergiu nas últimas décadas como uma nova fronteira da produção de tangerina no Brasil, com os agricultores cada vez mais se interessando e explorando a alta lucratividade da atividade.

Entre 2012 e 2023, a área plantada no estado cresceu significativamente, consolidando Minas Gerais como o segundo maior produtor nacional de tangerinas com uma produção de aproximadamente 256 mil toneladas, representando cerca de 24% da safra brasileira, atrás apenas de São Paulo que representa 30% (IBGE, 2023). A menor incidência do *Greening*, aliada a condições climáticas favoráveis, favoreceu a territorialização da produção, transformando a estrutura agrária e promovendo a especialização na citricultura.

Nesse contexto, a territorialização é um conceito fundamental para compreender os processos de apropriação e organização do espaço por diferentes agentes sociais, políticos e econômicos. A tendência à especialização agrícola, como ocorre na citricultura mineira, pode ser vista como uma forma de territorialização, na qual a estrutura produtiva molda e reorganiza as dinâmicas espaciais e socioeconômicas locais (Raffestin, 1993; Haesbaert, 2004). Esse fenômeno envolve disputas pelo uso da terra, mudanças na estrutura fundiária e reconfiguração das cadeias produtivas.

Diante desse cenário, o município de Campanha, localizado na Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, apresenta-se como um estudo de caso relevante para a Geografia Agrária. O município possui cerca de 15.935 habitantes, sendo 87,41% da população urbana e 12,59% rural (IBGE, 2022). Historicamente, sua economia esteve atrelada à pecuária e ao café, porém, nas últimas décadas, a citricultura emergiu como atividade central, substituindo progressivamente outras culturas e dinamizando a economia local.

O crescimento do plantio de tangerinas no município, aconteceu a partir dos anos 2000 e transformou a estrutura fundiária e a ocupação do solo local. Fato que vem alterando a relação campo-cidade, criando novos fluxos econômicos e reorganizando a produção do espaço do território campanhense. Desde 2017, o município se consolidou como o segundo maior produtor estadual, representando, em 2023, 16% da produção de Minas Gerais (IBGE, 2023).

A produção de tangerinas insere-se em um contexto amplo de modernização agrícola e especialização territorial, através de processos históricos que reconfiguraram a dinâmica rural brasileira. A Revolução Verde, intensificada na segunda metade do século XX, introduziu mecanização, uso intensivo de insumos químicos e expansão de práticas agrícolas modernas, alterando substancialmente a estrutura agrária e produtiva (Hespanhol, 2013). Neste contexto, a citricultura em Campanha emergiu como um segmento agrícola relevante, impulsionado pela retirada de pomares no interior de São Paulo associada à busca de culturas com maior valor agregado, alterando e exigindo adaptações nas práticas agrícolas locais.

Essa reorganização territorial também se reflete em impactos socioeconômicos relevantes. Pequenos e médios agricultores passaram a investir na citricultura devido à sua alta rentabilidade e à aceitação consolidada no mercado interno. Contudo, esse crescimento também trouxe desafios, como a concorrência entre diferentes perfis de produtores e a necessidade de adequação a normas fitossanitárias rigorosas, especialmente devido à incidência de pragas como o *Huanglongbing* (HLB), também conhecido como *Greening*, que acabou chegando também na região (Mattos Junior et al., 2005; Leite Júnior et al., 2022).

Diante desse panorama, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender as transformações espaciais e socioeconômicas associadas à cadeia produtiva da tangerina em Campanha, avaliando os fatores que impulsionaram sua expansão e os desafios enfrentados pelos produtores locais. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (i) analisar a estrutura fundiária e a relação entre a agricultura familiar e não familiar na produção de tangerinas; (ii) investigar as estratégias de comercialização e as dinâmicas de acesso ao mercado e (iii) avaliar os impactos socioeconômicos e a relação campo-cidade no território campanhense a partir da cadeia produtiva da tangerina.

A pesquisa se justifica pela relevância da temática territorialização da produção de tangerinas, principalmente no âmbito do Sul de Minas Gerais, marcadamente

predominado pelo cultivo do café. Além de elucidar um tema novo na geografia agrária sul-mineira, a pesquisa também preenche uma lacuna importante na bibliografia sobre citricultura, que historicamente se concentra na produção de laranjas para a indústria. Ao focar em uma atividade específica e sua influência sobre o território, essa pesquisa pode revelar os mecanismos de adaptação dos atores envolvidos, as novas configurações socioespaciais que surgem nesse contexto e as contradições emergentes e inerentes à atividade.

Além da relevância acadêmica, há também motivações pessoais que levaram a pesquisa. Durante os anos de faculdade em Alfenas do autor, testemunhou-se de forma distante, a rápida e marcante territorialização da citricultura no município. A aparição e expansão dos pomares as margens das rodovias e na paisagem periurbana/perirural e o surgimento de novos estabelecimentos comerciais ligados à atividade como os barracões ou *packing houses*, despertaram em mim um profundo interesse em compreender as causas e consequências dessa territorialização. Como geógrafo, essa transformação se tornou um convite irrecusável à pesquisa, tendo a oportunidade de contribuir para o conhecimento sobre o município em que nasci e fui criado, desvendando os impactos socioeconômicos e espaciais da citricultura no município.

Espera-se que os resultados contribuam para uma compreensão aprofundada das transformações decorrentes da territorialização da produção de tangerinas e dos riscos desse processo de especialização produtiva para o município e para os agricultores locais.

Assim, para além da introdução e das considerações finais, esta dissertação está organizada em seis capítulos. O Capítulo 2, estabelece as bases históricas e territoriais da produção citrícola. A evolução da citricultura no mundo e no Brasil é abordada para contextualizar a especialização produtiva e os desafios enfrentados ao longo do tempo. O Capítulo 3, apresenta o contexto socioeconômico do município de Campanha-MG, ressaltando as dinâmicas produtivas, a evolução do uso da terra e a estrutura fundiária local. A discussão enfatiza as transformações ocorridas com a especialização na produção de tangerinas e seus impactos na organização do espaço rural.

O quarto capítulo, aprofunda a compreensão sobre os diferentes agentes envolvidos na produção da tangerina, destacando as distinções entre agricultura familiar e não familiar, suas estratégias de manejo, o uso de tecnologias e os desafios

enfrentados no contexto atual. O Capítulo 5, investiga as dinâmicas de comercialização da tangerina em Campanha, explorando os circuitos mercantis e as estratégias adotadas pelos produtores para inserção no mercado. São abordadas as redes de comercialização, os mecanismos de precificação e os principais destinos da produção local. O Capítulo 6, analisa as repercussões socioespaciais da citricultura no território campanhense, destacando os efeitos da modernização agrícola na relação entre campo e cidade. São discutidos aspectos como a territorialidade da citricultura, a reconfiguração da paisagem local e o papel da infraestrutura na consolidação dessa cadeia produtiva.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos e viabilizar a escrita dos capítulos apresentados anteriormente, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada na Geografia Agrária e na análise das dinâmicas territoriais. A metodologia empregada combina técnicas de levantamento de dados primários e secundários, permitindo uma visão ampla e aprofundada do fenômeno estudado.

A pesquisa segue a abordagem qualitativa, pois se propõe a compreender os processos e dinâmicas territoriais envolvidos na expansão da citricultura em Campanha. Esse tipo de pesquisa nos permitirá entender a realidade de forma mais profunda, indo além da 'aparência' do fenômeno e buscando sua 'essência', ou seja, as causas e significados mais profundos por trás das transformações do espaço geográfico (Pessôa, 2012). Por meio de pesquisas documentais, observação, entrevistas e análise de imagens de satélite, a pesquisa será capaz de capturar a totalidade das informações subjetivas e objetivas sobre a produção de tangerinas no município. Dessa forma, a combinação entre teoria e prática, com o trabalho de campo desempenhando um papel fundamental, possibilitará a compreensão dos fenômenos no mundo real além da interação com os participantes da pesquisa (Silva; Mendes, 2013).

Nesse sentido, considerando a cadeia citrícola no município de Campanha, a presente pesquisa buscou no referencial teórico um embasamento que permitisse um melhor direcionamento para a análise do tema. A revisão bibliográfica abrangeu textos de livros, artigos, dissertações e teses, com foco em temas como a relação entre o

campo e a cidade, onde foram utilizados autores como Queiroz (1979), Hespanhol (2013), Moreira Júnior (2010), Wanderley (2009), Souza (2010), Alves e Vale (2013), Rosas (2014) e entre outros. Também quanto a citricultura no contexto brasileiro, utilizando de autores como Donadio, Mourão Filho e Moreira (2004), Passos, Soares Filho e Cunha Sobrinho (2013), Siqueira e Salomão (2017), Zaragoza (2016), Koller e Schafer (2017), Pompeu Júnior (2004) e outros.

Outras temáticas envolveram a história de Campanha, na qual os principais autores utilizados foram Araujo (2016) Andrade (2014) e Dias e Alves (2022). Além dos temas e conceitos estudados durante as disciplinas do mestrado “Novas Funcionalidades no Espaço Rural Brasileiro” e “Tópicos Especiais: Dinâmicas geográficas do espaço rural brasileiro contemporâneo” como: pequenas cidades; rural e urbano; território rede e territorialidades; agricultura, agronegócio e agricultura familiar; políticas públicas; desenvolvimento local e refuncionalização.

Subsecutivo se deu a parte investigativa da pesquisa, iniciada na coleta de dados secundários que foram organizados, tabulados e transformados em gráficos, tabelas por meio do software Excel e mapas elaborados por meio do software Qgis. Esses são, de uma maneira geral, referentes à: Produção de tangerinas; estrutura e perfil fundiário; principais produtos agrícolas do município; tipologia das propriedades; destino da produção; uso de agrotóxicos e etc. Utilizamos principalmente da plataforma SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados das pesquisas Censo Agropecuário de 1996, 2006 e 2017, dos dados da pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM) referente a faixa de tempo entre 1974 e 2023 e dados de uso e ocupação do solo obtidos através da plataforma Map Biomas.

Outros dados secundários utilizados são referentes às bases de dados da Food and Agriculture Organization (FAO), dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) referentes a estrutura fundiária local além de dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) referentes aos principais destinos da produção de tangerinas do município. Para uma melhor caracterização geográfica do município utilizamos da plataforma Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IED-MG), para dados sobre o clima, o solo e relevo, além do Censo Demográfico do IBGE para uma melhor caracterização da cidade, bem como análise dos impactos sociodemográficos a partir da produção de tangerinas.

De modo a analisar as mudanças no plantio de tangerinas no Brasil, foram elaborados seis mapas temáticos por meio do software Qgis e Canva, a partir dos

dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE, representando as décadas de 1970 até 2020. Nas décadas de 1970 e 1980, devido à indisponibilidade de dados sobre área plantada, optou-se por utilizar os valores de produção de tangerina em mil cachos. A partir da década de 1990, por conta da inclusão da variável área plantada na PAM em 1988, os mapas subsequentes foram elaborados com base nessa informação.

Visando mitigar as flutuações anuais inerentes à cultura da tangerina, optou-se por calcular a média da variável escolhida em cada década. Também de modo a facilitar a comparação entre os municípios e a visualização dos padrões espaciais, os valores médios de produção e área plantada foram convertidos em percentuais do valor total nacional em cada década. A partir dessa normalização dos dados ficou mais fácil identificar a participação relativa de cada município na produção e na área plantada de tangerinas no Brasil, evidenciando as regiões de maior concentração e as áreas de expansão ou retração da cultura ao longo do tempo. O intuito da produção desses mapas foi a de ilustrar a partir dos mapas temáticos os territórios efêmeros das tangerinas, ou seja, a dinâmica das temporalidades evidenciando as constantes desterritorializações e reterritorialização da cultura.

Outro momento da investigação foi o trabalho de campo, conduzido entre 2023, 2024 e começo de 2025, abrangendo visitas a propriedades citrícolas, entrevistas com produtores e participação em eventos do setor. O trabalho de campo constituiu um elemento fundamental na pesquisa, permitindo uma imersão direta nas dinâmicas espaciais e sociais do ambiente estudado. Essa etapa envolveu uma interação constante entre o pesquisador e o campo, permitindo que novas questões e hipóteses surgissem durante o processo de pesquisa (Serpa, 2019). Segundo Silva e Mendes (2013), essa interação é o que confere à pesquisa qualitativa sua riqueza e profundidade analítica.

O campo foi realizado em um primeiro momento através da observação não participante no espaço rural do município, e serviu para o reconhecimento da área de estudo e registro fotográfico da paisagem, atividades de colheita, transporte e etc. A escolha pela utilização da observação na pesquisa é justificada pela necessidade de capturar as interações espaciais em sua totalidade, observando como os sujeitos se relacionam com o espaço de forma espontânea e natural. A observação permitiu o registro de aspectos que os próprios sujeitos poderiam não ser capazes de articular

verbalmente, mas que são fundamentais para a compreensão das dinâmicas espaciais (Silva; Mendes, 2013).

Também foram observadas duas edições do Mega Citrus, evento que acontece anualmente no município desde 2022, onde teve-se a oportunidade de acompanhar palestras técnicas, workshops, demonstrações de campo, exposição de máquinas e implementos agrícolas voltados à citricultura. A participação no evento visou a aproximação de temas relevantes da área de agronomia, como a severidade das doenças em pomares, os diferentes tipos de copas e porta-enxertos, e angariar informações de pesquisas e projetos em andamento.

Dentre as principais palestras observadas estão: "Panorama e Sustentabilidade da Citricultura", com Eduardo Augusto Girardi da EMBRAPA, "Porta-enxertos e incidência de *Greening* em tangerina Ponkan", com Eduardo Stuchi da EMBRAPA, "Painel *Greening*" com EPAMIG-EMATER-IMA, "Nutrição Mineral Citros" com Rodrigo Boareto do Centro de Citricultura IAC, e "Estudando canais de vendas e distribuição de frutas" com Gustavo Vanucci.

Das últimas fases da investigação, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com produtores e representantes de instituições de apoio agropecuário. Essa técnica foi particularmente útil para entender as relações entre os sujeitos e o espaço (Boni; Quaresma, 2005). Ao permitir que o entrevistado discorrer sobre os temas propostos com liberdade, a entrevista semiestruturada proporcionou uma visão mais detalhada das questões em estudo (Silva; Mendes, 2013).

A amostra das entrevistas incluiu: em um primeiro momento, seguindo os caminhos da pesquisa de Reis (2008), dois representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), do escritório Local de Campanha: a extensionista do bem-estar social e o engenheiro agrônomo presente. O roteiro da entrevista está disponível no apêndice A e aborda a trajetória da produção de tangerina na região, os aspectos socioeconômicos, as estratégias de comercialização, os aspectos espaciais da produção e as perspectivas futuras. O objetivo foi compreender a visão da EMATER sobre a evolução da produção de tangerina em Campanha-MG, abordando desafios produtivos, impactos socioeconômicos, relações de trabalho, manejo fitossanitário, estratégias de comercialização, influência no uso do solo e infraestrutura,

E em um segundo momento a amostra das entrevistas incluiu 10 produtores, sendo 5 de agricultura familiar e 5 de agricultura não familiar. O método de seleção

dos agricultores foi aleatório e o roteiro das entrevistas está disponível no Apêndice B. Foram abordadas cinco seções principais: informações gerais sobre o produtor e sua propriedade, organização da produção e comercialização da tangerina, impactos socioeconômicos da produção na cidade, expectativas futuras dos produtores e políticas públicas relacionadas à produção de tangerina. Considerando a temática da pesquisa, os nomes dos produtores entrevistados foram substituídos por denominações de variedades de tangerina. A relação dos entrevistados pode ser conferida no quadro 1.

Quadro 1- Dados sobre os produtores de tangerina entrevistados no município de Campanha-MG.

Nº	Identificação	Sexo	Tipologia	Idade	Tamanho da propriedade
1	Murcote Olé	Masculino	Não Familiar	76	60 ha
2	Dekopon	Feminino	Não Familiar	45	3 ha
3	Bergamota	Feminino	Familiar	56	86 ha
4	Tangerina-Dancy	Masculino	Familiar	29	0,58 ha
5	Tangerina-Satsuma	Masculino	Não Familiar	34	120 ha
6	Mexerica Montenegrina	Masculino	Não Familiar	29	75 ha
7	Tangerina-real	Feminino	Familiar	43	7 ha
8	Tangerina-cravo	Masculino	Não Familiar	66	65 ha
9	Mexerica do Rio	Masculino	Familiar	53	20 ha
10	Tangerina Champagne	Masculino	Familiar	55	5 ha

Fonte: Trabalho de campo (2024 – 2025).

O contato inicial com os produtores foi mediado pela EMATER, por meio da extensionista do bem-estar social, que sugeriu alguns agricultores que poderiam contribuir para os propósitos da dissertação. Entre eles, destaca-se o produtor Murcote Olé, que cultiva tangerinas desde o ano 2000 e já ocupou a presidência do sindicato rural de Campanha. O produtor Mexerica Montenegrina, agrônomo e consultor agrícola, pertence a uma das famílias mais tradicionais na produção de tangerinas no município e atualmente tem seu pai ocupando a presidência do sindicato rural. O produtor Tangerina Satsuma, também agrônomo e ex-vereador, compartilha uma trajetória semelhante, com sua família atuando na citricultura desde a década de 1990. A entrevista com esses produtores foi realizada com visita de campo em suas

propriedades, no caso do Produtor Murcote Olé, realizamos a visitação em junho de 2024 conseguindo acompanhar o período de safra. Já no caso dos outros dois produtores as visitas ocorreram em janeiro de 2025.

O produtor Tangerina Cravo também foi uma indicação da extensionista da EMATER, por estar envolvido na produção a mais de 20 anos, entretanto a entrevista foi realizada em sua casa, em janeiro de 2025 impossibilitando a visitação de campo em sua propriedade. Já a produtora Dekopon, que está na citricultura desde 2012, foi indicada por terceiros e se diferencia dos demais entrevistados por não ter a agricultura como sua principal fonte de renda. Professora de profissão, ela é a única da lista cuja atividade agrícola não é a atividade principal da família, tendo entrado na citricultura por conta do falecimento de seu pai a anos atrás. A entrevista com a produtora foi realizada em minha residência, mas contou com visita de campo em sua propriedade em um momento posterior quando me informou que realizaria a erradicação de seu pomar após a colheita em agosto de 2024.

Quanto aos produtores familiares o contato foi mais difícil. A abordagem inicial se estruturou em um “acampamento” na sede da EMATER Campanha para entrevistar os produtores que fossem aparecendo, infelizmente esse método estava demandando de muita paciência e espera, então resolvi mudar a dinâmica e perguntar a terceiros se conheciam e tinham contato de produtores de tangerina familiares. Foi então que surgiu a oportunidade de entrevista com a produtora Bergamota, que cultivava citrus desde 2017, a qual nos recebeu em sua propriedade e nos levou para conhecer seu pomar, essa entrevista foi realizada em junho de 2024 logo após a colheita. A entrevista do produtor Tangerina Dancy, que produz ponkan desde 2016, também foi indicação de terceiros, com a entrevista sendo realizada em minha casa durante novembro de 2024, inviabilizando a visitação de campo em sua propriedade.

No caso dos produtores Tangerina Real, Tangerina Rio, e Tangerina Campagne, que cultivam tangerinas desde 2015, as entrevistas foram realizadas por telefone devido às dificuldades de deslocamento até suas propriedades. Embora essa não seja a condição ideal para a condução das entrevistas, a limitação de tempo e a necessidade de garantir pelo menos cinco entrevistas com produtores familiares tornaram essa a melhor alternativa naquele momento. Ainda assim, busquei gravar as conversas, mas algumas partes ficaram cortadas, o que dificultou o uso de citações diretas no texto. Essas entrevistas foram realizadas em janeiro de 2025.

Além das dez entrevistas realizadas, duas foram conduzidas por meio de questionário, uma com um produtor de agricultura familiar e outra com um produtor de agricultura não familiar. A sugestão partiu dos próprios entrevistados, que consideraram essa abordagem mais prática para responderem em seu próprio tempo. No entanto, as respostas obtidas foram superficiais e não forneceram a profundidade necessária para compreender a dinâmica produtiva das tangerinas em Campanha, o que levou à decisão de descartá-las da análise.

Vale destacar que a maior dificuldade encontrada na pesquisa foi a condução das entrevistas. Cerca de 30 produtores foram contatados, mas a maioria não respondeu às ligações e mensagens enviadas. Em alguns casos, chegou-se a iniciar uma conversa, porém, após um curto período, os produtores deixavam de responder, interrompendo o contato. Dessa forma, a falta de interesse por parte dos produtores em participar das entrevistas representou um grande desafio para a realização da pesquisa, limitando o número de entrevistados.

Apesar das dificuldades encontradas, considero que as dez entrevistas realizadas com os produtores, aliadas à entrevista na EMATER, às conversas informais com o secretário de meio ambiente da prefeitura e à participação em duas edições consecutivas do evento Mega Citrus (2023 e 2024), forneceram materiais suficientes para dar conta dos objetivos propostos, permitindo uma análise aprofundada da dinâmica produtiva e comercial da tangerina em Campanha.

2 HISTÓRIA E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA CITRICULTURA

A história dos citros é marcada por uma longa trajetória de domesticação, disseminação e adaptação que remonta a milênios atrás. São originárias das regiões tropicais e subtropicais da Ásia, e encontraram no Brasil excelentes condições para se territorializar e expandir, logo seu plantio se disseminou por várias regiões do país, com focos produtivos diferentes. Atualmente, a citricultura está entre os principais grupos de frutas produzidos no mundo, destacando-se não apenas pelo seu valor nutricional, mas também pela sua relevância econômica global (Passos; Soares Filho; Cunha Sobrinho, 2013).

Citros é um gênero de plantas da família *Rutaceae*, possui uma ampla gama de variedades (ver figura 1), as mais conhecidas incluem a laranja doce (*Citrus sinensis*), a tangerina (*Citrus reticulata*), a laranja azeda (*Citrus aurantium*), a lima ácida (*Citrus aurantifolia*), o pomelo (*Citrus grandis*), a cidra (*Citrus medica*), a toranja (*Citrus paradisi*) e o limão (*Citrus limon*). Dentre essas, o pomelo é a única espécie do gênero que não é nativa do Oriente, tendo sido identificado pela primeira vez na região do Caribe por volta de 1790 (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004).

Figura 1- Principais variedades de Citros cultivadas.

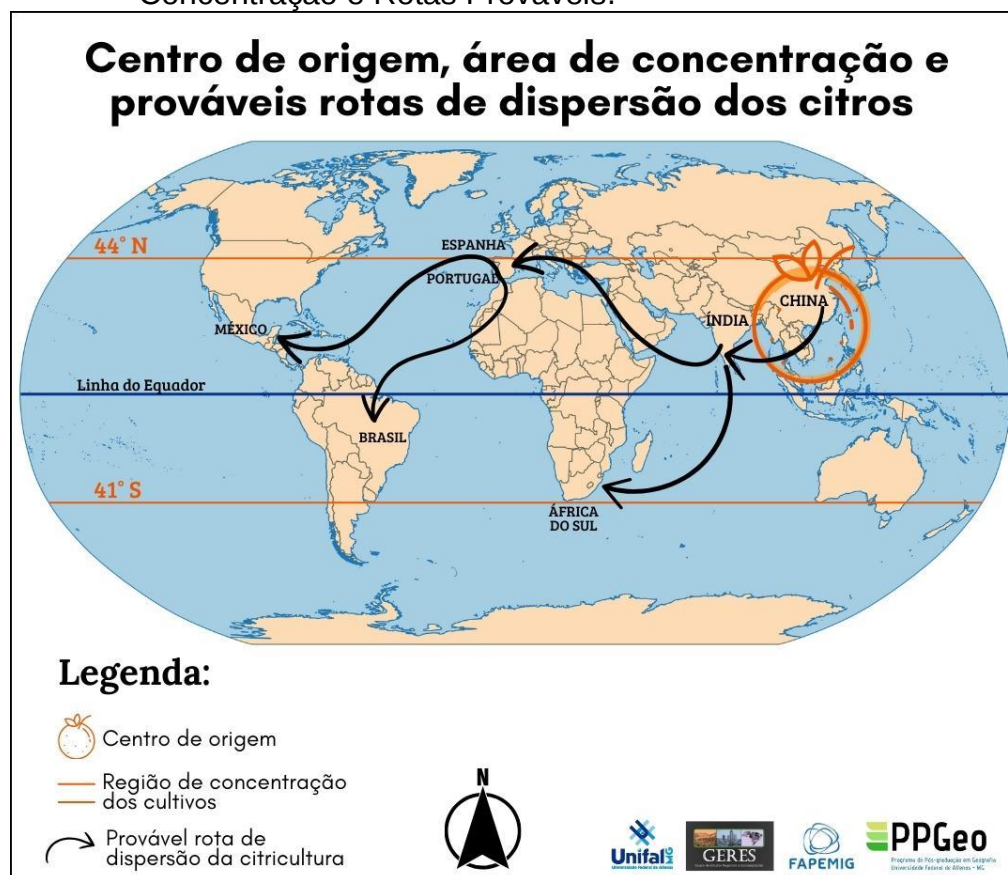


Fonte: Liu S. *et al.* (2022).

Embora com controvérsias quanto ao local de origem, os registros históricos indicam que os citros têm suas origens no sudeste asiático (Mapa 1), onde há evidências de seu cultivo há cerca de 4.000, quando o cultivo mais sistemático começou a se espalhar gradualmente para outras partes da Ásia, muito em função

das migrações e do comércio, alcançando outras regiões da Ásia e do Pacífico (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004).

Mapa 1- Dispersão Global dos Citros: Centro de Origem, Áreas de Concentração e Rotas Prováveis.



Fonte: Donadio; Mourão Filho; Moreira (2004).

Ainda assim, como afirmam Passos, Soares Filho e Cunha Sobrinho (2013):

Desconhecem-se, no entanto, com exatidão, os centros de origem desse gênero, dada à amplidão das áreas prováveis de suas ocorrências, que poderiam, a grosso modo, ter forma circular entre as latitudes de 10°S e 30°N e entre as longitudes de 80° e 130° a Leste de Greenwich (p.17).

Atualmente, as frutas cítricas são cultivadas em uma vasta faixa ao redor do mundo, abrangendo desde o paralelo 44° N até o paralelo 41° S (Mapa 1). No entanto, as principais áreas produtoras estão concentradas em regiões subtropicais, localizadas em latitudes superiores a 20° N ou 20° S (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Passos; Soares Filho; Cunha Sobrinho, 2013).

Os autores Donadio; Mourão Filho; Moreira (2004) fizeram uma releitura da expansão geográfica dos citros no mundo e concluíram que cada espécie teve

períodos e características de expansão diferentes, relatarei brevemente, com base nos autores, o processo de territorialização das frutas cítricas ao redor do globo.

A cidra foi a primeira fruta cítrica a ser documentada na China e também a primeira a ser registrada fora dos domínios chineses, era muito utilizada em rituais religiosos. Devido à presença chinesa e indiana no que era conhecido como indochina, trocas culturais e comerciais entre esses países podem ter facilitado a introdução dos citros na Índia, onde os primeiros registros sobre a fruta datam de 800 a.C., e também no Sul da Ásia, região que é considerada um centro de diversificação de citros (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004).

Na região da Pérsia e Mesopotâmia, há registro da cidra por volta de 397 a.C., introduzida também por excursões comerciais especialmente da Índia e da China. Na Grécia, a cidra já era conhecida entre 372 e 287 a.C. denominada "kitron". No império romano, onde a influência grega foi significativa, durante muito tempo a Cidra foi a única fruta cítrica conhecida, tendo sido o primeiro a se territorializar no continente europeu antes da era cristã (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Passos; Soares Filho; Cunha Sobrinho, 2013)

A laranja azeda e o limão foram provavelmente as espécies de citros a chegar ao ocidente após a cidra, por volta de 700 d.C., tendo sido os árabes os grandes responsáveis. Conhecendo vários tipos de citrus da Índia, os introduziram no norte da África, Espanha e Itália durante o período de sua expansão territorial. A laranja doce foi uma das últimas espécies a chegar à Europa, sendo conhecida a partir das navegações portuguesas, especialmente após a chegada de Vasco da Gama à China em 1498 (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Passos; Soares Filho; Cunha Sobrinho, 2013).

Posteriormente, também a partir das navegações espanholas e portuguesas durante os séculos XV e XVI houve a introdução dos citros no "Novo Mundo". Inicialmente na América Central e posteriormente na América do Norte entre 1513 e 1565. Na América do Sul, o Brasil tornou-se um importante centro de cultivo, tendo a territorialização dos citros ocorrido décadas após a chegada dos portugueses. As primeiras mudas de laranja foram trazidas por volta de 1530 e se adaptaram rapidamente ao clima tropical brasileiro (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Neves *et al.*, 2010; Passos; Soares Filho; Cunha Sobrinho, 2013; Siqueira; Salomão, 2017).

Quanto às tangerinas, só foram introduzidas na Europa em 1805, quando chegaram à Inglaterra. Esse atraso em sua introdução, tem como possível explicação

a maior perecibilidade das tangerinas, o que dificultava seu transporte a longas distâncias, visto que existem registros de seu cultivo na China a milênios (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Koller; Schafer, 2017).

2.1 DESENVOLVIMENTO DA CITRICULTURA BRASILEIRA

No Brasil a territorialização das frutas cítricas remonta ao período colonial, sendo introduzidas por volta de 1530-1540, por padres Jesuítas na Bahia. Logo as plantas se disseminaram, encontrando condições para seu crescimento ainda melhores que em seu local de origem (Zaragoza, 2016; Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Neves *et al.*, 2010; Passos; Soares Filho; Cunha Sobrinho, 2013; Siqueira; Salomão, 2017).

A introdução das tangerineiras, no entanto, ocorreu mais tarde. Sendo um dos primeiros relatos de tangerinas, encontrado na obra "Corografia Brazilica" de 1817 do padre Manuel Aires de Casal, historiador e geógrafo português (Zaragoza, 2016). Outros relatos sobre as bergamotas virão a aparecer só décadas mais tarde, em registros do no início do século XX, relatando o cultivo da 'Mexeriqueira do Rio' no estado do Rio de Janeiro (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Koller; Schafer, 2017).

Até o século XVIII as plantas cítricas já haviam se territorializado em diversas regiões do país, o Rio de Janeiro se destacava como principal produtor, seguido pelos estados de São Paulo e Bahia. Foi também nessa época que no sul do país a citricultura floresceu. Além disso, a disseminação da citricultura pelo interior do país, influenciada por missões religiosas e bandeirantes, contribuiu para o estabelecimento de pomares em diversas regiões, como Mato Grosso e Ceará, onde a produção de citros se intensificou a partir da segunda metade do séc. XIX (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004).

O plantio em larga escala teve início apenas no século XX, impulsionado pela crise do café na década de 1920, trazendo uma nova fase expansionista para a citricultura brasileira, com seu principal eixo de produção se estabelecendo próximo a grandes núcleos populacionais. Lavouras comerciais se instalaram nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Foi então, com o aumento do consumo interno da fruta e a possibilidade de acessar mercados externos, é que se tem uma importante mudança no modo de plantio da citricultura brasileira (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004).

Desde sua introdução em solo nacional até as primeiras décadas do século XX, os citrinos eram plantados por meio de semente, entretanto esse modo apresentava algumas adversidades e inconveniências, além do fato de algumas variedades não possuírem sementes (Pompeu Junior, 2004). O autor também relata que:

A propagação por semente apresenta também o inconveniente da suscetibilidade da maioria das variedades copas à gomose de *Phytophthora* (doença), à seca, dão origem a plantas que iniciam mais tardiamente a produção dos frutos e apresentam muitos espinhos que podem danificar os frutos e as folhas e dificultar a colheita.” (2004, p. 64).

Foi então, que o plantio de citros a partir das sementes caiu em desuso e diversas possibilidades de porta-enxertos começaram a ser testadas ao longo do Século XX. A técnica de enxertia une partes de duas plantas diferentes para crescerem como uma só, permitindo selecionar plantas com características desejáveis como resistência a doenças, tolerância a diversos tipos de solo e clima, além de influenciar o tamanho, vigor e produtividade da planta. Ou seja, na técnica de enxertia, a parte da planta que cresce abaixo do solo e é responsável pela absorção de água e nutrientes é proveniente de uma planta diferente daquela da copa, que produz os frutos. Essa combinação permite selecionar as melhores características de cada planta e otimizar o cultivo e a produção (Pompeu Junior, 2004).

Na década de 1920 se constitui no estado do Rio de Janeiro o primeiro Núcleo Citrícola e embora esses citricultores já almejavam o mercado externo, 85% da produção era destinada ao mercado de frutas frescas nacional, panorama que começou a mudar quando o Brasil iniciou a exportação de frutas cítricas para a Europa em 1926. Entretanto, no fim da década de 1930 uma crise atinge o setor, decorrida da seca, da nova doença chamada tristeza dos Citros e agravada pelo período da Segunda Guerra Mundial, que interrompeu o crescimento de vendas ao mercado externo. A crise resultou no abandono da cultura e drástica redução da área plantada, foi então a descoberta de porta-enxertos tolerantes à tristeza, que possibilitou a recuperação dos pomares brasileiros nas décadas seguintes (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Neves *et al.*, 2010).

É então na década de 1940 que temos uma mudança de localização do núcleo citrícola Brasileiro, com o deslocamento dos pomares do Rio de Janeiro para o interior paulista, evidenciado no relato de Neves *et al.* (2010).

Diante desses problemas, a laranja foi caminhando para a região do Vale do Paraíba no interior paulista na década de 1940, tornando-se uma opção para substituir o café na região de Limeira, chegando posteriormente a Araraquara

em 1950 e Bebedouro ao final da década, ganhando cada vez mais espaço nas novas fronteiras ao norte e noroeste do Estado de São Paulo (2010, p.12).

Durante a trajetória da citricultura Brasileira, e principalmente nos períodos de crise, fica evidente o papel e importância do Estado em promover o desenvolvimento da citricultura, por meio de políticas de incentivo, investimentos em pesquisa e infraestrutura. Durante o processo de modernização da agricultura, o Estado desempenha um papel crucial, estabelecendo a infraestrutura material e técnica necessária, que vão facilitar a produção e a comercialização dos bens produzidos (Elias, 2006; Santos; Alves, 2014). E como evidência Neves *et al.*, 2010

Entre 1920 até 1960 o desenvolvimento de tecnologia pelos órgãos governamentais ligados ao setor citrícola proporcionou o avanço e a consolidação da atividade, permitindo que a citricultura vivesse um período de plena expansão e ganhasse importância econômica (p.13).

Como exemplos temos a criação das Estações Experimentais de Limeira e Sorocaba em 1928, subordinadas ao Instituto Agrônomo de Campinas, primeiro pontapé para uma citricultura mais sistematizada e científica em território nacional. Também nessa mesma época o governo do Estado de São Paulo subsidiou a importação de maquinários de beneficiamento para as cooperativas de citrus presentes na região de Limeira, que tiveram curta duração. Além disso, no período da segunda guerra, o governo paulista entrou no mercado comprando os excedentes produzidos de laranja e tangerinas e revendendo a lucro zero nas capitais, mantendo o mercado girando e evitando a propagação de doenças (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Neves *et al.*, 2010).

Foi então num dos experimentos desenvolvidos na estação Experimental de Limeira, que ficou evidente a importância da pesquisa ao identificar porta-enxertos resistentes à doença tristeza dos citros, que havia devastados as plantações nacionais entre 1940 e 1950 (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Neves *et al.*, 2010). Assim sendo fica claro o papel do Estado de São Paulo no processo de territorialização da citricultura, corroborando para que o núcleo citrícola do se desenvolvesse no interior Paulista. Outro aspecto da territorialização do núcleo citrícola em São Paulo é que as pesquisas não se limitavam às estações experimentais, e já estava sendo amplamente disseminada através de eventos e da publicação de trabalhos técnico-científicos por parte dos citricultores.

Na década de 1950, outro desafio surgiu: o cancro cítrico. Doença que surgiu na zona Sudoeste do Estado de São Paulo, ameaçando a produção de citros na região e levando a uma campanha de erradicação liderada pelo Instituto Biológico de São Paulo. No entanto, como a doença se alastrou para outros estados como o Paraná e Mato Grosso, a campanha de erradicação tomou conotação federal. Entretanto, a doença só veio a ser controlada de forma mais efetiva a partir da década de 1970, com a criação do Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Neves *et al.*, 2010).

Outra medida implementada na época foi o "Registro de Plantas Matrizes de Citros", que tornou obrigatório o uso exclusivo de mudas provenientes de matrizes registradas. Sendo assim o comércio de mudas de citros passou a ser feito exclusivamente por viveiristas com certificação. Essa medida, ainda vigente nos dias de hoje, visa garantir a sanidade das plantas desde cedo, contribuindo para a sustentabilidade da citricultura no país (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Neves *et al.*, 2010).

Outra mudança significativa que já vinha em curso após a segunda guerra, e se intensificou no fim da década de 1950 foi um processo de modernização da agricultura no interior paulista, impulsionado pela mecanização e a utilização de insumos agrícolas, incentivadas pelas políticas do Estado. Essas transformações impactaram as relações de trabalho no campo e a produção agrícola, já dando indícios da interdependência entre a agricultura e a indústria que viria a acontecer nas décadas seguintes (Rosas, 2000).

Em 1960, impulsionada pela alta demanda por suco concentrado nos Estados Unidos, decorrente das geadas que dizimaram pomares de laranja na Flórida, o foco da citricultura brasileira mudou. Passou da produção de fruta fresca e consumo *in natura* para a produção de matéria-prima para a indústria de suco. Entretanto, a baixa qualidade do suco e das embalagens, se transformam em barreiras para a exportação. Forçando com que as indústrias importassem equipamentos mais sofisticados (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Neves *et al.*, 2010; Paulillo; 2000).

Vemos a partir dessa década uma adaptação da citricultura brasileira às exigências do mercado global, que acabou facilitada pelas pesquisas científicas e avanços tecnológicos, somados aos incentivos governamentais por meio de políticas públicas e expansão das infraestruturas de transporte e exportação (Elias, 2006; 2011).

Nesse contexto, o interesse do estado brasileiro em modernizar rapidamente a citricultura e orientá-la para o mercado internacional de suco concentrado congelado de laranja foi realizado nos anos de 60 e 70. As medidas de política pública responsáveis foram as seguintes: a) financiamento a produtores de laranja a juros subsidiados; b) financiamento a curto prazo para a manufatura de artigos de exportação e como adiantamento sobre contratos de câmbio, a juros subsidiados; c) financiamento de médio e longo prazos para implantação ou expansão industrial, capital de giro e sustentação de estoques, a juros subsidiados; d) isenção de IPI e ICM sobre o valor das mercadorias exportadas; e) subsídios à exportação, ou seja, restituição dos valores dos impostos citados no item anterior, e a exclusão da base de cálculo do imposto de renda do lucro auferido em exportações (PAULILLO, 2000, p. 90).

Essa mudança no enfoque da citricultura pode ser entendida à luz das mudanças estruturais e produtivas descritas por Elias (2006; 2011), ocorridas a partir da metade do século XX, onde houve uma reorganização significativa dos espaços agrícolas, resultando na criação das Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs), regiões que concentram os maiores investimentos do agronegócio globalizado. São Paulo, como pólo citrícola fortemente ligado à agroindústria, exemplifica como a agricultura foi reorganizada para atender às demandas da indústria e do mercado internacional a partir dessa época, refletindo a reestruturação produtiva mencionada pela autora.

Segundo Paulillo (2000), o grupo Alemão Eckes, em sociedade com Carl Fisher, instalou em 1964 no município de Matão a Citrosuco, transformando a cidade em um ótimo exemplo de como a agroindústria pode refuncionalizar uma cidade (Corrêa, 1999). De acordo com Elias (1996) apud Corrêa (1999), a instalação de indústrias de suco concentrado de laranja destinadas ao mercado internacional, inseriu Matão na rede urbana globalizada, proporcionando-lhe uma nova identidade funcional e promovendo um significativo crescimento populacional, de 8.229 habitantes em 1960 para 60.547 em 1991.

A partir de 1970, houve um aumento significativo nas áreas plantadas em São Paulo, com o núcleo citrícola principal se deslocando rumo ao norte do estado, alcançando as cidades de Bebedouro e São José do Rio Preto, já dando indícios de sua expansão rumo ao Triângulo Mineiro. É também nessa década que a indústria passa a exercer pressão nas variedades plantadas de laranja, dando prioridades aquelas com maturação mais tardia para prolongar o período de produção (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004). Entretanto, com a crise que atingiu o setor no período de 1974 e 1976 com a queda do preço das *commodities*, o estado assumiu a função

de coordenador da cadeia produtiva citrícola, função que perdurou até o começo dos anos de 1980 (Paulillo, 2000).

Assim, durante a década de 1960 e 1970 o estímulo estatal à modernização da citricultura, fez com que principalmente os grandes produtores e as indústrias, que possuíam maior capacidade de investimento e acesso ao crédito, desfrutarem intensamente dos subsídios e fortalecesse o cinturão citrícola paulista. O crescimento da produção e a concentração de capital nas agroindústrias impulsionaram o desenvolvimento de uma série de cidades no interior paulista, que se tornaram importantes centros de produção e processamento de laranja (Paulillo, 2000).

Segundo Neves *et al.*, 2010:

A união de uma citricultura extremamente desenvolvida e uma indústria competitiva fez com que o Brasil se tornasse o maior produtor mundial de laranjas na década de 1980, superando os Estados Unidos não só em produção como também em tecnologia de citros (p. 13).

A partir da década de 1980, o Estado brasileiro passou a delimitar suas ações em relação à citricultura, concentrando-se em políticas setoriais, como incentivos fiscais às exportações e investimentos em pesquisa e desenvolvimento. O crédito rural subsidiado, que havia impulsionado a modernização do setor nas décadas anteriores, foi reduzido. Assim o domínio do capital industrial e financeiro sobre o setor cresceu, permitindo as grandes processadoras de suco ditarem as condições de mercado para os produtores de laranja. Nesse período, empresas como Cutrale, Citrosuco e Citrovita fortaleceram sua presença no mercado, estabelecendo um modelo de integração vertical e reduzindo a autonomia dos citricultores na definição dos preços da fruta (Paulillo, 2000).

Complexos agroindustriais (CAIs) referem-se a um conjunto de atividades interligadas que envolvem a produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas. No caso da citricultura, os CAIs se caracterizam pela forte integração entre os segmentos agrícolas e industriais, sendo dominados por grandes empresas processadoras de suco, como Cutrale, Citrosuco e Citrovita (Paulillo, 2000). Entretanto, os CAIs, frequentemente promovidos como um motor econômico por meio da exportação, tem uma ideologia profundamente enraizada nas classes dominantes. Essa ideologia, construída sobre indicadores econômicos que ocultam os impactos socioambientais do modelo de agricultura capitalista, submete as populações rurais e florestais a processos de expropriação e violência (Carvalho; Oliveira, 2021).

A década de 1990 foi marcada por desafios estruturais e conjunturais. O Plano Real (1994) trouxe estabilidade econômica, mas afetou negativamente a competitividade da citricultura brasileira, uma vez que a valorização do real encareceu as exportações. Além disso, a crescente automação industrial e a busca por eficiência econômica levaram à terceirização da mão de obra agrícola, resultando na precarização das relações trabalhistas. As cooperativas de mão de obra rural surgiram como resposta a esse novo cenário, mas enfrentaram dificuldades devido à falta de regulamentação e apoio institucional (Paulillo, 2000).

Nessa pesquisa, entende-se que essa mudança de paradigma, somadas às inúmeras doenças que afetam os citros, trouxeram consigo contradições significativas, especialmente no que tange à segurança alimentar, concentração fundiária e principalmente o uso exacerbado de agroquímicos que prejudicam a biodiversidade. Com uma produção voltada às indústrias e mercados globais vemos a produção destinada ao autoconsumo cada vez mais relegada a um segundo plano, levando muitos agricultores familiares a direcionar uma proporção cada vez maior de sua produção para o mercado e indústrias em busca de rentabilidade e ficando à mercê das flutuações do mercado externo (Gazolla e Schneider, 2007; Menezes *et al.*, 2019).

Na virada para o século XXI a citricultura brasileira continuou a crescer, consolidando sua liderança mundial na produção e exportação de suco de laranja, mas passou a sofrer com as flutuações dos preços no mercado internacional e com a incidência cada vez mais constante de pragas e doenças. Ainda assim os números brasileiros impressionam, exportando 98% de sua produção o país produziu mais da metade do suco de laranja consumido mundialmente no início do século XXI. (Neves *et al.*, 2010).

No decorrer dos anos se constata uma dispersão das plantações de citrus por todo o país, com uma concentração marcante no Sudeste, especialmente em São Paulo, com foco na produção de laranjas destinadas ao setor de processamento (Neves *et al.*, 2010). E em decorrência da associação do setor citrícola à indústria, a escolha dos porta enxertos e das variedades de copa estão intrinsecamente ligadas ao seu destino final, o processamento. Essa estreita base genética tem facilitado a proliferação de pragas e doenças, principalmente em áreas densamente plantadas, como foi em São Paulo em anos passados (Almeida; Passos, 2007).

Segundo Neves *et al.* (2010) na safra de 2008/09, aproximadamente 67% das frutas cítricas foram destinadas às indústrias de processamento, 32% ao mercado

interno de fruta in natura e 1% à exportação de fruta in natura. Sendo que, somados, o estado de São Paulo e o Triângulo Mineiro destinaram 86% de sua produção de laranjas ao setor industrial. Para se ter uma noção, em 2022, segundo dados da pesquisa Produção Agrícola Municipal, do IBGE, do total nacional, 62,7% da área plantada com Laranjas, 57% da área plantada com limões e 20% da área plantada com Tangerinas estão no Estado de São Paulo, representando consecutivamente 77%, 73,5% e 34% da produção nacional dessas frutas (IBGE, 2022).

Assim, constata-se a concentração da área plantada com citros no estado paulista, especialmente com laranjas e limões, frutos que têm uma adesão maior por parte das indústrias de processamento. Já que a tangerina é majoritariamente direcionada ao mercado de consumo in natura. Um dos prováveis motivos para essa concentração é a presença de grandes processadoras de suco no estado. Entretanto, alguns autores creditam esse fato a fatores pedológicos e climáticos que conferem às frutas paulistas mais suco que nas demais regiões (Neves *et al.* 2010). Nas palavras do autor:

A fruta com um maior conteúdo de suco, característica proveniente de vários fatores dos quais a maior parte não são controlados pelo homem, é o que tem mantido São Paulo e Flórida, por décadas, líderes na produção de suco de laranja, enquanto os demais polos citrícolas tiveram que se especializar na produção e embalagem da laranja in natura (2010, p.35).

Ou seja, entende-se que as indústrias de processamento de citros demandam uma grande quantidade de matéria-prima para sustentar a produção de suco. Essa necessidade exerce uma pressão significativa sobre os produtores para que forneçam volumes elevados de frutas, garantindo a continuidade e a eficiência do processo industrial. Afinal essas Regiões Produtivas Agrícolas, como observado por Elias (2012), se configuram como espaços funcionais, moldados pela lógica do agronegócio globalizado, onde grandes corporações hegemônicas ditam as condições de produção e comercialização.

Essa estreita relação entre a citricultura e a indústria culminou na falta de tecnologias e informação adequadas para a produção de frutas cítricas de mesa. Nas palavras de Koller e Schaefer:

(...) por motivos óbvios, a prioridade foi a produção de laranjas para produção e exportação de suco, que não requer frutos de boa qualidade, mas sim elevada produtividade. Por isso, a produtividade dos pomares assumiu a prioridade nas pesquisas, ensino e extensão, em detrimento do cultivo de tangerineiras, que requer a produção de frutos de melhor qualidade (2017, p. 22).

Dessa forma, a concentração das áreas plantadas com laranjas e limões no estado de São Paulo, somados a prioridade que se dá na a esses cultivares na pesquisa e extensão, não só responde à demanda das indústrias por frutos com alto teor de suco, mas também à necessidade de se manter um fluxo contínuo e elevado de matéria-prima, resultando em uma integração funcional entre os espaços agrícolas e urbanos dos complexos agroindustriais, refletindo a profunda reconfiguração territorial impulsionada pela reestruturação produtiva da agropecuária (Elias, 2012).

Fato que tem se intensificado nas últimas décadas e pode ser evidenciado nas palavras de Neves *et al.* (2010):

A produção da laranja no cinturão citrícola, assim como o seu destino, foi se alterando ao longo do tempo, ficando evidente um aumento do fornecimento para a indústria e, conseqüentemente, uma redução do fornecimento ao consumo in natura. A produção destinada à indústria saiu de 76% da produção total do cinturão citrícola em 1995 para 86% da produção em 2009, ou seja, um crescimento de 10%. Em contrapartida, nota-se que a fruta destinada ao consumo in natura, que representava 24% em 1995 e passou para 14% em 2009, sofreu uma redução de 10% (2010, p. 45).

Mais especificamente quanto às laranjas, Neves *et al.* (2010) relata que de 1990 a 2009, a área plantada com laranjas na Bahia e Sergipe quase dobrou, no mesmo período, a área plantada no Paraná quadruplicou e no Alagoas cresceu sete vezes, enquanto estados como Goiás, Pará, Amapá e Acre também tiveram aumento. Segundo o autor:

A produção nesses Estados menos tradicionais no cultivo de citros destinava-se majoritariamente ao mercado interno de fruta in natura, cuja demanda é crescente em função da elevação do poder aquisitivo da população brasileira. A capacidade destes novos cinturões citrícolas do Nordeste e Sul do país em suprir cada vez mais a demanda de laranja in natura consumida pela população do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil contribuiu na última década com a queda da oferta da fruta in natura em São Paulo, que passou de 80 milhões a 100 milhões de caixas para 30 milhões a 40 milhões de caixas por ano (Neves *et al.*, 2010, p. 34).

O que nos leva a pensar que a produção de citros in natura, para mesa, se deslocou para os demais Estados Brasileiros, onde a área plantada com esses frutos tem crescido nos últimos anos (Neves *et al.*, 2010). Segundo Koller e Schaefer (2017), nos estados de Minas Gerais e Bahia houve a expansão do plantio de citros em regiões de altitude elevada, buscando aspectos de sabor e coloração mais intensos e que melhor atendem às demandas do consumidor. Além disso, a crescente demanda por frutos orgânicos, impulsionou o plantio de grandes áreas de citros com base na agricultura familiar e de práticas orgânicas no Rio Grande do Sul.

Quanto as tangerinas, nota-se um aspecto notável na produção nacional, que é o grande decréscimo nas últimas décadas da área plantada com tangerinas no estado de São Paulo, saindo de mais de 26 mil hectares em 2003 para pouco mais de 11 mil hectares em 2021, concomitante a esse processo de desterritorialização a um aumento do plantio em Minas Gerais, que saiu de 4190 hectares plantados para mais de 13 mil hectares em 2022 (IBGE, 2022). Sendo um dos principais fatores para essa des-re-territorialização o *Greeningou Huanglongbing* (HLB), doença presente no Brasil desde o início do século XXI, e que vem devastando pomares em todo país (Leite Júnior, *et al.*, 2022).

Segundo Neves *et al.* (2010), nas últimas décadas, o *Greening* ou HLB tem sido o fator determinante para o deslocamento da citricultura para novas áreas onde ainda não havia proliferação da doença. O principal afetado até então era o estado de São Paulo, que perdeu grande parte de sua área plantada devido à necessidade de erradicação das plantas afetadas pela doença. As tangerinas são as mais suscetíveis ao HLB dentre os citros. O controle da doença se baseia no plantio de mudas sadias de viveiros certificados, na eliminação das plantas doentes e no controle do psílídeo, um pequeno inseto da ordem Hemiptera, conhecido por ser uma praga agrícola. O controle do psílídeo é feito através da aplicação alternada de inseticidas, em intervalos quinzenais ou mensais, a depender da época do ano e da proliferação da doença (Leite Júnior, *et al.*, 2022).

Atrelado a esse cenário Neves *et al.* (2010) relata o aumento do consumo de agrotóxicos na citricultura, representando um aumento de 75% nas vendas entre 2004 e 2010, nessa mesma faixa de tempo o consumo de inseticidas cresceu cerca de 600% em decorrência do HLB. Cenário que colocou em 2009 a citricultura como a segunda cultura que mais utilizou agrotóxicos por hectare, chegando a 17,5 kg/ha de ingrediente ativo, ficando atrás apenas do algodão (27,1 kg/ha), sendo o terceiro lugar a soja (7,6 kg/ha), cenário que faz da citricultura um prato cheio para as multinacionais que produzem esses agrotóxicos.

Em 2022, a taxa média de incidência da doença alcançou 24,42%, um aumento expressivo em relação aos 18% registrados em 2018, representando um desafio para os produtores, que enfrentam dificuldades para conter a disseminação do patógeno, apesar das medidas de controle intensificadas. A doença é especialmente preocupante em propriedades menores e em pomares mais antigos, embora também tenha sido observada uma elevação da incidência em grandes propriedades, onde o

percentual de árvores com sintomas subiu de 14,06% em 2021 para 19,39% em 2022 (Ribeiro; Boteon; Geraldini, 2023).

Entre as principais causas do aumento do *Greening*, destacam-se o controle inadequado do vetor psílídeo, que muitas vezes não segue as recomendações agronômicas, o baixo nível de erradicação de plantas infectadas e a falta de sincronização regional no manejo da doença. A resistência do vetor a determinados inseticidas, devido ao uso repetitivo de piretróides sem rotação adequada de moléculas, também tem dificultado o controle eficaz da praga. Além disso, o clima tem desempenhado um papel relevante na proliferação do psílídeo, favorecendo a disseminação da doença em diversas regiões do cinturão citrícola (Ribeiro; Boteon; Geraldini, 2023).

O aumento da incidência do *Greening* tem levado a uma elevação substancial dos custos de produção na citricultura, especialmente devido à intensificação do uso de inseticidas, assunto que será melhor abordado na próxima sessão, junto com um panorama das principais doenças da citricultura brasileira no século XXI.

2.2 A CONDIÇÃO FITOSSANITÁRIA DAS LAVOURAS DE CITRUS

A condição fitossanitária da produção de citrus é um fator determinante para a sustentabilidade e a competitividade da citricultura brasileira, que é a maior do mundo em volume e qualidade. Desde o começo do século XX a produção de citrus enfrentou diversos desafios, como o aumento nos problemas com mão-de-obra, comercialização, mas principalmente a questão fitossanitária.

Mesmo com todo investimento em tecnologia e conhecimento, que tem cada vez mais intensificado a especialização do setor, novas pragas e doenças surgem constantemente, impondo desafios crescentes à citricultura, tornando cada vez mais necessário a geração, validação e transferência de conhecimento e tecnologia aplicáveis ao setor (Machado, 2004).

O cancro cítrico (1957), a Clorose variegada dos citros (1987), a morte súbita (2001) e o *Greening* (2004), representados na figura 2, têm causado problemas sérios para a citricultura brasileira. Essas doenças, muitas vezes culminam na erradicação dos pomares, forçando muitas das áreas de produção a migrar para lugares onde não há registros dessas doenças (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Neves *et al.*, 2010).

Figura 2 - Principais doenças da citricultura no século XXI.



Fonte: Fundecitrus (2025).

O cancro cítrico (a) é causado por uma bactéria que se espalha pelo vento, pela chuva e também por insetos, como o minador-dos-citros, que causa lesões nas folhas que permitem a entrada da bactéria. É uma doença que afeta todos os tipos comerciais de citros e se espalha rapidamente, causando estragos nas folhas, frutos e ramos das plantas, levando a queda prematura das folhas e frutos. Essa doença é considerada quarentenária no Brasil, o que significa que as plantas infectadas devem ser erradicadas (Fundecitrus, 2025a).

A Clorose variegada dos citros (CVC) (b) também é causada por uma bactéria, transmitida por cigarrinhas. Causa o amarelecimento das folhas, a queda prematura de frutos e a morte das plantas. A CVC é uma doença endêmica no Brasil, o que significa que está presente em todas as regiões produtoras de citros (Fundecitrus, 2025b). A Leprose dos citros (c) é uma doença viral que, transmitida por um tipo de ácaro, afeta principalmente as laranjeiras doces, causando perdas de produção e reduzindo a vida útil das árvores (Fundecitrus, 2025c).

A Morte Súbita dos Citros (MSC) (d), tem afetado principalmente laranjeiras doces e tangerinas Cravo e Ponkan enxertadas em porta-enxertos intolerantes. A doença pode causar a morte repentina da planta ou, em casos menos severos, resultar na diminuição do seu tamanho, quantidade e peso dos frutos. A causa da

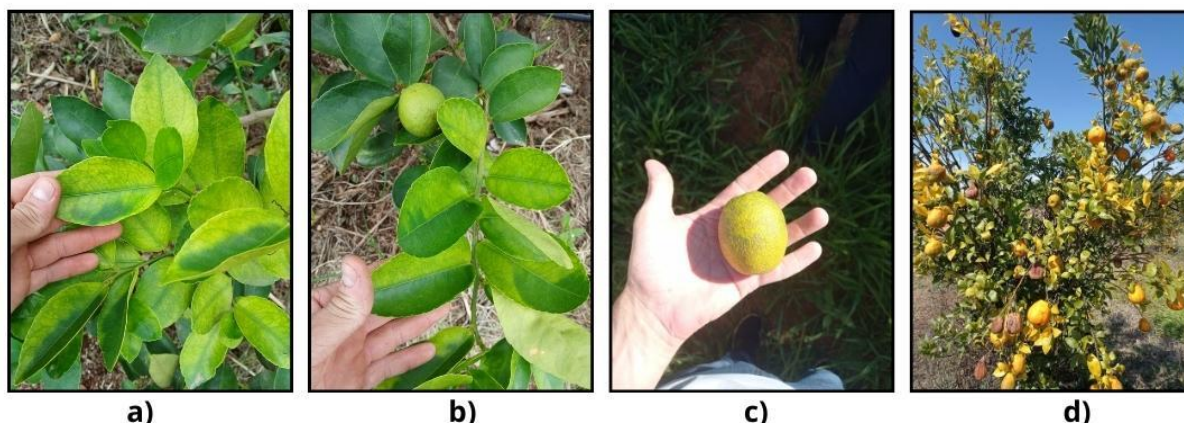
MSC ainda não foi definida, mas pesquisas indicam uma possível associação com variantes do vírus da Tristeza dos Citros (CTV) e/ou com o CSDaV (Citrus Sudden Death associated virus), transmitido por um vetor aéreo ainda não identificado (Fundecitrus, 2025d).

A pinta preta (e), é uma doença fúngica que causa queda prematura de frutos e prejudica a aparência dos citros, impactando a comercialização, especialmente para exportação. A pinta preta afeta todas as variedades de laranjas doces, limões verdadeiros, tangerinas e seus híbridos, com maior severidade em variedades de maturação tardia (Fundecitrus, 2025e). No Brasil, a pinta preta está presente em todas as regiões citrícolas. Já a podridão floral dos citros (PFC) (e), também conhecida como “queda prematura de frutos cítricos”, é uma doença fúngica que afeta as flores das árvores, causando perdas significativas na produção. A doença afeta praticamente todas as variedades comerciais, mas causa danos mais severos em laranja doce Natal (Fundecitrus, 2025f).

Por fim, o *Greening*, também conhecido como *Huanglongbing* (HLB) ou amarelão dos citros, é considerado pela Fundecitrus a doença mais destrutiva dos citros no Brasil e a maior ameaça à citricultura mundial. O agente causador da doença é uma bactéria, que é transmitida pelo psílídeo, um tipo de inseto e afeta todos os tipos de citros, sem cura. As árvores jovens infectadas não produzem frutos, enquanto as adultas sofrem queda prematura e definham com o tempo, sendo as tangerineiras (*Citrus reticulata*) e seus híbridos extremamente suscetíveis ao HLB, ou seja, é o tipo de citrus mais afetado pela doença. O controle do *Greening* exige o plantio de mudas sadias, a eliminação das plantas doentes e o controle do psílídeo por meio de agrotóxicos (Fundecitrus, 2025g).

Os sintomas do *Greening* podem ser observados durante todo o ano, principalmente entre o final do verão e o início da primavera. Os sintomas nas folhas incluem mosqueado assimétrico, com manchas irregulares que alternam entre o verde e o amarelo (ver figura 3). Os frutos não amadurecem normalmente, ficam deformados, pequenos, com coloração verde-clara manchada e caem precocemente (ver figura 3 (c)). Internamente apresentam sementes abortadas, filetes alaranjados na columela e suco com sabor mais ácido, menos doce e mais amargo (Fundecitrus, 2025).

Figura 3 - Sintomas do *Greening* nas plantas cítricas.



Fonte: Trabalho de campo (2024 - 2025). Arquivo pessoal (Deilson Alves Dias).

Legenda: a) Folhas de lima Tahiti de uma planta afetada pelo *Greening*.

b) Folhas de lima Tahiti de uma planta afetada pelo *Greening*.

c) Fruto de uma laranjeira afetada pelo *Greening*.

d) Pé de tangerina Ponkan afetada pelo *Greening*.

A figura 3, ilustra os efeitos do *Greening* em alguns tipos de citrus, as figuras (a) e (b) mostram folhas com o característico mosqueado assimétrico e amarelecimento em um pé de lima ácida taiti. Na figura 3 (c), o fruto de laranja apresenta coloração amarelada prematura, um sintoma comum em frutos de árvores doentes. A figura 3 (d) retrata um pé de tangerina Ponkan com frutos deformados, alguns com o formato de "cabacinha", e outros apodrecendo precocemente. O *Greening* impede o amadurecimento completo, resultando em frutos deformados, impróprios para comercialização *in natura*.

Neves *et al.*, afirma que:

Pragas e doenças foram responsáveis pela erradicação de 40 milhões de árvores nesta década. A mortalidade saltou de 4% para preocupantes 7,5%. Essas doenças foram responsáveis por perdas de quase 80 milhões de caixas por ano. Uma das preocupações mais sérias do setor é o *Greening*, que avança com extrema rapidez (2010, p. 09)

A concentração espacial da produção de citrus somada a uma limitada variedade de porta-enxertos e copas utilizadas, sendo o limoeiro 'Cravo' o porta-enxerto utilizado em 85% dos casos, enquanto a laranjeira 'Pêra' predomina como opção de copa, preferências impulsionadas principalmente para maximizar a eficiência industrial, acabam facilitando a rápida proliferação de pragas e doenças (Almeida; Passos, 2007).

Essa grande incidência tem influenciado cada vez mais o aumento dos custos de produção, fazendo com que muitos agricultores familiares acabem desistindo do ramo por não encontrarem maneiras de se sustentar na citricultura. Entre as safras de 2002/03 e 2009/10, houve um incremento significativo de aproximadamente 70% nos custos operacionais, passando de R\$4,25 por caixa para R\$7,26 por caixa. Este aumento foi impulsionado pelo encarecimento dos insumos agrícolas, especialmente fertilizantes, além de custos associados ao inseticida, como exemplifica a figura 4, para controle de doenças cada vez mais implacáveis (Neves *et al.*, 2010).

Figura 4 - Evolução do gasto com agrotóxicos na citricultura brasileira.



Fonte: Pagliuca *et al.* (2012).

Em 2012, os custos operacionais da produção de citrus eram impactados significativamente pelo aumento dos gastos com mão de obra, manejo fitossanitário e colheita. Na época, a colheita era o principal fator de encarecimento, uma vez que os custos com trabalhadores permanentes e temporários representavam até 38% dos gastos desembolsáveis (Pagliuca, *et al.*, 2012).

Já em 2023, a tendência de aumento nos custos operacionais continuou, com o custo médio por hectare ultrapassando os R\$33.000,00, chegando a R\$42.779,78 em algumas propriedades com sistemas irrigados e de alta densidade. O aumento foi impulsionado, em grande parte, pela necessidade de um maior controle fitossanitário, associado a mecanização e gastos com fertilizantes (Ribeiro; Boteon; Geraldini, 2023).

Ainda segundo os autores:

A incidência do HLB (*Greening*) nos pomares segue evoluindo no cinturão citrícola paulista e, conseqüentemente, exigindo um maior número de pulverizações e elevando os custos com o tratamento para o controle do vetor e com a erradicação/replante das plantas. As estimativas indicam que os gastos exclusivos para controle do HLB podem chegar a representar quase 30% das despesas relacionadas ao manejo (Ribeiro; Boteon; Geraldini, 2023, p. 16).

Desse modo, acredita-se que, até o momento o grande desafio enfrentado pela citricultura brasileira sejam as doenças que, constantemente, forçam os produtores a erradicar suas plantações para evitar a propagação e garantir a sanidade dos pomares vizinhos (Almeida; Passos, 2007; Neves *et al.*, 2010). Segundo Neves *et al.* (2010) no século XXI o HLB é o principal problema fitossanitário da cultura e a necessidade do manejo integrado é fundamental para garantir a saúde dos pomares.

Entre as ações necessárias no combate a pragas e doenças estão o uso de mudas sadias e certificadas, a inspeção e eliminação das plantas doentes, o controle do psilídeo com pulverizações adequadas e alternância de inseticidas, a adoção de boas práticas agrônômicas, a conscientização e capacitação dos agricultores e trabalhadores rurais, o monitoramento e fiscalização das áreas produtoras, o incentivo à pesquisa e inovação tecnológica, e a integração entre os diferentes agentes da cadeia produtiva (Reis, 2008; Aquino, 2012).

Segundo o Fundecitrus (2022), a incidência de *Greening* no cinturão citrícola de São Paulo e Minas Gerais atingiu seu maior patamar médio em 2022, com 24,42% das laranjeiras com sintomas da doença. Assim, somado ao cancro cítrico, que está presente em quase todas as regiões produtoras do país, cada vez mais são necessárias medidas de controle fitossanitário rigorosas, além de uma organização maior por parte dos citricultores e dos órgãos públicos para o controle da doença.

A introdução dessas doenças no Brasil teve um impacto significativo nas áreas plantadas com citrus. O cancro cítrico e o *Greening* levaram e levam à destruição de milhões de árvores cítricas, causando perdas e transformações significativas no uso do território (Almeida; Passos, 2007; Neves *et al.*, 2010; Reis, 2008).

O interior paulista foi uma região que sofreu grandes impactos com a questão fitossanitária, e a disseminação do cancro nas plantações. Segundo Reis (2008) o controle da doença foi realizado por meio da erradicação da bactéria, que envolve a erradicação das plantas infectadas e das demais num raio de 30 metros. Esse método

foi definido pela Coordenadoria de Defesa do Estado de São Paulo, através da portaria 19/99. Além disso a erradicação da doença se tornou um programa nacional:

A erradicação do cancro cítrico é um programa nacional coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no Estado de São Paulo é executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, através da Coordenadoria de Defesa Agropecuária em parceria com o Fundo de Defesa da Citricultura – FUNDECITRUS, com recursos do MAPA, do Tesouro do Estado de São Paulo e da iniciativa privada (Reis, 2008, p. 49).

O que corrobora para que façamos a relação entre a diminuição da área plantada e da produção de tangerinas no estado de São Paulo do início do século para os dias atuais, refletindo uma possível desterritorialização da produção de tangerinas no estado paulista.

A questão fitossanitária que atua sobre os citros, além de impor restrições comerciais por parte de outros países, dificultando a exportação de frutas, frequentemente exige a erradicação de plantas infectadas, reduzindo a área plantada e aumentando os custos de produção devido à necessidade de investimentos em agrotóxicos e mão de obra especializada (Almeida; Passos, 2007).

Além disso, ácaros, fungos, pulgões, Mosca Negra, Mosca das Frutas, Minador dos Citros, Escama Farinha, Bicho-furão e etc, afetam a qualidade das frutas, tornando-as difíceis de serem comercializadas perante a depreciação dos atravessadores, muitas vezes perdendo valor comercial e resultando no descarte ou comercialização a preços muito baixos. Essa preferência por frutas visualmente perfeitas se reflete no comportamento de compra dos consumidores, que buscam frutas com bom aspecto e tamanho ideal, que atinjam o “padrão de mercado” (Brito Júnior *et al.*, 2016).

Esses fatores culminam em um uso intensivo de agrotóxicos e insumos para o controle de pragas, doenças e a manutenção de um aspecto ideal para a comercialização, gerando impactos negativos na biodiversidade local e representando um risco para a saúde de trabalhadores rurais expostos a esses produtos químicos. Por outro lado, esse cenário de uso intensivo de agrotóxicos se torna um "prato cheio" para as multinacionais do setor, como "Bayer", "Syngenta", "BASF" e "Corteva Agriscience". Essas empresas, que dominam o mercado global de agrotóxicos, enxergam nos produtores de citros uma grande oportunidade de maximização do lucro, impulsionada pela demanda crescente por soluções para o controle de pragas e doenças.

2.3 TEMPORALIDADE DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS PLANTAÇÕES DE TANGERINA

Dentre as culturas que tiveram amplo crescimento na virada do século, o cultivo da tangerina ganhou destaque no cenário global. Segundo a FAO, o ramo teve sua maior taxa de crescimento da produção entre 1991 e 2002, com 2,96% ao ano, maior crescimento global dentre as frutas cítricas. Também de acordo com a agência, o Brasil já foi o quarto maior produtor mundial da fruta em 1990, passando a sexto em 2016. Além disso, foi um dos países que mais expandiu sua produção nas últimas décadas, tendo quase dobrado a quantidade produzida de 1995 a 2005, indo de 661.131 toneladas para 1.232.599 toneladas. Em 2023 foi o 7º maior produtor de tangerinas, ficando atrás de Índia, Turquia, Paquistão, Egito, Espanha e China (FAO, 2023).

Como se viu a territorialização das tangerinas no ocidente aconteceu tardiamente (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004). No Brasil as primeiras descrições da fruta datam de 1817, no Rio de Janeiro (Zaragoza, 2016). No Rio Grande do Sul há indícios da introdução das tangerinas por volta de 1860, por conta de sementes trazidas por imigrantes. Posteriormente, no século XIX aparecem os primeiros relatos de plantações de tangerinas comerciais, no estado do Rio de Janeiro, onde se estabeleceu por alguns anos o principal polo de plantio de tangerinas (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Koller; Schafer, 2017).

O estado de São Paulo teve um papel fundamental no desenvolvimento do cultivo de tangerinas no Brasil, concentrando por muito tempo os principais municípios produtores desse gênero cítrico, como Limeira, Taquaritinga e Araras (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004). No entanto, a incidência de doenças como o Cancro e o HLB causou uma retração considerável na área plantada com tangerinas na maioria desses municípios.

Diante desse cenário, agricultores em outros estados, como Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, investiram na cultura, resultando no deslocamento dos principais polos produtores da tangerina. Atualmente, esses três estados abrigam os quatro municípios que mais produzem tangerina no Brasil, somando mais de 20% da produção nacional em 2022 (IBGE, 2022).

Observa-se, portanto, que o cultivo de tangerinas no Brasil tem apresentado uma dinâmica espacial complexa e variada nas últimas décadas. Entre 1970 e 2020, observam-se sucessivos deslocamentos dos principais pólos de produção, configurando um padrão geográfico de temporalidade que desafia a estabilidade da cultura em um lugar específico.

Rogério Haesbaert (2009) destaca que o conceito de território transcende a dimensão meramente física do espaço, sendo definido pelas relações de poder que se estabelecem sobre ele. A territorialização representa o processo pelo qual um grupo social ou econômico estabelece seu controle sobre um espaço, moldando-o segundo suas necessidades e lógicas de produção e mercado. No caso da tangerina, isso ocorre quando determinadas regiões se tornam polos produtivos em virtude das condições climáticas e pedológicas favoráveis, especialização produtiva, disponibilidade de mão de obra e incentivos governamentais.

A desterritorialização, por sua vez, ocorre quando as relações de produção que sustentavam a permanência dessa atividade em um território são fragilizadas ou rompidas. Haesbaert (2009) ressalta que a desterritorialização pode ser motivada por fatores ambientais, econômicos e políticos, que enfraquecem o controle sobre um espaço e promovem deslocamentos. No caso da tangerina, a disseminação do *Greening* (*Huanglongbing* - HLB) é um dos principais agentes de desterritorialização na atualidade. A doença tem causado o aumento dos custos de manutenção das lavouras e a diminuição da produção, forçando produtores a abandonarem a atividade em regiões com altos índices de contaminação ou buscarem novos locais de produção.

Já a reterritorialização ocorre quando novos territórios são apropriados e reconfigurados para a produção, com novos atores e arranjos produtivos. Esse processo é visível na mudança dos pólos produtores da tangerina, que migraram de regiões tradicionais como o interior paulista para estados como Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, onde o *Greening* tem menor incidência e as condições estruturais e locacionais favorecem a continuidade da produção.

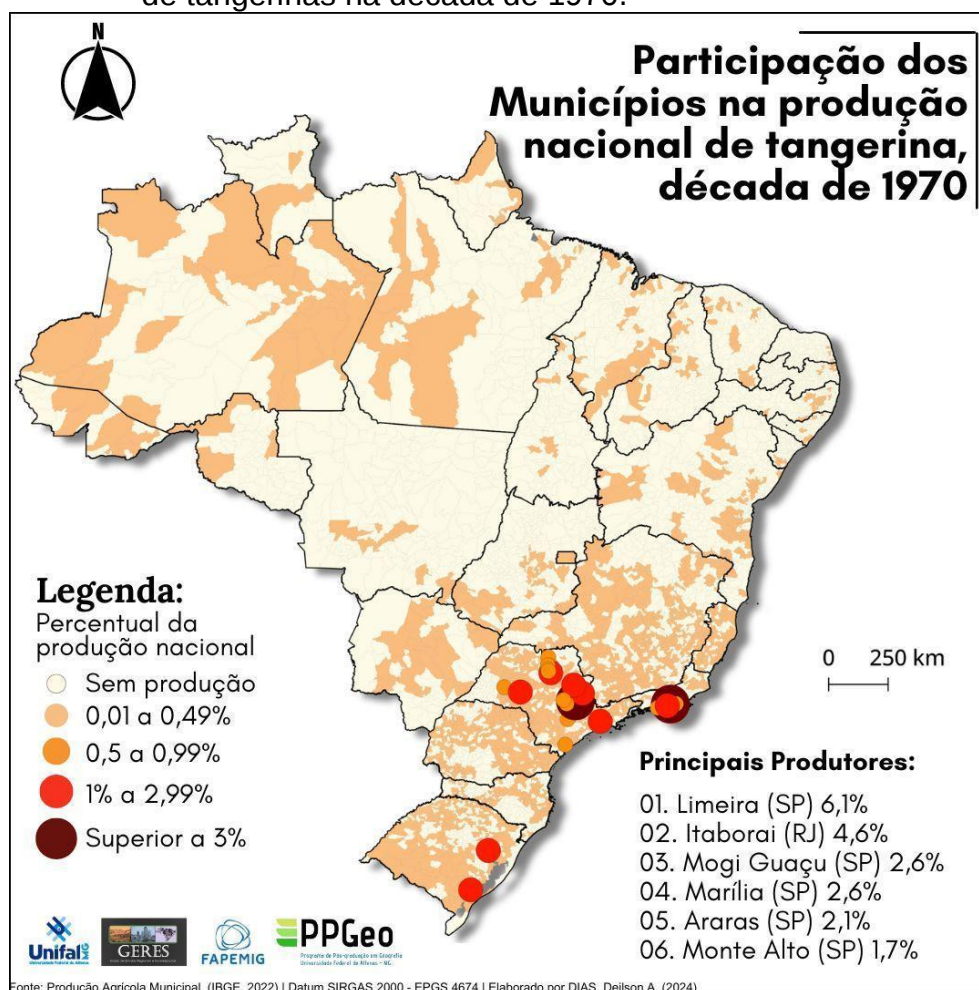
No Brasil, entre 1970 e 2020, esses três processos se manifestaram de maneira recorrente, revelando um padrão de instabilidade territorial associado à produção de tangerinas. A produção se concentra em determinadas áreas, formando pólos produtores, mas a condição climática, o aumento dos custos operacionais e a suscetibilidade da cultura a doenças, como o *Greening*, tem promovido a

desterritorialização e o deslocamento dos polos de produção para novas áreas, onde novas relações de poder são estabelecidas.

Para melhor compreendermos a ocorrência desses processos ao longo das últimas décadas, foram elaborados seis mapas baseados nos dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE, abrangendo o período de 1970 a 2020. Nas décadas de 1970 e 1980, devido à ausência de dados sobre a área plantada, os mapas foram elaborados com base na produção de tangerinas (representada em mil frutos). A partir da década de 1990, com a inclusão da variável área plantada (referente à área total), os mapas passaram a ser elaborados com essa nova informação.

Na década de 1970, o plantio de tangerinas concentrava-se no estado de São Paulo, que produziu cerca de 45% dos da produção nacional, com o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro logo atrás, com 17% e 8%, respectivamente. (IBGE, 2023). O Mapa 2 ilustra essa concentração da produção nos três estados, principalmente em São Paulo, detentor dos pólos produtores. Destaque para Limeira (SP) e Itaboraí (RJ), que detiveram 6,1% e 4,6% da produção de tangerinas na década de 1970, respectivamente.

Mapa 2 - Mapa dos municípios polos da territorialização da produção de tangerinas na década de 1970.

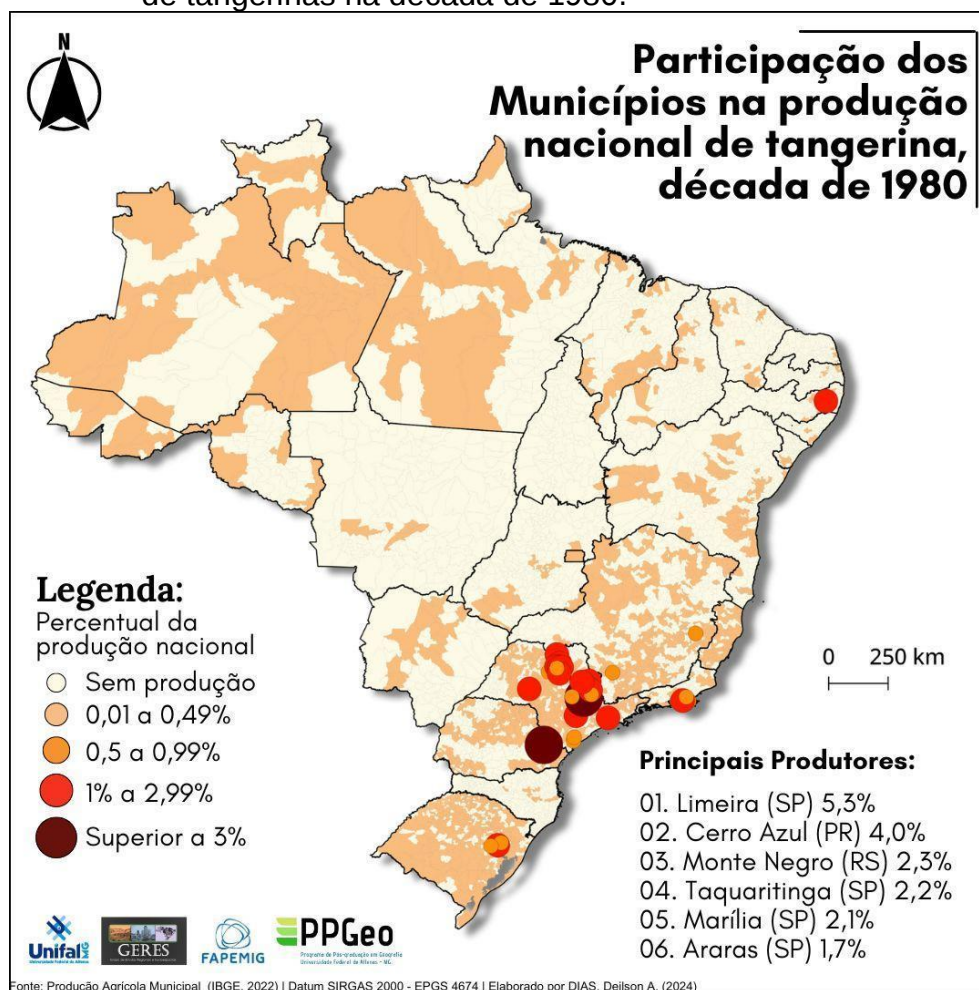


Fonte: Do autor.

Outros municípios importantes na produção da década de 1970 incluíam Mogi Guaçu, Marília, Araras e Monte Alto, todos localizados em São Paulo. Em geral, a maioria dos municípios produtores contribui com menos de 0,5% cada para a produção nacional, sendo que os maiores produtores se concentravam em poucas regiões, sugerindo que essas áreas possuíam condições ideais para o desenvolvimento da atividade.

Na década de 1980, podemos observar, a partir do mapa 3, que mais estados passaram a apresentar municípios com participação superior a 0,5% na produção nacional. Notadamente Minas Gerais, com os municípios de Alfenas, ao sul do estado, e Inhapim, na Mesorregião do Vale do Rio Doce. No Paraná, surge um polo produtor no nordeste do estado. O município de Cerro Azul (PR) destaca-se pelo grande aumento na produção de tangerinas, saltando de 2.876 frutos em 1980 para 250.000 frutos em 1989, sendo o maior produtor nacional naquele ano.

Mapa 3 - Mapa dos municípios polos da territorialização da produção de tangerinas na década de 1980.



Fonte: Do autor.

Em Pernambuco, o município de Sairé emerge como importante área de produção de tangerinas nesta década, sendo a primeira a aparecer fora do eixo Sul-Sudeste. Já o estado de São Paulo continua a concentrar os principais polos de produção, apresentando um aumento em sua participação na produção nacional, que passa a ser de 53,52% na década de 1980. Outros estados que tiveram um aumento considerável foram o Rio Grande do Sul e o Paraná, que passaram a representar, respectivamente, 19% e 7,54% da produção nacional. Entre os municípios, Limeira se configurou como principal polo, apesar da redução de sua participação em relação à década passada.

Taquaritinga, outro município paulista, destacou-se como um dos grandes produtores, chegando a produzir mais de 176 mil frutos entre 1984 e 1985. No entanto, o município sofreu uma queda significativa na produção, encerrando a década com

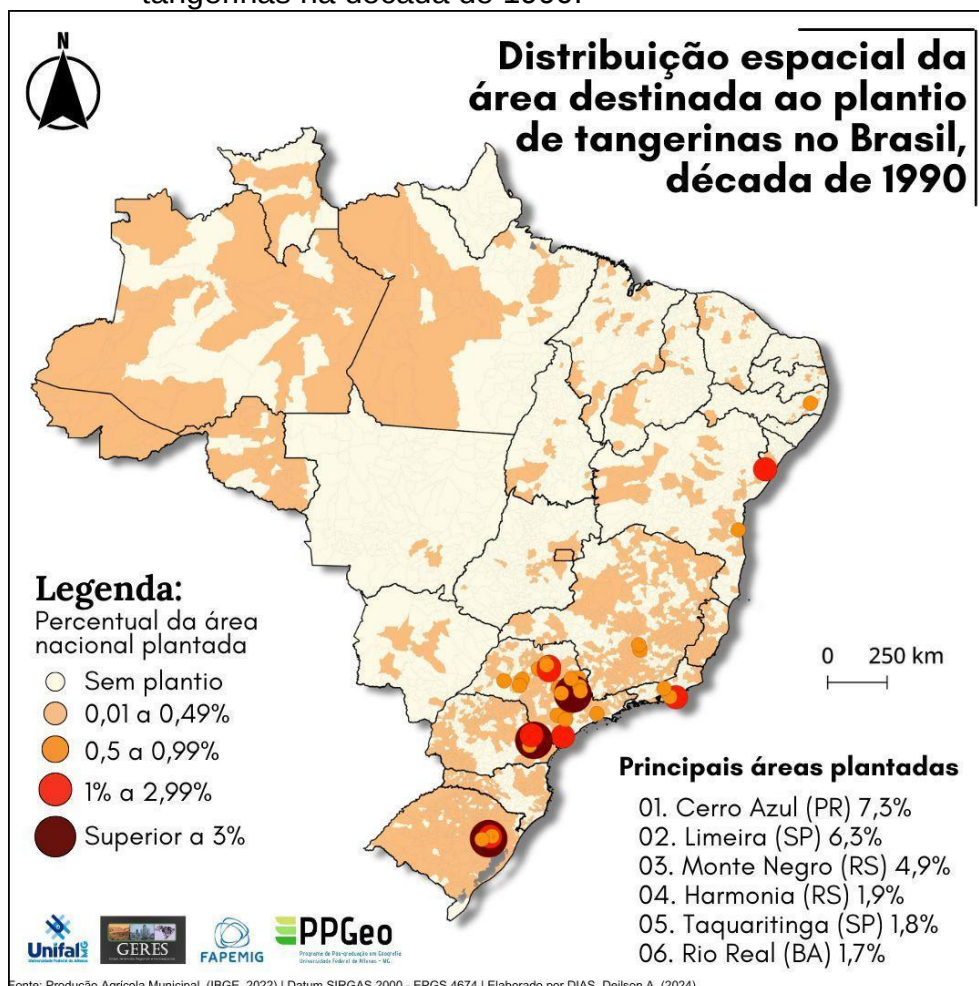
aproximadamente 39 mil frutos produzidos. Outros municípios do interior paulista que também tiveram queda na produção na década foram Marília, que retrocedeu de 81.893 frutos para zero; Mogi das Cruzes, que caiu de 128 mil para 33 mil; Bebedouro, que decresceu de 51 mil para 20 mil; e Barretos, que passou de 41.400 para 24 mil frutos.

Essa diminuição da produção de tangerinas pode estar associada à forte reestruturação que a citricultura paulista passou na década, sendo fortemente orientada em direção a produção de laranjas para as indústrias processadoras de suco congelado. Políticas públicas contribuíram para essa expansão, com o estado concentrando incentivos fiscais à exportação de suco e investimentos em pesquisa, enquanto reduzia o crédito rural subsidiado (Paulillo, 2001). Além disso, fatores sanitários desestimularam a cultura em São Paulo nos anos 1980-90. Doenças agressivas como o Cancro Cítrico e a Clorose Variegada dos Citros (CVC) comprometeram a produtividade e elevaram os custos de manejo nos pomares de tangerina (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Neves *et al.*, 2010). Contexto que nos leva a acreditar que cultivar laranjas tornou-se mais lucrativo e seguro que manter tangerinas, levando os produtores paulistas a substituírem pomares de tangerina por laranjais.

O Rio de Janeiro continuou a se destacar pela tendência de perda na centralidade da produção de tangerinas. O estado, que produzia em média mais de 454.314 milhões de frutos na década de 1970, encerrou a década de 1980 com uma produção média de cerca de 191.194 milhões de frutos, o que representou uma diminuição de quase 10% em sua participação na produção nacional. Exemplos dessa diminuição são os municípios de Itaboraí, que viu sua produção cair de 81.250 milhões de frutos no início da década para pouco mais de 13 milhões de frutos ao final; o Rio de Janeiro, que passou de 17.900 milhões de frutos para 250 mil frutos; e Cachoeiras de Macacu, que teve sua produção reduzida de 15.840 milhões de frutos para 5.530 milhões de frutos. A constante diminuição da produção de tangerinas no estado fluminense, como mencionado anteriormente, também decorre de problemas fitossanitários como a Tristeza dos citros (1937), Cancro Cítrico (1957) e o Declínio dos citros (1977) que afetaram pomares na região, reduzindo produtividade e aumentando os custos de manutenção (Donadio; Mourão Filho; Moreira, 2004; Neves *et al.*, 2010). Esse cenário somado à forte pressão da expansão urbana sobre antigas áreas rurais levou os produtores fluminenses a migrarem para outras atividades.

Na década de 1990, com a disponibilização de dados sobre a área destinada ao plantio, observa-se um aumento da área total plantada com tangerinas no Brasil, que passou de 45 mil hectares em 1990 para aproximadamente 51 mil hectares em 1999. Esse aumento deve-se, em grande parte, ao crescimento do plantio nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais (Mapa 4). Além do surgimento de núcleos de produção na Bahia, com destaque para Rio Real, município que apresentou um grande salto no plantio na primeira metade da década, passando de nenhum hectare plantado para 3 mil hectares em 1993. No entanto, a cultura no município oscilou, chegando a 1999 com apenas 120 hectares plantados.

Mapa 4 - Mapa dos municípios polos da territorialização do cultivo de tangerinas na década de 1990.



Fonte: Do autor.

Outro município baiano que sofreu grande decréscimo na área plantada foi Uruçuca, que, embora tenha iniciado a década com 950 hectares plantados, viu suas plantações serem reduzidas a zero em 1993. Esses dois municípios ilustram a

trajetória da fruta no estado como um todo, que iniciou a década com 1.541 hectares plantados, atingiu seu auge entre 1993 e 1995 com mais de 3.300 hectares plantados, mas encerrou o período com pouco menos de 400 hectares plantados.

O Paraná foi o estado que apresentou o maior crescimento na área plantada, saltando de 4.796 hectares para 10.184 hectares, fazendo com que o estado passe-se de 10,65% da área de tangerinas plantadas no Brasil para 17,25%, com destaque para a expansão na região nordeste do estado, na divisa com São Paulo, conforme a Figura 3. Cerro Azul (PR), município que já se destacava na década anterior, quase dobrou sua área de plantio, passando de 3 mil para 5 mil hectares. No mesmo sentido, municípios vizinhos tiveram um crescimento expressivo na área plantada. Dentre eles, destacam-se Doutor Ulysses (PR), que iniciou a atividade e passou de nenhum hectare plantado para 2.600 hectares em 1999, e Itaperuçu (PR), que também não possuía áreas destinadas ao plantio de tangerinas e encerrou a década com 511 hectares plantados.

Esses dados evidenciam a territorialização da produção de tangerinas na região do Vale do Ribeira no Paraná, onde a elevada produção de tangerinas, é resultado de uma combinação de fatores geográficos, climáticos e culturais que favoreceram essa territorialização. O clima subtropical úmido e as altitudes entre 200 e 800 metros criam condições ideais para produção orgânica, de alta qualidade, com mais suco, coloração intensa e sabor adocicado. Além disso, a tradição agrícola também desempenha um papel importante, com o cultivo da tangerina ponkan atravessando gerações, com famílias inteiras dedicadas à citricultura (KOLLER; SCHAFER, 2017).

O Rio Grande do Sul firmou-se na produção de tangerinas na década de 1990, apresentando um crescimento contínuo da área plantada ao longo da década, atingindo aproximadamente 13 mil hectares em 1999, o que representou 22% da área plantada no país naquele ano. Destaque para o município de Montenegro, que dobrou sua área de plantio, atingindo 3 mil hectares ao final da década e se firmando como polo na produção de tangerinas. Seguindo a tendência de Montenegro, agricultores de um município vizinho, Pareci Novo, investiram no cultivo da fruta, o que resultou em um aumento significativo da área plantada, que passou de nenhum hectare em 1990 para 980 hectares em 1999. Outros municípios da região também apresentaram extensas áreas de plantio, como Harmonia, São Sebastião do Caí e Taquari,

evidenciando uma tendência de concentração e especialização do plantio na Região do Vale do Caí, similar ao observado no Paraná, nos arredores de Cerro Azul.

Essa territorialização na região do Vale do Caí, a exemplo do Vale do Ribeira (PR), também é resultado de uma interação entre fatores naturais, econômicos e socioculturais (Panzenhagen *et al.*, 2008; Zulian; Dorr; Sidali, 2014). A produção de uma variedade de tangerina local, a bergamota Montenegrina, tornou-se referência e símbolo da citricultura dessa região, proporcionando a manutenção da tradição citrícola ao longo das gerações e consolidando o cultivo de tangerinas predominantemente entre a agricultura familiar, com pequenas e médias propriedades focadas no mercado de frutas frescas (Panzenhagen *et al.*, 2008). Além disso, a criação da Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (Ecocitrus), em 1994, representou um marco no fortalecimento da citricultura na região. A cooperativa surgiu como uma alternativa ao modelo convencional, incentivando a produção de citros sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos e buscando a verticalização da cadeia produtiva, possibilitando aos agricultores maior acesso a mercados e a produtos de maior valor agregado (Panzenhagen *et al.*, 2008; Zulian; Dorr; Sidali, 2014). Esse modelo de produção e a agregação de valor por meio da agroindústria tem garantido a competitividade e a permanência da citricultura na região, fortalecendo a identidade territorial do Vale do Caí.

Já no estado de São Paulo, observa-se uma diminuição da área destinada ao plantio em relação à década anterior, especialmente nos municípios da Mesorregião de Ribeirão Preto, como Barretos, Bebedouro, Pirangi, Taiuva, Taiacu, Pitangueiras e Monte Azul Paulista. Em outras regiões do estado, alguns municípios também tiveram diminuição da área plantada, como Mogi das Cruzes, que passou de 460 hectares no início da década para 84 hectares em 1999, além de Marília e Capela do Alto. Na região de Limeira, embora o município tenha mantido sua centralidade como polo produtor, com 6,3% da área plantada no país na década, municípios vizinhos começaram a apresentar declínio no plantio, como Casa Branca, que deixou de plantar tangerinas em 1993, além de Mogi Guaçu, Araras e Porto Ferreira, este último que apresentava 850 hectares plantados em 1990, encerrou a década com pouco mais de 15 hectares.

Na contramão dessa tendência, outros municípios do interior paulista intensificaram o plantio, o que possibilitou, apesar das oscilações ao longo da década, a manutenção da área plantada de tangerinas no estado. Destaca-se o município de

Pariquera-Açu, que passou de 300 para 1.505 hectares plantados, representando a tentativa de migração da citricultura para o sudoeste do estado paulista em busca de áreas menos afetadas pelas doenças morte súbita dos citros (MSC) e a clorose variegada dos citros (CVC) que estavam elevando os custos de produção e exigindo mais investimentos em tecnologias avançadas (Neves *et al.*, 2007).

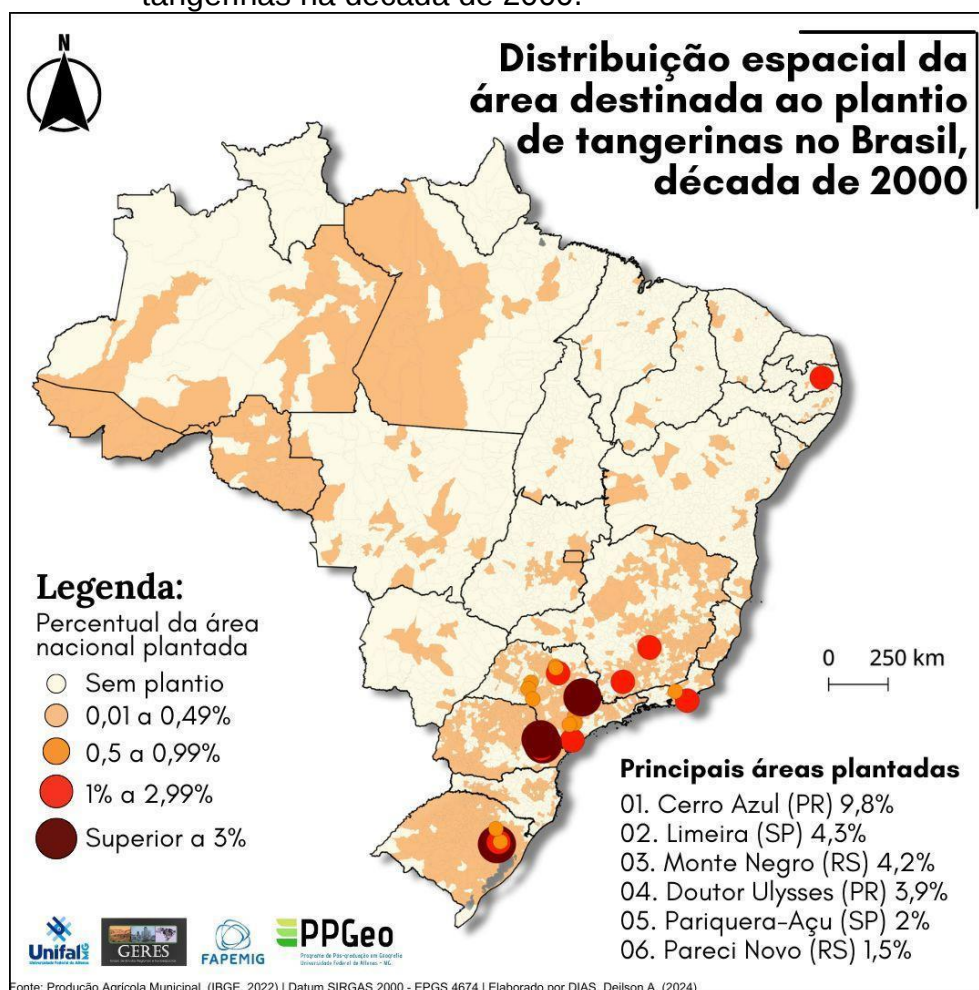
Nesse sentido, a análise da produção de tangerinas em São Paulo na década de 1990 revela a dinâmica de mobilidade e temporalidade do cultivo, sujeita a flutuações na área plantada em diferentes regiões, mesmo dentro do próprio estado. A desterritorialização da cultura da tangerina no interior paulista intensificou-se a partir dos anos 2000, sobretudo devido à disseminação do *Greening*. Como resultado, muitas regiões antes dominantes na produção passaram por um declínio acentuado, com produtores abandonando a cultura e migrando para outras atividades agrícolas, ou áreas com menor incidência da doença.

Em Minas Gerais, as áreas destinadas ao plantio de tangerina mais que dobraram ao longo da década de 1990, passando de 2.310 hectares em 1990 para 5.209 hectares em 1999. Municípios como Belo Vale, Campanha e Brumadinho iniciaram e intensificaram o plantio ao longo da década e, ao final, já figuravam entre os 13 municípios brasileiros com as maiores áreas plantadas de tangerinas.

Belo Vale, que iniciou o plantio nesta década, passou de 2 hectares plantados para 610 hectares em 1999, cenário parecido com o de Campanha, que passou de 20 hectares para 550 hectares. No caso de Brumadinho, havia 150 hectares plantados em 1990, área que passou para 600 hectares em 1999. São principalmente esses os municípios que vão se firmar e expandir o plantio no estado também na década seguinte, colocando Minas Gerais de vez no cenário nacional como um importante produtor de tangerinas a partir da virada do século.

Com base no mapa 5, podemos constatar a fixação desses núcleos de produção no estado de Minas Gerais, mais especificamente na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas. Campanha continuou a expandir sua área destinada ao plantio ao longo dos anos 2000, atingindo cerca de 780 hectares ao final da década. Na região central do estado, os municípios vizinhos de Brumadinho e Belo Vale também expandiram suas áreas de plantio, alcançando, em 2009, 1.025 hectares e 972 hectares, respectivamente. Esses dois municípios se destacaram como os principais polos produtores do estado ao longo da década.

Mapa 5 - Mapa dos municípios polos da territorialização do cultivo de tangerinas na década de 2000.



Fonte: Do autor.

Outro estado a apresentar um aumento na área plantada foi a Paraíba, que conseguiu destacar o município de Matinhas como responsável por 1,55% das áreas nacionais plantadas na década. Esse município possuía cerca de 500 hectares plantados em 2000 e atingiu 850 hectares em 2009, cenário similar ao que ocorreu em Alagoa Nova, que quase dobrou sua produção, passando de 330 hectares no começo da década para 600 hectares destinados ao plantio de tangerinas ao final da década de 2000.

O caso da Bahia chama atenção. Na década anterior, a área destinada ao plantio de tangerinas no estado declinou, resultando na perda de mais de mil hectares plantados ao longo dos anos 1980, evidenciado na perda de centralidade dos municípios de Rio Real e Uruçuca. Entretanto, a partir do ano 2000, quando atingiu apenas 365 hectares plantados, o panorama começou a se reverter, e a Bahia foi um dos poucos estados a apresentar aumento da área destinada ao plantio na década,

chegando a 854 hectares em 2009. Esse aumento se deve, em grande parte, às áreas plantadas no município de Santo Antônio de Jesus, que passaram de 20 hectares em 2000 para 350 hectares em 2009.

Ao contrário do que vinha acontecendo em Minas Gerais, Paraíba e Bahia, nos principais estados produtores de tangerina, o que se notou na década de 2000 foi uma retração das áreas plantadas. No Rio Grande do Sul e no Paraná, apesar da importância para a produção nacional, expressa principalmente nos municípios de Cerro Azul (PR), Montenegro (RS) e Pareci Novo (RS), as áreas plantadas diminuíram. Montenegro, perdeu cerca de 1.000 hectares da área cultivada, fechando 2009 com pouco mais de 2.000 hectares plantados, e também em Harmonia, município que obteve destaque na década anterior, com extensas áreas de cultivo, e que passou de 905 hectares plantados para 497 hectares. No caso de Pareci Novo (RS), houve manutenção da área plantada.

O Paraná passou por um cenário similar, apresentando redução da área plantada nos principais municípios produtores. Cerro Azul, que na década representou 9,8% das áreas nacionais plantadas, apresentava 7.000 hectares plantados com tangerina em 2000, número que foi para pouco mais de 5.600 hectares em 2009. Doutor Ulysses, outro polo de produção na década, responsável por cerca de 3,9% das áreas de plantio nacional, passou de 2.600 hectares plantados para 2.343 hectares. Ao final da década, o estado paranaense havia passado de 12.861 hectares plantados para 9.909 hectares em 2008.

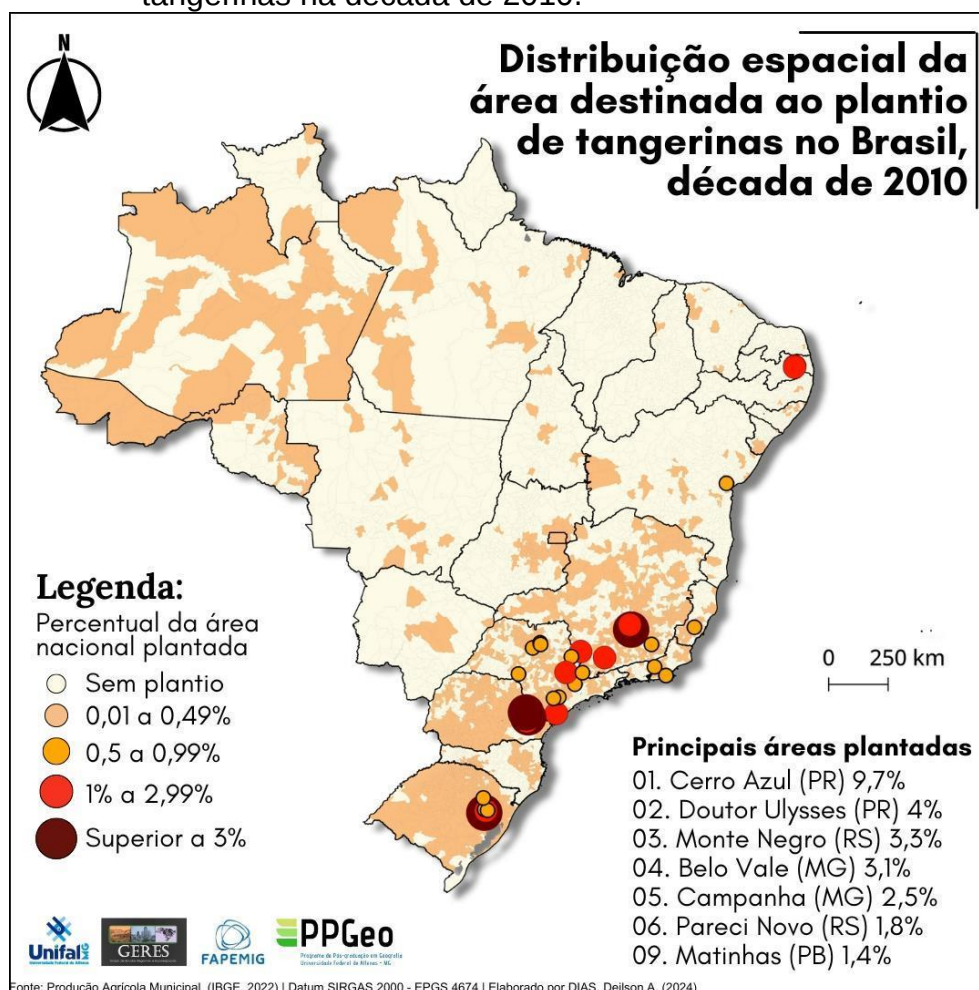
Os municípios paulistas que apresentaram, propriamente, uma derrocada da atividade nessa década foram Pariquera-Açu, que passou de 1.505 hectares plantados para 500 hectares, assim como Taquaritinga, que apresentou uma redução de 1.200 hectares para 500 hectares, São Miguel do Arcanjo, indo de 622 hectares para 62 hectares, Guaimbê, que passou de 610 hectares para 32 hectares, além de Conchal, São Pedro e Capela do Alto, que tiveram suas áreas de plantio extintas ao final da década de 2000. Além disso, o município de Limeira, que se mantém na década de 2000 como um dos municípios pólo na produção de tangerina nacional, sofreu uma redução em sua área destinada ao plantio de quase 1.000 hectares, passando de 3.123 hectares em 2000 para 2.300 hectares em 2009, já apresentando uma tendência de queda no plantio, que será acentuada na década seguinte.

Autores como Almeida e Passos (2007) e Neves *et al.*, (2010) entendem que desde o final do século XX as doenças representam um dos maiores desafios para a

citricultura brasileira, forçando a erradicação de plantações para conter sua propagação. Sendo o HLB, doença detectada no Brasil em 2004 o principal problema fitossanitário do século XXI (Koller; Schafer, 2017; Neves *et al.*, 2010). Sendo a tangerina o gênero cítrico mais suscetível ao HLB, é pronto que se faça a relação da diminuição da área plantada no estado de São Paulo com a alta incidência da doença nos pomares, sendo a maneira mais eficaz de controle a retirada dos pés infectados.

A tendência de decréscimo nas áreas destinadas ao plantio no estado de São Paulo se manteve na década de 2010, atingindo 11.085 hectares em 2019 e culminando em uma rarefação das áreas plantadas, como mostra o mapa 6. Limeira (SP), pela primeira vez, não aparece entre os principais polos produtivos do país. O município teve suas plantações diminuindo bruscamente ao longo da década, passando de 2.300 hectares em 2010 para apenas 72 hectares em 2019. Com a diminuição da área plantada nos principais municípios paulistas, o estado acabou sendo ultrapassado por Minas Gerais, com 11.433 hectares plantados, e pelo Rio Grande do Sul, com 11.758 hectares em 2019. Esses estados se consolidaram como os maiores produtores nacionais ao longo da década de 2010.

Mapa 6 - Mapa dos municípios polos da territorialização do cultivo de tangerinas na década de 2010.



Fonte: Do autor.

No estado do Rio Grande do Sul, a área destinada ao plantio não aumentou nesta década, na verdade, sofreu uma redução de pouco menos de 1.000 hectares. Os três principais municípios produtores gaúchos, Montenegro, Pareci Novo e Harmonia, tiveram leve redução da área plantada no decorrer da década de 2010. Ainda assim, devido à diminuição abrupta da área plantada em São Paulo, já em 2013, o Rio Grande do Sul figurava com a maior área destinada ao plantio em âmbito nacional. O estado do Paraná foi outro que teve diminuição da área destinada ao plantio, pouco menos de 2.000 hectares entre 2009 e 2019. Mesmo assim, o estado emplacou os dois principais polos do plantio de tangerina na década: Cerro Azul e Doutor Ulysses.

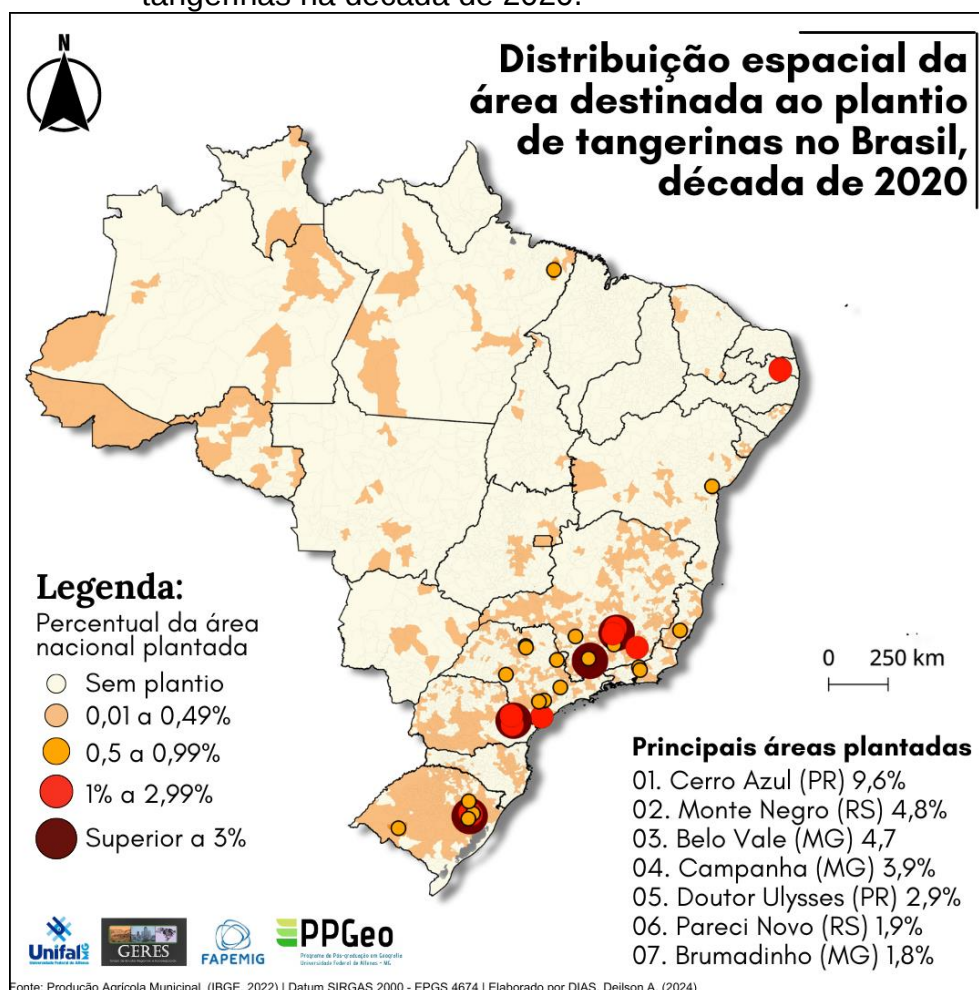
Ambos os municípios paranaenses apresentaram redução em suas áreas plantadas, em especial Doutor Ulysses, que passou de 2.343 hectares plantados para pouco mais de 1.500 hectares, parcela que representou 17% da produção do estado

em 2019. No caso de Cerro Azul, o município chegou em 2019 com 5.088 hectares destinados ao plantio de tangerinas, uma redução de 343 hectares em relação a 2010. Ainda assim, essa é disparada a maior área destinada ao cultivo no Brasil, representando cerca de 60% da área estadual destinada ao plantio. Fato que evidencia uma forte concentração da produção de tangerinas nesses dois municípios do estado, em especial Cerro Azul, que, na década, correspondeu a 9,7% das áreas nacionais plantadas.

Em Minas Gerais, a área destinada ao plantio de tangerinas quase dobrou, passando de 6.879 hectares em 2010 para 11.433 em 2019. As áreas plantadas em Belo Vale e Campanha mais que dobraram de tamanho ao longo da década, atingindo 2.000 hectares plantados cada em 2019, o que colocou esses municípios como principais instâncias nacionais no plantio de tangerinas, atrás apenas de Cerro Azul. Outras cidades mineiras que tiveram aumento nas áreas plantadas ao longo da década foram Bonfim, vizinha a Belo Vale, Tocantins, na Zona da Mata, além de Cambuquira, município vizinho à Campanha, que continuou a expandir sua área destinada ao cultivo às margens da rodovia BR-267.

Para a década de 2020, o IBGE tem disponíveis apenas dados para quatro anos, mas que parecem indicar uma continuação das tendências da década passada, como indica o mapa 7. É visível que os plantios no estado do Rio de Janeiro estão decaindo e cada vez mais dispersos por vários municípios. O estado de São Paulo tem conseguido manter sua área destinada ao cultivo de tangerinas em torno de 10.000 hectares, o que, somado a altos índices de produção e adensamento do plantio, mantém o estado paulista como maior produtor da fruta (NEVES *et al.*, 2010), tendo representado cerca de 34% das toneladas produzidas no país em 2022, agora sem apresentar aquela concentração espacial do plantio em alguns municípios, característica marcante das décadas anteriores.

Mapa 7 - Mapa dos municípios polos da territorialização do cultivo de tangerinas na década de 2020.



Fonte: Do autor.

No Rio Grande do Sul e no Paraná, também houve uma manutenção da área plantada, com os principais municípios produtores do estado — Cerro Azul (PR), Montenegro (RS), Doutor Ulysses (PR), Pareci Novo (RS), São José do Sul (RS), Rio Branco do Sul (PR), Harmonia (RS) — apresentando poucas variações nos hectares plantados ao longo dos três anos dessa década. Ambos os estados também têm apresentado uma concentração das áreas destinadas ao plantio em municípios vizinhos aos principais polos de produção. No Paraná, nos municípios circunvizinhos a Cerro Azul e Doutor Ulysses, a nordeste do estado, e no Rio Grande do Sul, no entorno de Montenegro. Isso levanta a hipótese de uma possível especialização produtiva nessas regiões, na qual a convergência dos instrumentos fixos visa proporcionar um alto fluxo produtivo e comercial da fruta.

Já em Minas Gerais, a área plantada aumentou pouco mais de 1.000 hectares, sendo segundo dados do IBGE (2023) o estado brasileiro com maior área plantada de

tangerinas, com plantio predominante em municípios da porção mais ao sul do estado. Municípios como Tocantins, Capitólio e Coronel Xavier Chaves, que já vinham expandindo o plantio na década passada, se firmaram no cultivo e continuaram a aumentar suas áreas destinadas ao plantio de tangerinas. Os municípios de Campanha, Belo Vale e Brumadinho também continuaram a expandir o plantio, entretanto, agora em um ritmo menor, por conta da presença do HLB nessas regiões, fato que tem deixado os agricultores ressabiados.

Como aspecto marcante, evidenciado pela análise, temos a tendência de concentração dos plantios em alguns municípios específicos e nos municípios circunvizinhos. Embora, por um lado, seja benéfico, em termos de economia de escala e especialização produtiva, por outro lado, a concentração excessiva de plantações em poucas regiões pode facilitar a proliferação de pragas e doenças, como o *Greening*, acarretando sérios desafios aos produtores locais. Municípios como Limeira (SP), que se destacou ao longo das décadas na produção nacional, além de Mogi Guaçu, Marília, Araras e Monte Alto, todos em São Paulo, são exemplos desse fenômeno.

A análise da temporalidade da distribuição geográfica das plantações de tangerina demonstra que a produção da fruta está longe de ser estática. Pelo contrário, ela está inserida em um contexto dinâmico de reconfigurações territoriais, no qual a permanência ou deslocamento das áreas de produção é influenciada por fatores como políticas públicas, avanços tecnológicos, mudanças climáticas, incidência de pragas e oportunidades econômicas. Dessa forma, compreende-se que a produção de tangerinas no Brasil está sujeita a ciclos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2004), os quais são fundamentais para entender a atual distribuição dos plantios.

2.4 PÓLOS PRODUTORES DE TANGERINA NO SÉCULO XXI: DINÂMICAS TERRITORIAIS, ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E CIRCUITOS COMERCIAIS

A estruturação dos polos produtores de tangerina no século XXI reflete processos históricos de territorialização da citricultura, influenciados por condições ambientais, estratégias econômicas e avanços tecnológicos. A dinâmica de fixação e deslocamento da produção citrus é um fenômeno que ganhou força com a incidência cada vez maior do *Greening* (HLB) e pode ser analisada a partir das interações entre

capital, trabalho e infraestrutura em diferentes regiões do país (Santos, 2006). No caso da tangerina, observa-se que, enquanto algumas regiões consolidam-se como pólos produtivos onde a cultura se mostra uma tradição da agricultura familiar, outras emergem como novas fronteiras agrícolas, redefinindo os fluxos de produção e comercialização da fruta.

Os seis principais pólos produtivos analisados nesta seção apresentam características socioeconômicas e produtivas distintas, refletindo diferentes formas de inserção no mercado e padrões de organização territorial. Enquanto municípios como Cerro Azul (PR), Doutor Ulysses (PR), e Pareci Novo (RS) se destacam pela forte presença da agricultura familiar e da produção voltada para mercados regionais, outras localidades, como Campanha (MG) e apresentam uma estrutura produtiva mais concentrada, com maior participação de produtores não familiares e um perfil mais voltado para a comercialização grandes centros consumidores, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Entretanto, esses municípios também apresentam similaridades, a exemplo da forte relação com o setor agropecuário e uma baixa densidade populacional. Considerando que 7% é o percentual médio de contribuição do setor agropecuário para o PIB brasileiro, com exceção de Montenegro (2,38%), todos os municípios apresentaram um percentual maior que a média nacional (IBGE, 2021). Doutor Ulysses (PR) e Cerro Azul (PR) são os com a maior dependência do setor agropecuário, com participação de 52,92% e 49,1% do total do PIB, respectivamente, foi o setor que mais contribuiu em 2021.

Em Campanha (MG) e Pareci Novo (RS), o setor agropecuário foi o segundo com maior participação. No caso de Campanha (MG), o setor de comércio e serviços foi responsável por 47% do PIB naquele ano, e o setor agropecuário, por 22,37%. Já em Pareci Novo, o setor de administração pública foi responsável por 37,04%, enquanto o setor agropecuário representou 31,15%. Belo Vale (MG) e Montenegro (RS) tiveram altas participações da indústria, relegando ao PIB agropecuário um cenário de menor participação, com 11,19% no município mineiro e apenas 2,83% no município gaúcho.

A produção de tangerina representou uma parcela significativa do valor total da produção agrícola desses municípios, sendo a cultura com maior valor de produção em 2023. Em Belo Vale (MG), a cultura representou 91,34% do valor total das produções agrícolas, conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Valor da Produção e Percentual do Total Agrícola nos Municípios Polos da Tangerina (2023).

	Valor da produção (Mil Reais)	Percentual do total geral
Belo Vale	72.731	91,34 %
Campanha	92.848	39,49 %
Cerro Azul	180.320	44,57 %
Doutor Ulysses	60.928	44,92 %
Montenegro	91.247	65,64 %
Pareci Novo	49.354	89,09 %

Fonte: IBGE (2023).

O menor percentual foi apresentado em Campanha (MG), ainda assim correspondeu a 39,49% do valor total, seguido pelo café, com 23,63%, e pela laranja, com 16,31% (IBGE, 2023). Nos municípios paranaenses, a tangerina também se sobressai, com participações de 44,57% em Cerro Azul e 44,92% em Doutor Ulysses, seguida pela mandioca (36,21% e 27,1%, respectivamente) e pelo milho (7,28% e 11,21%, respectivamente).

No que diz respeito à questão demográfica, com exceção de Montenegro (64.322 habitantes), os demais não ultrapassam 16.500 habitantes, e podem ser considerados municípios com cidades pequenas. Em tais municípios, a interação entre o rural e o urbano é frequentemente tão intensa que os limites entre ambos se diluem, criando um hibridismo no qual os elementos urbanos e rurais se mesclam e se complementam (Corrêa, 2011).

Além disso, com exceção de Montenegro (RS) e Campanha (MG), todos os municípios apresentaram maioria da população rural, com destaque para Doutor Ulysses e Cerro Azul, que tiveram, respectivamente, 71,14% e 60,75% de população rural em 2022 (Tabela 2).

Tabela 2 - Características da população nos polos da tangerina em 2022.

Município	População total	Urbana (%)	Rural (%)
Belo Vale (MG)	8.627	4.311 (49,91%)	4.316 (50,03%)
Campanha (MG)	15.935	13.929 (87,41%)	2.006 (12,59%)
Cerro Azul (PR)	16.134	6.333 (39,25%)	9.801 (60,75%)
Doutor Ulysses (PR)	5.697	1.644 (28,86%)	4.053 (71,14%)
Montenegro (RS)	64.322	64.322 (81,91%)	11.638 (18,09%)
Pareci Novo (RS)	4.319	1.294 (29,96%)	3.025 (70,04%)

Fonte: IBGE (2022).

Apesar de Montenegro (RS) ser o município com os parâmetros socioeconômicos mais destoantes, é a produção de tangerinas em Campanha a que vai apresentar as maiores contradições, diferenciando-a dos outros pólos produtores da fruta cítrica na década de 2020.

No caso de Campanha, embora a agricultura familiar represente 56% dos estabelecimentos produtores de tangerina (Tabela 3), sua participação na área colhida é significativamente menor (26%). Assim, o número de estabelecimentos mascara a territorialização contraditória da produção no município, que é majoritariamente não familiar, na qual os 115 estabelecimentos somam 74% da área total plantada, evidenciando a concentração de terras nas mãos de produtores não familiares na região.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos e área colhida nos principais polos produtores de tangerina do país, por tipologia dos estabelecimentos em 2017.

	Nº estabelecimentos Não Familiares (%)	Nº estabelecimentos Familiares (%)	Área colhida (ha) estabelecimentos Não Familiares (%)	Área colhida (ha) estabelecimentos Familiares (%)
Belo Vale (MG)	163 (33%)	327 (67%)	862 (41%)	1.253 (59%)
Campanha (MG)	115 (44%)	144 (56%)	1490 (74%)	521 (26%)
Cerro Azul (PR)	135 (13%)	877 (87%)	495 (15%)	2.725 (85%)
Dr. Ulysses (PR)	129 (21%)	473 (79%)	148 (12%)	1059 (88%)
Montenegro (RS)	81 (21%)	303 (79%)	820 (33%)	1666 (67%)
Pareci Novo (RS)	25 (10%)	222 (90%)	78 (8%)	946 (92%)

Fonte: IBGE (2017).

Ao compararmos Campanha com outros polos produtores de tangerina presentes na Tabela 3, vemos uma clara diferença na participação dos

estabelecimentos de agricultura familiar. Nos demais municípios pólos, a agricultura familiar desempenha um papel central no plantio de tangerinas. Mesmo em Belo Vale (MG), onde vemos um cenário mais acirrado, os estabelecimentos familiares são maioria em número e área colhida.

Na Região do Vale do Ribeira (PR), onde estão situados os municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses, a atividade tem grande importância socioeconômica, pois tem como base a agricultura familiar, gerando empregos, contribuindo para manter as famílias no campo, evitando o êxodo rural e preservando o modo de vida tradicional do campo (Koller; Schafer, 2017).

Sendo cultivada na região desde a década de 1960, a produção de tangerinas em Cerro Azul é amplamente reconhecida como uma prática tradicional, caracterizada pelo predomínio da agricultura familiar e por técnicas que, em sua maioria, dispensam o uso de agrotóxicos. Esse modelo produtivo, confere à Ponkan de Cerro Azul características diferenciadas, o que motivou sua candidatura à Indicação Geográfica junto ao INPI (SEBRAE, 2024). Além do cultivo, a comercialização da fruta na região é fortalecida por cooperativas, como a Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Cerro Azul (COOPAFI) e a Cooperativa Copa Vale, que reúne produtores de Cerro Azul e Doutor Ulysses, estruturando redes de escoamento e agregação de valor à produção (ECONODATA, 2025).

Em Cerro Azul, as cooperativas têm garantido a continuidade da produção de tangerinas entre os pequenos produtores, fortalecendo a autonomia dos agricultores ao permitir que compartilhem recursos e reduzam a dependência de intermediários. Além disso, ao facilitam o acesso ao crédito e incentivam práticas orgânicas nas propriedades agrícolas familiares (Brandão, 2010)

Já Montenegro, a Cooperativa Ecocitrus se especializou na produção orgânica e na verticalização da cadeia produtiva, possibilitando aos agricultores maior acesso a mercados e a produtos de maior valor agregado. Diferentemente de outros modelos em que os pequenos produtores dependem exclusivamente da venda da fruta in natura, a cooperativa também investe no processamento de sucos e óleos essenciais, agregando valor ao produto final e ampliando as possibilidades de comercialização (Zulian; Dorr; Sidali, 2014). Pareci Novo o mesmo caso com a Vale Citrus e a agroindústria familiar Novo Citrus que processam suco de tangerina, e absorvem parte da produção local.

Diante desse cenário, observa-se que a territorialização da produção de tangerina nesses municípios tem facetas diferentes. Nos municípios onde a agricultura familiar tem maior representatividade, as políticas públicas e a organização dos produtores têm como foco a agricultura familiar. Já no município de Campanha, a presença de uma maioria de estabelecimentos familiares oculta uma estrutura desigual, na qual o verdadeiro poder está concentrado nas mãos dos produtores não familiares, perpetuando um modelo agrário excludente e socialmente injusto.

O impacto das cooperativas na estrutura produtiva é evidente na forma como elas promovem a estabilidade dos produtores familiares, sendo um fator determinante para a competitividade da agricultura familiar na citricultura, diferenciando-se do modelo predominante em Campanha, onde a ausência de estruturas cooperativas aumenta a vulnerabilidade dos produtores, contribui para a estrutura agrária concentrada e faz com que a produção seja voltada para mercados convencionais distantes e dependentes de intermediários.

Os diferentes canais de comercialização da tangerina no Brasil determinam os fluxos de distribuição da fruta e a inserção dos produtores no mercado. A organização dos produtores e a escolha do canal vai impactar na renda dos agricultores, na dependência dos intermediários e na capacidade de negociação. Os dados estatísticos oficiais sobre o comércio de tangerina no mercado interno são limitados, restringindo-se aos volumes comercializados nos entrepostos atacadistas das centrais de abastecimento (CEASA) (Amaro; Caser, 2003).

Esses dados, embora não abranjam a totalidade da comercialização da fruta, visto que grande parte é negociada diretamente com redes de supermercados e varejistas, permitem avaliar tendências de comercialização entre as diferentes localidades. Os dados são disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) por meio da plataforma PROHORT e nesta análise foram analisados abrangendo o período de 2020 a 2023, a fim de compararmos com os dados de total produzido pelo IBGE.

A análise revelou que a participação no abastecimento dos CEASAs varia entre os municípios produtores, Pareci Novo (RS) e Belo Vale (MG) foram os municípios que apresentaram os maiores percentuais de comercialização com os entrepostos de abastecimento, respectivamente, 25,82% e 23,79% da produção total entre 2020 e 2023. Montenegro (22,79%) e Campanha (22,86%) também apresentaram percentuais acima de 20%.

Por outro lado, os municípios paranaenses de Cerro Azul (13,85%) e Doutor Ulysses (18,42%) destinaram percentuais menores aos CEASAs, sugerindo que nesses locais há uma maior comercialização direta para redes varejistas ou mercados. A menor dependência dos CEASAs nesses municípios pode estar associada à maior integração dos produtores com redes de distribuição interna do Paraná.

Conforme a tabela 4 nos municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses a produção destinada aos CEASAs foi voltada para o abastecimento do próprio estado, refletindo uma dinâmica de comercialização mais regionalizada. Cerro Azul destinou 89,1% de sua produção ao Paraná, enquanto Doutor Ulysses manteve 95,2% dentro do estado e também destina um menor volume a outros estados, como Santa Catarina (5,01% de Cerro Azul e 4,29% de Doutor Ulysses).

Tabela 4 - Principais destinos da produção de tangerina dos polos, comprada pelo CEASA.

UF CEASA	CAMPANHA		BELO VALE		CERRO AZUL		DR. ULYSSES		MONTENEGRO		PARECI NOVO	
	(t)	%	(t)	%	(t)	%	(t)	%	(t)	%	(t)	%
DF	329	0,91	297	0,75	116	0,21	-	-	89	0,27	125	0,59
GO	17	0,05	-	-	20	0,04	-	-	-	-	-	-
CE	108	0,30	349	0,88	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	521	1,44	19.484	49,17	-	-	-	-	-	-	-	-
ES	16	0,04	-	-	-	-	-	-	927	2,79	-	-
MG	972	2,68	8.910	22,49	14	0,03	-	-	3.558	10,71	7	0,03
RJ	12.967	35,78	7.429	18,75	121	0,22	-	-	1.529	4,60	2.253	10,64
SP	20.443	56,40	2.323	5,86	2.978	5,42	53	0,28	5.122	15,42	1.898	8,96
PR	756	2,09	408	1,03	48.951	89,1	18.258	95,20	11.988	36,08	2.234	10,55
RS	12	0,03	-	-	10	0,02	46	0,24	8.852	26,64	14.362	67,81
SC	101	0,28	423	1,07	2.755	5,01	822	4,29	1.160	3,49	299	1,41
Total	36.245 (t)		39.624 (t)		54.965 (t)		19.180 (t)		33.227 (t)		21.179 (t)	

Fonte: CONAB - PROHORT (2024). Organizado pelo autor.

Já a comercialização de tangerina dos municípios gaúchos apresentou uma dinâmica comercial diversificada, com destinos mais amplos além do mercado estadual. Embora uma parcela significativa tenha permanecido no Rio Grande do Sul (26,64% de Montenegro e 67,81% de Pareci Novo), houve um forte fluxo de distribuição para o Paraná, um importante parceiro comercial principalmente para Montenegro, que destinou 36,08% da produção ao estado. Além disso, as tangerinas produzidas no Rio Grande do Sul também abasteceram os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, reforçando a interligação entre os pólos produtivos do sul do país e os principais centros consumidores do Brasil.

Em Belo Vale, a produção atendeu tanto ao mercado estadual quanto a outros estados, 22,49% da produção comercializada com o CEASA permaneceu em Minas Gerais, garantindo o abastecimento principalmente de Belo Horizonte, capital próxima ao município, uma parcela significativa seguiu para o Rio de Janeiro (18,75%), sendo o destaque a forte relação comercial com o Nordeste, especialmente com Pernambuco, que recebeu 49,17% da produção. Localizado na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Belo Vale é o polo produtor de tangerina mais próximo do Nordeste, esse fator logístico favorece a consolidação de um fluxo comercial com a região.

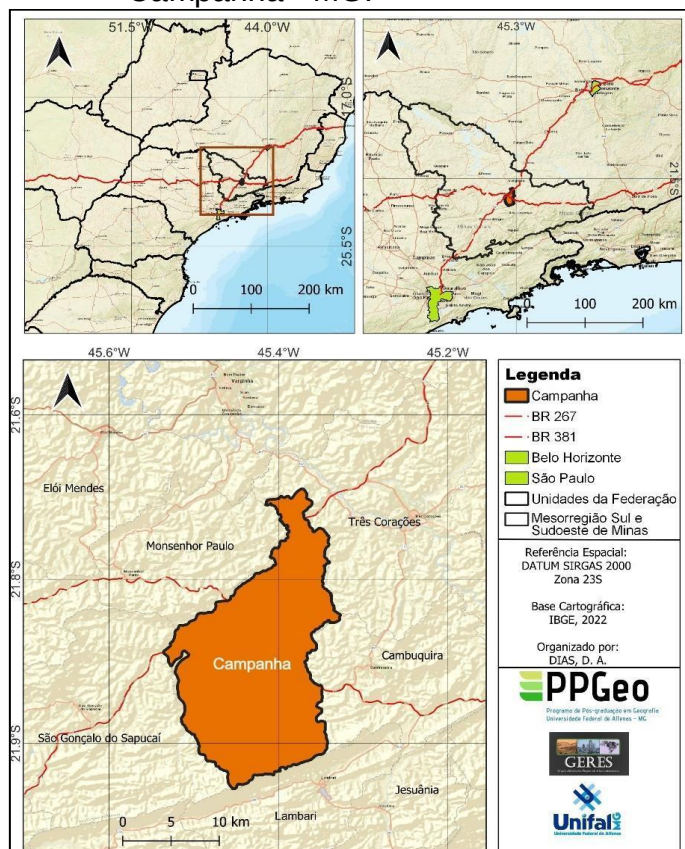
O município de Campanha apresentou um modelo de comercialização fortemente voltado para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, que receberam, respectivamente, 56,40% e 35,78% da produção. Isso demonstra uma grande dependência desses centros consumidores, que absorveram maior parte da safra produzida no município. Essa relação comercial pode decorrer do fator localizacional do município, que está situado no Sul/sudoeste de Minas, próximo a esses centros consumidores, o que favorece menores custos logísticos. A fim de comparação, apenas 2,68% da produção teve como destino os CEASAs mineiros, até Montenegro destinou um percentual maior aos CEASAs do estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, é importante que a análise se aprofunde no município de Campanha (MG) para que se possa entender como se deu a territorialização da produção de tangerinas no município, quem são os atores envolvidos nesse processo, quais as implicações socioeconômicas da produção de tangerinas nesse contexto, bem como o futuro da produção no município. Para tal, serão analisados, nas próximas sessões, a história da ocupação do território campanhense, a estrutura fundiária, as relações de poder na comercialização e as políticas públicas que influenciaram a configuração atual da produção de tangerinas em Campanha.

3 RAÍZES HISTÓRICAS E OS CULTIVOS CONTEMPORÂNEOS: A AGROPECUÁRIA E O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM CAMPANHA

Localizado na mesorregião Sul/Sudeste de Minas (Mapa 8), Campanha é o município mais antigo da região, tendo sido a 13ª Vila fundada no estado no período colonial, em 1798. Sua importância histórica reside em ter sido um dos primeiros povoamentos da região, contribuindo para a expansão da atividade mineradora e, posteriormente, agropecuária, influenciando diretamente a formação do que hoje conhecemos como Sul de Minas (Andrade, 2014; Araujo, 2016).

Mapa 8 - Localização geográfica do município de Campanha - MG.



Fonte: Do autor.

Sua região imediata é a de Três Corações e sua região intermediária é a de Varginha. Está situado de forma equidistante das principais capitais da região Sudeste do país - Belo Horizonte (314 km), São Paulo (315 km) e Rio de Janeiro (351 km) -, apresentando uma posição geográfica estratégica. Essa posição é corroborada pela existência de importantes rodovias, como a BR-381, que liga São Paulo a Belo

Horizonte, e a BR-267, também conhecida como Rodovia Vital Brazil, que liga o Mato Grosso à divisa com o estado do Rio de Janeiro, cortando o Sul/Sudoeste de Minas

Quanto a origem do município, Campanha é tida como o "berço do Sul de Minas", visto que, em seus primórdios, seu território abrangia grande parte dos municípios que compõem a região, fazendo divisa com o estado de São Paulo. Seu povoamento teve início com as incursões dos bandeirantes paulistas em busca de metais preciosos nas primeiras décadas do século XVIII, por volta de 1937, nos chamados "Sertões do Rio Verde" ou "Minas do Rio Verde" (Araujo, 2016).

A descoberta de aluviões e veios auríferos atraiu um número crescente de bandeirantes, expandindo o povoamento e "empurrando a boca do sertão" cada vez mais para longe (Casadei; Casadei, 1989). Com o declínio gradual da atividade mineradora na região, especialmente a partir do século XIX, a Vila da Campanha se reinventou sob a liderança das elites locais, tornando-se um importante centro regional (Rodarte, 2007; Andrade, 2014). Seu auge econômico ocorreu no início do século XIX, com a economia baseada em grandes fazendas escravistas que desenvolviam atividades agropecuárias, voltadas principalmente para o abastecimento regional e também o Rio de Janeiro, então capital e centro urbano mais próximo (Andrade, 2014).

A importância das atividades agropastoris para a economia Campanhense a partir do século XIX é amplamente reconhecida por diversos autores, como Andrade (2014), Castilho (2012), Bonassi (2018) e Marcolino (2016). Este último destaca que tal relevância contribuiu para o aumento da centralidade e da capacidade de atração populacional da região, consolidando-a como um polo regional. Dados populacionais de 1824 revelam que Campanha era uma das freguesias mais populosas da comarca do Rio das Mortes (Sul de Minas), com 8.788 habitantes, superada apenas por Pouso Alto (13.516) e Aiuruoca (11.484).

Esse contingente populacional expressivo para a época é atribuído ao dinamismo da freguesia, impulsionado principalmente pelo setor econômico agropecuário, voltado para o abastecimento interno e a ligação mercantil com a Corte. Sendo os principais produtos para o abastecimento interno o milho, feijão, arroz e mandioca, enquanto os com destino a corte eram os bovinos e os suínos. Outro setor de destaque era o do engenho de açúcar. A produção da cana-de-açúcar que contava com muita mão-de-obra-escrava era principalmente direcionada a produção de aguardente, a clássica cachaça mineira, além da rapadura e do próprio açúcar (Andrade, 2014).

Desde os primórdios da ocupação do território brasileiro, a agricultura patronal, baseada na exploração do trabalho e na concentração de terras, coexistiu com a agricultura familiar, voltada para a subsistência e a produção em pequena escala. Essa dualidade, evidenciada na obra de Andrade (2014), moldou as estruturas agrárias e as relações de poder no campo, perpetuando desigualdades e conflitos que persistem até o presente. Heranças históricas evidenciadas nas palavras do autor:

As evidências encontradas demonstram que quase todos os segmentos estavam envolvidos em atividades ligadas à produção de gêneros para o consumo e para o abastecimento interno, com destaque reiterado para a comercialização de gados, porcos e fumo, com destino certo: a praça mercantil carioca. Como já foi verificado, os grandes proprietários escravistas dispunham de mais recursos e estavam mais integrados à economia do abastecimento. Os proprietários menos abastados e mesmo os que não dispunham de escravos lançavam mão do trabalho familiar para garantir o sustento de sua família e de outros dependentes (Andrade, 2014, p 63).

A Proclamação da República, a abolição da escravidão e a crescente urbanização, somadas às dificuldades de transporte de produtos e pessoas em decorrência do relevo acidentado, impactaram profundamente a sociedade local, que outrora prosperava com base na mão de obra escrava (Andrade, 2014). Marcolino (2016) aponta que a persistência de Campanha na escravidão até o fim do sistema dificultou sua adaptação à expansão do café e às novas formas de mão de obra (homens livres e colonos imigrantes) que vinham em curso desde o final do século XIX. A perda de centralidade regional de Campanha também foi influenciada pela emancipação de algumas freguesias que anteriormente se encontravam sob sua jurisdição.

Com a chegada do café, o Sul de Minas trilhou um caminho de desenvolvimento impulsionado pela expansão da ferrovia, pelo fluxo de imigrantes e pela urbanização. No entanto, em Campanha, o café, introduzido no início da década de 1820, era insuficiente para suprir sequer a demanda local. Enquanto isso, em outras freguesias pertencentes à vila de Campanha, o café se disseminou e ganhou importância econômica, com exportações para o Rio de Janeiro. A Freguesia de Machado, por exemplo, contava com 220 mil pés de café plantados em 1870, o que impulsionou seu crescimento populacional e sua emancipação política da vila da Campanha em 1880 (Martins, 2014).

Na transição da sociedade rural para a urbana, a outrora proeminente centralidade de Campanha foi desafiada pela emergência de municípios vizinhos mais adaptados ao processo de urbanização. Pouso Alegre, Três Corações e Varginha,

que apresentavam um alto poder de atração populacional, tiveram um acelerado crescimento demográfico e expansão de atividades econômicas típicas das cidades como o comércio e serviços (Marcolino, 2016).

3.1 ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA DE CAMPANHA-MG: DINÂMICAS E TRANSFORMAÇÕES

Na seção anterior, ressaltamos a forte ligação do Sul/Sudoeste de Minas Gerais com a agropecuária desde seus primórdios, quando ainda era conhecida como Comarca do Rio das Mortes (Andrade, 2014). Com muitos núcleos populacionais surgindo ao entorno das grandes fazendas, fator que pode ter desempenhado um papel fundamental na atual configuração espacial dispersa e de baixa densidade da região (Deffontaines, 1938), nota-se a presença de uma rede urbana pouco complexa, com a ausência de metrópoles e um grande número de pequenas cidades polarizadas por algumas cidades médias. Estas, apesar de nem sempre possuírem grande população, exercem função de pólos regionais devido à concentração de bens, serviços e infraestrutura (Amorim Filho; Rigotti; Campos, 2007).

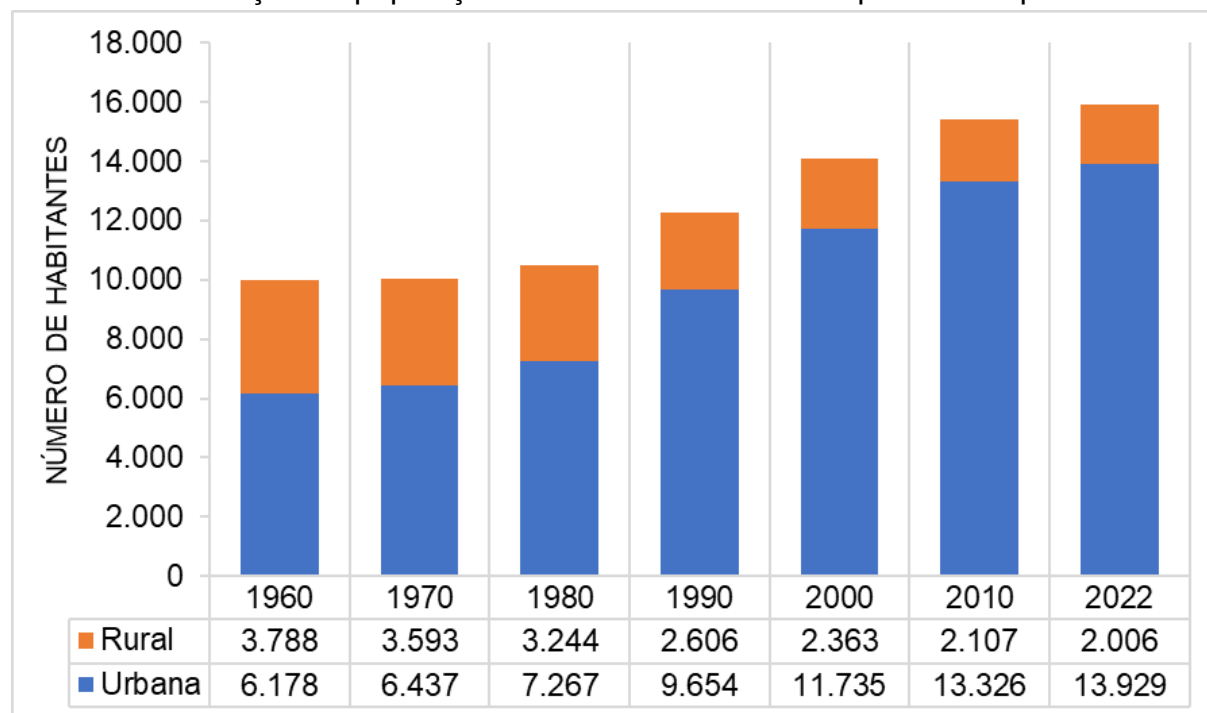
A região tem como marca a presença de poucos municípios com mais de 100 mil habitantes, sendo eles Poços de Caldas (163.742), Pouso Alegre (152.217), Varginha (136.467) e Passos (111.939), outros seis municípios têm população entre 50 mil e 99 mil habitantes Itajubá (93.073), Alfenas (78.970), Três Corações (75.485), São Sebastião do Paraíso (71.796), Três Pontas (55.255), Extrema (53.482) e Guaxupé (50.911).

Além disso conta com 21 municípios com população entre 20 mil e 49 mil habitantes e 114 municípios com menos de 20 mil habitantes, que na maioria das vezes tem uma centralidade limitada a uma área de influência menor e com menor intensidade de fluxos (Corrêa, 2011). Em muitos desses municípios, a economia se baseia em atividades primárias, como a agricultura e a pecuária, e o modo de vida rural exerce forte influência sobre os costumes e valores da população (Andrade; Alves, 2021). Essa ligação com o campo se manifesta não apenas na vida econômica, mas também na organização espacial da cidade, que acaba incorporando elementos e práticas do mundo rural (Moreira Junior, 2013).

Campanha, com seus 15.935 habitantes, 335,587 km² de área territorial e densidade demográfica de 47,48 hab./km² (IBGE, 2022), configura-se como um

desses municípios de pequena população onde as interações entre o campo e a cidade moldam sua dinâmica social e econômica. Ao longo dos anos, Campanha tem apresentado uma diminuição de sua população rural, com uma taxa de diminuição de -0,85% ao ano entre 1960 e 2020. Em 2022, a taxa de urbanização atingiu 87,4%, com 13.929 habitantes na zona urbana e 2.006 habitantes na zona rural (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da população rural e urbana no município de Campanha



Fonte: IBGE (2010; 2022)

A população de Campanha apresentou crescimento contínuo ao longo dos últimos censos demográficos. O crescimento mais acentuado aconteceu no período entre 1980 e 1990, quando a taxa de crescimento geométrico anual atingiu 1,53%. No entanto, a partir da década de 1990, observa-se uma desaceleração nesse ritmo de crescimento. A taxa caiu para 1,40% ao ano entre 1990 e 2000, 0,90% ao ano entre 2000 e 2010 e, mais recentemente, atingiu 0,26% ao ano entre 2010 e 2022. Essa progressiva desaceleração do crescimento populacional sugere uma possível tendência de estagnação para os próximos anos, justificada pela baixa capacidade de atração e retenção populacional, pela falta de desenvolvimento de tecnologia e indústrias e pela dependência de infraestrutura básica de cidades maiores (Andrade; Alves, 2021).

Dadas as mudanças ocorridas no setor agropecuário na região desde o final do século XX, para se entender as dinâmicas dos municípios com pequenas cidades no Sul/sudoeste de Minas, é preciso analisar as inter-relações entre o campo e a cidade. A região, nas últimas décadas, vem apresentando um crescimento do agronegócio com o plantio de café e soja, e da agricultura comercial, voltada à produção de frutas para o abastecimento de mercados regionais e nacionais (Andrade; Alves, 2021). Exemplos são: a produção de morangos em Bom Repouso e Senador Amaral, abacates em Carmo da Cachoeira e tangerinas e laranja em Campanha, culturas que tiveram amplo crescimento da virada do século para agora (IBGE, 2023).

Nesse sentido, por fazer parte desse contexto regional com o crescimento do plantio de citrus, Campanha apresenta uma dinâmica complexa, especialmente em função de sua profunda interação com o entorno rural, a cidade, portanto, se configura como espaço de transição e interpenetração entre o rural e o urbano, desafiando as tradicionais dicotomias e demandando uma análise integrada para sua compreensão (Moreira Junior, 2013).

A produção de citros para mesa, em particular, insere Campanha no contexto das pequenas cidades rurais com forte vocação para a agricultura comercial (Andrade; Alves, 2021). A cadeia produtiva, desde os pomares até as indústrias de insumos, beneficiamento e comercialização, molda a paisagem e a economia local. Desse modo, tanto o campo quanto a cidade dedicam espaços e infraestruturas à citricultura, evidenciando a crescente importância do setor para o município, seja direta ou indiretamente.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP) para o ano de 2021, o setor agropecuário representou 22,37% do PIB municipal, com um valor adicionado de R\$ 89.039.000, sendo o segundo setor da economia em valor adicionado, atrás apenas do setor de comércio e serviços (FJP, 2021). Desse valor da agropecuária, 30,85% são oriundos da produção cafeeira, 36,67% da produção citrícola, com destaque para a produção de tangerinas, representando 29,57%, e 13,18% da soja (IBGE, 2023).

Outros dados mostram que, em 2021, cerca de 18,14% dos empregados formais no município estavam ligados às atividades primárias, o terceiro setor com mais empregos formais, atrás da indústria e do setor de comércio e serviços (FJP, 2021). Além disso, a sazonalidade dos empregos, concentrados nos períodos de colheita, deve ser levado em consideração devido ao grande número de trabalhadores temporários contratados. Esses dados indicam a importância da atividade

agropecuária para a economia local, especialmente se levarmos em consideração as características dos municípios com pequenas cidades, onde o setor primário frequentemente desempenha um papel central na dinâmica econômica e social local.

Diante disso, a próxima seção se dedica à análise do uso e ocupação do solo no município de Campanha, com foco nos diferentes tipos de usos e cultivos que moldam a paisagem e compõem a economia local. Serão examinadas as principais atividades agrícolas desenvolvidas, a dinâmica de transformação do espaço rural e os fatores que influenciaram as escolhas produtivas dos agricultores ao longo do tempo.

3.2 USO DA TERRA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM CAMPANHA-MG: EXPANSÃO E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

A intensificação da ação humana sobre o meio ambiente, impulsionada por fatores socioeconômicos e ocorrida principalmente a partir da virada do século, tem transformado o território e a paisagem de Campanha de maneira profunda e acelerada, criando novas territorialidades, que por sua vez, são a expressão da produção e da identidade de um grupo de sujeitos em um determinado território, sendo simultaneamente causa e consequência de mudanças e possibilidades. A Geografia, nesse contexto, busca compreender a complexa interação entre a sociedade e o meio, analisando como as transformações socioeconômicas se manifestam no espaço geográfico e moldam as condições de vida da população (Santos, 2008).

A ação humana sobre o solo e suas contradições, como bem aponta Braga (2007), implicam em uma dimensão espacial e temporal, pois geram uma produção de espaço que se transforma ao longo do tempo. O conhecimento dessa dinâmica de uso da terra se torna importante para o setor público, uma vez que possibilita ações mais eficazes em diversas áreas, como a melhoria da qualidade de vida da população, a identificação de áreas de desmatamento, monitoramento do crescimento urbano e a identificação e gestão das atividades produtivas no campo.

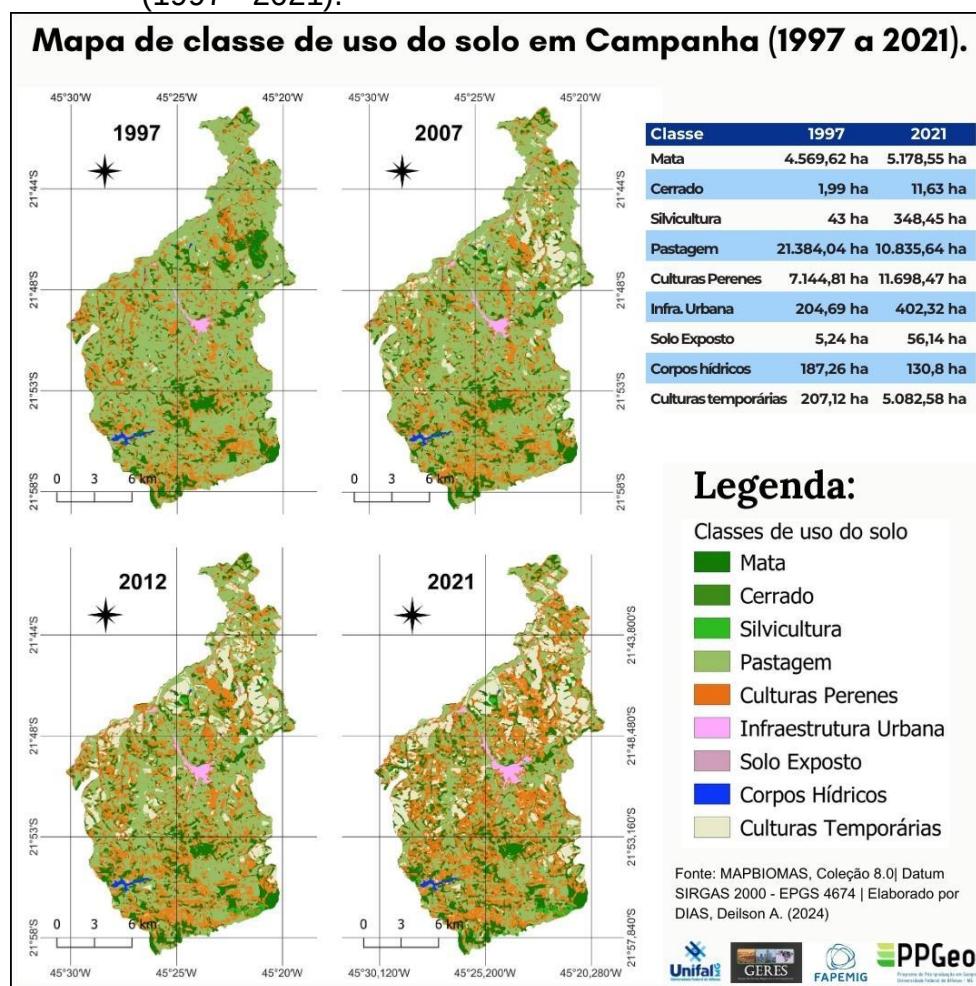
Com o objetivo de analisar as mudanças no uso e ocupação do solo em Campanha, este estudo utilizou dados da plataforma Map Biomas (Coleção 8), classificando o uso do solo em 9 categorias. Para fins de análise, as classes “café”, “citrus” e “outras lavouras perenes” foram agrupadas na categoria “culturas perenes”, enquanto as classes “cana-de-açúcar”, “algodão”, “soja” e “milho” foram agrupadas na categoria “culturas temporárias”.

A união das classes se justifica pela necessidade de adequar a representatividade dos dados de uso e ocupação à realidade das mudanças no uso e ocupação do solo em Campanha. Embora a classificação do Map Biomas seja de alta qualidade, algumas classes apresentam similaridades no que diz respeito à reflectância nas bandas espectrais. O agrupamento de classes com características semelhantes, como as culturas perenes (café, citrus e outras lavouras perenes), permite uma melhor compreensão das dinâmicas de uso do solo, sem comprometer a precisão da análise.

Ademais a análise individualizada de cada tipo de cultivo, com base em dados do IBGE, será realizada em conjunto, complementando as informações do Map Biomas e permitindo uma análise mais detalhada das particularidades de cada cultura.

Os dados do projeto Map Biomas, nos apontam o aumento das áreas plantadas com culturas perenes e temporárias nas últimas décadas, junto ao crescimento da infraestrutura urbana e diminuição da pastagem (Mapa 9). A infraestrutura urbana, quase dobrou de tamanho entre 1997 e 2021, passando de 204,69 hectares para 402,32 hectares, principalmente devido à construção de novos loteamentos em áreas de pastagem degradadas.

Mapa 9 - Uso e ocupação do solo no município de Campanha (1997 - 2021).



Fonte: Do autor.

A área de pastagem, classe de uso do solo dominante em 1997, com 21.384,043 hectares, correspondendo a 63,72% da área total do município, diminuiu gradualmente ao longo dos anos. Em 2021, a área de pastagem atingiu 10.835,649 hectares, uma redução de quase 50% em relação a 1997. Essa diminuição reflete a queda nos rebanhos bovinos, conforme dados da Pesquisa da Pecuária Municipal, em 1997, havia 14.263 cabeças de gado, enquanto em 2023, esse número caiu para 8.207, uma redução de aproximadamente 42,46%. A redução no número de vacas ordenhadas também é expressiva, passando de 2.440 em 1997 para 1.800 em 2021 e 1.309 em 2023 (IBGE, 2023).

Outra classe a apresentar grande variação temporal foi a de culturas temporárias. Em 1997, eram 207 hectares, em sua maioria destinados ao cultivo de milho. Com a introdução da soja no município a partir de 2015, essa área saltou para 5.082,58 hectares em 2021. Destaque também para o aumento da silvicultura, que

passou de 43 hectares plantados em 1997 para 348,45 hectares em 2021, um aumento de aproximadamente 710,35%.

A área de culturas perenes, como café, frutas e outras culturas que não precisam ser replantadas anualmente, também apresentou um aumento ao longo dos anos, passando de 7.144 hectares em 1997 para 11.698 hectares em 2021. Esse crescimento fez com que essa classe se tornasse a de maior uso/ocupação do solo em Campanha, ocupando 34,86% do território municipal, indicando um crescimento do setor agrícola no município, com diversificação de culturas e investimento em atividades de maior valor comercial agregado.

De acordo com dados da fundação estadual do meio ambiente (MG), o município de Campanha possui predominância de Latossolo Vermelho e clima subtropical úmido, com temperaturas amenas e chuvas bem distribuídas ao longo do ano. Essas condições, aliadas à localização privilegiada e à infraestrutura rodoviária, favorecem o desenvolvimento dessas atividades e o escoamento do excedente da produção para outras regiões (Souto, 2017).

Apesar de o Sul de Minas ter predomínio da cafeicultura, dados da PAM (IBGE, 2022) evidenciam o acirramento da disputa por espaço com o café como mostra a Tabela 5, evidenciando as principais culturas e mudanças ocorridas entre os anos de 1992 e 2022.

Tabela 5 - Evolução da área plantada (Hectares) das principais culturas em Campanha (1992-2022).

Produtos	Ano				
	1992	2002	2012	2017	2022
Abacate	-	-	-	1	20
Arroz (em casca)	280	10	-	-	-
Banana (cachó)	20	7	16	3	5
Batata-inglesa	104	187	-	4	300
Café (em grão)	3.000	3.450	4.525	4.130	3.036
Cana-de-açúcar	-	6	6	15	12
Caqui	-	-	-	7	35
Feijão (em grão)	345	452	180	62	30
Goiaba	-	-	-	2	2
Laranja	18	-	100	563	630
Limão	-	1	-	2	30
Maçã	-	-	-	6	3
Mandioca	4	-	-	2	-
Milho (em grão)	2.200	2.000	2.000	1.480	1.600
Pêssego	-	3	-	17	17
Soja (em grão)	-	-	-	1.940	2.500
Tangerina	110	520	817	1.970	2.250
Tomate	5	3	-	-	1
Trigo (em grão)	-	-	-	530	-
Uva	-	-	-	-	15
Total	6.086	6.641	7.644	10.734	10.487

Fonte: IBGE (2017).

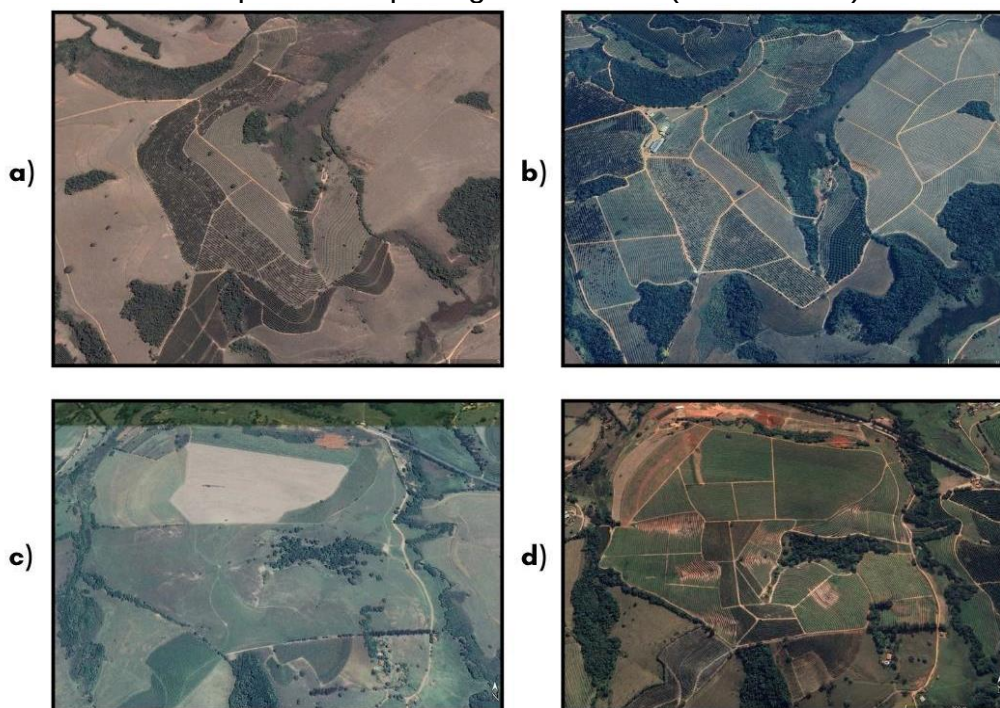
A área total plantada com todos os produtos combinados aumentou de 6086 hectares em 1992 para 6641 hectares em 2002, e continuou crescendo significativamente para 7644 hectares em 2012. Em 2017, houve um aumento notável para 10734 hectares, com uma leve redução para 10487 hectares em 2022. Relacionamos esse aumento na área cultivada, principalmente a introdução de novas culturas em substituição às áreas de pastagem degradadas, como mostram dados de uso e ocupação do solo do Map Biomas, apresentados anteriormente.

A análise da Tabela 5, também revela diminuição na produção de diversos gêneros alimentícios ao longo das últimas décadas. Itens da alimentação básica como mandioca, arroz e feijão, que eram a base da agricultura campanhense nos séculos XVIII e XIX (Andrade, 2014) e que desempenham papéis essenciais na alimentação do brasileiro, tiveram drástica diminuição na área plantada. O arroz, por exemplo, em 1992, teve 280 hectares plantados, número que caiu para apenas 10 hectares em

2002, e desapareceu completamente nas décadas seguintes, com zero hectares registrados em 2012 e 2022. A produção de feijão também seguiu uma tendência de queda. Em 1992, havia 345 hectares plantados com feijão, número que aumentou para 452 hectares em 2002, no entanto, a partir de 2012, a área plantada começou a diminuir, chegando a apenas 35 hectares em 2022 (IBGE, 2023).

Observa-se também a expansão do plantio de diversas frutas no município. Culturas como uva, pêssego, maçã, limão, caqui e abacate, antes ausentes em Campanha, começam a ocupar, ainda que de forma incipiente, áreas do território campanhense. Destaca-se o aumento na produção de laranja e principalmente, de tangerina, que assume posição relevante na paisagem local. A Figura 5, obtida através do software Google Earth Explorer, ilustra a comparação entre duas áreas em 2006 e 2023, evidenciando a substituição de áreas de pastagem por pomares de laranja e tangerina.

Figura 5 - Processos de territorialização das culturas perenes em Campanha: da pastagem ao citrus (2006 - 2023).



Fonte: Google Earth.

Legenda: a) local da fazenda Dfrason, ano de 2006, predomínio de pastagem;
b) fazenda Dfrason, ano de 2023, substituição das pastagens por citros;
c) local da Fazenda São Bento, ano de 2006, predomínio de pastagens;
d) fazenda São Bento, ano de 2023, substituição das pastagens por citros.

As imagens revelam uma transformação significativa na paisagem rural do município, destacando a substituição de áreas de pastagem por plantios de citros.

Essa mudança fica evidente ao compararmos as figuras a) e c), que mostram vastas áreas de pastagem no ano de 2006, com as figuras b) e d), onde observamos uma mudança no uso do solo com a inserção do cultivo conjunto de laranja e tangerina em ambas as propriedades. Estas áreas eram utilizadas predominantemente para a criação de gado, uma atividade tradicional na região. No entanto, a crescente demanda por citros fez com que muitos produtores se interessassem no ramo.

Com plantio baseado principalmente na Tangerina Ponkan, a cultura passou por um crescimento de mais de 20 vezes de sua área nos últimos 30 anos, fazendo com que o município rapidamente ganhasse destaque na produção nacional, chegando a ser o segundo maior produtor do país no ano de 2017 e em 2022 sendo 4º município brasileiro com mais toneladas produzidas. Mais à frente abordaremos em específico a produção de tangerinas no município, bem como suas implicações na dinâmica campo-cidade.

O aumento na plantação dessas frutas sugere uma resposta direta à demanda do mercado. Produtos como tangerina, limão e laranja são amplamente consumidos e podem oferecer retornos financeiros melhores. Segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (IBGE, 2019), realizada pelo IBGE, a laranja (2º), tangerina (8º) e o limão (10º) figuraram entre as dez frutas mais consumidas no Brasil. Apesar de o consumo per capita de frutas ter diminuído 7% entre 2008 e 2018, algumas frutas, como o limão, apresentaram aumento no consumo e subiram no ranking dos produtos mais consumidos nesse período.

A análise dos dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2022) também mostra o café ocupando a maior área plantada ao longo dos anos. Essa predominância reflete a importância econômica dessa cultura para o Sul/Sudoeste de Minas. Historicamente, a área plantada com café tem sido significativa desde 1992, tendo um crescimento nos anos de 2002 e 2012, mas já em 2017 mostrou uma retração dessa área, condição que se repetiu em 2022, onde a área plantada de café se estabeleceu em 3.036 hectares plantados, atingindo quase o mesmo patamar que apresentou em 1992. Apesar da variação e do surgimento e crescimento de outras culturas, o café se mantém como principal atividade agrícola local, ocupando 28,95% do total da área agrícola do município.

Também chama atenção o grande aumento na área destinada ao plantio de soja, que refletem as tendências do agronegócio, da *commoditização* do território e da mercantilização da produção agrícola no Brasil. Conforme discutido por Carvalho e

Oliveira (2021), o agronegócio tem promovido a expropriação de terras e a concentração de propriedades resultando na transformação de práticas agrícolas tradicionais em produções voltadas para o mercado global de commodities. Em 1992, não havia registro de plantação de soja, situação que começou a mudar em 2002, quando foram plantados 150 hectares. Em 2012, a área plantada com soja aumentou drasticamente para 1.500 hectares, uma expansão de 10 vezes em relação à década anterior, provavelmente impulsionada pela crescente demanda global por *commodities* e pelas melhorias tecnológicas no cultivo.

A análise da evolução das culturas agrícolas em Campanha revela um cenário dinâmico e de transformações recentes. A introdução de novas culturas, expansão de algumas já existentes e a redução de outras, como observado nesta seção evidencia a adaptabilidade dos atores da agricultura local. Contudo, essa dinâmica agrícola não ocorre de forma isolada. Ela está intrinsecamente ligada à estrutura fundiária do município, que molda as possibilidades de produção, o acesso à terra e a organização do espaço agrário.

3.3 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DINÂMICAS DE ACESSO À TERRA EM CAMPANHA-MG

A predominância de pequenas propriedades, conforme apontado nesta seção, pode influenciar a escolha das culturas, a adoção de práticas e a forma de inserção no mercado. Ao mesmo tempo, a expansão de culturas como a soja e o café impulsionada pelo agronegócio, pode gerar pressão sobre a terra e impactar a estrutura fundiária local, como discutido por Carvalho e Oliveira (2021). Portanto, a análise da estrutura fundiária em Campanha é fundamental para compreender as relações complexas entre a dinâmica agrícola, o uso da terra e as características dos estabelecimentos rurais no município.

Nesse sentido esta seção dedica-se à análise da estrutura fundiária do município de Campanha, Minas Gerais. Entendemos que a estrutura fundiária reflete não só a distribuição das terras, mas também funciona como um espelho da dinâmica dos estabelecimentos rurais, sendo um indicador importante para entender as transformações no espaço agrário e suas implicações na relação campo-cidade. Para tanto, o conceito de módulo fiscal vai ser essencial.

O módulo fiscal é uma unidade de medida agrária, expressa em hectares, que varia conforme o município e é determinada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essa unidade é utilizada para a classificação dos estabelecimentos rurais em familiares e não familiares e para a implementação de políticas públicas voltadas à reforma agrária e à agricultura familiar (Melo; Braz, 2018). De acordo com a Lei nº 8.629/1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, os estabelecimentos rurais serão classificados em pequenas, médias e grandes propriedades com base na quantidade de módulos fiscais. Pequenas propriedades possuem até quatro módulos fiscais, médias propriedades variam entre quatro e quinze módulos fiscais, enquanto grandes propriedades excedem quinze módulos fiscais. Sendo o módulo fiscal vigente em Campanha de 30 hectares, propriedades com até 120 hectares são classificadas como pequenas e podem, mas não necessariamente são classificadas como agricultura familiar (INCRA, 2024).

Assim, a partir da análise temporal da estrutura fundiária do município, explicitada na Tabela 6, vemos uma predominância de pequenas propriedades, aumento expressivo no grupo de 2 a menos de 5 hectares, que reflete uma possível fragmentação das propriedades, e uma leve redução nos estabelecimentos com áreas superiores a 100 hectares.

Tabela 6 - Evolução do número de estabelecimentos agropecuários por tamanho de área em Campanha (MG) - 1995 a 2017 (Unidades).

Grupos de área total	1995	2017	Diferença em 21 anos
Menos de 1 ha	8	8	0
1 a menos de 2 ha	13	35	22
2 a menos de 5 ha	60	226	166
5 a menos de 10 ha	62	156	94
10 a menos de 20 ha	130	169	39
20 a menos de 50 ha	140	157	17
50 a menos de 100 ha	69	74	5
100 a menos de 200 ha	43	33	-10
200 a menos de 500 ha	14	12	-2
500 a menos de 1.000 ha	4	5	1
1.000 a menos de 2.000 ha	1	0	-1
Sem declaração	0	0	0
Total	544	875	331

Fonte: IBGE (2017).

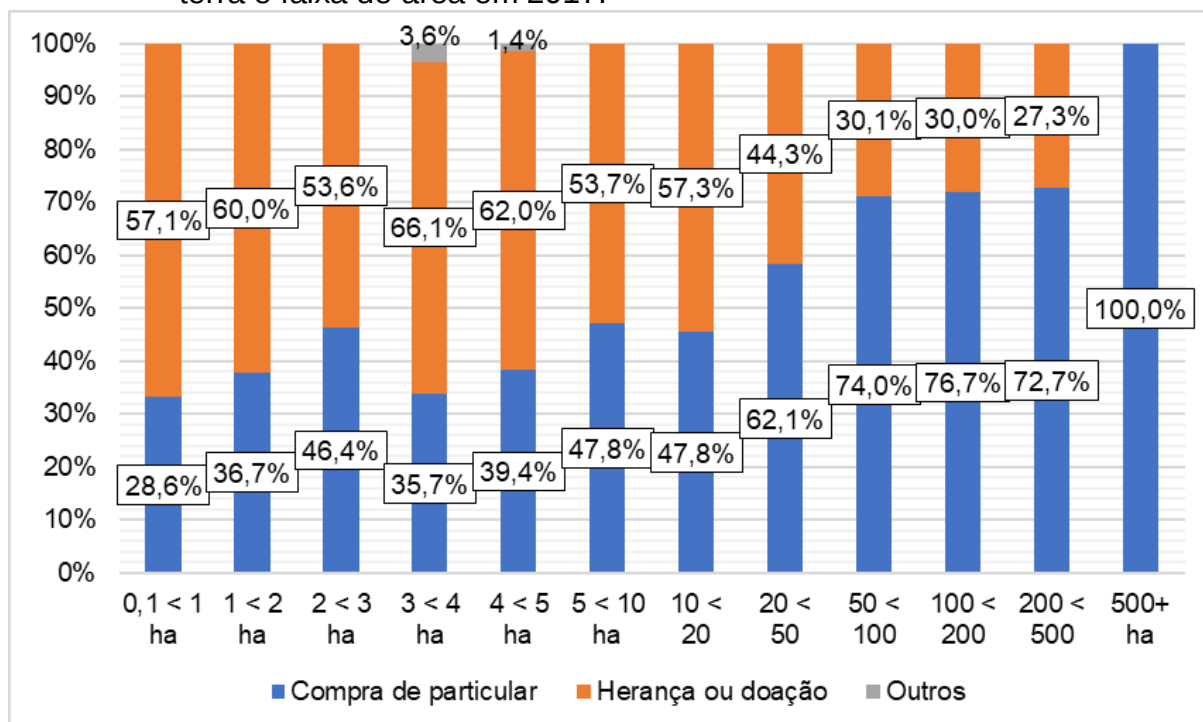
Também podemos ver que em 1995, a maioria dos estabelecimentos (25%) se concentrava na faixa de 20 a menos de 50 hectares. Já em 2016 a concentração passou a ser na faixa de 2 a menos de 5 hectares, com 166 estabelecimentos, representando 25% do total de estabelecimentos. Já nas faixas acima de 100 hectares, notamos o processo inverso com uma diminuição no número de propriedades, na faixa de 100 a menos de 200 hectares, houve uma redução de 32 estabelecimentos em 1995 para 21 em 2017, representando uma queda de 35%. Na faixa de 200 a menos de 500 hectares, a diminuição foi menos acentuada, passando de 14 para 12 estabelecimentos entre 1995 e 2017.

As faixas de 500 a menos de 1.000 hectares e de 1.000 a menos de 2.000 hectares apresentaram uma estabilidade relativa, com pequenas variações no número de estabelecimentos ao longo do tempo. No entanto, a ausência de estabelecimentos na faixa de 1.000 a menos de 2.000 hectares em 2016, somado ao crescimento do número de propriedades abaixo de 50 hectares, possivelmente esteve em curso uma fragmentação dos estabelecimentos em unidades menores.

Por enquanto, para elucidar esse ponto, utilizaremos os dados do Censo Agropecuário, 2017, que indicam a forma de obtenção da terra por faixas de área. É válido ressaltar que o número de estabelecimentos com dados sobre a forma de obtenção das terras é de 812 representando 99,038% do universo total. Os dados

apresentados no Gráfico 2 revelam uma relação intrínseca entre o tamanho das propriedades e a forma como a terra é adquirida, o que corrobora com a hipótese da fragmentação das terras em faixas de áreas menores, majoritariamente obtidas por herança, enquanto as propriedades em faixas de áreas maiores são em sua maioria advém da compra, um indicativo de concentração fundiária.

Gráfico 2 - Percentual de estabelecimentos agropecuários por forma de obtenção da terra e faixa de área em 2017.



Fonte: IBGE (2017).

O gráfico 2 nos mostra que em propriedades de até 10 hectares, a herança ou doação é a forma predominante de obtenção da terra, com percentuais que variam de 53,7% a 66,1%. Essa predominância sugere a importância da sucessão familiar na manutenção da estrutura fundiária de pequenas propriedades, refletindo um padrão comum em regiões com forte tradição agrícola familiar (Schneider, 2003).

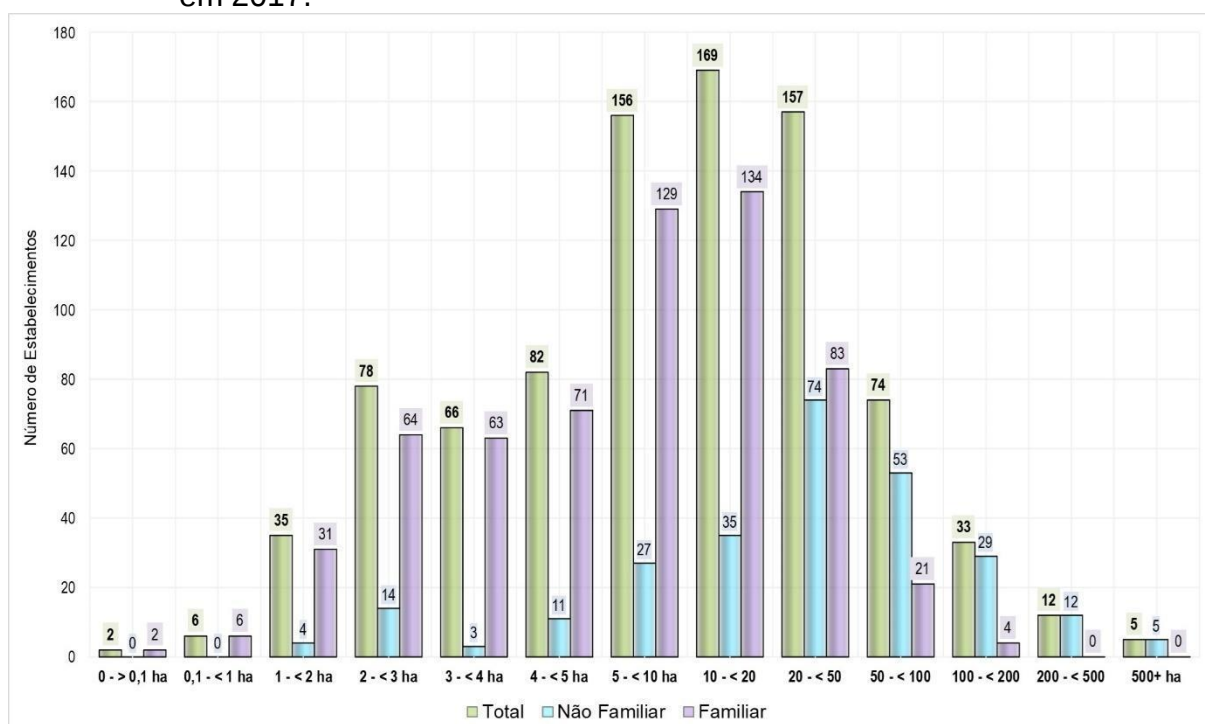
Em contrapartida, a partir da faixa de 20 hectares, a compra de particular se torna a principal forma de obtenção da terra, com percentuais crescentes que chegam a 100% nas propriedades acima de 500 hectares. Ao nosso ver essa tendência indica que a aquisição de terras, presente nas faixas de áreas maiores, está associada a um processo de expansão do agronegócio, impulsionado por fatores como a busca por maior rentabilidade, a modernização da agricultura e a consolidação de empresas rurais. Podendo ser reflexo da entrada de novos atores no campo, como investidores

externos ou empresas agropecuárias, que buscam ampliar suas áreas de produção (Castro, 2017).

Ao passarmos a análise para a classificação dessas propriedades tem-se um cenário marcado pela predominância de pequenas propriedades de agricultura familiar. Dos 875 estabelecimentos agropecuários do município, listados em 2017, 69,49% foram classificados como agricultura familiar (IBGE, 2017). Categoria estabelecida segundo o decreto 9.064 de 31/05/2017, como um modelo de produção agrícola baseado na gestão e no trabalho familiar, caracterizado pela Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA). Que por sua vez, é constituída por um grupo familiar que reside no estabelecimento rural ou nas proximidades e utiliza do próprio trabalho para garantir sua subsistência e atender à demanda da sociedade por alimentos (Brasil, Decreto nº 9.064/2017).

A partir do Gráfico 3 podemos ver a distribuição dos estabelecimentos agropecuários de Campanha em diferentes faixas de área e separados em três categorias: número total de estabelecimento, estabelecimento familiares e estabelecimentos não familiares.

Gráfico 3 - Distribuição de estabelecimentos agropecuários por tamanho e tipologia, em 2017.



Fonte: IBGE (2017).

Como já observamos anteriormente, a maioria dos estabelecimentos em 2017 se concentrou nas faixas abaixo de 50 hectares, configurando esse mosaico de

pequenas propriedades. Esta distribuição é característica tanto dos estabelecimentos familiares quanto dos não familiares. Nota-se também presença mínima de propriedades acima de 100 ha, especialmente entre os agricultores familiares.

A maioria dos estabelecimentos familiares está concentrada nas faixas de área inferiores a 20 hectares. Notavelmente, entre 5 e 20 hectares encontramos 263 estabelecimentos familiares (30%), o que representa uma parcela significativa do total. Além disso, existem 237 estabelecimentos familiares entre 1 e 5 hectares, destacando a importância das pequenas propriedades na estrutura fundiária local. Já entre 20 a 50 hectares o cenário se inverte e vemos maior concentração de estabelecimentos não familiares (74), sugerindo que estas propriedades estão em uma escala intermediária, onde a agricultura comercial começa a ter mais presença. Todos os estabelecimentos nas faixas de 200 a 500 hectares e acima de 500 hectares são não familiares até pela limitação de 4 módulos fiscais para a agricultura familiar no município. Em suma, as propriedades familiares representam a maioria dos estabelecimentos e abrangem grande parte das faixas menores. Enquanto as propriedades não familiares concentram-se em faixas maiores, e refletem as tendências do agronegócio, ou seja, terras para agricultura em maior escala, possivelmente para produção comercial ou monocultura e concentração fundiária.

Como observado anteriormente o município de Campanha apresentou um crescimento, principalmente, dos estabelecimentos abaixo de 20 hectares, a mesma faixa de área onde se concentra os estabelecimentos de agricultura familiar (84%), e uma diminuição das propriedades maiores que 100 hectares, entretanto isso não necessariamente implicou em uma maior área total ocupada pela agricultura familiar. Essa contradição se apresenta quando analisamos a área total ocupada por estabelecimentos familiares e não familiares. A Tabela 7, referente aos dados do Censo Agropecuário, mostra as mudanças na distribuição da área total ocupada por estabelecimentos agropecuários no município entre 2006 e 2017.

Tabela 7 - Agricultura Familiar e Não Familiar em Campanha (MG):
Participação na área total ocupada em 2006 e 2017.

	2006		2017	
	Nº de Propriedades	Área (ha)	Nº de Propriedades	Área (ha)
Não Familiar	176	18.173	267	18.285
Familiar	497	8.310	608	7.949

Fonte: IBGE (2017).

Os dados nos revelam uma concentração fundiária nas mãos da agricultura não familiar. Ambas as classes tiveram um aumento relativo entre 2006 e 2017, a agricultura não familiar teve um aumento de 51% no número de estabelecimentos enquanto a agricultura familiar teve aumento de 22%. Já com relação à área das propriedades, a área das propriedades familiares diminuiu 5% e a da agricultura não familiar aumentou pouco mais de 100 hectares. Alteração parecida é observada no percentual total de estabelecimentos, a porcentagem de estabelecimentos familiares decaiu de 73,85% para 69,49%, apesar do aumento no número total de estabelecimento (111) enquanto o percentual de agricultura não familiar aumentou, passando de 26,15% para 30,51% com um aumento de 91 estabelecimentos.

De um lado observamos um elevado número de estabelecimentos familiares (69,49%) com uma participação reduzida na área total ocupada (30,30%). Do outro se evidencia a concentração de terras na agricultura não familiar, que, apesar de representar uma menor quantidade de estabelecimentos (30,51%), detém a maior parte da área (69,70%).

Essa configuração fundiária, marcada pela desigualdade no acesso à terra, remonta às raízes históricas da formação territorial sul-mineira, caracterizada por Andrade (2014) em seu livro *“Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro - Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799 - 1950)”*, na qual o autor destaca a importância da economia, baseada na agricultura e na pecuária, no fim do século XVIII e XIX, para a ascensão das elites agrárias regionais. A criação de gado e porcos, especialmente para abastecer a Corte no Rio de Janeiro, proporcionou aos fazendeiros e comerciantes locais a acumulação de terras e a consolidação de seu poder político regional. A persistência desse padrão, mesmo após décadas de políticas de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar, indica a complexidade

dos desafios a serem enfrentados para a democratização do acesso à terra e a promoção da justiça social no campo.

A predominância da agricultura familiar em número de estabelecimentos, por sua vez, revela a importância desse modelo produtivo para o município. Com sua ênfase na produção de alimentos, na diversificação produtiva e na preservação de práticas tradicionais, contribui para a segurança alimentar, geração de renda e empregos no campo, além da manutenção da identidade cultural do campo (Mattei, 2014).

A Tabela 8, apresenta o número de estabelecimentos agropecuários por tipo de produto e tipologia, a partir dela podemos investigar a relação entre a produção agrícola e a estrutura fundiária, buscando compreender como o tipo de cultivo está atrelado a distribuição de terras e os modos de produzir da agricultura familiar e não familiar. A soja, apesar de ser a segunda cultura com maior área cultivada no município, está presente em apenas 20 estabelecimentos, em sua maioria estabelecimentos não familiares (65%).

Tabela 8 - Número de estabelecimentos agropecuários em Campanha por tipo de produto e tipologia, em 2017.

Produção	Agricultura familiar	Não Familiar
Abacate	3	4
Banana	0	1
Batata-inglesa	1	1
Café	348	142
Cana forrageira	5	1
Cana-de-açúcar	6	2
Caqui	1	3
Feijão de cor em grão	13	6
Feijão preto em grão	2	0
Goiaba	1	1
Laranja (Mesa)	29	30
Lichia	2	1
Limão (Mesa)	4	3
Maçã	0	1
Mandioca	7	0
Maracujá	1	0
Milho em grão	74	38
Milho forrageiro	11	8
Outros produtos	5	2
Pêssego	0	3
Soja em grão	7	13
Tangerina	144	115
Trigo em grão	1	2
Uva (Mesa)	1	0

Fonte: IBGE (2017).

Sendo o plantio principalmente em propriedades acima de 50 hectares, que somaram 14 estabelecimentos produtores, os demais 6 estabelecimentos ficaram na faixa entre 20 ha e 50 hectares (IBGE, 2017). Em 2017 no total foram produzidas 6.969 toneladas de soja, das quais 86% foram produzidos pela agricultura não familiar, se aumentarmos a lupa e analisarmos o tamanho das propriedades e a quantidade produzida, vemos que 4.320 toneladas (62%) são produzidas por 3 propriedades que estão na faixa entre 500 a menos de 1.000 hectares (IBGE, 2017). Como característica, a produção de soja, demanda de grandes quantidades de terra, investimentos em maquinário e insumos e manutenção dos pomares, recursos frequentemente inacessíveis para os pequenos agricultores. Estando extremamente associada ao agronegócio, com sua ênfase na eficiência e na escala, tende a

promover o esvaziamento de pessoas do campo, uso intensivo de agrotóxicos, e perda da biodiversidade, aspectos que são incompatíveis com a agricultura familiar tradicional (Grisa, 2007).

Em contraste, apesar da diminuição da área plantada de itens de alimentação diária como feijão, mandioca e arroz, observa-se, a partir da Tabela 8, que alguns desses itens continuaram a aparecer nos estabelecimentos de agricultura familiar. A produção de feijão, uma cultura essencial para a dieta brasileira, é um exemplo onde a agricultura familiar se destaca no município. Existem 13 estabelecimentos familiares dedicados ao cultivo de feijão de cor em grão, em comparação com apenas 6 estabelecimentos não familiares. Ademais, a produção de feijão preto em grão é exclusivamente realizada pela agricultura familiar, com 2 estabelecimentos.

Além disso, a agricultura familiar também se destaca na produção de milho em grão, com 74 estabelecimentos, e milho forrageiro, com 11 estabelecimentos, em comparação com 38 e 8 estabelecimentos não familiares, respectivamente. Este foco na produção de grãos e forragem evidencia uma estratégia dos agricultores familiares de garantir a alimentação das criações e a subsistência, ao mesmo tempo em que participam do mercado de grãos. A presença de estabelecimentos familiares em quase todas as categorias da tabela indica a diversidade dos agricultores e a sua capacidade de se adaptar a diferentes condições de mercado e ambientais.

Entretanto a pressão imposta pela ideologia do agronegócio, que preza por um modelo intensivo de produção, resulta na marginalização dos produtores familiares, que lutam para competir em um mercado dominado por grandes corporações e interesses globais. Esse cenário cria um ciclo de dependência, onde os agricultores familiares, para sobreviver economicamente, acabam deixando de lado a diversidade e pluriatividade, abandonando práticas agrícolas mais sustentáveis e tradicionais, para dar lugar à produção comercial (Menezes *et al*, 2019). Um dos principais impactos da mercantilização é a perda de autonomia e identidade dos agricultores. À medida que a produção é direcionada para o mercado, os agricultores muitas vezes se veem subordinados às demandas comerciais, afastando-se de práticas tradicionais e modos de vida rurais (Gazolla E Schneider, 2007).

De acordo com os estudos de Gazolla e Schneider (2007), a mercantilização do consumo de alimentos está em curso, com a transferência da produção animal e vegetal das pequenas áreas de cultivo diversificadas, para cultivos em maior escala com foco comercial. Esse fenômeno é impulsionado pelo avanço de culturas de

mercado lucrativas, que têm alcançado preços atrativos no mercado nacional e internacional, substituindo as culturas de autoconsumo. Nesse sentido os autores frisam que a mercantilização da produção tem levado muitos agricultores familiares a direcionar uma proporção crescente de sua produção para o mercado. Esse fenômeno pode resultar em maior vulnerabilidade alimentar, especialmente em áreas com solos desfavoráveis ou em famílias com baixos níveis de autoconsumo.

A partir da Tabela 8, também podemos observar que a maior parte dos estabelecimentos, seja familiar ou não familiar, tem como foco a produção de café, que somadas representaram 490 estabelecimentos. A maioria desses estabelecimentos são de Agricultura familiar, configurando 71% dos estabelecimentos que produziram café em 2017, refletindo um forte envolvimento da agricultura familiar em uma *commodity* de alto valor agregado, refletindo um padrão na Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas. E o segundo cultivo mais encontrado nos estabelecimentos rurais em Campanha foi a Tangerina, presente em 259 estabelecimentos, em sua maioria estabelecimentos familiares, entretanto vemos uma participação mais equiparada no setor entre agricultura familiar (55%) e não familiar (45%).

A elevada participação tanto da agricultura familiar quanto da não familiar na produção de tangerina destaca o movimento dos agricultores num geral em direção a mercantilização da produção, ou talvez uma tentativa de diversificação dentro da mercantilização. Esses e outros fatores serão explorados no próximo capítulo, onde analisaremos de maneira mais aprofundada a tangerina, cultivo que marca a paisagem e o uso do território do município de Campanha.

4 CADEIA PRODUTIVA DA TANGERINA EM CAMPANHA-MG: CRESCIMENTO, PERFIL DOS PRODUTORES E ESTRUTURAS DE MERCADO

Nos últimos anos, a produção de tangerina em Campanha-MG tornou-se uma das principais atividades agrícolas do município, posicionando-se entre os quatro maiores produtores nacionais. Esse crescimento não ocorreu ao acaso, mas foi resultado de uma combinação de fatores, como as condições climáticas e do solo favoráveis, a busca por alternativas economicamente viáveis diante das oscilações do mercado do café, a localização privilegiada do município que diminui os custos com frete e a diminuição da pecuária leiteira na região.

Este capítulo busca entender os elementos que estruturam essa produção, analisando entrevistas realizadas com a EMATER e produtores locais, além de relacioná-las com dados secundários do IBGE, CONAB e informações extraídas da Feira Técnica da Citricultura Mega Citrus. A discussão centra-se nas diferenças entre produtores familiares e não familiares, suas dificuldades, estratégias de comercialização e as dinâmicas mercadológicas que influenciam a atividade.

Ademais, será discutido como os desafios estruturais, como a disseminação do *Greening*, a escassez de mão de obra qualificada e as estratégias adotadas para enfrentar essas questões, afetam a produção. A dependência da comercialização por meio de atravessadores e as relações de poder dentro da cadeia produtiva são aspectos centrais da análise, considerando como esses fatores interferem na sustentabilidade econômica da atividade.

O crescimento da área plantada de tangerinas em Campanha, reflexo de um cenário estadual em expansão, ilustra a transição das áreas de plantio do estado de São Paulo para outros estados do Sudeste brasileiro, como Minas Gerais. De acordo com dados do IBGE (2023), Minas Gerais se destaca como o estado com a maior área de plantio de tangerinas do país, totalizando 14.466 hectares em 2023. Esse volume representa um crescimento de mais de 5 vezes em relação aos 2.596 hectares registrados em 1994, evidenciando a expansão da cultura no estado nas últimas décadas.

Campanha, um dos principais polos de produção em Minas Gerais, também apresentou um aumento significativo no plantio de tangerinas nos últimos anos. Sendo a alta produtividade um fator determinante para sua viabilidade econômica e expansão no município. Segundo o responsável técnico da EMATER Campanha:

As médias de produtividade aqui sempre foram muito boas, comparadas com as melhores áreas de São Paulo e outras regiões de Minas. Nos tempos sem tanto ataque do *Greening*, sem ter seca, em condições favoráveis de clima, as produtividades eram muito boas. Pode ser esse um fator, e também por ser uma área nova, longe dos pomares que já tinham praga, já tinham doença. Então são uma conjuntura de fatores (Emater Campanha, 2024).

Esse cenário favorável contribuiu para a consolidação da cultura e estimulou sua expansão. No entanto, além dos aspectos produtivos, a citricultura também emergiu como uma estratégia de diversificação agrícola, permitindo que os produtores se adaptassem às transformações em curso no setor agropecuário regional, consolidando a citricultura como alternativa viável. Os representantes da EMATER destacam esse movimento de diversificação:

E tem também a questão da diversificação. Aqui era a cultura do café e leite, acredito que na maioria do Sul de Minas, grandes fazendas de café, grandes fazendas de leite, principalmente de leite. Hoje são pouquíssimos os produtores de leite, os grandes então praticamente extinguíram. E aí a tangerina foi uma oportunidade para uma diversificação, procurando a rentabilidade da propriedade. O produtor é o seguinte: uma planta deu certo e vai todos. Vai um, vai dois, e vai mil. É desse jeito (Emater Campanha, 2024).

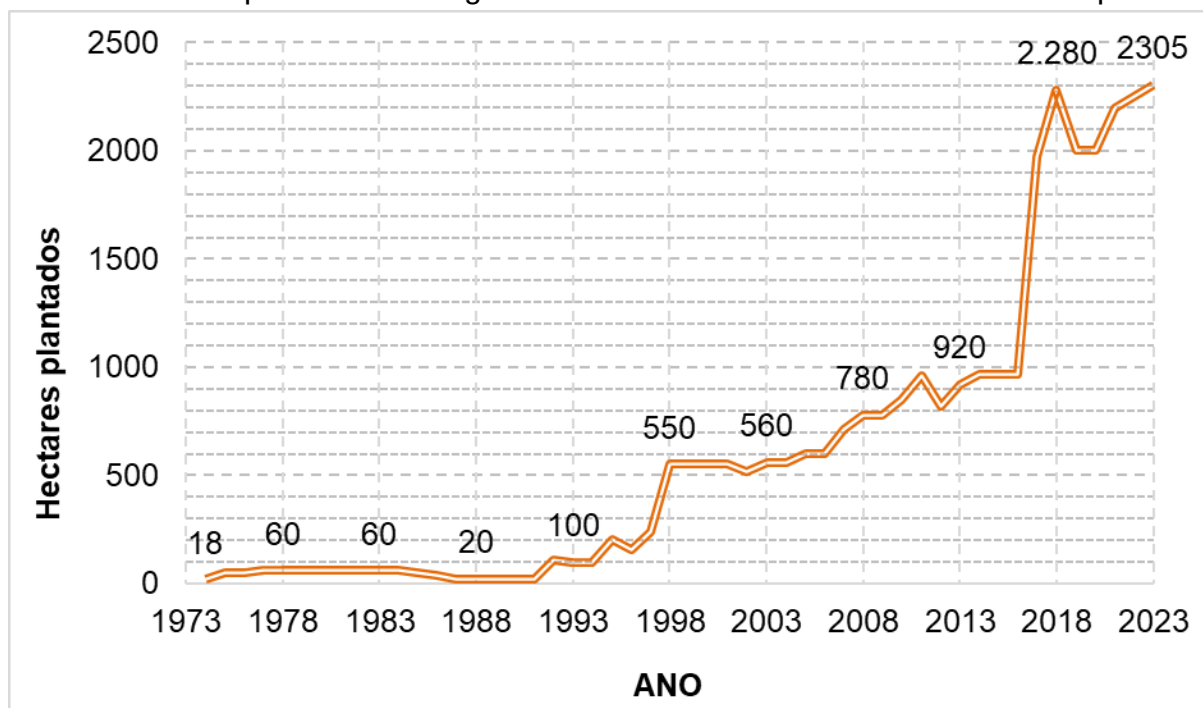
Segundo palestra apresentada pelo coordenador estadual da EMATER, Deny Sanábio, no Evento Mega Citrus, realizado em Campanha, no ano de 2023, as plantações de tangerina estavam especializadas em áreas de média a baixa altitude, sendo que nas áreas de maior aclave, a sudeste do município na divisa com o município de Lambari, não constavam propriedades com citrus, predominando as propriedades com plantio de café.¹ O que levou a hipótese de que a tangerina, pelo seu alto índice de produção por hectare e os bons preços, acabou sendo uma opção ao café em áreas de incidência das geadas.

Analisando os dados da produção agrícola municipal (IBGE), conforme o Gráfico 4, fica evidente o crescimento do plantio de tangerina em Campanha ao longo das últimas décadas. Até os anos de 1990, a área plantada de tangerinas no município se manteve entre 20 e 60 hectares. A partir da década de 1990, a expansão do plantio se intensificou. De 1993 a 1998, a área plantada saltou para 580 hectares, mantendo-se relativamente estável até 2006. A partir desse ano, o crescimento acelerou, atingindo 780 hectares em 2008, 920 hectares em 2013 e 2.280 hectares em 2018. Nos últimos seis anos, Campanha tem se destacado como um dos quatro maiores

¹ Discurso proferido durante a palestra “Mapeamento da Citricultura em Campanha”, no evento Mega Citrus, no dia 16 de agosto de 2023.

produtores de tangerinas do país, com uma produção média anual de 39.500 toneladas.

Gráfico 4 - Área plantada de tangerina em hectares de 1973 a 2023 em Campanha.



Fonte: IBGE (2023).

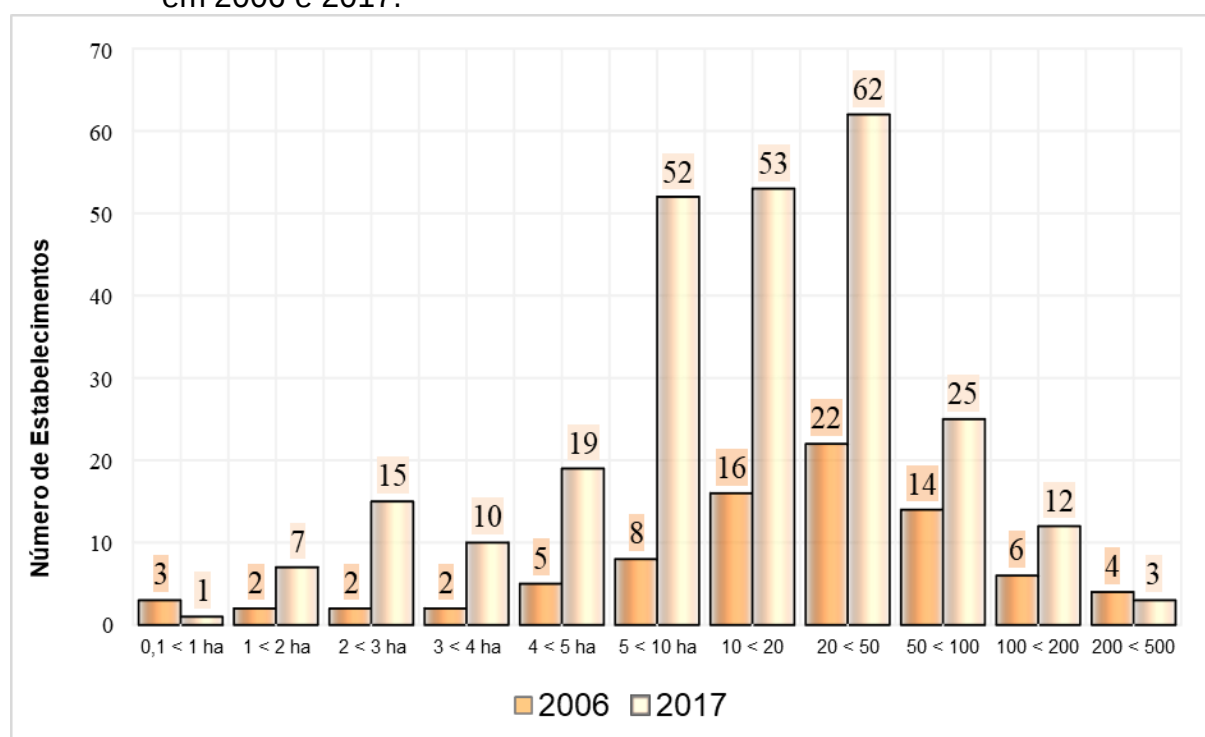
Na década de 1990, a área plantada de tangerina teve um crescimento constante, mas com valores ainda baixos em comparação aos anos subsequentes. No entanto, já se notava um crescimento do interesse pelo plantio. No início dos anos 1990 a área plantada era de apenas 20 hectares, mas ao final da década, esse número havia aumentado significativamente, alcançando 550 hectares.

Nos primeiros anos do século XXI, a área plantada de tangerinas em Campanha se manteve estável, em torno de 550 hectares, até 2005. Na segunda metade da década, o plantio começou a aumentar, com um salto significativo entre 2016 e 2017, quando a área dobrou. Em 2018, a área plantada atingiu 2.280 hectares, consolidando Campanha como um dos principais produtores de tangerina do país. Após um breve declínio em 2019 e 2020, a área plantada voltou a crescer, mantendo-se acima de 2.000 hectares até 2022 e atingindo o maior valor em 2023, com 2.305 hectares.

Além do aumento da área plantada, o Gráfico 5 ilustra a distribuição dos estabelecimentos produtores de tangerina por faixas de área nos anos de 2006 e 2017. Essa visualização auxilia no entendimento de em quais tipos de

estabelecimento a inserção da produção de tangerina entre 2016 e 2017 foi mais intensa. O crescimento foi mais expressivo nas faixas de área entre 5 e 50 hectares, com um salto de 46 para 167 estabelecimentos, plantando tangerinas, um aumento de mais de três vezes no período analisado. Esse padrão sugere uma maior adesão ao cultivo da fruta por produtores, que buscavam se inserir e consolidar na citricultura, aproveitando as condições favoráveis do mercado e o crescimento da demanda.

Gráfico 5 - Número de estabelecimentos produtores de tangerina por faixa de área em 2006 e 2017.



Fonte: IBGE (2017).

Nas faixas menores que 5 hectares, o crescimento também foi expressivo em termos proporcionais, passando de 14 para 52 estabelecimentos, um aumento de quase quatro vezes. No entanto, o número absoluto ainda é menor em comparação com as faixas de 5 a 50 hectares. Isso pode estar relacionado às dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores na implementação de pomares comerciais, devido à necessidade de investimentos em manejo, controle fitossanitário e as dificuldades de escoamento da produção.

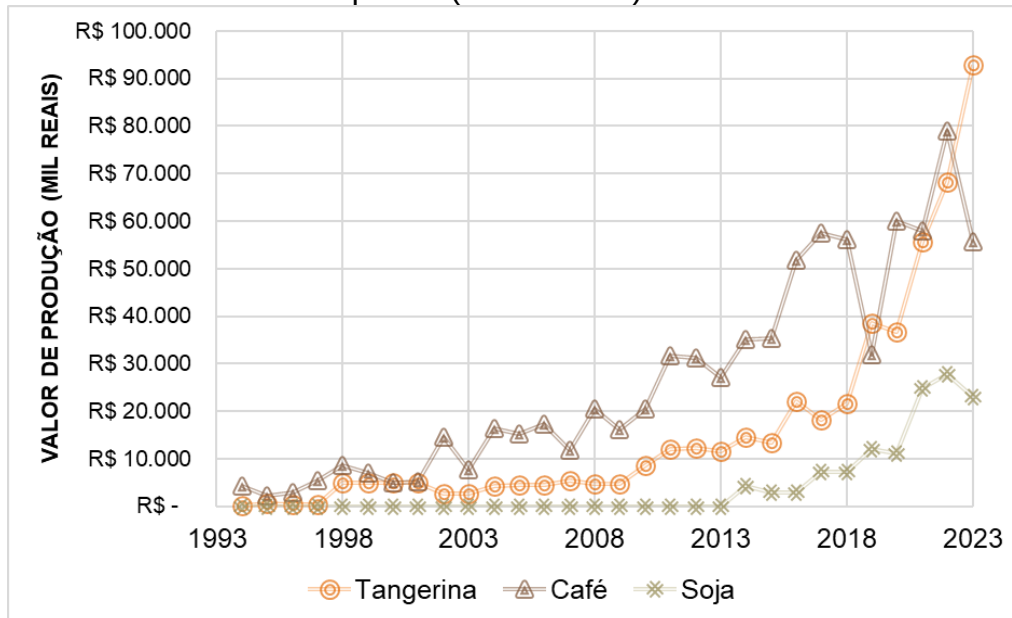
Já nas faixas acima de 50 hectares, observa-se um aumento de 24 para 50 estabelecimentos, indicando uma tendência de especialização da produção de tangerinas por parte de produtores com maior capacidade de investimento. A única

exceção foi a faixa entre 200 e 500 hectares, onde houve uma leve redução no número de estabelecimentos, possivelmente refletindo ajustes internos dessas propriedades na estruturação de suas atividades agrícolas.

O crescimento da área plantada no município consolidou a tangerina como a terceira cultura com maior área ocupada entre os cultivos agrícolas, refletindo diretamente na economia local. Esse aumento na produção foi acompanhado por uma valorização expressiva da fruta no mercado, impulsionada principalmente pela alta nos preços.

A análise do valor da produção das principais culturas de Campanha (MG), como apresentado no Gráfico 6, demonstra a crescente relevância da tangerina no cenário econômico municipal. Entre 1994 e 2023, observa-se um aumento significativo no valor da produção da fruta, com destaque para o período a partir de 2018, quando a tangerina ultrapassou o café em valor de produção, esse crescimento consolidou a tangerina como a cultura de maior valor econômico no município.

Gráfico 6 - Evolução no valor de produção das culturas que mais ocupam área em Campanha (1994 - 2023)



Fonte: IBGE (2023).

Embora o café continue sendo a cultura de maior área plantada em Campanha-MG, a tangerina tem apresentado um crescimento expressivo em termos de valor de produção, representando 30% do total da produção agrícola do município em 2022 e atingindo 39,49% em 2023 (IBGE, 2023)

A tangerina figura entre as frutas mais consumidas no Brasil, ocupando a oitava posição no ranking de consumo dos brasileiros, conforme dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 do IBGE. A crescente valorização do seu preço tem sido um dos principais fatores que explicam a ascensão do valor da produção no município de Campanha-MG. Dados da CONAB (2025) indicam que o preço médio do quilo da tangerina nos CEASAS de Minas Gerais aumentou de R\$1,65 em 2015 para R\$5,85 em 2024. Em São Paulo, o preço médio passou de R\$2,14 para R\$5,01 no mesmo período.

Esse movimento de alta pode estar relacionado à crescente incidência do *Greening*, que tem elevado os custos de produção e restringido a produtividade em diversas regiões, pressionando os preços para cima e favorecendo a valorização da cultura da tangerina (Ribeiro; Boteon; Geraldini, 2023).

O aumento da produção de tangerinas em Campanha-MG revela dinâmicas distintas entre os diversos agricultores envolvidos, evidenciando diferenças nas estratégias produtivas e nas motivações para o cultivo da fruta. Enquanto alguns produtores tendem a se especializar na citricultura, buscando ganhos de escala e otimização da produção, outros enxergam a tangerina como uma oportunidade de diversificação, inserindo-a em sistemas de produção mais diversificados.

A partir das entrevistas com os agricultores deu pra perceber que o cultivo de tangerinas no município já era difundido antes dos anos 2000. E que em alguns casos o aumento no cultivo da tangerina está relacionado a uma busca por oportunidades de mercado e/ou a necessidade de mitigar riscos associados ao café, como geadas e dificuldades com mão de obra e etc. Como no caso dos relatos dos produtores:

Eu peguei a fazenda em 1994, e aqui todo mundo só plantava ponkan na época e tinha um café lá na propriedade, mas café dá muito trabalho, então eu disse chega, vou plantar o que todo mundo planta. E o que que é? Ponkan! E aí tinha um monte de gente plantando Ponkan e eu entrei nessa. Nos anos noventa, entendeu? Já era o “fusca” daqui, na época (Tangerina Cravo).

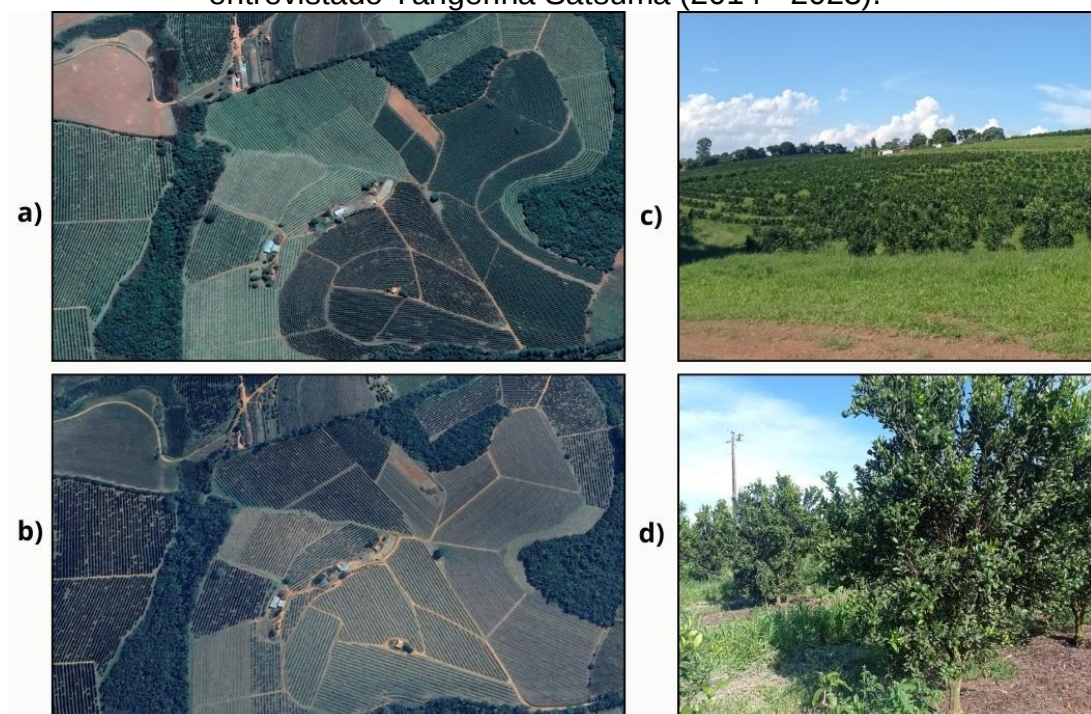
Desde que eu comprei a propriedade em 2001 tinha uns 500 pés de tangerina plantada, aí eu tive a oportunidade de completar mais um pomar, aí fui vendo que era um negócio interessante, fui comprando mais muda e fui plantando, a propriedade hoje é toda plantada. (...) A propriedade não é muito grande e consegue controlar com uma estrutura pequena com pouco empregado então basicamente. A ideia é essa aqui, já teve café um período, mas o café é muito, muito artesanal e muito manual que encarece muito a produção (Murcote Olé).

Lá atrás, quando meu pai queria vender todas as terras, porque estavam paradas, com pasto dando só trabalho, eu não queria que ele vendesse. Então, falei: 'Vamos plantar café!'. Mas, por ser beira de represa, um lugar

muito baixo, ele falou: 'Não!'. Porque ele já tinha plantado muito café ali e perdido tudo por causa da geada. Então, ele sugeriu plantar ponkan, porque dava menos gasto, produzia rápido e não dava trabalho (Dekopon).

Também houve relatos de um produtor que retirou o café e se especializou na citricultura. Foi o caso do entrevistado Tangerina Satsuma, que optou pela mudança após perdas sucessivas com a cultura do café. “Antigamente, antes dos anos 2000 aqui já tinha café e também já tinha citrus. Aí perdeu o café por conta da geada e chuva de pedra em 2019, então plantamos tudo com ponkan e laranja” (Tangerina Satsuma). A Figura 6 ilustra essa transição.

Figura 6 - Transição do café para os citrus na fazenda do produtor entrevistado Tangerina Satsuma (2014 - 2023).



Fonte: Google Earth.

Legenda: a) Imagem aérea mostrando plantação de café em 2014;
 b) Imagem aérea mostrando a substituição do café por citrus 2023;
 c) Lavoura de laranja na fazenda do entrevistado Tangerina Satsuma;
 d) Lavoura de tangerina que substituiu o café em 2023.

Na imagem (a), registrada em maio de 2014, às áreas de café ainda aparecem em verde mais escuro. Já na imagem (b), de agosto de 2023, observa-se a substituição da lavoura cafeeira pelas plantações de citrus, evidenciando a transição feita pelo produtor rumo a especialização na produção de citrus. Durante a entrevista o produtor relatou ter uma propriedade de quase 120 hectares com pelo menos 100 hectares plantados com laranjas, imagem (c) e tangerinas, imagem (d) (Tangerina Satsuma).

Para outros, o cultivo da tangerina surgiu como uma alternativa rentável dentro da lógica da diversificação produtiva, permitindo a diversificação da renda sem que a propriedade dependa exclusivamente da citricultura. Esse movimento foi intensificado entre os anos de 2015 e 2017, quando muitos produtores passaram a investir na cultura, impulsionados por relatos positivos de outros agricultores e pela percepção de uma boa aceitação da fruta no mercado. O relato dos entrevistados ilustra esse processo: “Nós já mexíamos com café, legumes e outras frutas, mas aí eu queria

mexer com outra cultura, vi que a ponkan estava forte na região, aí optei pela ponkan” (Tangerina-Dancy)

A decisão pelo cultivo da tangerina também esteve associada a fatores econômicos e climáticos. Alguns agricultores familiares relataram que a instabilidade de outras culturas, como o café e o milho, cultivo característico da agricultura familiar em campanha, os levou a buscar alternativas mais lucrativas. Além disso, a geada e a baixa altitude de algumas propriedades, também limitaram a viabilidade do café, reforçando a opção pela citricultura, conforme relatado pelos entrevistados:

O plantio de ponkan foi uma forma de renda, né. Em 2017, a plantação de citros estava em alta, a gente plantava milho, mas milho é complicado, aí optamos pela ponkan (Bergamota).

A gente plantou quando estava aquela febre de todo mundo plantando ponkan, todo mundo investindo no ponkan, lá em 2015. Como a gente tinha esse pedaço de terra aqui que meu pai deu pra gente, aí era o que todo mundo estava plantando. Viu que estava dando um bom negócio, todo mundo plantando, aí a gente, como herdou aquele pedacinho ali, resolveu plantar. (Tangerina Real).

Conforme exposto no relato da extensionista da EMATER, apresentado anteriormente, além da percepção de mercado, um fator determinante para o crescimento da produção de tangerinas entre os agricultores familiares foi a troca de informações entre os próprios produtores. A “boca a boca” desempenhou um papel essencial na disseminação da cultura citrícola, permitindo que experiências sobre produtividade, manejo e comercialização fossem compartilhadas na localidade. Esse processo contribuiu para a expansão da citricultura no município, especialmente entre os anos de 2015 e 2018, período no qual muitos produtores decidiram investir na tangerina, influenciados pelo sucesso de outros agricultores que já haviam iniciado o cultivo.

Assim entende-se que a produção de tangerina em Campanha envolve diferentes tipos de produtores, que lidam com desafios diversos e estão inseridos em dinâmicas produtivas próprias. Assim, para elucidar essas peculiaridades, no próximo subcapítulo, foram analisados o perfil dos estabelecimentos e dos produtores de tangerina, considerando suas características, os desafios enfrentados e as formas como se estruturam dentro da cadeia produtiva.

4.1 CARACTERÍSTICA DOS ESTABELECIMENTOS E DOS PRODUTORES DE TANGERINA: DIFERENÇAS E SIMILARIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR

A agricultura, enquanto atividade econômica e social, possui diferentes formas de organização produtiva, que variam conforme aspectos históricos, territoriais e estruturais. A agricultura familiar e a não familiar representam dois modelos produtivos que coexistem na citricultura brasileira, com diferenças estruturais, econômicas e produtivas significativas.

No contexto da territorialização da produção de tangerinas em Campanha, a distinção entre esses modelos permite compreender a dinâmica agrária da região, os desafios enfrentados pelos produtores e as estratégias de adaptação utilizadas para garantir a permanência na atividade. Embora existam diferenças marcantes entre a agricultura familiar e a não familiar, os desafios enfrentados por ambos os grupos são, em parte, os mesmos. Doenças como o *Greening*, oscilações de mercado e custos elevados de produção afetam todos os citricultores, a principal diferença está na capacidade financeira e como esses desafios são enfrentados.

A agricultura familiar se caracteriza pela predominância da mão de obra do próprio núcleo familiar e por uma gestão autônoma dos recursos produtivos (Schneider, 2003). Na citricultura, essa modalidade é essencial para a diversificação das atividades agrícolas, permitindo que os agricultores conciliem a produção de tangerinas com outras atividades. Essa estratégia, se configura como um mecanismo de sustentação econômica e de resiliência diante das oscilações do mercado citrícola.

Enquanto a agricultura não familiar se relaciona a modelos de administração do estabelecimento rural de forma mais empresarial, com tendências à especialização, forte capitalização e pelo uso predominante de mão de obra contratada. Além disso, a produção em larga escala permite um acesso mais facilitado a grandes mercados, já que os volumes produzidos atendem às exigências das cadeias de suprimento de grandes das grandes redes varejistas.

Essa especialização produtiva refere-se à concentração de recursos e esforços em uma determinada atividade econômica ou setor específico, visando aumentar a eficiência, a produtividade e a competitividade (Fachinello; Nachtigal; Kersten, 2008). No contexto da citricultura, essa especialização implica na dedicação predominante ao cultivo de frutas cítricas, como laranjas, limões e tangerinas, adotando práticas

agrícolas modernas e específicas para otimizar a produção e atender às demandas do mercado por frutas padronizadas, suculentas e de bom aspecto visual. Estudos indicam que a aparência da casca é um fator crucial na escolha do fruto, com a maioria dos consumidores preferindo frutos de bom aspecto visual (Gutierrez, 2004).

Nesse cenário, o acesso ao crédito rural vai desempenhar um papel importante no desenvolvimento e manutenção dos produtores na citricultura. Além de servir para a diferenciação dos produtores familiares e não familiares, influenciando diretamente a capacidade produtiva, as estratégias de manutenção dos pomares. No entanto, a principal diferença observada foi nas linhas de crédito acessadas, sendo uma reclamação recorrente entre os agricultores familiares a rápida exaustão dos recursos disponíveis nas modalidades voltadas à agricultura familiar, o que muitas vezes os impede de obter financiamento no momento adequado para suas necessidades

Os produtores familiares, em sua maioria, acessam o Pronaf, que oferece financiamento voltado a pequenos agricultores, mas com limites de crédito mais restritivos. O Pronaf foi criado para atender a agricultura familiar, sendo subdividido em diversas modalidades de financiamento. O Pronaf B é destinado a agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$50 mil. Já o Pronaf V atende a produtores familiares com renda variável (BNDES, 2024).

Nesse sentido, podemos inferir que um dos principais desafios enfrentados pela agricultura familiar na citricultura é o acesso a crédito e financiamento que viabilizem o plantio e a manutenção de pomares em larga escala. Com o avanço do *Greening*, as pulverizações com inseticidas são cada vez mais frequentes, e a retirada de plantas doentes e replantio com mudas saudáveis são cada vez mais comuns, fatores que encarecem os custos dos pomares. Nesse sentido programas governamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), desempenham um papel importante nesse contexto, mas sua efetividade ainda é limitada devido à burocracia e à falta de informação entre os agricultores (Grisa; Schneider, 2014).

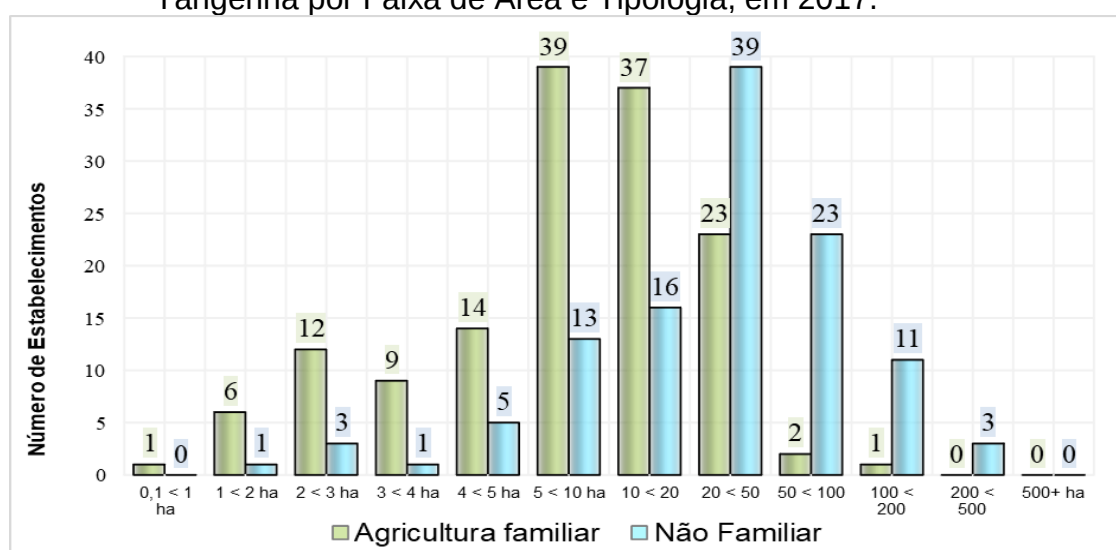
Por outro lado, os produtores não familiares recorrem ao Pronamp, programa criado para apoiar o médio produtor rural, atendendo aqueles que possuem uma escala de produção intermediária, situando-se entre os pequenos produtores familiares e os grandes empresários rurais (BNDES, 2025). Que possibilita um maior volume de financiamento, com taxas de juros mais competitivas e prazos mais

flexíveis, permitindo investimentos em infraestrutura e expansão e manutenção da produção.

Essa diferença no acesso ao crédito reflete-se diretamente no padrão produtivo de cada grupo: os produtores não familiares destinam a maior parte de suas terras exclusivamente à citricultura, investindo na especialização e em um modelo produtivo voltado à escala, enquanto os produtores familiares, com menor capacidade de financiamento, adotam estratégias de diversificação, combinando a tangerina com outras culturas como café, milho e hortaliças, visando mitigar riscos econômicos, reduzir a vulnerabilidade a flutuações de mercado e garantir diferentes fontes de renda ao longo do ano. Esses aspectos foram explorados ao longo dessa sessão.

Para compreender melhor o perfil dos produtores de tangerina em Campanha e como esses diferentes modelos produtivos se manifestam no território, é essencial começar a análise pelos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017). O Gráfico 7 representa a distribuição dos estabelecimentos rurais entre os agricultores familiares e não familiares por faixa de área. A maior parte dos estabelecimentos é de agricultura familiar, são 144, o que representa 56% do total. No entanto, essa predominância está concentrada nas faixas de área abaixo de 20 hectares. Enquanto os estabelecimentos de agricultura não familiar são menos numerosos, mas se concentram nas faixas de área maior.

Gráfico 7 - Distribuição do Número de Estabelecimentos Produtores de Tangerina por Faixa de Área e Tipologia, em 2017.



Fonte: IBGE (2017).

As faixas entre 5 e 10 hectares e 10 e 20 hectares concentram a maior parte dos estabelecimentos familiares, representando mais da metade dos produtores dessa categoria. Nas faixas menores que 5 hectares, a presença de agricultores familiares também é expressiva, representando 80% dos estabelecimentos que produzem tangerina, o que evidencia o interesse desse perfil de produtor na citricultura. Dadas as informações das entrevistas com os agricultores familiares, esse padrão indica que a tangerina tem sido adotada como uma alternativa econômica viável para os agricultores familiares, mesmo em faixas de áreas menores, permitindo a diversificação da produção e a geração de renda.

No entanto, à medida que o tamanho da propriedade aumenta, nota-se uma redução da participação da agricultura familiar e um crescimento proporcional da agricultura não familiar. Esse padrão se torna mais evidente acima de 20 hectares, onde ocorre uma inversão na distribuição. Na faixa de 20 a 50 hectares, existem 39 estabelecimentos não familiares contra 16 familiares, demonstrando que, para áreas maiores, há um predomínio de produtores que operam sob um modelo não familiar. Nas faixas acima de 50 hectares, a agricultura não familiar é predominante, e as informações das entrevistas reforçam uma tendência à especialização na citricultura nos estabelecimentos nessas faixas de área.

Embora os dados do Censo Agropecuário de 2017 indiquem a existência de 167 estabelecimentos agropecuários cultivando tangerinas, o número de produtores citricultores divulgado por Deny Sanábio, coordenador estadual da EMATER, durante o evento Mega Citrus 2023, é menor, totalizando 101 produtores². Esse dado considera não apenas os produtores de tangerina, mas também aqueles que cultivam limão e laranja, evidenciando que um mesmo produtor pode estar à frente de mais de um estabelecimento

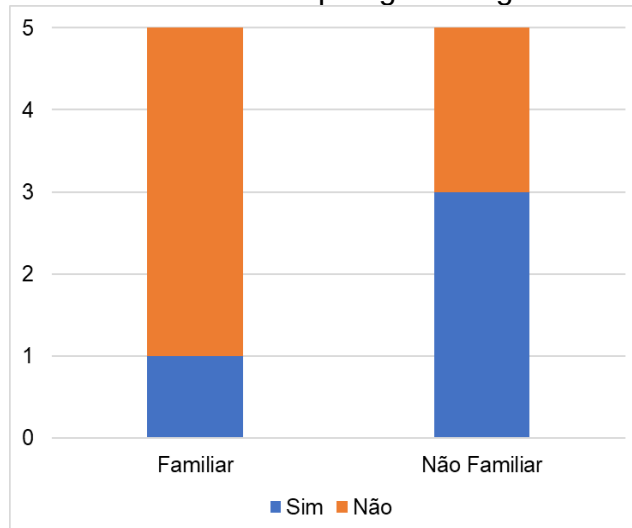
Essa diferença no número de estabelecimentos e no número de produtores pode ser explicada, em parte, pela prática do arrendamento de terras. Esse cenário foi elucidado durante a entrevista realizada na EMATER, onde foi destacado o volume significativo de contratos de arrendamento em Campanha-MG e os fatores que levam os produtores a recorrerem a essa estratégia:

² Discurso proferido durante a palestra “Mapeamento da Citricultura em Campanha”, no evento Mega Citrus, no dia 16 de agosto de 2023.

Tem bastante arrendamento, tem contrato demais de arrendamento. Falo pelos produtores que eu já atendi, tem bastante arrendamento. Mas claro, ainda predomina os proprietários, mas tem muito, não é pouco não, talvez chegue a uns 40% o número de terras arrendadas. Geralmente é o pessoal que planta muito, arrenda muito também (arrendatário). E quem arrenda (arrendador) é porque os filhos foram embora, aí vai chegando à idade, mão de obra é difícil. É uma série de fatores, e arrendar acaba sendo a saída mais viável para aquela família continuar gerando uma renda da terra (Emater Campanha).

A fala dos representantes da EMATER corrobora a análise das entrevistas, que demonstram que três dos cinco produtores não familiares entrevistados arrendam terras adicionais para expandir sua produção (Gráfico 8). Esse comportamento está diretamente relacionado à lógica de produção especializada e é um indicativo de que os produtores veem margens para produzir e vender mais. Para esses produtores, que já possuem uma rede consolidada de compradores, o arrendamento surge como um meio de aproveitar oportunidades de comercialização e ampliar a margem de lucro.

Gráfico 8 - Relação entre Arrendamento de Terra e Tipologia da Agricultura



Fonte: Trabalho de campo (2024 – 2025).

Por outro lado, entre os produtores familiares, a dinâmica do arrendamento tem um caráter distinto. Apenas um dos entrevistados da agricultura familiar arrendava terra, cuja propriedade titular possui apenas 0,58 hectares, insuficiente para a implantação de um pomar comercial. Para contornar essa limitação, ele arrenda 2 hectares de sua sogra para o plantio de tangerina, e arrenda outra propriedade para produzir café. Esses padrões sugerem que, enquanto para os produtores não

familiares o arrendamento é um mecanismo de expansão e intensificação da produção, para os agricultores familiares, ele pode representar um meio de superar restrições fundiárias.

Essa configuração fundiária ressalta um paradoxo agrário no município: a agricultura familiar é numericamente superior, mas possui menor área cultivada e menor participação no volume total produzido, evidenciando um processo de concentração da produção em estabelecimentos não familiares, evidenciado a partir da tabela 9. Enquanto os estabelecimentos familiares somam 521 hectares plantados, os produtores não familiares cultivam 1.490 hectares, demonstrando que, embora os agricultores familiares sejam numericamente superiores, sua produção é significativamente menor.

Tabela 9 - Dados da produção de tangerina em Campanha por tipologia do estabelecimento e forma de acesso a crédito, 2017.

Variável	Não familiar	Familiar	Familiar - Pronaf B	Familiar - Pronaf V	Não Familiar com Pronamp	Não Familiar sem Pronamp
Número de estabelecimentos	115	144	52	90	115	0
Quantidade produzida (t)	28.547	7.976	813	6.695	25.735	2.812
Quantidade vendida (t)	28.057	7.662	0	6.405	25.245	2.812
Valor da produção (Mil Reais)	14.175	3.899	0	3.348	12.445	1.730
Valor da venda (Mil Reais)	13.973	3.759	0	3.220	12.243	1.730
Área colhida (Hectares)	1.490	521	0	409	1.398	92
Área total existente na data de referência (hectares)	1.707	625	0	455	1.621	87

Fonte: IBGE (2017).

Os produtores familiares vinculados ao Pronaf B representam um segmento de menor escala, produzindo apenas 813 toneladas, sem registro de venda, o que sugere que sua produção é voltada majoritariamente para subsistência ou consumo local. Já os agricultores familiares que acessam o Pronaf V demonstram maior integração ao mercado, colhendo 6.695 toneladas, das quais 6.405 toneladas foram comercializadas. Apenas dois estabelecimentos familiares eram não Pronafianos, infelizmente os dados de quantidades produzidas e vendidas não estão disponíveis para esse enquadramento.

No caso dos produtores não familiares, que também sofrem com os fatores associados à manutenção da lavoura, a influência do Pronamp fica evidente. Todos os 115 estabelecimentos não familiares acessam esse programa, e sua produção total

é 25.735 toneladas, distribuídas em 1.398 hectares. Assim pode-se relacionar que o acesso à linha de crédito destinadas para médios proprietários não familiares, permite um maior investimento em insumos e infraestrutura, garantindo uma produção mais eficiente voltada a uma agricultura comercial e especializada.

Além disso, outro fator que contribui para a diferença na quantidade produzida de tangerina é a diversidade de produção, característica marcante na agricultura familiar. Ao diversificarem suas atividades agrícolas e não se dedicarem exclusivamente à citricultura, os agricultores familiares distribuem sua força de trabalho e seus recursos entre diferentes cultivos, o que impacta diretamente o volume final de produção da tangerina. Esse modelo produtivo garante uma produção variada e também indica por que, apesar do maior número de estabelecimentos familiares, sua produção total de tangerina é significativamente menor.

Em contrapartida, os estabelecimentos não familiares, ao adotarem um modelo produtivo mais especializado e focado na citricultura, conseguem maximizar a produção, direcionando seus recursos para a ampliação da área plantada e a adoção de práticas que aumentam a produtividade. Dessa forma, a menor quantidade produzida pelos estabelecimentos familiares não se deve apenas às limitações no acesso a crédito, mas também a uma diferença estrutural na lógica de organização da produção, onde a diversificação surge como uma estratégia central para a sustentabilidade da agricultura familiar, permitindo que esses produtores reduzam riscos.

Essas estratégias produtivas podem ser verificadas a partir da Tabela 10, que apresenta a diversidade de cultivos entre os produtores familiares e a predominância da citricultura entre os produtores não familiares.

Tabela 10 - Tamanho da propriedade, área dedicada a tangerina e tipos de cultivos dos entrevistados.

Identificação	Área total da propriedade	Área dedicada a Tangerina	Demais atividades agropecuárias	Tipologia
Murcote Olé	60	58	-	Não familiar
Dekopon	3	2	-	Não Familiar
Bergamota	86	10	Café, Laranja, milho e gado	Familiar
Tangerina Dancy	0,58	2	Legumes, mandioca, café, maracujá	Familiar
Tangerina Satsuma	120	10	Laranja	Não Familiar
Montenegri na	75	40	Laranja e café	Não Familiar
Tangerina Real	7	2	Laranja, maracujá, melancia abóbora e legumes	Familiar
Tangerina Cravo	65	5	Lichia e carneiros	Não Familiar
Mexerica Rio	20	4	Café, laranja e mandioca	Familiar
Tangerina Champagne	5	2	Abóbora, legumes e maracujá	Familiar

Fonte: Trabalho de campo (2024 - 2025).

Os dados mostram que, entre os produtores não familiares, há uma maior especialização na citricultura, com grandes extensões de terras dedicadas à produção de tangerinas e, em alguns casos, laranjas. Por outro lado, entre os produtores familiares, há uma maior diversificação agrícola, com a citricultura ocupando um espaço menor dentro da propriedade e sendo acompanhada por outras culturas como café, hortaliças e grãos.

O produtor Murcote Olé exemplifica esse modelo de especialização, dedicando-se exclusivamente ao cultivo de tangerinas, mas adotando o plantio de diversas variedades para mitigar os riscos associados ao mercado e as doenças.

Aqui nós temos só tangerina, mas são vários tipos como você deve ter visto aí na sua visita. Nós temos Murcote Olé, tangerina de verão que é uma fruta mais precoce, e a tangerina ponkan Gold que é uma fruta mais tardia e tem também a Ponkan normal (Murcote Olé).

Quando perguntado se ele produzia tangerina o ano todo e se considerava que ter diversos tipos de tangerina produzindo em épocas diferentes constituía uma diversificação da produção o produtor respondeu:

A tendência é essa (...) e um pouco nesse sentido sim de diversificar, até no período de colheita que antes era tudo concentrado num momento só, dava mais trabalho, agora estou espalhando. E o tipo também, para ver a resistência às pragas de cada modalidade dessas tangerinas né (Murcote Olé).

O relato do produtor Murcote Olé mostra como a diversificação das variedades dentro da citricultura além de ser uma estratégia de escalonamento da colheita, também é uma forma de lidar com os desafios fitossanitários, como o *Greening*. Ao testar diferentes tipos de tangerina, ele busca constatar que apresentam maior resistência à doença, o que pode garantir uma produção mais estável ao longo do tempo.

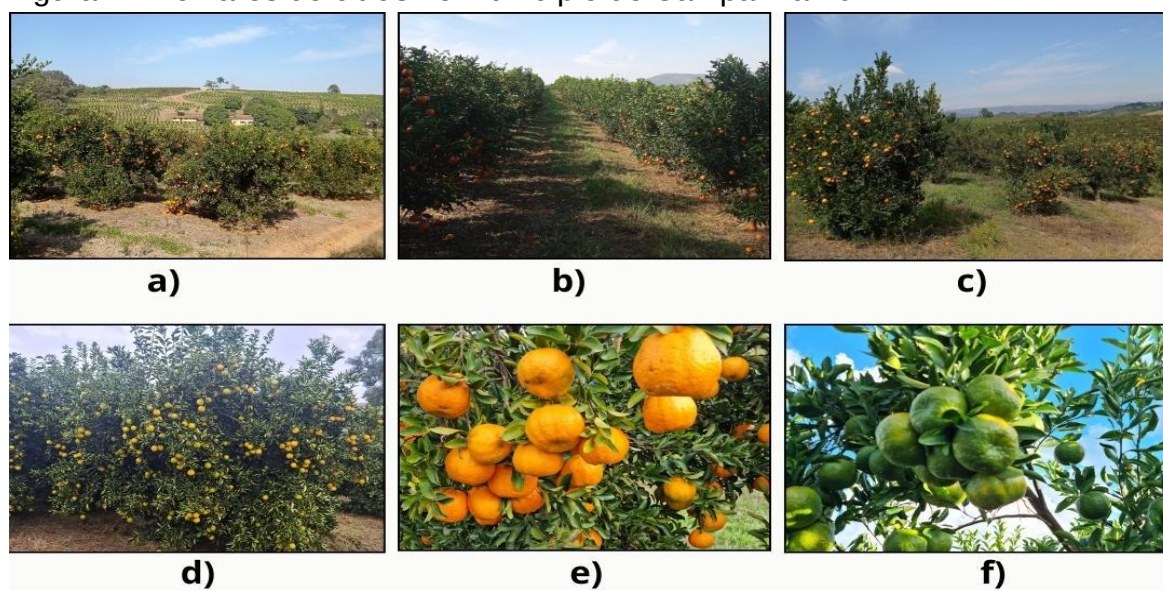
A experiência do produtor Tangerina-Satsuma reforça a lógica adotada por Murcote Olé, mas com uma abordagem ainda mais radical em relação à diversificação. Diante dos impactos do *Greening*, e dos gargalos na hora da colheita, ele optou por reduzir a área destinada à tangerina Ponkan, substituindo parte da produção por variedades de laranja, que apresentam maior resistência à doença e vão ter suas épocas de colheita espalhadas ao longo do ano. O produtor explica como essa diversificação dentro da citricultura permite um planejamento logístico mais eficiente:

Hoje por conta do *Greening* a tangerina ponkan nesta propriedade aqui representa uns 7% só, e o resto é laranja. Aí vai ter laranja Lima, Bahia, Charmute, Valência, Pera Rio, Pera Natal, aí em outras propriedades tem Murcote Olé e Folha Murcha. Diversificar é o objetivo principal, porque se você tivesse, por exemplo, a terra toda com uma cultura só, só com ponkan por exemplo, você precisava ter uma estrutura muito maior de trator, de funcionários, aí você espalhando ela durante 1 ano, você não precisa ter uma estrutura muito grande para colher de uma forma eficiente e vai ter que vender 8 mil, 10 mil caixas num dia, aí não tem trator para puxar a colheita e como que vai arrumar 150 pessoas para colher tudo? Teve um uma semana que a gente quis colher mais rápido lá, que aí estava nessa toada, tipo 80, 90 pessoas. Aí, assim, foi uma loucura, é muita gente. E fica difícil de garantir o trato ideal na hora da panha, pra não quebrar o galho, não deixar fruta pra trás, porque fica custoso, depois não vale a pena voltar pra pegar pouca coisa que ficou pra trás (Tangerina Satsuma).

O produtor Mexerica Montenegrina também se especializou na citricultura, destinando grande parte de sua propriedade à produção de citrus. No entanto, ao contrário de outros produtores especializados exclusivamente em citrus, ele combina essa atividade com a cafeicultura, adotando uma estratégia produtiva que equilibra mitigação de riscos e aproveitamento de oportunidades de mercado.

Durante a entrevista, o produtor destacou que cultiva tangerina Ponkan, mexerica Montenegrina, laranja Bahia e laranja Lima, visando escalonar a colheita (figura 7). No entanto, apesar dessa tentativa, as duas culturas predominantes na propriedade, tangerina e café, possuem períodos de colheita sobrepostos, concentrando a necessidade de mão de obra temporária entre abril e julho (Mexerica Montenegrina).

Figura 7 - Pomares de citrus no município de Campanha 2024.



Fonte: Trabalho de campo (2024 - 2025).

Legenda: a) pomar de tangerina ponkan, sítio do produtor Murcote Olé;
 b) pomar de tangerina Murcote Olé, sítio do produtor Murcote Olé;
 c) contraste entre os pomares de Murcote Olé e Tangerina Ponkan;
 d) pomar de Laranja Bahia, sítio do produtor Mexerica Montenegrina;
 e) tangerina Ponkan cultivada no sítio do produtor Mexerica Montenegrina;
 f) frutos de tangerina Ponkan cultivados no sítio do produtor Tangerina Satsuma.

Embora alguns produtores não familiares especializados na citricultura consigam adotar estratégias de diversificação dentro do próprio segmento, escalonando a produção ao longo do ano, essa lógica nem sempre se aplica aos produtores menores. Para aqueles que possuem áreas reduzidas e estão focados exclusivamente na tangerina ponkan, a viabilidade econômica da produção se torna um desafio, especialmente diante do aumento dos custos de manutenção do pomar e da vulnerabilidade ao *Greening*.

A produtora Dekopon exemplifica esse cenário. Sem a possibilidade de diversificação interna e com uma estrutura produtiva limitada, ela relata as dificuldades

enfrentadas e a decisão de substituir a tangerina por outras culturas, buscando alternativas mais rentáveis para sua propriedade:

Aí você pensa na replanta você corre o risco dessa replanta contaminar como aconteceu comigo porque as minhas replantadas contaminaram todas então o que que você vai você vai procurar outra cultura, você vai virar para outra área. Porque a tangerina para nós que plantamos pouco não tá compensando (...) eu já estou estudando a troca do pomar, pensei no abacate e na laranja. A Laranja tem o *Greening* sim, mas ela resiste um pouco mais. Agora em agosto (2024) a gente quer arrancar tudo. Nós vamos arrancar tudo mesmo, eliminar, queimar os pés que estão lá, preparar a terra tudo de novo e começar de novo (Dekopon)

Enquanto isso, outros produtores que antes investiam mais na tangerina, já estão mudando o foco para culturas mais viáveis economicamente. Esse é o caso do produtor Tangerina Cravo, que, embora ainda mantenha um pomar de tangerinas, tem atualmente a produção de lichia como sua principal atividade. A mudança foi impulsionada pela severidade do *Greening*, que comprometeu a viabilidade do cultivo da tangerina em sua propriedade, levando à erradicação de parte do pomar. Como relatado pelo próprio produtor: "Eu já tive ponkan em outra parte da terra, na onde tem a lichia, onde está a agrofloresta que meu filho toma conta hoje, antes era ponkan. Aí deu *Greening*, perdeu, aí a gente arrancou tudo e plantou outra coisa" (Tangerina Cravo).

Essa transição reflete um movimento de adaptação às dificuldades crescentes enfrentadas pelos citricultores campanhenses, evidenciando como fatores sanitários e econômicos estão moldando novas dinâmicas produtivas no município. Enquanto alguns produtores não familiares buscam mitigar os riscos testando diferentes variedades de citrus, diversificando dentro do próprio segmento, outros que não contam com os mesmos recursos, estão gradativamente abandonando a citricultura e direcionando seus investimentos para culturas alternativas.

Por outro lado, os produtores familiares apresentam um padrão produtivo mais diversificado, onde a citricultura se insere como uma das várias atividades desenvolvidas em suas propriedades, compartilhando espaço com outros cultivos e práticas agropecuárias.

A produtora Bergamota, por exemplo, que conta com uma área grande em sua produção, cultiva tangerina, milho, laranja e gado, além do café, principal atividade econômica de sua propriedade (Figura 8). Nesse cenário a citricultura entrou como uma estratégia de diversificação para mitigar riscos e reduzir a dependência da pecuária e da cafeicultura (Bergamota). Assim como o produtor Mexerica Rio, que tem

como atividade principal a cafeicultura e antes criava gado. Segundo o produtor, os custos com a criação estavam ficando muito altos, e ele precisava cada vez mais dar tratos ao gado, o que gerava muito trabalho e gastos. Como a tangerina ponkan estava em alta no município, para não depender só do café, ele resolveu investir na cultura. Atualmente, ele tem em sua propriedade a ponkan, o café e também a mandioca (Mexerica Rio)

Figura 8 - Diversificação da produção no município de Campanha café e tangerina (2024).



Fonte: Trabalho de campo (2024 - 2025).

No caso dos produtores Tangerina-Dancy, Tangerina-Real e Tangerina-Champagne, observa-se um modelo produtivo que combina a produção de tangerinas com a comercialização de legumes e outras frutas (Figura 9). Esses produtores atuam de forma mais integrada ao mercado local, utilizando-se da diversidade produtiva como estratégia de segurança econômica. A diversificação da produção, conforme aponta Schneider (2003), é uma característica fundamental da agricultura familiar. Ao comercializarem diferentes produtos, esses produtores conseguem atender a uma gama maior de consumidores, reduzindo sua dependência exclusiva da citricultura e garantindo fluxos de renda mais estáveis ao longo do ano.

Figura 9 - Diversificação da produção, cultivo de maracujá e laranja no sítio da produtora Tangerina Real (2025).



Fonte: Trabalho de campo (2024 - 2025).

Nesse sentido a diversificação produtiva entre os agricultores familiares, como demonstrado nos relatos, reflete uma estratégia de adaptação às dinâmicas do mercado, às limitações estruturais desses produtores e também aos efeitos do *Greening*. Ao contrário dos produtores especializados, que concentram seus esforços na maximização da produção citrícola, os agricultores familiares equilibram diferentes culturas e atividades, buscando mitigar riscos, garantindo maior estabilidade financeira e autonomia produtiva.

Dessa forma, a análise dos estabelecimentos produtores de tangerina em Campanha revela dinâmicas distintas entre a agricultura familiar e não familiar, refletidas na organização produtiva, no acesso a mercados e na escala de produção. Enquanto alguns produtores investem na diversificação agrícola como forma de minimizar riscos, outros optam pela especialização citrícola, garantindo um fluxo contínuo de produção ao longo do ano. Essas escolhas impactam diretamente a capacidade de gestão das lavouras, influenciando desde a organização da colheita até a inserção nos mercados consumidores.

Entretanto, independentemente do modelo produtivo adotado, todos os citricultores enfrentam desafios relacionados à manutenção da produtividade e à sanidade dos pomares. Problemas fitossanitários, como o *Greening*, a necessidade de aplicação de defensivos agrícolas e a mecanização parcial das atividades, exigem estratégias específicas de manejo para garantir a viabilidade da produção. Diante disso, a próxima seção discutirá os tratos culturais adotados pelos produtores campanhenses, abordando o uso de insumos, a mecanização das lavouras e as implicações dessas práticas para a sustentabilidade da citricultura regional.

4.2 TRATOS CULTURAIS, USO DE AGROTÓXICOS E MECANIZAÇÃO NA CITRICULTURA CAMPANHENSE

A citricultura comercial moderna depende de um conjunto de tratos culturais que influenciam diretamente a produtividade, a longevidade e a viabilidade econômica da atividade. Nesse contexto, a citricultura em Campanha-MG reflete fortemente os padrões da citricultura paulista, adotando modelos produtivos que priorizam alta especialização técnica e tecnologias avançadas de manejo. Mas a aplicação dessas práticas vai variar conforme o modelo produtivo, revelando diferenças na estrutura de produção entre a agricultura não familiar e a agricultura familiar.

Os relatos dos representantes da EMATER de Campanha indicam que os citricultores locais tomam como referência as práticas adotadas no interior de São Paulo, especialmente na região de Cordeirópolis, onde o uso de tecnologia e o controle fitossanitário são fundamentais para a viabilidade econômica da atividade. Essa influência é reforçada pela realização de eventos técnicos no município como o Mega Citrus, que frequentemente contam com a participação de citricultores e pesquisadores paulistas de instituições como a Embrapa-SP, CEAGESP, Centro de Citricultura do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Jaboticabal.

Nesse sentido, apesar das diferenças estruturais entre a agricultura familiar e não familiar, há uma confluência de práticas na condução dos pomares, especialmente devido à necessidade de padronização dos frutos para o mercado e ao rigoroso controle fitossanitário. Com o avanço da citricultura e a crescente demanda por frutos de qualidade, os tratos culturais tornaram-se mais técnicos e especializados, exigindo maior planejamento por parte dos produtores. O modo como essas práticas

são conduzidas pode impactar a sanidade do pomar, os custos de produção e a viabilidade econômica da atividade citrícola (Carvalho *et al.*, 2005).

Essa confluência das práticas na cadeia citrícola em Campanha, fortemente influenciada pelos modelos produtivos paulistas, começa já na escolha das mudas. Durante as entrevistas, todos os produtores relataram adquirir mudas exclusivamente de viveiros certificados, garantindo sanidade e conformidade com os padrões fitossanitários exigidos. No entanto, um fator relevante é que esses viveiros certificados estão localizados no estado de São Paulo, uma vez que a região do Sul de Minas ainda não conta com infraestrutura para a produção de mudas certificadas de citros.

Essa dependência de mudas provenientes de São Paulo reforça a integração da citricultura campanhense com o modelo paulista, tanto em termos de genética das plantas quanto de padrões produtivos, ao mesmo tempo em que a ausência de viveiros certificados na região impõe um custo logístico adicional aos produtores locais.

Quanto ao manejo dos pomares, ele vai acontecer especialmente no período de entressafra, que compreende o intervalo entre uma colheita e o início do novo ciclo produtivo. Esse período serve para a recuperação das plantas e a preparação do pomar para a próxima safra, sendo o momento para a realização de práticas como poda, desbrota, adubação e controle fitossanitário feito a partir de pulverizações com agrotóxicos.

A poda é essencial para o controle do crescimento e do arejamento da copa, contribuindo para a prevenção de doenças e para o manejo eficiente da colheita. A adubação, baseada em análises de solo e tecido vegetal, visa suprir os nutrientes necessários para o desenvolvimento das plantas e garantir altos índices de produtividade (Carvalho *et al.*, 2005).

Outro ponto importante é o manejo da vegetação entre as linhas de plantio. Plantas daninhas competem com as árvores cítricas por água e nutrientes, além de servirem como abrigo para pragas, por isso, muitos citricultores optam pela roçagem mecânica, podendo ser feita com roçadeira manual ou roçadeira de trator, a depender do tamanho da área e da idade do pomar (figura 10). Há também aqueles que optam pelo uso de herbicidas seletivos para controlar essa vegetação e manter o solo mais limpo.

Figura 10 - Métodos de roçagem mecanizada das linhas de plantio das lavouras de citrus.



Fonte: Trabalho de campo (2024 - 2025).

Legenda: a) roçagem das linhas de plantio com roçadeira manual;
b) roçagem das linhas de plantio com roçadeira de trator.

O manejo fitossanitário é a prática que mais demanda tempo e dedicação dos citricultores, sendo essencial para garantir a sanidade dos pomares e evitar perdas na produtividade. A alta incidência de pragas e doenças, como o *Greening* (*Huanglongbing* - HLB), exige um monitoramento constante e intervenções frequentes para minimizar os impactos na produção.

Nos últimos anos, a durabilidade dos pomares tem diminuído, refletindo os desafios impostos pelo avanço do *Greening*. Antes da disseminação da doença, os pomares enxertados em limão-cravo ou tangerina Cleópatra podiam ter uma vida útil de 20 a 30 anos (Mexerica Montenegrina). Entretanto, com a rápida propagação do psíldeo, vetor do *Greening*, esse período caiu para aproximadamente 14 anos³. Para tentar conter o avanço da doença e preservar a longevidade dos pomares, tanto produtores familiares quanto não familiares adotam estratégias como a rotação de inseticidas, evitando a resistência do vetor. As pulverizações passaram a ser realizadas em intervalos de 14 dias, alternando-se substâncias com diferentes modos de ação para impedir a seleção de populações resistentes.

Nesse cenário, o manejo fitossanitário tornou-se indispensável, e as pulverizações assumiram um papel central na preservação da lavoura, sendo

³ Informação com base na palestra "Porta-enxertos e incidência de Greening em tangerina Ponkan" ministrada por Eduardo Augusto Girardi da EMBRAPA, no evento Mega Citrus 2023.

amplamente utilizadas para garantir a durabilidade dos pomares e a qualidade dos frutos ao longo do ciclo produtivo (Figura 11).

Figura 11 - Aplicação de agrotóxicos em lavouras de citrus.



Fonte: Trabalho de campo (2024 – 2025).

Dentre as principais doenças e pragas que demandam pulverizações mencionadas durante as entrevistas além do *Greening*, destacam-se, a pinta preta e a alternaria, o ácaro-da-leprose, a mosca-das-frutas, as cochonilhas e a mosca-branca, doenças que afetam tanto o desenvolvimento quanto a qualidade dos frutos destinados ao mercado. Diante desse cenário, os produtores precisam adotar um manejo integrado que envolve pulverizações regulares.

A dependência de agrotóxicos gerou um forte assédio de empresas fornecedoras, como apontado pela entrevista na EMATER de Campanha, ao qual foi relatado a presença massiva de vendedores no município, oferecendo produtos fitossanitários de forma agressiva e sem considerar as reais necessidades dos produtores.

Campanha depois dos citros virou assediada pelas grandes empresas, teve uma época que a gente contou 38 caminhonetes de vendedores de fora, rodando campanha e oferecendo produtos. Sem nenhuma preocupação ambiental, sem nenhuma preocupação econômica, o cara quer bater a meta. E aí a gente depara aí com depósitos nas pequenas propriedades lotadas de produtos que depois ele nem sabe o que ele vai fazer com aquele trem lá e

muitos produtos vencem. Então por quê? Porque o assédio em campanha ficou tão grande, principalmente por conta desse negócio do *Greening*, com os banhos (pulverizações). (Emater Campanha).

O agrônomo da Emater inclusive nos relatou espanto ao chegar em campanha e se deparar com o número de pulverizações realizadas nos pomares de citrus e o número de produtos estocados nas propriedades, antes acostumado a acompanhar lavouras de café, que segundo ele, necessitam de no máximo 4 banhos ao ano e poucos produtos, constatar o número de produtos utilizados e a quantidade de pulverizações realizadas ao longo do ano o deixou surpreso (Emater Campanha).

Esse cenário evidencia a pressão comercial exercida sobre os citricultores, especialmente sobre os pequenos produtores que por vezes adquirem produtos pela promessa de maior eficácia contra doenças como o *Greening*, mas sem garantia real de resultado. Como relatado por uma produtora familiar, durante as entrevistas:

Tem alguns que ligam oferecendo uns produtos, mas como não tem resultado ainda, a gente resolveu não arriscar ainda, porque o preço do produto é bem caro. Sai a R\$3.200 e parece que dá pra 20 aplicações, uma coisa assim (...) se fosse em conta a gente até arriscava, mas é bem caro pra você pode arriscar. E a gente fica meio com medo de investir, porque os ganhos são poucos também e é aquela coisa né, a gente fica com medo de gastar tanto num produto e não ter resultado e lá vai o dinheiro da produção né (Tangerina Real).

Ou seja, alguns citricultores, muitas vezes, aqueles com menos acesso à assistência técnica especializada, são mais suscetíveis a serem persuadidos a comprar produtos em excesso ou inadequados às reais necessidades do pomar. Como apontado pela entrevista realizada na EMATER de Campanha-MG, os produtores de maior escala, mais familiarizados com o mercado, têm maior controle sobre essas negociações, enquanto os pequenos produtores frequentemente enfrentam dificuldades para avaliar a eficácia e a real necessidade dos produtos adquiridos.

Esse cenário de alto uso de agrotóxicos tem elevado significativamente os custos de produção, tornando a atividade cada vez mais onerosa para os produtores. Segundo dados da Hortifruti Brasil, os gastos com o manejo fitossanitário, especialmente o controle do *Greening*, podem representar até 30% do total dos custos operacionais das propriedades (Ribeiro, Boteon, Geraldini, 2023). Esse percentual vem aumentando ao longo dos anos, refletindo a intensificação da necessidade de controle da doença por meio de pulverizações rotativas para conter a disseminação do psilídeo.

A produtora Dekpon relatou ter buscado alternativas mais orgânicas para os tratos culturais, mas se viu em um dilema entre sustentabilidade e controle fitossanitário. Inicialmente, a adoção de adubação orgânica trouxe bons resultados, mas, ao mesmo tempo, intensificou os desafios sanitários, exigindo um manejo mais rigoroso:

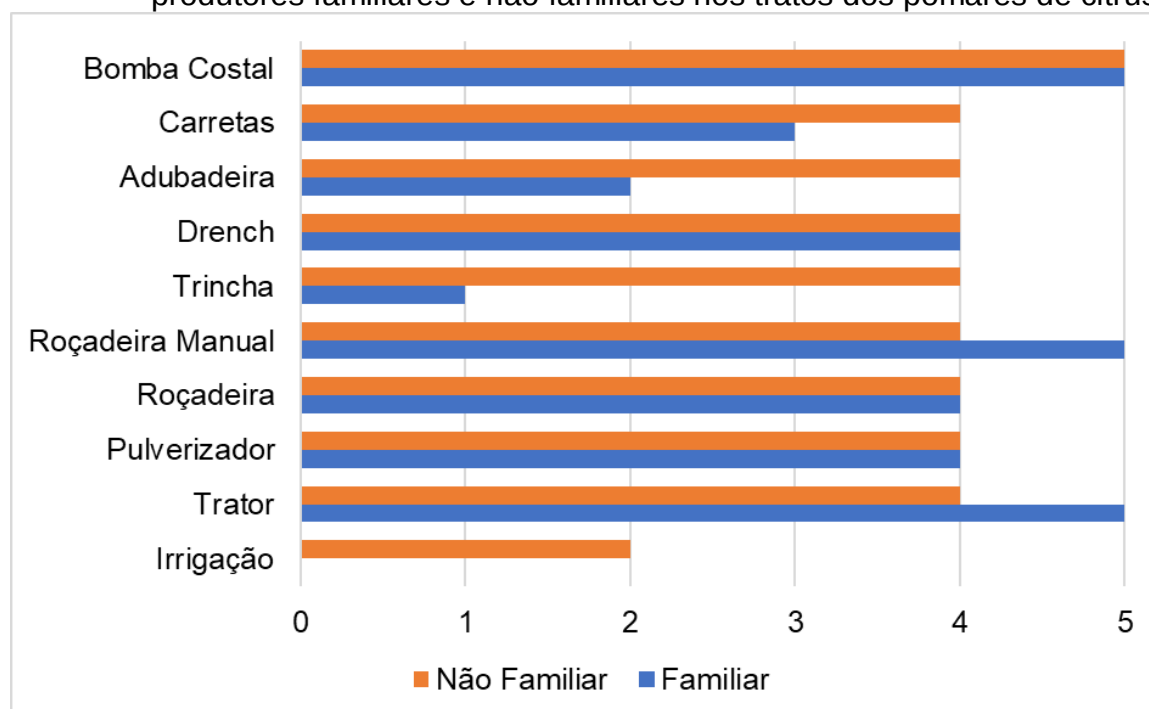
Eu tentei também a uns quatro anos atrás o adubo orgânico, eu comprei tudo orgânico, comprei de Tonelada fechada, eu gostei, por um lado foi um ano que produziu muita fruta também, mas assim entrou mais doença. E aí eu tive que redobrar os banhos, então você tem por um lado, mas você perde por outro por que comprei muito produto (Dekopon).

Esse relato evidencia as complexidades do manejo orgânico na citricultura campanhense, onde a redução do uso de insumos químicos pode demandar estratégias mais intensivas de controle fitossanitário, impactando os custos e a viabilidade da produção.

Estudos da Hortifruti Brasil indicam que os custos médios com insumos (corretivos, fertilizantes e agrotóxicos) em um pomar podem variar de R\$7.606,11 a R\$8.539,55 por hectare ao ano, dependendo da intensidade do manejo fitossanitário, do nível tecnológico adotado e da idade do pomar (CEPEA, 2024). Esse alto custo tem sido um fator limitante, especialmente para pequenos produtores e produtores familiares que encontram dificuldades para financiar a compra de insumos e ou implementar práticas mais sustentáveis de controle. Em alguns casos, a necessidade de aplicação frequente de produtos pode até levar ao endividamento de citricultores, que passam a depender de financiamentos para manter a lavoura.

Assim, em um cenário com incidência dessas pragas e doenças, os padrões de pulverização tendem a ser semelhantes entre os modelos de produção familiar e não familiar, variando conforme a época do ano e sendo realizadas, em média, a cada 15 dias. No entanto, o acesso aos maquinários pode variar, tanto os produtores familiares quanto os não familiares utilizam tratores com pulverizadores acoplados, além de, em alguns casos, pulverizadores costais para aplicações mais pontuais. A principal diferença está na variedade, número de equipamentos e na capacidade de investimento (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Implementos mencionados durante as entrevistas, utilizados pelos produtores familiares e não familiares nos tratos dos pomares de citrus.



Fonte: Trabalho de campo (2024 - 2025).

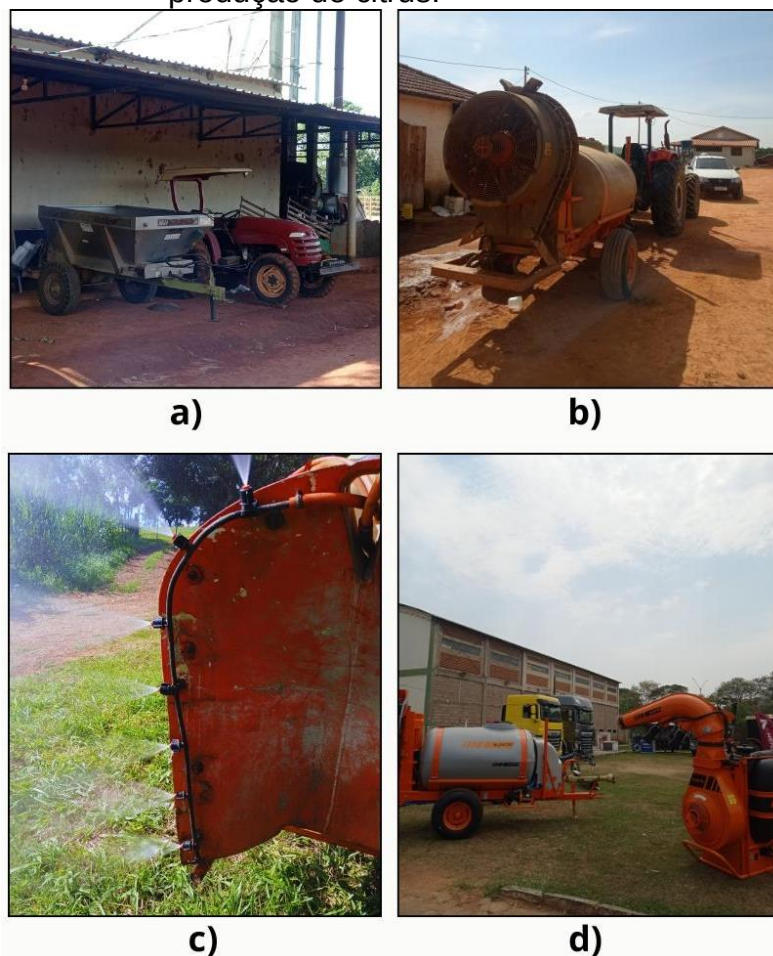
A análise dos dados revela que todos os citricultores possuem tratores e pulverizadores, com exceção da produtora Dekopon, cuja atividade principal não é a agricultura. Essa produtora herdou uma pequena área de citros e decidiu manter a lavoura, mas não conta com equipamentos de maior porte. No entanto, há uma diferença importante, enquanto os produtores familiares geralmente possuem apenas um trator e um pulverizador, os produtores não familiares contam com múltiplos tratores e pulverizadores, refletindo a quantidade de trabalhadores contratados e otimizando a gestão dos tratos culturais em áreas maiores.

Outra diferença observada diz respeito à forma de aquisição dos implementos. Enquanto os produtores não familiares compram equipamentos novos em revendedoras especializadas de Varginha e Três Corações e, em alguns casos, no interior de São Paulo, os produtores familiares dependem, em grande parte, da compra de equipamentos em Campanha e na maioria das vezes de segunda mão, especialmente para itens de alto custo, como tratores e pulverizadores. Essa característica também foi verificada na aquisição de roçadeiras, adubadeiras, carretas, roçadeiras costais que foram adquiridos pelos produtores familiares no comércio de Campanha, onde o custo pode ser mais baixo e o acesso facilitado.

O drench e a trincha, também apresentaram diferenças no acesso, foram equipamentos majoritariamente mencionados pelos produtores não familiares. O drench é empregado para o controle de pragas e doenças no solo permitindo maior precisão na aplicação, garantindo que o produto atinja a zona radicular da planta (Scapin; Ramos, 2017). Como não possuem drench, os produtores familiares fazem esse tratamento com bomba costal padrão. Já a trincha é um implemento acoplado ao trator, utilizado para a trituração de restos vegetais, como galhos, folhas e ervas daninhas. O uso desse equipamento facilita o manejo da vegetação abaixo da parte inferior da copa e entre as linhas de plantio, além da trituração dos resíduos da poda (Scapin; Ramos, 2017). Aqueles produtores que não possuem a trincha acabam recorrendo à roçada manual, com roçadeiras costais, e à retirada dos galhos com foices e enxadas.

Alguns implementos que foram mencionados pelos dois grupos são, bomba costal, roçadeira manual e carretas, os quais aparecem em igual proporção para ambos.

Figura 12 - Implementos agrícolas utilizados na produção de citrus.



Fonte: Trabalho de campo (2023 – 2025)

Legenda: a) trator e adubadeira utilizado nas produções de citrus produtor Tangerina Satsuma;
 b) pulverizador de trator utilizado na lavoura de citrus, produtora Bergamota;
 c) pulverizador utilizado na lavoura de citrus;
 d) exposição de vários tipos de pulverizadores no evento Mega Citrus 2024.

A presença de pulverizadores (figura 12, c)), servem para a aplicação de agrotóxicos. Essa prática é essencial para o manejo fitossanitário dos pomares, especialmente no combate ao *Greening*. Como mencionado anteriormente as diferenças ficam por conta da forma de aquisição e o tipo de pulverizador utilizado, que variam conforme o perfil e capitalização do produtor. Agricultores não familiares geralmente investem em equipamentos novos e tecnologicamente avançados, como representados na figura 12 imagem d). Por outro lado, agricultores familiares tendem a optar por pulverizadores de menor porte ou de segunda mão, como no caso da figura 12, imagem c).

Entre os produtores entrevistados, apenas dois mencionaram ter implementado a irrigação em seus pomares, o produtor Mexerica Montenegrina e o produtor Tangerina Satsuma. Por meio da irrigação esses produtores conseguem manter um nível de produtividade elevado mesmo durante períodos de estiagem. Além disso, a irrigação permite a antecipação da safra, com frutos prontos para colheita em períodos de menor oferta, garantindo melhores preços e reduzindo a concorrência acirrada que ocorre nos meses subsequentes (Mexerica Montenegrina).

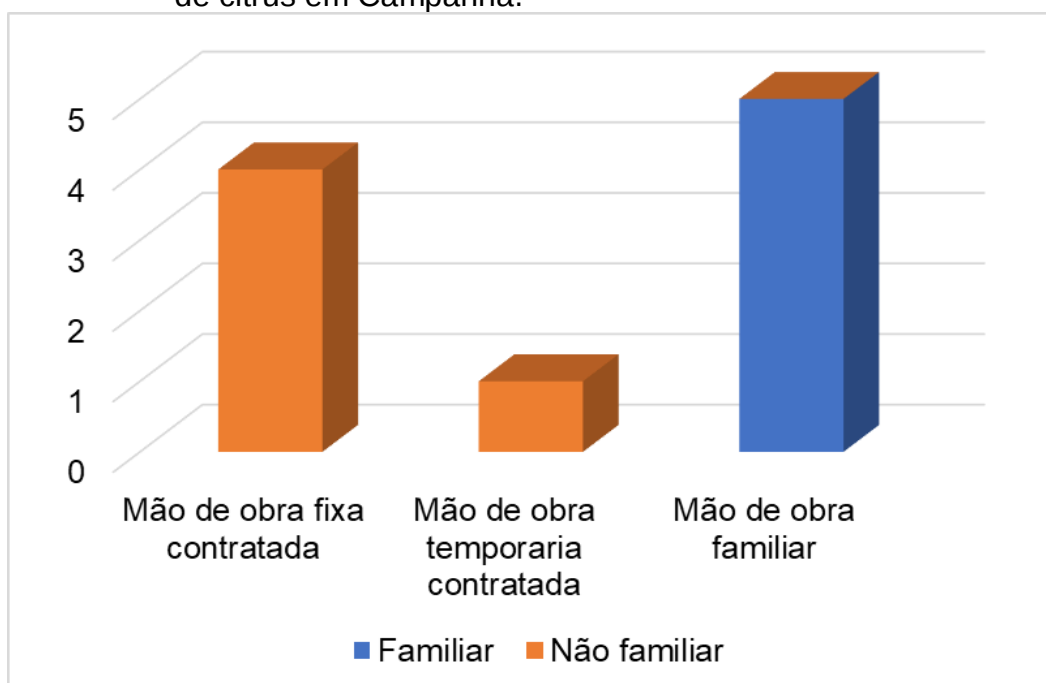
Nesse sentido, a análise das entrevistas indica que os agricultores familiares ajustam seus manejos de acordo com os recursos disponíveis, recorrendo frequentemente a trabalhos manuais ou a equipamentos menos sofisticados, devido às limitações impostas pelo alto custo das novas tecnologias. Por outro lado, os produtores não familiares tendem a investir mais em tecnologias que aumentam a eficiência dos tratos culturais e reduzem a necessidade de mão de obra, evidenciando um maior grau de especialização no setor.

Esse cenário evidencia que, embora a citricultura familiar e não familiar compartilhe algumas práticas, especialmente no que se refere às pulverizações, a diferença na escala de produção e no acesso à mecanização impacta diretamente a condução da lavoura. O alto custo dos equipamentos, a dificuldade de acesso a crédito agrícola e a necessidade de buscar alternativas mais baratas no mercado de usados são fatores que impactam a permanência e inserção dos agricultores menos capitalizados na atividade. Esse contexto reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a inclusão tecnológica na agricultura familiar, por meio de programas de financiamento acessíveis e incentivos fiscais para a aquisição de maquinário novo e eficiente.

Um exemplo que ilustra bem a necessidade de financiamento para a aquisição de equipamentos novos é o da produtora Bergamota. Diferente da maioria dos agricultores familiares, ela tem conseguido, com mais frequência, acessar linhas de financiamento que lhe permitem investir em maquinários novos, sendo a única produtora familiar entrevistada a possuir praticamente todos os implementos (exceto irrigação) em sua propriedade, e em mais de uma unidade. Durante a entrevista, ela relatou que estava prestes a adquirir outro trator por meio de um financiamento com condições diferentes para agricultores familiares e descontos na compra de equipamentos novos (Bergamota).

Já quanto ao tipo de mão de obra utilizada, vemos diferenças marcantes entre os modelos de produção. Enquanto a agricultura familiar depende predominantemente do trabalho da própria família, a agricultura não familiar emprega mão de obra contratada para a realização das atividades. A partir da análise do Gráfico 10, observa-se essa diferença na força de trabalho. No caso da agricultura não familiar, verifica-se o predomínio da mão de obra fixa contratada, com exceção da produtora Dekopon, que adotava um modelo diferenciado ao empregar trabalhadores de forma temporária para a realização dos tratos culturais.

Gráfico 10 - Tipo de mão de obra utilizada nos tratos culturais de lavouras de citrus em Campanha.



Fonte: Trabalho de campo (2024 - 2025).

Dois fatores principais justificam essa escolha. Primeiramente, a propriedade possuía uma área relativamente pequena, o que reduzia a necessidade de uma equipe permanente para a execução de atividades como poda, roçagem e pulverização. Em segundo lugar, a produtora não dispunha de maquinário próprio, como tratores e pulverizadores, o que a obrigava a contratar trabalhadores que já possuíam os equipamentos necessários para a realização dos tratos culturais.

Na citricultura familiar, os tratos culturais são realizados predominantemente pela própria família, com as atividades distribuídas entre maridos, esposas e filhos, garantindo a continuidade da produção sem a necessidade de mão de obra externa. A contratação de trabalhadores ocorre de forma pontual, sendo mais comum nos

períodos de colheita, quando a demanda por mão de obra aumenta significativamente. Por outro lado, na citricultura não familiar, a estrutura de mão de obra é distinta, contando com trabalhadores fixos ao longo do ano. O número de funcionários varia conforme o tamanho da propriedade e a área plantada, com registros que vão de 4 a 18 funcionários fixos (tabela 11).

Tabela 11 - Número de trabalhadores fixos contratados pelos produtores não familiares.

Produtor	Trabalhadores Fixos
Mexerica Montenegrina	18
Murcote Olé	6
Tangerina-Satsuma	11
Tangerina-Cravo	4

Fonte: Trabalho de campo (2024 - 2025).

É válido mencionar que, dois produtores não familiares possuem famílias que residem nas propriedades e atuam como trabalhadores fixos, assumindo a função de "tomadores de conta" da propriedade. No caso do produtor Murcote Olé, por exemplo, existem quatro famílias morando em sua propriedade, na qual o marido é o responsável pelo trabalho na propriedade (Murcote Olé). Segundo os produtores essa presença constante de alguém de confiança na propriedade assegura uma supervisão contínua e a continuidade das operações agrícolas mesmo quando os proprietários não estão presentes (Murcote Olé; Mexerica Montenegrina).

Esses trabalhadores são responsáveis pela execução dos tratos culturais, incluindo poda, adubação, manejo fitossanitário e controle de plantas daninhas, garantindo que as práticas agrícolas sejam conduzidas da forma como os proprietários desejam ao longo do ciclo produtivo.

Um aspecto relevante é que, ao serem questionados sobre a operação de máquinas e a aplicação de agrotóxicos, todos os produtores não familiares e os familiares entrevistados afirmaram que quem realiza os tratos culturais passou por capacitação técnica específica. Capacitação obtida por meio de cursos de tratorista e aplicação de agrotóxicos, oferecidos pelo Sindicato Rural de Campanha em parceria com o SENAR, garantindo que as atividades sejam realizadas de forma segura, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

De forma geral, a análise da mão de obra evidencia que, enquanto os produtores familiares dependem majoritariamente do trabalho da própria família, os produtores não familiares estruturam suas atividades com um quadro fixo de trabalhadores. A qualificação técnica da mão de obra é um ponto em comum entre os dois modelos produtivos, destacando a importância da oferta de capacitação profissional no município, a fim de garantir a eficiência e segurança no manejo agrícola.

5 ORGANIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO E DESTINOS DA PRODUÇÃO DA TANGERINA

A comercialização de tangerinas na região de Campanha – MG, apresenta uma dinâmica peculiar, na qual a colheita e a venda estão diretamente interligadas. Diferentemente de outros setores da fruticultura, os agricultores citricultores comercializam seus frutos ainda no pé, permitindo que os compradores, geralmente atravessadores, organizem a colheita, carregamento e transporte diretamente das propriedades. Essa estratégia está diretamente relacionada à alta perecibilidade da tangerina, em especial da variedade Ponkan, que exige rapidez entre a colheita e distribuição. Como destacado por Fachinello, Nachtigal e Kersten (2008), a fruticultura exige um planejamento logístico eficiente para garantir que o produto chegue ao consumidor em condições adequadas.

Segundo relatos da entrevista realizada na EMATER de Campanha praticamente toda a produção, inclusive de médios e grandes produtores, passa pelas mãos dos atravessadores, pois são eles que possuem acesso consolidado às redes de comercialização em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro. Esses intermediários negociam diretamente com os produtores para definir se a colheita será de responsabilidade do produtor ou do próprio atravessador, que muitas vezes assume todo o processo e realiza a compra da fruta ainda no pé. Dessa forma, a venda direta se torna uma exceção, viável apenas para empresas e donos de barracões, que já possuem compradores estabelecidos e estrutura para a colheita e escoamento da produção.

Isso porque a comercialização das tangerinas em Campanha está diretamente ligada à conexão com centros urbanos maiores, destacando a interdependência entre localização, produção, logística e redes de comercialização. Afinal, como destaca Milton Santos (2006, p. 186), "Não basta, pois, produzir, é indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção". O autor frisa que no processo de produção capitalista, a circulação domina a produção, tornando os fluxos categoria indispensável ao esclarecimento das relações de produção e comercialização, e completa, afirmando que o modelo geográfico é definido pela circulação, que está mais densa e extensa, e comanda as mudanças de peso no espaço (Santos, 2006). Ou seja:

A produção da fluidez é um empreendimento conjunto do poder público e do setor privado. Cabe ao Estado, diretamente ou por concessões, e aos organismos supranacionais prover o território dos macrossistemas técnicos sem os quais as demais técnicas não se efetivam: Já as empresas, isoladamente ou associadas, estabelecem redes privadas, cuja geografia e funcionalização correspondem ao seu próprio interesse mercantil (Santos, 2006, p. 186).

Os atravessadores e barracões locais assumem a intermediação entre os produtores e os centros consumidores, dominando a logística da circulação. Essa configuração confirma a ideia de que os circuitos espaciais de produção são marcados por redes de poder e controle, nas quais determinados agentes se posicionam estrategicamente para condicionar os fluxos mercantis (Santos, 2006). Dessa forma, na comercialização da tangerina, os atravessadores não apenas garantem a distribuição da safra, mas também influenciam a precificação e os padrões de qualidade exigidos, moldando a própria estrutura produtiva da região.

Em outras palavras, a estrutura de comercialização da tangerina em Campanha reflete as diferenças entre os modelos de produção, evidenciando desigualdades no acesso ao mercado e nas relações de poder dentro da cadeia produtiva. Enquanto alguns produtores possuem contatos diretos com compradores de grandes centros urbanos, a maioria depende de intermediários, como atravessadores e barracões de comércio, que detêm maior controle sobre esses canais de distribuição.

Dadas as dificuldades relacionadas à agilidade na colheita e comercialização, a maioria dos entrevistados indicou optar pela venda a atravessadores. Essa lógica se estrutura em torno da facilidade oferecida pelos intermediários em relação a essa etapa da cadeia produtiva. O produtor Tangerina-Cravo explica que:

Tem o comprador do CEASA, lá do Recife, por exemplo. Ele liga pra um cara de Campanha (atravessador), fala o que tá precisando e manda o caminhão, o cara de Campanha ganha o dinheiro dele, gerência, procura os colhedores, contrata a turma, colhe, bota no caminhão, me paga e vai embora.

Dessa forma, o controle sobre a colheita e a comercialização fica muito por conta dos atravessadores, que atuam como intermediários entre os produtores e os compradores finais. São eles que viabilizam as vendas, conectando a produção aos compradores que providenciam o transporte da mercadoria, arcando com os custos do frete. Além disso, em grande parte das vezes os atravessadores também ficam responsáveis pela contratação da mão de obra para a colheita, o que é feito por meio dos turmeiros:

Turmeiro é um cara que tem um carro, uma van, uma kombi, uma porra dessa. E que ele tem uma equipe de funcionários. Em geral, são irregulares, alguns já estão legalizando. Aí eles atendem o serviço, no caso da ponkan é mais na colheita. Então o intermediário contrata a equipe, colhe e vai embora. E o produtor corre o risco trabalhista, né? Porque se der merda é culpa do produtor, embora ele não saiba nem quem são, nem porquê (Tangerina Cravo).

Em virtude desse cenário os produtores que dependem dos atravessadores para a colheita acabam assumindo riscos que vão além da venda da fruta. Como os turmeiros trabalham de forma autônoma e muitas vezes sem registro formal, não há garantias de que os trabalhadores estão contratados dentro da legalidade ou recebendo seus direitos. Isso cria uma situação de insegurança para os agricultores, que podem ser responsabilizados em caso de fiscalização ou acidente durante a colheita, mesmo sem terem contratado diretamente essa mão de obra. Esse fenômeno também é discutido por Weil e Nogueira (2016), que destacam a precarização do trabalho informal como um reflexo das transformações no mercado de trabalho contemporâneo, evidenciando a fragilidade das relações trabalhistas e os impactos sobre os empregadores e trabalhadores envolvidos.

A impossibilidade de gerir diretamente a mão de obra também significa que os agricultores não conseguem estabelecer padrões próprios para a colheita, o que pode impactar na qualidade do produto final. Como relatam alguns produtores, há casos em que os ‘panhadores’ colhem de forma descuidada, deixando frutos para trás ou danificando as plantas, o que compromete safras futuras.

A produtora Dekopon relata que quando ela faz vendas diretas a colheita fica por conta dela “Quando a gente vende para empresa aí é por minha conta a colheita e eles só mandam o caminhão para buscar”, segundo a produtora nessas condições a fiscalização da colheita fica mais fácil. Entretanto a produtora evidencia que:

Na maioria das vezes é pra quem eu to vendendo que contrata os panhadores aí é por volta de 4 a 10 trabalhadores, dependendo da quantidade que for vender. Mas dá muita dor de cabeça, porque aí você quer que eles cortem de um jeito eles fazem de outro, as vezes se o pé estiver doente com fruto feio eles deixam pra trás, se está muito alto ao invés de pegar escada pra colher eles puxam o galho então já tive dor de cabeça de tudo que é jeito (Dekopon).

Para além dos tratos com a planta, na maioria das vezes, quando esses colhedores identificam um pé com sintomas de *Greening*, eles evitam colher as frutas, mesmo aquelas que aparentam estar em bom estado. Essa prática faz parte da orientação dada pelos atravessadores aos colhedores, para priorizar frutos visualmente padronizados para obter melhores preços junto aos compradores. Assim,

frutas que poderiam ser comercializadas acabam sendo deixadas no pé, resultando em desperdício e prejuízo para os produtores. Como ilustrado na Figura 13, é possível observar a presença de frutos não colhidos, reforçando a seletividade imposta pelos atravessadores e a consequente perda de parte da produção.

Figura 13 - Frutos remanescentes após a colheita em propriedade de agricultura familiar na Campanha-MG.



Fonte: Trabalho de campo (2023 – 2025).

Essas fotos foram tiradas durante o trabalho de campo na propriedade da agricultora familiar Bergamota. A colheita no sítio havia sido feita dois dias antes da entrevista e ainda era possível observar diversos frutos remanescentes nos pés, muitos deles em boas condições para consumo, mas que foram deixados para trás pelos colhedores. “Quando eles veem uma árvore com *Greening*, eles não colhem nada, mesmo as frutas boas ficam lá. Isso dá um prejuízo enorme” (Bergamota).

A produtora explica que prefere não gerenciar diretamente a colheita e a contratação de mão de obra porque a organização desse processo demanda tempo e atenção que ela não pode dedicar. Segundo ela, a necessidade de buscar

panhadores, coordenar o trabalho e garantir que a colheita seja feita corretamente exige um nível de supervisão que se torna inviável diante do tamanho de sua propriedade e demais atividades agropecuárias do sítio que sua família tem que dar atenção (Bergamota).

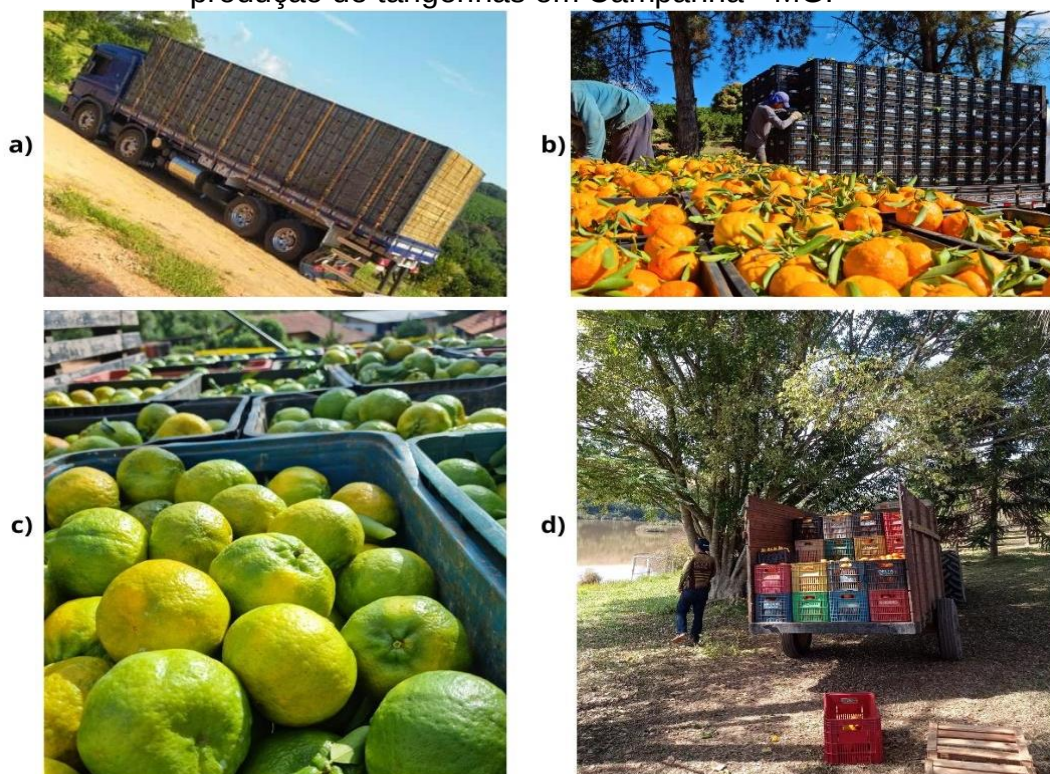
Por outro lado, observa-se que alguns produtores conseguem escapar parcialmente da lógica da intermediação ao se inserirem em redes comerciais mais amplas. Como demonstram Cerdan e Sautier (2003), a segmentação do mercado agrícola ocorre de acordo com a capacidade dos produtores de atender às exigências dos compradores, o que determina sua posição dentro dos circuitos produtivos. Em Campanha, esse fenômeno pode ser identificado no caso de produtores que, ao adotarem técnicas de especialização produtiva, como a irrigação e a diversificação de variedades ao longo do ano, garantem uma oferta diferenciada e conseguem negociar diretamente com atacadistas e redes varejistas. Esse acesso direto aos compradores permite maior controle sobre a colheita e a precificação, reduzindo a dependência dos atravessadores.

Esse é o caso dos produtores Mexerica Montenegrina, na qual a adoção da irrigação possibilita que sua produção começa antes da maioria dos agricultores da região, garantindo fruta disponível antes do pico da safra. Assim, compradores que desejam antecipar o abastecimento costumam negociar diretamente com ele, sem precisar recorrer a atravessadores. Já o produtor Murcote Olé, ao cultivar diversas variedades, consegue manter uma oferta contínua ao longo do ano, o que o torna um fornecedor confiável para compradores que buscam abastecimento estável em larga escala. Mesmo caso do produtor Tangerina-Satsuma, que mantém contratos anuais de fornecimento de tangerina e laranja com redes varejistas como Bretas e Supermercados BH.

Segundo o produtor Murcote Olé, “recebo muito cliente pela página no Facebook, que acha lá e vem me procurar pra comprar. Então o WhatsApp direto tem cliente que procura e começa a comprar aqui, tem cliente que já tá comprando aqui há 10 anos”. Os compradores, em sua maioria distribuidores de frutas de diferentes regiões do país, são responsáveis por toda a logística de transporte. “O nosso sistema aqui é assim: o comprador vem com o caminhão dele, desce as caixas para carregar”, explica o produtor, detalhando que sua função é garantir a organização da colheita. Após a colheita, os trabalhadores alocam os frutos diretamente nas caixas disponibilizadas pelo comprador, que são então transportadas ao caminhão utilizando

uma carretinha acoplada ao trator. “A gente colhe, leva a caixa lá para debaixo da árvore, põe na caixa, põe na carretinha do trator, traz de volta, põe no caminhão (figura 14). Dessa forma, o produtor se limita a gerenciar a colheita e o carregamento, enquanto os compradores controlam a etapa final do transporte e distribuição.

Figura 14 - Dinâmica de carregamento dos caminhões de transporte da produção de tangerinas em Campanha - MG.



Fonte: Trabalho de campo (2023 - 2025).

Legenda: a) caminhão de transporte da colheita;
 b) transposição da colheita, das carretinhas para os caminhões;
 c) caixas de transporte de citrus;
 d) transporte de citrus na propriedade do produtor Murcote Olé.

Essa diferenciação no acesso aos mercados também vai ser diferenciada pela capacidade produtiva dos agentes envolvidos (Cerdan; Sautier, 2003). Enquanto pequenos produtores enfrentam dificuldades para acessar mercados mais exigentes, devido à necessidade de grandes volumes e regularidade no fornecimento, aqueles que conseguem garantir produção em escala conseguem negociar diretamente com atacadistas, supermercados e CEASAs, garantindo melhor valorização de sua produção.

Com isso, esses produtores conseguem eliminar a necessidade de intermediação e negociar diretamente com compradores permitindo um maior controle sobre os fluxos produtivos e uma comercialização mais previsível, enquanto pequenos

e médios produtores permanecem dependentes dos atravessadores para escoar sua produção. Esse cenário reforça as desigualdades estruturais dentro da cadeia produtiva, onde o volume de produção e a capacidade de inserção comercial são fatores determinantes para definir quem consegue negociar em condições mais vantajosas e quem permanece sujeito aos intermediários.

Entretanto, apesar da especialização e maior escala de produção, alguns desafios da comercialização também assolam os produtores mais especializados, sobretudo devido às exigências de padronização impostas pelo mercado

Por ser um serviço manual é muito difícil você controlar o que eles vão colher. Assim, o cliente quer um padrão de fruto tal, aí você chegava e falava para as pessoas da colheita "Ó, pode deixar as pequenas para trás", mas aí eles colhem tudo misturado. Isso depois gera reclamação e os compradores querem devolver a carga. Agora eu prefiro as vezes aceitar um preço menor, mas para eles chegarem e limparem o pé. Ai a pessoa que comprou vai fazer a seleção e classificação. A fruta deformada, a miúda eles jogam fora e depois me fala quanto da carga perdeu pra gente bater na nota fiscal (Tangerina Satsuma).

Esse relato mostra como as exigências do mercado impõem desafios mesmo aos produtores que não dependem de atravessadores, fazendo com que o produtor precise equilibrar controle da colheita, padronização e precificação da produção. O critério de qualidade, definido pelos compradores, se converte em um mecanismo de depreciação da carga, no qual a avaliação subjetiva do fruto pode reduzir o valor pago ao produtor. No caso dos produtores dependentes de atravessadores o cenário é ainda pior. Mesmo frutas com pequenos defeitos estéticos podem ser desvalorizadas, o que favorece os intermediários no jogo de precificação.

5.1 REDES DE COMERCIALIZAÇÃO, INSERÇÃO NOS MERCADOS E PRECIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

Os relatos das entrevistas evidenciam que os produtores locais de tangerina firmam seus preços baseando-se em referências de mercado para estipular valores. Vários produtores afirmam que negociam com base no preço que está rolando no mercado, cientes de que “não adianta querer vender mais caro que o mercado porque ninguém vai comprar” (Murcote Olé). Assim, o preço vigente nos grandes entrepostos (como os CEASAs) funciona como uma baliza para a negociação entre quem está vendendo e quem está comprando. Trata-se de um típico cenário de mercado concorrencial no qual aqueles com as menores produções têm pouca capacidade de

influenciar o preço, adotando o preço de equilíbrio ditado pela oferta e demanda da época.

Alguns produtores ponderam outros critérios além do preço de mercado, embora ainda limitados por este. O entrevistado Tangerina Montenegrina mencionou que toma como base o valor de mercado, mas pondera também o custo de produção ao definir seu preço. Essa estratégia do produtor de calcular o custo total da safra e dividir pelo volume colhido para então estipular um preço visa garantir que o valor negociado no mínimo cubra os gastos com a produção.

A qualidade da fruta vai ser outro aspecto fundamental na precificação. Produtores relataram que tangerinas de maior calibre, aparência e doçura permitem negociar em patamares melhores, enquanto frutos com defeitos sofrem forte desvalorização pelos intermediários. Segundo a entrevista realizada na EMATER de Campanha

A exigência de perfeição no fruto é mil por cento. Então se o produtor não cuidou bem da planta, se o fruto está pequeno ou com manchas, ainda mais com essa questão do *Greening* (HLB), isso fica evidente. A planta precisa ser muito bem cuidada, porque o fruto não mente e se tiver feio o atravessador fala pro produtor que não vai ser interessante comprar aquela fruta ou oferece um preço muito baixo.

Segundo Fachinello, Nachtigal e Kersten, (2008), às exigências de mercado não se restringem apenas à aparência do fruto, mas também à padronização dos processos de colheita, certificação e transporte, impactando diretamente na rentabilidade principalmente dos agricultores familiares. Essa exigência de padronização acaba reverberando nos atravessadores, que utilizam esses critérios para depreciar os produtos, diminuindo os preços pagos aos produtores e aumentando seu lucro, reforçando a assimetria nas negociações e limitando a autonomia dos agricultores na comercialização de sua produção.

A entrevistada Dekopon desabafou que muitas vezes o atravessador “aproveita” qualquer problema na fruta para jogar o preço lá embaixo. “Se está manchada, se tem uma pinta preta ali que é *Alternaria*, tudo vira motivo pra vir pechinchar”. Estudos sobre mercados hortifrutícolas confirmam essa lógica, consumidores e atravessadores buscam frutos visualmente perfeitos, dentro do “padrão de mercado”, de modo que produtos fora desse padrão são descartados ou comprados por preços ínfimos (Brito Júnior *et al.*, 2016).

O volume produzido e a escala da operação também influenciam as estratégias de precificação de forma indireta. Produtores familiares com pequena quantidade enfrentam dificuldade em atrair compradores de maior porte e ganhar poder de barganha, o que os força a aceitar os preços ofertados pelos atravessadores locais. Como destacou um técnico da EMATER de Campanha, “a questão da quantidade” é um entrave, grandes redes ou compradores não se interessam por lotes muito pequenos, empurrando o pequeno produtor para os intermediários tradicionais.

Desse modo, aqueles produtores que ajustam o preço de acordo com a quantidade que foi produzida naquele ano. O produtor tangerino cravo relatou que, se seu pomar está muito carregado, ele prefere vender um pouco mais barato para garantir que não fique fruta sobrando: “Se o preço tá oito, e meu pomar tá carregado... eu vou vender por sete, eu quero é ver fila de caminhão na minha porta” (Tangerina Cravo). Isso revela uma lógica de evitar perdas por fruto não colhido, aceitando um valor menor em troca de volume de venda. Por outro lado, quando a safra está baixa (escassa), o mesmo produtor consegue preços melhores pela baixa oferta.

Essa dinâmica evidencia que a condição individual (excesso ou escassez de produto) modifica a postura de negociação, em ano de superprodução o produtor tende a ser mais flexível no preço, enquanto em ano de pouca oferta ele tenta puxar o valor para cima. Em ambos os casos, contudo, permanece condicionado pelos limites do mercado, muita oferta geral derruba os preços, ao passo que uma safra fraca geral eleva os patamares. Conforme um entrevistado resumiu, “é o mercado, na verdade, vai depender da época se estiver saindo fruta antes [do pico da safra] o preço é melhor, se tiver muita fruta, o preço é pior” (Tangerina Cravo). Essa frase ilustra bem a compreensão difusa de que há um “leilão” contínuo regendo a comercialização da tangerina. O valor oscila conforme a sazonalidade e a abundância de produtos, escapando ao controle do agricultor individual.

Do ponto de vista teórico, tais critérios refletem a situação de mercados intermediados nos quais pequenos produtores são formadores de oferta, mas não formadores de preço. Paulillo, Almeida e Vieira (2006), ao estudar a cadeia citrícola, demonstrou que a integração vertical e o domínio das grandes empresas processadoras reduziram drasticamente a autonomia dos citricultores na definição de preços da fruta. Guardadas as devidas proporções, em Campanha ocorre algo semelhante: ainda que não haja indústrias ditando preços, há a figura do atravessador, dos barracões e dos entrepostos atacadistas que concentram o poder de mercado.

Em ambos os casos, os agricultores acabam “à mercê das flutuações de mercado”. inseridos numa lógica em que o preço é imposto pelas condições gerais (sejam elas globais, no caso do suco de laranja, ou regionais, no caso da tangerina de mesa). Na ausência de organização coletiva eficaz, cada produtor isoladamente pouco consegue influir no preço pra cima, confirmando a análise de Gazolla e Schneider (2007) de que a mercantilização da produção familiar tende a submetê-la às instabilidades do mercado capitalista mais amplo.

Diante da posição frágil na cadeia, os pequenos produtores de Campanha desenvolveram estratégias informais de cooperação e busca de informação para se proteger de manipulações e abusos dos atravessadores. Uma tática recorrente mencionada nas entrevistas é a troca de informações entre vizinhos sobre os preços praticados. A produtora Dekopon explicou que “geralmente a gente pesquisa o preço que tá rolando na cidade, pergunto pros vizinhos por quanto tá saindo (a tangerina) essa semana, porque de uma semana para outra tem diferença”. Munidos dessas informações, os agricultores tentam “bater tudo mesmo preço” em suas ofertas (DEKOPON)

O intuito é claro: evitar que o atravessador jogue um produtor contra o outro, alegando falsamente que “comprou do vizinho a preço menor” para forçar uma baixa. Essa entrevistada relatou explicitamente tal situação:

Eles chegam falando que compraram de não-sei-quem a tanto, sempre tentando te engambelar, eles jogam isso “comprei do seu vizinho ali, há 18 (reais)”, mas meu vizinho já tinha me dito que vendeu a 20 (reais), eles fazem isso. Então assim, tem que ter essa comunicação, um ajudando o outro (Dekopon).

Então, a gente ouve histórias de vizinhos nossos aqui, que às vezes alguém chega e fala: “Ah, o seu vizinho ali está vendendo por tal preço.” E é vizinho nosso, a gente conversa, sabe que não tá vendendo nesse preço. Então a gente tem que ter firmeza na palavra, porque é o seu trabalho. Se você não se impõe, acaba deixando que os outros ditem o preço do seu próprio produto (Tangerina Real).

Nesse contexto destaca-se que os atravessadores detêm poder exatamente pela falta de organização dos produtores, o que torna valiosa qualquer coordenação, por menor que seja. Embora informais, essas estratégias dos agricultores de Campanha funcionam como mecanismos de redução da assimetria informacional e de contenção da disparidade de poder na comercialização, mesmo que de modo limitado.

Os depoimentos deixam claro que os produtores lidam com uma forte assimetria de informações em relação aos atravessadores, o que gera diversas dificuldades na comercialização. Em mercados intermediados, quem detém a informação tende a ditar as regras, e no caso da tangerina isso geralmente favorece o intermediário. Conforme apontado na literatura, os atravessadores costumam estar melhor informados sobre as condições de mercado, especialmente os preços mais adiante na cadeia, o que lhes confere poder para explorar os menos informados (Mitchell, 2011). Já o agricultor muitas vezes desconhece o preço final nas centrais ou no varejo e tampouco tem plena visão da demanda em tempo real. Sem acesso direto aos boletins de mercado ou canais de venda, muitos produtores dependem do atravessador para saber quanto vale sua produção naquela semana. Quando o intermediário afirma que “o mercado caiu” ou que “a oferta tá grande”, o produtor tem poucos meios de verificar por conta própria se isso é verdade ou exagero. A menos que ele tenha desenvolvido alguma das estratégias informais mencionadas (telefonar para contatos, trocar ideia com vizinhos), ele fica vulnerável a aceitar a palavra do comprador.

Outro problema atrelado à assimetria de informação é a incapacidade de distinguir compradores confiáveis de oportunistas sem correr riscos. Assim alguns produtores desenvolveram critérios informais de escolha de compradores visando minimizar riscos de calote ou manipulação. É o caso dos produtores Tangerina Cravo e Tangerina Champagne que preferem vender aos barracões locais de Campanha, que são intermediários conhecidos, pois com eles há um “vínculo de confiança”. Ele sabe quem são os donos dos barracões e confiam que não levarão calote. Mesmo que eventualmente outra oferta pudesse pagar um pouco a mais, essa confiança pesa na decisão, evita-se o atravessador desconhecido de fora, “cujo cheque pode não ter fundo” (Tangerina Champagne).

Isso mostra que não é só o preço que sofre com a assimetria informacional, mas também a segurança das transações. Quando um produtor vende “no escuro” para um atravessador desconhecido, ele assume riscos altos por não dispor de informação para avaliar a credibilidade do comprador. Estudos demonstraram que, quando agricultores passam a ter acesso a informações de preços via celular ou cooperativas, sua receita aumenta, pois eles conseguem barganhar melhor e até escolher para quem vender em função das cotações disponíveis (Mitchell, 2011).

Nesse sentido, a criação de uma cooperativa de citrus em Campanha resolveria a questão?⁴

Durante as entrevistas, houve relatos da tentativa de uma inserção de cooperativa no município 15 anos atrás, para fortalecer o poder dos produtores frente aos atravessadores, embora sem sucesso (Tangerina Cravo). Entretanto, segundo a extensionista da EMATER “Há uma certa aversão à cultura das cooperativas aqui, sabe? Não há um espírito forte de ajuda mútua. A maioria não enxerga que, se um produtor prosperar e compartilhar seu conhecimento com os outros, todos saem ganhando aqui”.

Conforme o relato a EMATER em parceria com o sindicato rural local, chegaram a coordenar um acordo entre os produtores para a formação de uma cooperativa de comercialização de citrus, assim na safra daquele ano, ninguém deveria vender por menos que o preço mínimo combinado. Também foram colocadas pessoas do sindicato para “rastrear” os compradores, criando um cadastro para evitar negociações com atravessadores suspeitos. Essa iniciativa pontual tinha caráter de associação, na qual os citricultores esperavam impedir que os preços despencassem e coibir a ação de atravessadores picaretas.

⁴ É interessante mencionar que durante a “Estruturando canais de venda e distribuição” ministrada por Gustavo Vanucci, no Mega Citrus (2023), foi mencionado que um dos principais desafios da fruticultura no Brasil era a falta de organização e modernização da cadeia de comercialização, com pouca padronização dos frutos e domínio dos atravessadores. O palestrante também sugeriu que para superar essas questões os produtores deveriam investir em associações ou cooperativas e desenvolver uma identidade para diferenciar o produto no mercado, como destacar características específicas e buscar uma indicação geográfica para a ponkan produzida em Campanha. Assim, fica válido mencionar o caso de Cerro Azul, descrito no capítulo 2.4 “Polos produtores de tangerina no século XXI”, e que corrobora com a sugestão apontada pelo palestrante. Cerro Azul tem como tradição cultural a produção de tangerinas orgânicas pela agricultura familiar, na qual os produtores estruturam as vendas a partir de cooperativas familiares como a COOPAFI e a Copa Vale e tem buscado junto ao SEBRAE e INPI o título de indicação geográfica para a produção de ponkan local (SEBRAE, 2024).

Muitos produtores estavam acumulando prejuízos. Os atravessadores vinham de fora da cidade na época da colheita, compravam toda a produção e pagavam com cheques, quando ver o cheque voltava, não tinha fundo. Aí o produtor ficava com prejuízo aí de 30 mil, 20 mil reais. Quer dizer que trabalhou o ano inteiro para chegar e entregar a produção dele na mão de uma pessoa e tchau e ficava no prejuízo (Emater Campanha).

Na prática, contudo, o pacto não se sustentou. Bastou um produtor quebrar o combinado para “furar” totalmente a estratégia:

O combinado era que todo mundo que chegasse nas propriedades para comprar ponkan, primeiro o produtor ia no sindicato para fazer um rastreio de como é o atravessador, como é que está o cadastro dessa pessoa. E depois o preço, ninguém podia vender por menos que 8 reais. No entanto, não sei se foi na semana seguinte ou na outra, um produtor — e não era produtor sem informação não — acabou vendendo por R\$2,00 a menos do que o valor combinado. Aí quando os outros produtores ficaram sabendo furou a associação. Então esse espírito coletivo, essa cultura igual a gente vê no Rio Grande do Sul, de que eles realmente estão ali para ajudar um ao outro e para todo mundo sair bem, infelizmente aqui não tem (Emater Campanha).

Essa falta de adesão reflete um traço mais amplo da citricultura local, que se diferencia dos arranjos cooperativos consolidados em regiões como Cerro Azul (PR) e Montenegro (RS). Segundo o produtor Tangerina Cravo:

Mineiro e cooperativa não combinam. Há cerca de 15 anos tentamos criar uma cooperativa, mas ela quebrou. No fim, é uma questão de confiança. No Sul, por exemplo, a cultura da cooperativa é mais enraizada. Lá, as pessoas se juntam, criam cooperativas para tudo. Mas, à medida que se sobe para São Paulo, a realidade já é diferente. Existem poucas cooperativas, e muitas delas não duram. Aqui você vai ter as cooperativas de café, pra não falar que eu estou mentindo, e elas são muitas. Mas a lógica é outra, porque o preço segue o mercado internacional, então não tem pato, ninguém discute preço no café e dá para você armazenar, deixar guardado lá e esperar um preço melhor. Já com as cooperativas de frutas, a história é diferente, produtor não pode segurar a fruta no pé.

A diferença entre essas regiões pode ser explicada não apenas por uma questão cultural, ou pela perecibilidade da produção, mas também por fatores estruturais. Enquanto em Cerro Azul e Montenegro a citricultura se consolidou com apoio institucional e organização coletiva, em Campanha a produção cresceu de maneira mais fragmentada e voltada para mercados abertos, onde a negociação individual é a norma. Em locais onde a produção é fortemente integrada à agricultura familiar, como no Sul do Brasil, há maior coordenação entre os produtores e um histórico de atuação conjunta, o que favorece a manutenção desses arranjos coletivos. Além disso, nesses estados, o próprio poder público incentiva essas organizações por meio de políticas de crédito e suporte técnico, fortalecendo sua continuidade (Habitzreiter *et al.*, 2024)

Em contraste, em Campanha, a falta de estruturação de um modelo cooperativo fez com que os produtores continuassem a depender dos atravessadores para escoar sua produção. Como ressalta Tangerina Cravo:

Os atravessadores vinham comprar e sentavam no posto pra ficar combinando preço e a cooperativa tinha a ideia de fazer um preço contrário. Todo mundo tinha que vender por um preço mínimo. Funcionária, vai bonito na história, né? Mas o produtor, desesperado, tem uma semana para colher, se não a fruta cai do pé, não é uma conversa que ele pode esticar. Aí na hora que saí da reunião, automaticamente vai alguém lá e vende num preço menor, porque o produtor está desesperado. Aí quebrou a cooperativa, rompeu o trato.

Assim a presença consolidada de atravessadores e o contexto de negociação individualizada desestimularam iniciativas cooperativas no município, uma vez que a concorrência entre os próprios produtores tornava difícil a manutenção de pactos de preços. Soma-se a isso uma cultura de menor adesão ao associativismo, conforme apontado nas entrevistas, onde os próprios agricultores reconhecem a dificuldade de estabelecer confiança mútua e acordos duradouros. Dessa forma, enquanto Cerro Azul e Montenegro desenvolveram modelos cooperativos como uma estratégia de fortalecimento da comercialização e agregação de valor, em Campanha a estrutura de mercado e a lógica de escoamento da produção reduziram os incentivos para a formação de uma cooperativa de citricultores.

5.2 PRINCIPAIS DESTINOS DA PRODUÇÃO DE TANGERINAS DE CAMPANHA-MG

A produção da tangerina de Campanha é escoada majoritariamente para grandes centros consumidores, favorecida pela sua posição geográfica estratégica. O município situa-se na região Sudeste, relativamente próximo aos principais mercados do país, e é servido por uma rede viária que facilita a distribuição da safra. Essa conectividade rodoviária insere Campanha nos fluxos comerciais das principais regiões metropolitanas brasileiras, permitindo que a tangerina seja rapidamente transportada para fora da região de origem.

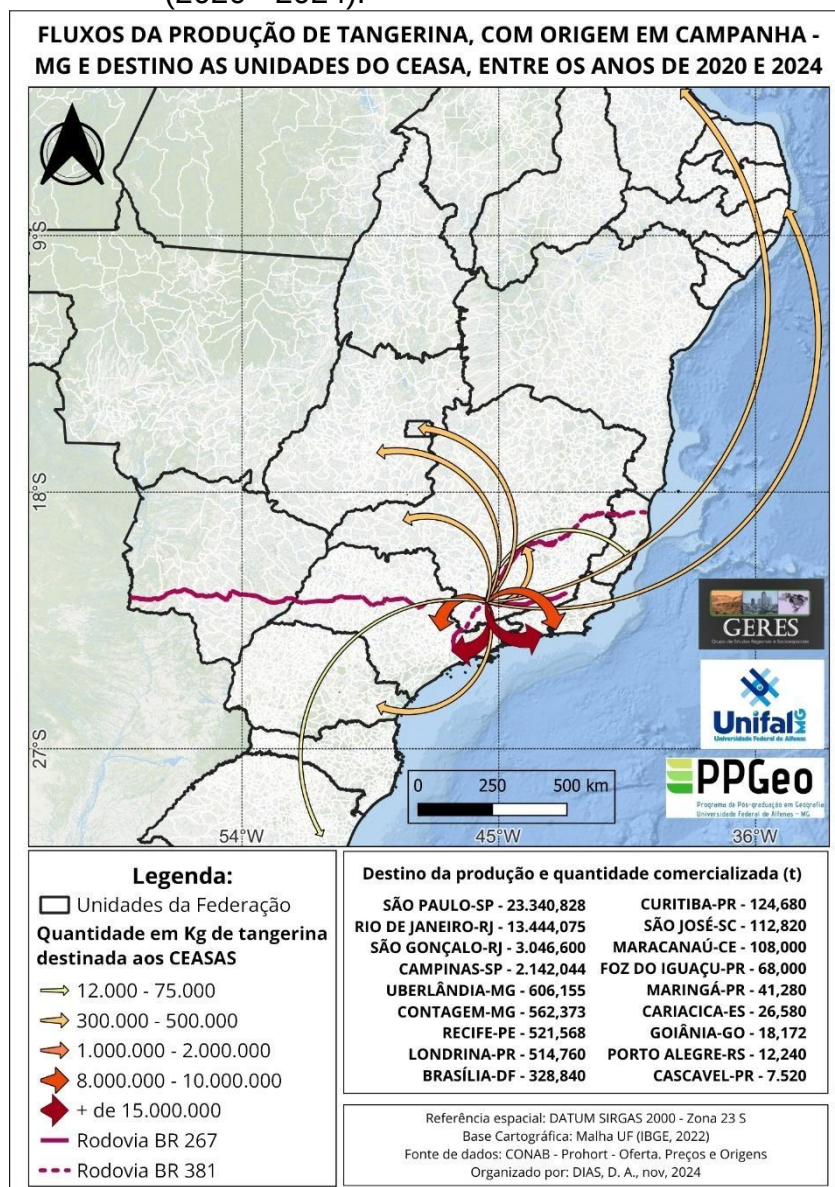
Campanha é o segundo município mineiro que mais fornece tangerinas aos CEASAs brasileiros, atrás apenas de Belo Vale, representando 14% das frutas mineiras que chegam aos entrepostos de abastecimento (CONAB, 2024). Apesar

disso, maior parte das tangerinas vai ser comercializada de forma direta ou informal, dificultando sua rastreabilidade⁵.

Ainda assim, os dados de fornecimento para os CEASAs são instrumentos importantes para se ter um panorama dos principais destinos da produção de tangerinas de Campanha. Quando associados aos relatos das entrevistas e às informações apresentadas na palestra “Estruturando canais de venda e distribuição”, Mega Citrus (2023), fica evidente que os fluxos comerciais identificados refletem a realidade da comercialização do município. Durante as entrevistas os destinos mais mencionados foram majoritariamente São Paulo e Rio de Janeiro, assim como mostram os dados do Mapa 10, mais de 50% da produção destinada ao Ceasa entre 2020 e 2024 foi para o CEAGESP, e quase 30% indo para CEASA/RJ - Rio de Janeiro.

⁵ Gustavo Vanucci, palestra “Estruturando canais de venda e distribuição”, Mega Citrus (2023).

Mapa 10 - Destinos da produção de tangerina, com origem em Campanha rumo aos CEASAs do Brasil (2020 - 2024).



Fonte: CONAB (2024).

De fato, Campanha tem sido um dos maiores fornecedores de tangerina poncã para o Entrepasto terminal São Paulo (CEAGESP), o maior mercado atacadista de hortifrutis do Brasil. Em 2015, por exemplo, Campanha apareceu ao lado de municípios paulistas tradicionais entre os maiores fornecedores de tangerina que ingressaram na CEAGESP (CEAGESP, 2017), evidenciando o peso de sua produção no abastecimento da capital paulista, tendo representado 5,43% do total de tangerinas comercializado no entreposto entre os anos de 2020 e 2024.

A preferência pelo mercado paulista também se explica pela redução da oferta em São Paulo. Nos últimos anos, os pomares paulistas de tangerina sofreram com doenças como o *Greening* (HLB) e o cancro cítrico, levando muitos agricultores a abandonarem a cultura. Nesse contexto, Minas Gerais – e Campanha em particular – passou a suprir parte da demanda de São Paulo. A safra de tangerina em Campanha ocorre tipicamente de abril a outubro, período que evita concorrência direta com outras regiões produtoras dentro do próprio estado (Dias; Alves, 2024). Assim, quando São Paulo e outras áreas paulistas estão entre safras ou com produção reduzida, a tangerina mineira encontra um mercado fácil.

Outro destino importante é o Rio de Janeiro, cuja região metropolitana conta com grande consumo de frutas e depende do suprimento de estados vizinhos. Parte significativa da produção de Campanha segue para o mercado fluminense, abastecendo centrais de abastecimento e atacadistas do Rio, com campanha representando 17% da comercialização de tangerinas no CEASA - RJ de São Gonçalo e quase 9% no CEASA – RJ do Rio de Janeiro, nos anos analisados.

Apesar de 80% da comercialização com os CEASAs terem sido para São Paulo e Rio de Janeiro, parte dessa comercialização também ocorre com centros regionais de Minas Gerais. A região do Triângulo Mineiro, com destaque para Uberlândia, figura no mapa de fluxos como destino de tangerinas de Campanha, igualmente, a própria capital mineira, Belo Horizonte, e seu entreposto (CEASA Minas, em Contagem).

Em síntese, os dados da CONAB mostram que Campanha consegue inserir sua produção em diversos circuitos regionais e nacionais de comercialização, rumo ao eixo São Paulo–Campinas, ao eixo Rio de Janeiro, até mesmo o Nordeste em vendas mais pontuais e próprio estado de Minas, conforme indicado no mapa de fluxos comerciais apresentado. Apesar desse amplo fluxo comercial, a inserção dos produtores nesses mercados ocorre de maneira desigual. Os produtores não familiares, que possuem maior escala produtiva, conseguem negociar diretamente com redes atacadistas e CEASAs, mantendo maior controle sobre o destino da produção.

Já os produtores familiares enfrentam barreiras estruturais que limitam sua autonomia comercial. A maioria depende da intermediação dos atravessadores, que compram a produção e organizam sua distribuição para os grandes centros, fazendo com que muitos agricultores familiares não tenham informações precisas sobre o destino final de sua produção.

Apesar dessas limitações, os agricultores familiares buscam diversificar suas formas de comercialização. Uma parcela da produção familiar de tangerina é canalizada para o mercado institucional, especialmente através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa política pública visa garantir a segurança alimentar nas escolas, exigindo que parte dos alimentos servidos seja adquirida da agricultura familiar local, criando uma demanda garantida. No caso das entrevistas, três dos cinco produtores familiares participam do programa, Tangerina Real, Tangerina Rio e Tangerina Champagne. Essa venda direta ao PNAE representa para eles uma fonte de renda segura e planejada, ainda que sazonal e em volume relativamente pequeno.

Conforme estabelecido no edital da Prefeitura Municipal de Campanha (2024), o limite máximo que a prefeitura pretendia adquirir de tangerinas para a alimentação escolar no ano de 2024 foi de 4 toneladas. Se pegarmos como base a produção da agricultura familiar segundo o Censo Agropecuário de 2017, que foi de 10.597 toneladas, o valor direcionado ao PNAE representa cerca de 0,37% (IBGE, 2017).

Conforme ressaltam estudos sobre o tema, programas como o PNAE fortalecem a agricultura familiar ao garantir um canal de escoamento e preços justos para seus produtos. No entanto, o alcance desse mercado é limitado: as compras institucionais costumam absorver apenas uma fração modesta da safra, compatível com a demanda local de escolas. Logo, os produtores familiares não conseguem escoar toda a produção apenas via PNAE e precisam complementar a renda vendendo em outros mercados (Matos; Menezes, 2019).

Esse cenário é evidenciado no relato da produtora Tangerina Real "Sim, uma parte é pro PNAE, aí colhe eu e meu marido mesmo, mas é muito pouquinho", quanto ao restante da produção ela vende a atravessadores de fora de Campanha, estabelecidos a partir de redes informais:

A gente vende pra atravessador. O destino certo da fruta, eu não sei te falar. Já são contatos de fora, porque quando a gente começou a mexer aqui, meu marido tinha bastante contato da época que ele mexia com turma pra plantar e pra colher laranja e ponkan. Então aí ele foi pegando os contatos dos atravessadores (Tangerina Real).

O cenário é similar ao relatado pelos outros dois produtores que destinam um percentual da produção ao PNAE e também acabam vendendo o restante da produção para atravessadores. Segundo o produtor Tangerina Rio, o atravessador adquire a fruta em seu sítio para revenda nos grandes centros, mas ele não sabe ao

certo para onde exatamente vai. Essa incerteza sobre o destino final da produção também é mencionada pela Produtora Bergamota que aponta que as frutas costumam ser enviadas para diferentes mercados, mas sem um controle preciso “Geralmente o destino é CEASA, pode ser pra São Paulo, vai muito para o Rio, vai depender de quem está comprando” (Bergamota).

Essa relação torna a relação dos produtores familiares com o mercado indireta e opaca, fazendo com que geralmente não saibam ao certo para onde sua produção é destinada. Essa alienação do destino final ocorre porque a negociação do familiar se encerra na porteira da propriedade, dali em diante, cabe ao atravessador distribuir os lotes em mercados como São Paulo ou Rio, conforme as melhores oportunidades de preço.

Outro canal de venda mencionado também, mas apenas pelo produtor Tangerina Dancy foi a venda em mercados locais (hortifrutis, mercados e bancas de frutas, comerciantes da região num geral). Entretanto, a competição no mercado da região é marcada pela presença de muitos outros produtores e dos barracões como são conhecidos os galpões de beneficiamento e atacado de frutas, operados em grande maioria por grandes produtores na região. Esses barracões atuam como centrais de compra, seleção e reenvio de tangerinas, laranjas e limões para fora, e também abastecem o comércio local a preços de atacado.

Frente a esses atores bem estruturados, o agricultor familiar encontra dificuldade em competir. Segundo o produtor, ele tem que definir o preço de venda segundo “o preço que está correndo na minha cidade” (Tangerina Dancy), isso faz com que o principal problema que ele enfrente na comercialização local da tangerina seja “a concorrência que é alta e derruba o preço” (Tangerina Dancy). Quando foi perguntada se comercializava tangerinas em Campanha, a produtora Tangerina Real também respondeu: “Pra campanha não, o preço aqui é muito ruim, muita competição”.

Nesse sentido, o que facilita a comercialização do produtor Tangerina Dancy nos mercados locais é o fato de contar com uma clientela fixa, para a qual vende verduras e legumes ao longo do ano. No período da safra, esses mesmos consumidores acabam adquirindo suas tangerinas, garantindo um canal de escoamento mais direto. No entanto, essa estratégia não é suficiente para absorver toda a sua produção, e ele reconhece que, em momentos de grande oferta, precisa recorrer aos atravessadores: “Quando tem muito, a gente vende pra atravessador aqui

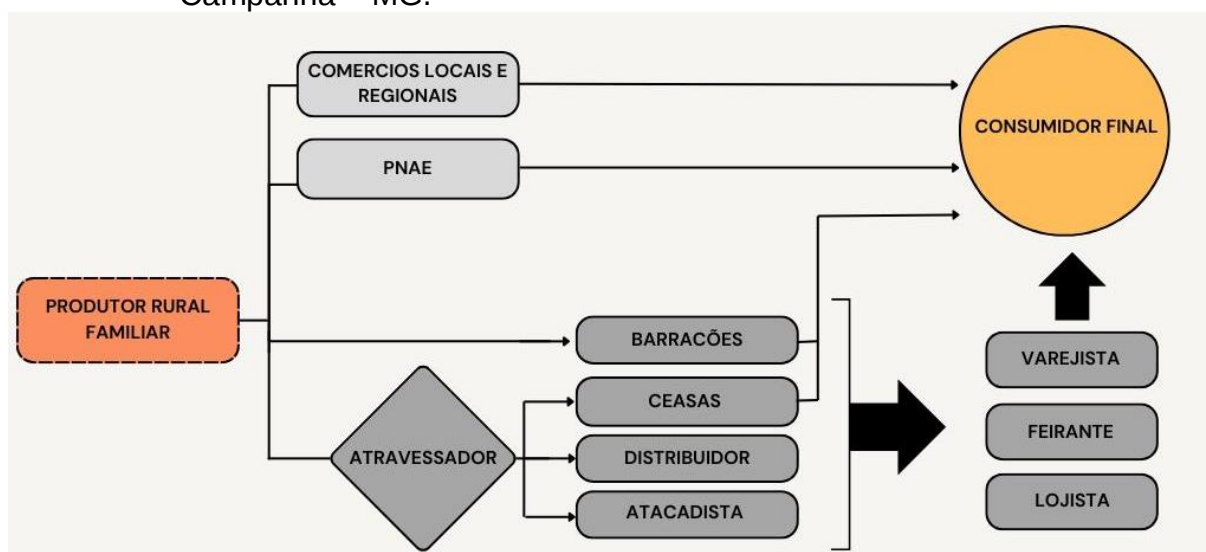
em Campanha mesmo." (Tangerina Dancy). Esse relato evidencia que, apesar da tentativa de comercialização direta, a elevada produtividade por hectare e a forte concorrência tornam o mercado local insuficiente para absorver toda a produção de tangerinas em Campanha, obrigando os agricultores a recorrerem a intermediários para evitar perdas.

Fato que faz com que o produtor Tangerina Champagne, que também fornece verduras e legumes para estabelecimentos na cidade, tenha desistido de comercializar sua produção de tangerinas localmente, segundo o produtor não dá pra vender tudo em Campanha, então acaba sendo mais prático vender pros atravessadores. Apesar do constante leilão que é a venda, ele tem no intermediário um canal certo de comercialização e que no final das contas o valor pago compensa o trabalho que daria vender picado localmente (Tangerina Champagne).

Até mesmo os produtores não familiares, quando questionados sobre a comercialização em Campanha – MG e região, relataram que não vendem localmente, apontando que grande parte do abastecimento de cítricos nos estabelecimentos comerciais locais provém dos barracões (Tangerina Cravo; Mexerica Montenegrina). O relato de alguns produtores ilustra essa dinâmica. Um deles afirmou: "Já são 12 anos colhendo frutos e nunca vendi para Varginha ou mesmo Campanha. O mais perto que já vendi foi para Virgínia, ali perto de Passa Quatro" (Dekopon). Outro produtor, ao ser perguntado sobre a venda para mercados locais, respondeu: "Não, no máximo um ou dois rapazes de Alfenas vêm buscar aqui, o resto é tudo pra fora" (Murcote Olé). Já um terceiro, quando indagado sobre a comercialização no Sul de Minas, mencionou que vende para cidades como Três Pontas e Campo Gerais, mas destacou a ausência de mercado em Campanha: "Campanha não, aqui vai ficar mais por conta dos barracões de citrus que tem, né " (Mexerica Montenegrina).

Assim, paradoxalmente, pode ser mais lucrativo vender para intermediários que levarão o produto a mercados distantes, onde o preço pode ser melhor, do que saturar o mercado da própria região imediata. Em suma, o agricultor familiar de Campanha transita entre circuitos curtos (PNAE, e comércio locais) e circuitos mais longos (atravessador -> centros maiores) (figura 15), mas normalmente com pouca autonomia sobre o destino final, dada sua dependência de terceiros e a ausência de uma organização coletiva forte.

Figura 15 - Fluxograma da comercialização da produção familiar de tangerinas em Campanha – MG.



Fonte: Do autor.⁶

O fluxograma ilustra os diferentes caminhos de comercialização da produção familiar de tangerinas em Campanha, evidenciando a coexistência de circuitos curtos e longos de comercialização. No circuito curto, a venda ocorre diretamente ao consumidor final por meio do PNAE e dos comércios locais e regionais, eliminando intermediários e com mão de obra familiar na colheita. Já no circuito longo, a produção passa pelos atravessadores, podendo ser ou não os barracões, que direcionam os produtos para CEASAs, distribuidores e atacadistas, antes de chegarem ao varejo (feirantes, lojistas e supermercados). Esse percurso mais extenso dilui a margem de lucro do produtor e reduz sua autonomia na comercialização, mas favorece a terceirização da mão de obra na colheita e amplia o alcance da comercialização para mercados mais distantes e de maior demanda.

Assim sendo, a dinâmica de comercialização da tangerina campanhense reflete um modelo híbrido, que combina circuitos curtos e longos de comercialização. Enquanto alguns produtores familiares conseguem acessar circuitos curtos, vendendo diretamente para mercados locais e programas institucionais como o PNAE, a maior parte da produção escoar por circuitos longos, nos quais os atravessadores intermedeiam a distribuição para mercados distantes, como os grandes centros urbanos do Sudeste brasileiro. Nesse contexto, produtores com maior volume de

⁶ O fluxograma foi adaptado com base nas entrevistas realizadas em conjunto com o fluxograma apresentado por Gustavo Vanucci durante a palestra “Estruturando canais de venda e distribuição”, Mega Citrus (2023), que representava a estrutura de vendas de frutas para mesa no Brasil.

produção e acesso a essas redes diretas de comercialização conseguem negociar diretamente com grandes compradores e redes atacadistas, obtendo melhores condições comerciais. Já os que produzem em menor escala, dependentes da intermediação, permanecem mais vulneráveis às dinâmicas impostas pelos atravessadores, o que reforça as desigualdades na cadeia produtiva da tangerina.

6 RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: IMPACTOS E RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS

A relação entre campo e cidade é um dos elementos centrais na organização do território, resultando de um processo histórico de interações desiguais e complementaridades estruturais. Mais do que espaços distintos, o campo e a cidade configuram uma totalidade dialética, na qual fluxos de matéria, capital e trabalho se entrecruzam, moldando as dinâmicas socioespaciais. No contexto da citricultura em Campanha-MG, essa relação se intensifica à medida que a especialização produtiva ressignifica as funções dos espaços urbanos e rurais, redefinindo não apenas a paisagem, mas também as condições de reprodução social e as estratégias de controle sobre o território.

A territorialidade emergente nesse processo é expressão da interação entre os agentes da cadeia produtiva da tangerina, cujas ações, disputas e articulações políticas e econômicas estruturam o espaço geográfico. O campo, enquanto espaço da produção, passa a depender de redes urbanas para acessar insumos, tecnologia, crédito e mercados, enquanto a cidade se reconfigura como suporte logístico e centro de serviços especializados, vinculando-se cada vez mais às dinâmicas da agricultura comercial moderna. Assim, compreender a territorialização da citricultura em Campanha implica analisar a distribuição espacial da produção e as relações de poder que a sustentam, evidenciando a imbricação entre campo e cidade na construção do território.

A relação entre o campo e a cidade passou por transformações significativas ao longo da história. Essas transformações, segundo Queiroz (1979), podem ser divididas em três grandes períodos: 'sociedade tribal', 'sociedade agrária' e 'sociedade urbana'. Na sociedade tribal, não havia uma distinção clara entre o campo e a cidade. Os grupos sociais eram pequenos e auto suficientes, e a divisão social do trabalho era fraca. Na 'sociedade agrária', a relação entre o campo e a cidade se tornou mais complexa. A cidade cresceu e ganhou importância, tornando-se o centro de atividade política, ainda assim, dependente da produção do campo.

Entretanto, na passagem para 'sociedade urbana', a relação entre o campo e a cidade se tornou mais assimétrica. A urbe passou a ser o centro dominante do poder econômico, político e cultural. A estratificação social e a divisão do trabalho ficaram mais complexas, e o crescimento da cidade e do campo passaram a depender do

desenvolvimento tecnológico, cada vez mais associado à globalização (Queiroz, 1979).

Em concepção similar Rosas (2014), entende o campo como ponto de partida para a cidade se desenvolver. Sendo a urbe, o resultado das transformações ocorridas ao longo da história no campo, impulsionadas por fatores como divisão e especialização do trabalho, que levaram à necessidade de centralizar a produção e o comércio em locais específicos, e o desenvolvimento tecnológico, que resultou em maior produção com menor número de trabalhadores rurais, resultando na migração do excedente de mão para as cidades. Como resultado desse processo histórico, em algumas regiões como o Sul/Sudoeste de Minas, apesar das assimetrias, o campo e a cidade passam a ser interdependentes. A cidade depende do campo para matérias primas e alimentos, enquanto o campo depende da cidade para serviços, tecnologia e acesso ao mercado.

Em Campanha, a relação campo-cidade se configura, nos dias atuais, a partir da especialização na produção de citros, com destaque para a tangerina. O município, foi reconhecido em 2023 como “Arranjo Produtivo Local de Mexerica Ponkan” pela Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, viu sua paisagem rural, antes dominada por pastagens, transformar-se em um mosaico de plantações, com pomares de tangerinas que se estendem até as margens da cidade. Esta, por sua vez, se consolidou como um centro de serviços e comércio para a produção de tangerinas, atraindo empresas de assistência técnica, insumos, beneficiamento, embalagens e transporte.

Foi por meio do conjunto de técnicas e instrumentos, utilizados pelo ser humano para transformar a natureza e produzir o espaço geográfico, que o campo e a cidade foram gradualmente impregnados por incontáveis modernizações seletivas e, como consequência, novos usos do território (Santos, 2000). Assim, diversos autores relatam as mudanças ocorridas no espaço geográfico após a segunda metade do século XX, provenientes das revoluções tecnológicas, e que de certa forma contribuíram para a dispersão da citricultura em solo nacional. Principalmente por meio da pesquisa científica e a inovação tecnológica, os diversos desafios como pragas e condições climáticas têm sido superado permitindo a especialização e expansão do setor (Mattos Junior, *et al.*, 2005).

Elias (2013) é uma das autoras que lista os principais condutores da reorganização do território brasileiro após a segunda metade do século XXI:

“destacam-se a descentralização industrial; a guerra dos lugares pelos investimentos produtivos; as especializações produtivas do território; a difusão dos novos agentes econômicos e a reestruturação produtiva da agropecuária” (Elias, 2013, p.14). A partir desse cenário, os agricultores que puderam passaram a implementar uma agricultura científica com a utilização de fertilizantes, agrotóxicos, sementes melhoradas, maquinários e implementos agrícolas (Santos, 2000). Passando a serem agentes com grandes capacidades de interferência na natureza, impondo seu ritmo e meios de produção a ela (Hespanhol, 2013).

No caso da citricultura, as modificações impostas à planta, por exemplo, possibilitaram a redução do número de espinhos, o aumento do tamanho dos frutos, o desenvolvimento de variedades mais resistentes a doenças e condições climáticas adversas, etc. Além disso, a aplicação de insumos agrícolas, como hormônios vegetais e reguladores de crescimento, também contribui para o controle do processo produtivo, permitindo influenciar a floração, a frutificação e o desenvolvimento das plantas. O manejo do ambiente, com a utilização de sistemas de irrigação, além de pulverizações com agrotóxicos contra intempéries e o controle de pragas e doenças, demonstra a capacidade dos citricultores de intervir intencionalmente na natureza (Mattos Junior *et al.*, 2004).

Dadas as necessidades do setor, que integra as diversas partes da cadeia produtiva, a urbe se posiciona como um centro importante na oferta desses bens e serviços destinados às atividades agrícolas de sua hinterlândia, podendo inclusive desempenhar o papel de reservatório de mão de obra (Moreira Junior, 2013). O autor também afirma que as pequenas cidades, que sempre foram ligadas ao modo de vida e aos valores do campo, estão agora, com a modernização da agricultura, assumindo novas funções para atender às demandas do mercado. Esse fenômeno é chamado por alguns autores de refuncionalização ou alteração funcional (Corrêa, 1999; Moreira Junior, 2013).

Entre os principais exemplos desses bens e serviços estão: a presença de empresas e/ou pessoas para o acompanhamento agrônomo especializado no manejo de citros; a venda de insumos como fertilizantes e agrotóxicos; a disponibilização de máquinas e equipamentos agrícolas; bem como estabelecimentos para a manutenção desses equipamentos; a oferta de serviços de análise de solo e foliar; a presença de empresas de consultoria e assistência técnica; a oferta de cursos e treinamentos para citricultores; a existência de centros de pesquisa e

desenvolvimento em citricultura; a presença de instituições financeiras que oferecem crédito rural para o setor; a existência de empresas de logística e transporte especializadas no escoamento da produção; os barracões, responsáveis por preparar, classificar e embalar os produtos para distribuição e envio; além da disponibilidade de mão de obra para os períodos de colheita.

Dessa maneira, a partir da especialização na produção de citrus crescente no município, o campo e a cidade intensificaram suas relações, sem, no entanto, se transformarem na mesma categoria e, no entanto, também sem se tornarem categorias opostas (Hespanhol, 2013); como é destacado na perspectiva dicotômica dos estudos de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1929), que enfatizam as diferenças que permeiam esses dois domínios.

Vale ressaltar que o avanço tecnológico ocorrido a partir da Revolução Industrial criou uma imagem de disparidade entre campo e cidade. O primeiro, devido à sua maior proximidade com a natureza e à menor incorporação tecnológica, passou a ser percebido como retrógrado e antiquado. Por outro lado, o segundo, caracterizado pela presença predominante do ambiente construído, artificializado e pelo uso mais intensivo da tecnologia, foi concebido como o espaço do moderno e do progresso (Queiroz, 1979; Souza, 2010; Hespanhol, 2013).

Aqui, partimos da perspectiva da permanência das ruralidades, que valoriza as particularidades de cada lugar e a maneira como cada fração do espaço se envolve nos processos econômicos e sociais. É claro que a fronteira entre o campo e a cidade está se tornando cada vez mais indistinta devido à penetração do mundo urbano nas áreas rurais e às demandas por bens característicos das sociedades urbanas. No entanto, isso não significa que as áreas rurais estejam se tornando homogeneizadas ou urbanizadas (Hespanhol, 2013). Nesse ponto de vista, as diferenças existentes entre o campo e a cidade não representam desequilíbrios, mas sim particularidades de cada esfera que mantêm uma relação de complementaridade (Wanderley, 2009; Hespanhol, 2013).

Essas diferenças para alguns autores como Alves e Vale (2013) podem ser vistas como um hibridismo espacial, nessa visão, o rural e o urbano se tornam cada vez mais interconectados, desafiando a noção de espaços isolados e limites político-administrativos, permitindo a coexistência e a interação de atividades, paisagens e modos de vida rurais e urbanos em um mesmo território. Nas palavras dos autores: “O que vai diferenciar o urbano do rural é a intensidade da territorialidade, pois o

primeiro representa relações mais globais, mais deslocadas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa” (2013, p.38).

Souza (2010), em sua leitura dialética do campo e da cidade, afirma que não devemos hierarquizar ou homogeneizar a relação entre esses espaços, mas podemos entendê-la como uma expressão da dominação capitalista sobre ambas as esferas. A subordinação do campo à cidade é apenas uma das formas de manifestação do modo capitalista de produção, que explora e aliena ambos os espaços. Ele completa ao dizer que “para a classe trabalhadora, campo e cidade passam a representar possibilidades concretas de sobrevivência, na luta pelo trabalho ou pela terra, em que a mobilidade passa a ser vista como uma realidade concreta” (Souza, 2010, p. 197).

Essa dinâmica da sociedade em movimento oferece uma nova perspectiva para entender o campo e a cidade como espaços intrinsecamente ligados, rompendo com a visão dicotômica tradicional. A relação campo e cidade não se limita aos limites administrativos estabelecidos, muitas vezes ultrapassando-os (Souza, 2010). Como aponta Rosas (2014):

Embora alguns espaços rurais representem uma dinâmica capitalizada e expropriante o poder de decisão e a vertente direcionadora dos investimentos econômicos ainda estão nas cidades, já que o produto final da maioria das atividades do campo está direcionado aos moradores das cidades, in natura ou processados, por necessidade ou por desconhecimento da memória daqueles que construíram o rural. (2014, p.166).

Essa dinâmica realça a assimetria na relação entre esses espaços, reforçando a importância de analisar o desenvolvimento do modelo produtivo considerando sua dimensão territorial levando em conta aspectos como a localização das atividades econômicas, a distribuição geográfica dos recursos naturais, as infraestruturas disponíveis, as condições socioeconômicas da população e os arranjos espaciais resultantes das interações entre os agentes econômicos, entre outros. Sendo importante reconhecer tanto o desenvolvimento desigual e combinado que influencia a relação campo-cidade, quanto às particularidades que caracterizam os modos de vida e a relação com a terra e o trabalho (Souza, 2010).

Nesse sentido, a abordagem territorial surge como uma opção relevante para superar a dicotomia entre campo e cidade. Essa abordagem integra as áreas urbanas e rurais, reconhecendo a complexidade e multifuncionalidade do campo e principalmente enfatizando a importância da participação dos atores sociais para o

desenvolvimento local e regional, nos permitindo uma compreensão mais ampla das dinâmicas de poder que moldam esses espaços (Hespanhol, 2013; Rosas, 2014).

Segundo Raffestin (1993) território é consequência da ação de poder executada por atores o qual se apropriam do espaço e executam uma ação de territorialização. Contemporaneamente, o território tem ganhado ainda mais complexidade, ele se torna o campo onde se manifestam as redes de relações de poder, em que as relações sociais são projetadas no espaço (Souza 2010). Santos (2009) afirma que o território por si só não deve ser compreendido como categoria de análise, mas sim o território usado que é, “fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (p.8). Ou seja, o território usado pode ser entendido como resultado da interação dinâmica entre a sociedade e o seu meio, moldado pelas atividades humanas ao longo do tempo.

Dessa forma, segundo Haesbaert (2009) e Fernandes (2013) o território, em sua essência, representa as relações de poder que se projetam sobre o espaço, moldando-o e remoldando-o, conferindo-lhe significados que estão sujeitos a redefinições ao longo do tempo. Ainda segundo os autores, a manifestação do poder no território é expressa através das territorialidades.

A territorialidade da produção de tangerinas pode ser definida como a forma como a produção dessa fruta molda o território, a paisagem e as relações sociais em um determinado local. É a expressão da produção de tangerinas no espaço geográfico, envolvendo aspectos materiais e simbólicos, tanto no campo quanto na cidade e vão refletir as relações de poder entre os diferentes atores sociais envolvidos na produção, comercialização e consumo dessa fruta, como os agricultores familiares, os grandes produtores, as empresas, os consumidores e o poder público. Essas relações de poder se manifestam na forma como o território é organizado, nos investimentos em infraestrutura, nas políticas públicas e nas disputas por recursos e mercados.

Nesse sentido, a territorialidade da produção de tangerinas em campanha pode ser entendida tanto como uma abstração teórica quanto como uma realidade prática (Haesbaert, 2009). Dessa maneira em relação aos territórios agrários, a territorialidade assume uma complexidade adicional, dado que abrange não apenas a posse e o uso da terra, mas também as relações culturais, sociais e ambientais que emergem dessa interação com o espaço (Fernandes, 2013).

6.1 TERRITORIALIDADE DA CITRICULTURA EM CAMPANHA-MG: PAISAGEM, IDENTIDADE E RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL

A paisagem é a expressão concreta das dinâmicas territoriais, refletindo processos históricos, econômicos e culturais que moldam a organização espacial e as relações entre o campo-cidade em um determinado território. Sendo uma mistura de construção social, econômica e natural, a paisagem não é estática, mas sim um registro dinâmico das interações entre a sociedade local e o meio natural, sendo continuamente ressignificada por diferentes formas de apropriação e uso da terra (Santos, 2006). Nesse sentido, a introdução de novas atividades produtivas, vem não só para alterar a composição visual do espaço, mas também definir os modos de vida e as relações de poder que se materializam na territorialidade.

A territorialidade, por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas, estratégias e significados que grupos sociais imprimem ao espaço, conferindo-lhe funções específicas e delimitando áreas de controle e influência (Haesbaert, 2009). No caso da produção de tangerinas em Campanha, a territorialização da citricultura configura uma nova lógica de uso da terra, em que a paisagem agrícola se transforma em resposta às condições naturais e às dinâmicas econômicas. Fato que vem reestruturando esse espaço, na qual os agricultores e demais agentes da cadeia produtiva estabelecem novas relações de posse, trabalho e mercado.

A territorialização da produção de tangerina em Campanha se manifesta de forma marcante na paisagem, transformando o cenário rural e integrando-o ainda mais à cidade. As extensas áreas de pastagens que antes dominavam a paisagem rural deram lugar às plantações de citrus, com os pomares de tangerinas e laranjas se estendendo por vastas áreas (figura 16). Nesse contexto, a expansão dos pomares tem modificado a configuração da paisagem e refletindo estratégias territoriais, cada vez mais, influenciando tanto a organização espacial da agricultura quanto às dinâmicas socioeconômicas do município.

Figura 16 - Lavouras de citrus ocupando as vertentes dos morros no município de Campanha 2024.



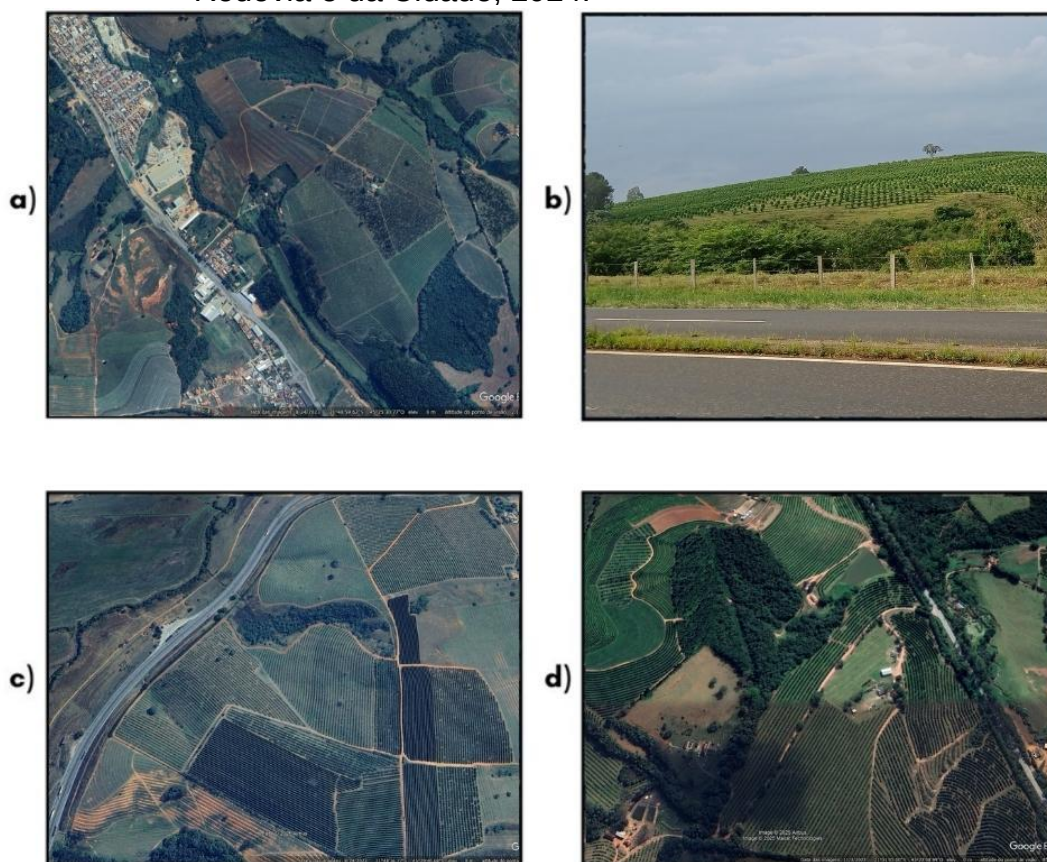
Fonte: Trabalho de campo (2023 - 2025).

Legenda: a) lavoura de tangerina no bairro rural São Bento;
 b) lavoura de citrus, estrada rural do Campo Grande;
 c) lavoura de tangerina, fazenda Marreco Preto;
 d) lavoura de tangerina, bairro rural Pitangueiras;
 e) lavoura de citrus, bairro rural Campo Grande;
 f) lavoura de tangerinas, estrada rural Campo Grande.

Conforme ilustrado, as plantações de tangerina se estendem pelas vertentes, cobrindo morros e vales da zona rural de Campanha, promovendo transformações significativas na configuração da paisagem local. Essa paisagem é particularmente evidente em áreas de menor altitude, onde as condições climáticas, como a maior incidência de geadas, inviabilizam o cultivo do café, favorecendo a ocupação agrícola pelas culturas de citrus. Assim, a paisagem rural é reconfigurada pela expansão dos pomares, fazendo com que o elemento paisagístico seja um reflexo dessas novas territorialidades e estratégias produtivas.

A alteração da paisagem, perceptível em todos os cantos do município, não se limita apenas ao interior do espaço rural, nota-se também, plantações que margeiam rodovias e até mesmo as áreas urbanas (Figura 17). Essa expansão transforma a paisagem de Campanha em um mosaico de pomares visíveis para todos que passam pela região, tendo se tornado um marco visual para visitantes e residentes, indicando a apropriação do território pela atividade citrícola.

Figura 17 - Imagem área das lavouras de tangerina às margens da Rodovia e da Cidade, 2024.



Fonte: Google Earth.

Legenda: a) lavouras de citrus próximas ao Bairro São Cristóvão, agosto de 2023.

b) lavouras de citrus próximas ao Bairro Mandu, agosto de 2023;

c) lavoura de citros às margens da Rodovia Fernão Dias (BR-381), agosto de 2023;

d) lavoura de citros às margens da Rodovia Vital Brazil (BR-267), agosto de 2023;

A territorialidade na paisagem não se expressa apenas por elementos visuais ou estruturais, mas também por dimensões sensoriais, como o som. No caso da citricultura em Campanha, a expansão dos pomares e as demandas impostas pelo cenário fitossanitário, especialmente diante do avanço do *Greening*, introduziram novas sonoridades à paisagem. O ronco constante de tratores, pulverizadores e

outras máquinas agrícolas, antes restrito a momentos sazonais ou a atividades pontuais, passou a compor a ambiência sonora cotidiana do município, indicando a intensificação do manejo e a aplicação de agrotóxicos nas lavouras.

Esse fenômeno altera a percepção sensorial do território, tornando a presença da citricultura não apenas visível, mas também audível. Se antes a paisagem rural era marcada por um ambiente sonoro mais estático, composto pelo vento, pelo canto dos pássaros e pelos ruídos naturais da vegetação, agora ela é permeada pelo som mecânico da modernização agrícola, que reverbera pelas áreas cultivadas, pelas estradas vicinais e até mesmo nos trechos urbanos mais próximos às lavouras. Essa mudança nos elementos sonoros e visuais da paisagem refletem a nova forma de organização do espaço, com a produção de citros cada vez crescendo em centralidade na economia e no cotidiano dos habitantes de Campanha.

Outro elemento que passou a compor a paisagem, é a intensa circulação de veículos ligados à comercialização da produção citrícola, especialmente durante a colheita da tangerina. Devido à alta perecibilidade da fruta, sua logística de transporte difere de outras, pois não é comum o armazenamento em galpões de beneficiamento. Assim, a tangerina segue logo após a colheita para o destino do comprador, intensificando a atividade dos caminhões nas estradas rurais (Figura 18) e nos acessos à cidade.

Figura 18 - Fluxo de caminhões de transporte da produção de citrus no município de Campanha.



Fonte: Trabalho de campo (2024 – 2025)

Legenda: a) caminhões de transporte estacionados na entrada da cidade;

b) caminhões de transporte circulam pelo centro da cidade;

c) caminhões de transporte estacionados na entrada da cidade;

d) caminhões de transporte de citrus na estrada rural.

Embora o fluxo de caminhões seja mais intenso entre abril e julho, período da colheita da tangerina, a crescente produção de laranjas mantém a movimentação constante ao longo do ano. Próximos aos barracões de beneficiamento é comum observar caminhões estacionados à espera de carga ou já carregados, prontos para seguir viagem. Na Figura 18, as imagens (a), (d), ilustram dois pontos estratégicos onde o fluxo se concentra. Esse fluxo de veículos pesados, além de um componente logístico, marca a dinâmica de apropriação do território pela citricultura. Durante a época da colheita, os caminhões integram-se à paisagem, reforçando a sazonalidade da produção e evidenciando a dinâmica necessária para o transporte de grandes volumes de frutas.

A territorialização da citricultura em Campanha-MG não apenas configura a paisagem e as dinâmicas socioeconômicas, mas também insere o município em uma

lógica de produção voltada para o abastecimento de grandes centros consumidores. Essa dinâmica reforça a importância das conexões territoriais e das redes de circulação de mercadorias, serviços e informações, promovendo a inserção da atividade em um contexto mais amplo de interações espaciais. Esse processo, vai levar em conta o fator localização, procurando as localidades conectadas a uma rede urbana com centros maiores, a fim de gerar fluxos materiais e imateriais mais diversos. Isso transforma o campo e a cidade em um espaço híbrido, onde elementos rurais e urbanos coexistem na paisagem (Corrêa, 2011).

No entanto, essa expansão não ocorre de maneira homogênea ou isenta de tensões. A apropriação do território pela citricultura evidencia disputas entre diferentes agentes, desde pequenos produtores familiares até grandes intermediários e empresas fornecedoras de insumos agrícolas. Tais processos de territorialização refletem as relações de poder que permeiam a cadeia produtiva, determinando acessos diferenciados a mercados, tecnologias e infraestrutura. Assim, “Os processos de territorialização representam a imagem do poder construído e, contraditoriamente, dos conflitos gerados na região entre os atores envolvidos” (Alves; Lindner, 2020, p. 439).

Ou seja, por meio da análise das territorialidades podemos compreender as relações de poder que se estabelecem em um território e como elas moldam a experiência social e sua configuração espacial. Nesse sentido, como afirma o autor Rosas (2014):

Nota-se, portanto, que a análise rural na perspectiva territorial engloba diversas vertentes que, de maneira ampla, vem se solidificando num complexo de múltiplas relações que compõe o real, com fatores provindos da economia, da cultura, do social, do político, do natural, entre outros (2014, p. 110).

Dessa maneira, se a territorialização se expressa nas dinâmicas produtivas, políticas e culturais, os eventos promovidos por atores locais funcionam como espaços de articulação e reafirmação dessas forças, onde distintos agentes disputam, negociam e fortalecem suas posições dentro do território. No contexto da citricultura em Campanha, os eventos, sejam técnicos ou com conotações de confraternização, atuam como momento de troca de experiências, inovação e o fortalecimento de redes sociais e econômicas. Embora esses encontros agreguem valor à cadeia produtiva e reforcem a identidade territorial da citricultura no município, eles também funcionam

como arenas estratégicas para a disseminação de interesses comerciais, sobretudo dos setores que promovem a modernização agrícola.

Nesse sentido, a Figura 19 revela como diferentes atores organizam iniciativas que, embora complementares, refletem distintas territorialidades. O 5º Encontro Técnico da Citricultura, ilustrado na figura 19 a), teve como característica predominantemente ser um evento técnico-científico, organizado por instituições públicas e privadas de apoio às atividades agropecuárias em parceria com a administração pública local e o governo estadual. As palestras e painéis abordaram temas relacionados à cadeia produtiva da citricultura, como rastreabilidade de frutas, mudanças climáticas, manejo nutricional e desafios fitossanitários, como o *Greening*.

Figura 19 - *Banners* de divulgação de eventos citrícolas no município de Campanha.



Fonte: Perfil no Instagram @ga_agronegócios. Disponível em:

https://www.instagram.com/ga_agronegocios/. Acesso em: 25 jun. 2025.

Legenda: a) cartaz do 5º Encontro Técnico de Citricultura, realizado em 2019;

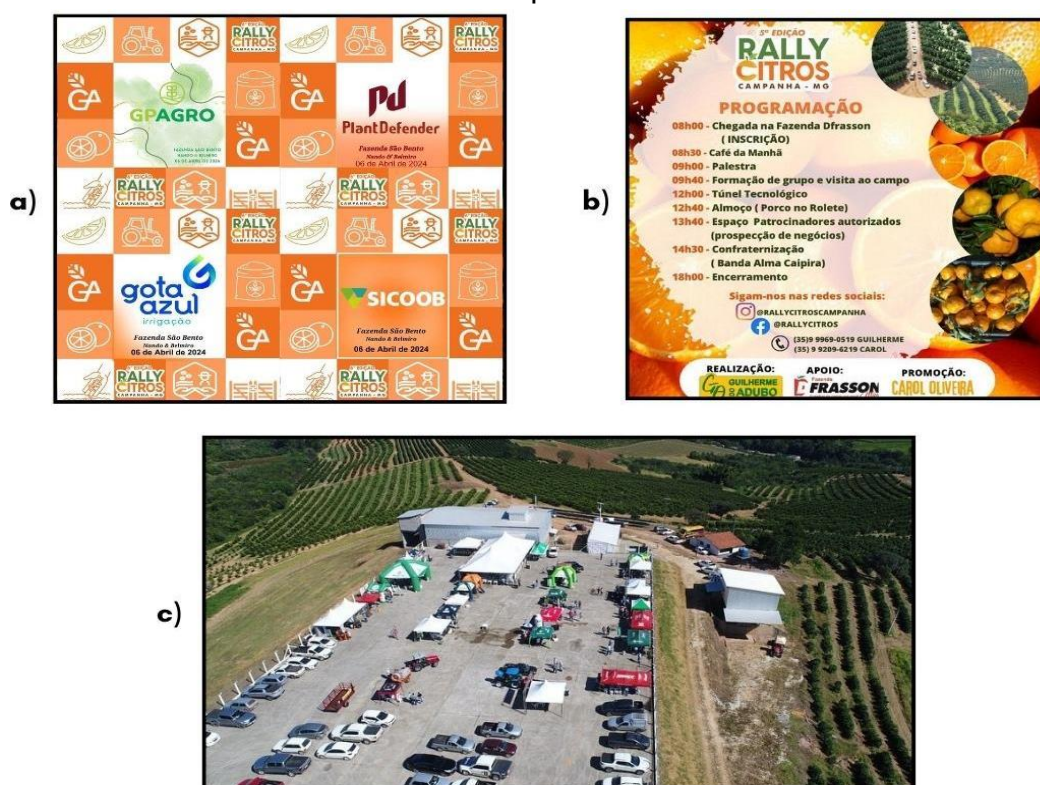
b) Divulgação da 6ª edição do Rally Citros realizado em 2024.

Esses tópicos demonstram um esforço em consolidar um espaço de discussão e transferência de conhecimentos, visando à capacitação técnica dos produtores locais. Contudo, a presença de empresas como Grão de Ouro, Yara e Santa Clara Agrociência, no segundo dia do evento, sinaliza que, além da troca de saberes, há também um viés mercadológico, com a introdução e promoção de novas tecnologias agrícolas.

Já o Rally Citros (b) possui um caráter mais festivo, está indo para a 7ª edição em 2025, sendo sempre realizado na zona rural, em fazendas com grande produção de citros. O evento é realizado por uma loja revendedora de adubos, em parceria com a empresa Adubos Real. Também conta com apoio de barracões (*packing houses*), além da EMATER e do sindicato rural de Campanha.

Embora o evento também inclua palestras e visitas a pomares, observa-se uma ênfase maior na exposição de produtos e tecnologias. O “túnel tecnológico” e o “espaço dos patrocinadores” (Figura 20, (b)) são exemplos claros da predominância de interesses comerciais, onde o foco é a demonstração de insumos, defensivos e maquinários voltados para a modernização da citricultura.

Figura 20 - Rally Citrus, uma das territorialidades da Tangerina manifestadas em Campanha - MG.



Fonte: Perfil no Instagram @ga_agronegócios. Disponível em:

https://www.instagram.com/ga_agronegocios/. Acesso em 04 de set. 2024.

Legenda: a) alguns dos patrocinadores da 6ª edição do evento realizada em 2024;

b) programação da 5ª edição do evento realizada em 2023;

c) vista aérea da realização da 6ª edição evento no espaço rural, próximo às plantações.

No ano de 2024, foi realizada a 6ª edição do evento, que contou com o patrocínio de empresas como Nitro Biocontrol, multinacional brasileira produtora de especialidades químicas e insumos para o agronegócio; Fertifar Fertilizantes; Sicoob;

Gota Azul irrigação; Adubos Real; Plant Defender, indústria de insumos agrícolas e agrotóxicos; e GpAgro, empresas de peças e equipamentos para atividades agrícolas (Figura 20, imagem a). Desses patrocinadores, apenas o Sicoob possui um estabelecimento físico no município.

A presença massiva de empresas fornecedoras de insumos, defensivos agrícolas e tecnologias voltadas à produtividade levanta o questionamento sobre o real objetivo desses eventos. Seriam, de fato, espaços de construção coletiva do conhecimento entre agricultores e especialistas, ou apenas vitrines organizadas para impulsionar a comercialização de produtos e consolidar determinadas práticas agrícolas? A estrutura desses encontros, muitas vezes marcada pela predominância de palestras patrocinadas e demonstrações de produtos, sugere que a inovação promovida pode estar menos ligada à autonomia dos produtores e mais orientada por interesses mercadológicos.

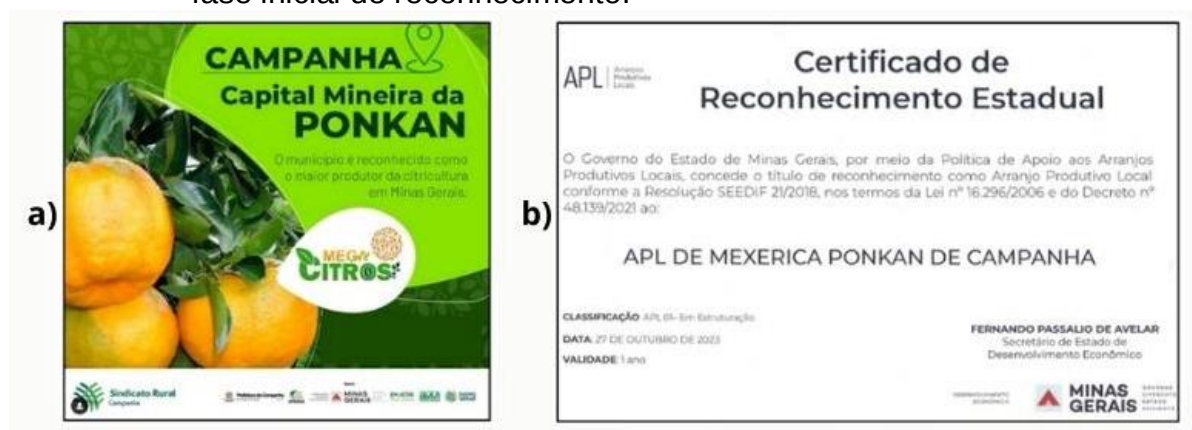
Apesar das similaridades e das diferenças, ambos os eventos reforçam a territorialidade da citricultura no município, seja pela valorização do conhecimento técnico-científico, seja pela promoção de tecnologias e insumos agrícolas. No entanto, também evidenciam como essas iniciativas podem ser instrumentos de poder, direcionando práticas e consolidando modelos produtivos específicos, muitas vezes alinhados aos interesses de grandes empresas do setor.

Diferentes atores, públicos e privados, convergem para promover a citricultura como elemento importante no município, sendo o poder público municipal um desses atores. A prefeitura de Campanha, em uma demonstração de reconhecimento da importância da produção de tangerinas para a economia e a identidade local, divulga a atividade como um atrativo turístico econômico em seu site oficial. Sendo um exemplo de como a produção de tangerinas se manifesta no território de forma simbólica, se tornando um importante elemento na construção da imagem do município.

Além disso, a busca pelo reconhecimento oficial do município como Arranjo Produtivo Local (APL), por parte da prefeitura, perante ao governo do estado (Figura 21) evidencia o esforço para desenvolver a atividade, estabelecendo bases para a implementação de políticas públicas direcionadas e atraindo investimentos. Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) consistem em um conjunto de atores, geograficamente próximos, que interagem e colaboram para desenvolver atividades produtivas em um setor específico. Essa interação se manifesta no compartilhamento

de recursos como mão de obra qualificada, fornecedores e equipamentos, na troca de informações e conhecimentos sobre tecnologias, mercados e tendências, na cooperação em projetos de pesquisa, desenvolvimento, marketing e comercialização, e na criação de mecanismos de governança para coordenar as ações e promover o desenvolvimento econômico e social do APL (Tizziotti; Truzzi; Barbosa, 2019).

Figura 21 - Campanha considerada a capital mineira da ponkan tem sua APL em fase inicial de reconhecimento.



Fonte: Perfil do Facebook da Prefeitura Municipal de Campanha- MG. Disponível em: https://www.facebook.com/prefcampanha/photos_by?locale=pt_BR
Acesso em 09 de jan. 2025.

Legenda: a) banner de divulgação Mega Citrus, destacando Campanha, como a "Capital Mineira da Ponkan";
b) certificado de Reconhecimento Estadual da APL da mexerica ponkan em Campanha.

Assim, a territorialidade expressa na construção do APL transcende as questões econômicas, incorporando dimensões simbólicas e políticas. Além do que, ao posicionar Campanha como “Capital Mineira da Ponkan”, o município reforça a identidade cultural atrelada à atividade, criando uma narrativa territorial que valoriza o pertencimento e a especialização produtiva.

Entretanto, conforme demonstrada na Figura 21, b), a APL de Mexerica Ponkan de Campanha estava classificada como “APL 01 - Em Estruturação”, durante um ano. Essa classificação, de acordo com a Resolução SEEDIF 21/2018, que regulamenta a Política de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais de Minas Gerais, indica que o APL ainda estava em fase inicial de desenvolvimento e necessitava consolidar sua estruturação. Durante esse período, esperava-se que o APL de Mexerica Ponkan de Campanha demonstrasse avanços em sua organização, planejamento e desenvolvimento, para que tivesse seu reconhecimento renovado e, possivelmente,

evoluísse para uma classificação superior, como APL 02 - Em Consolidação ou APL 03 - Consolidado. Até a data de finalização desta pesquisa, o título de APL de Campanha não foi renovado.

Para além dos agentes produtivos e das relações econômico-culturais, a territorialização da citricultura em Campanha também se expressa por meio dos fixos que sustentam a cadeia agrícola. A modernização da produção e a inserção dos citricultores em redes de comercialização dependem de infraestruturas físicas, logísticas e institucionais que viabilizam a circulação dos insumos, da produção e do conhecimento técnico. Nesse sentido, a apropriação do território pelos atores da cadeia produtiva de citrus ultrapassa os elementos intangíveis, como identidade e cultura, e se materializa nos fixos que sustentam essa dinâmica, incluindo equipamentos urbanos, redes viárias, serviços técnicos especializados e incentivos públicos voltados à cadeia produtiva.

A seguir, serão analisadas as estruturas fixas que possibilitam a consolidação da citricultura em Campanha, evidenciando o papel da infraestrutura técnica, das políticas de apoio e da inter-relação entre campo e cidade na organização do território produtivo.

6.2 INFRAESTRUTURAS E CIRCULAÇÃO: A BASE MATERIAL DA CITRICULTURA EM CAMPANHA-MG

A consolidação da citricultura em Campanha-MG se manifesta não apenas na paisagem produtiva, mas também na materialização de uma infraestrutura que sustenta e dinamiza essa atividade. Os fixos, entendidos como elementos que compõem o território, como estradas, barracões de beneficiamento, redes de distribuição de insumos e instituições de apoio técnico e financeiro, permitem que os produtores escoem a produção e tenham acesso aos recursos necessários para o cultivo. Esses fixos não são apenas equipamentos isolados, mas elementos que moldam a organização do território e reforçam a presença da citricultura na dinâmica local.

A construção e ampliação dessas infraestruturas ocorrem na medida em que a citricultura se torna mais especializada e integrada aos mercados. Nesse processo de especialização agrícola atrelado uma agricultura mais moderna, o papel do Estado é fundamental, sendo ele o agente que ergue as bases materiais, as redes técnicas (de

eletrificação, armazenagem, irrigação, transportes, telecomunicações, etc.) que permitem a concentração e circulação da produção (Elias, 2006; Santos; Alves, 2014).

Portanto a infraestrutura viária vem a ser um dos fixos importantes na dinâmica produtiva do campo, influenciando a efetividade do escoamento da produção agropecuária e a inserção dos produtores nas redes de circulação e comercialização. Sendo que historicamente em Campanha, principalmente em épocas de chuva, alguns pontos das estradas rurais eram considerados como precários. Esses pontos em sua totalidade eram morros na qual os veículos ficavam atolados. A fim de mitigar esse problema, a Prefeitura Municipal implementou por meio de política pública, o Programa Melhores Caminhos, voltado à melhoria da infraestrutura viária rural (Figura 22).

Figura 22 - Programa mais caminhos, realizado pela prefeitura de Campanha.



Fonte: Prefeitura de Campanha. Disponível em:

https://www.facebook.com/prefcampanha/photos_by?locale=pt_BR. Acesso em 09 de jan. 2025.

O programa foi o mais citado nas entrevistas como uma política pública da prefeitura que havia contribuído para a produção de citrus no município. Sendo que entre os principais benefícios atribuídos pela própria prefeitura ao programa, estão a facilitação do acesso às propriedades rurais, o aprimoramento da logística de escoamento da produção, a valorização da mulher e do homem do campo e o fortalecimento da economia local. Até então, sete trechos das estradas rurais foram

pavimentados, beneficiando diretamente comunidades locais e melhorando as condições de tráfego para moradores, trabalhadores e estudantes que dependem dessas vias no cotidiano.

Além disso, tendo a citricultura e a cafeicultura como atividades importantes para a geração de renda e empregos, a precariedade das estradas rurais sempre representou um entrave logístico, dificultando a circulação de caminhões de insumos e o transporte da produção. Além disso, o acesso de tratores e maquinários para os tratos culturais, bem como o deslocamento de moradores e trabalhadores pendulares, também ficava comprometido, principalmente em dias de chuva. A intensa movimentação nas estradas rurais ao longo de quase todo o ano, pela produção contínua e crescente de laranjas, demandava de infraestrutura viária adequada para garantir a expansão do setor agropecuário local.

Por outro lado, a modernização viária não se restringe à facilitação do tráfego, mas se configura como um processo de territorialização, definindo quais áreas se tornam mais integradas às redes logísticas e quais permanecem marginalizadas. A infraestrutura rodoviária, portanto, não apenas viabiliza a produção, mas delimita estratégias de apropriação territorial, pois os investimentos em circulação tendem a beneficiar produtores já inseridos no mercado, intensificando a diferenciação entre aqueles que têm acesso às redes e os que enfrentam maiores dificuldades logísticas.

A produção e circulação de tangerinas, uma fruta de grande perecibilidade, depende da eficiência e disponibilidade de macrossistemas técnicos que vão proporcionar uma infraestrutura robusta e interconectada para alcançar centros de distribuição e consumo mais distantes em um menor tempo possível, aumentando a lucratividade.

No entanto, a localização e a infraestrutura viária por si só não são suficientes. Existe uma tendência à especialização para acompanhar o ritmo da produção, influenciada pela competição entre cidades em várias escalas (Moreira Junior, 2013). Dentre os requisitos necessários, destacam-se a disponibilidade de espaço, mão de obra qualificada, acesso a insumos e equipamentos, bem como a realização de eventos técnico-científicos e o controle e erradicação de doenças. Além disso, é crucial a existência de instalações fixas capazes de lidar com a distribuição dos fluxos (Santos, 2000).

É nesse contexto que a relação entre campo e cidade vem sendo amplamente debatida na geografia agrária, especialmente sob a ótica das transformações

territoriais impulsionadas por especializações produtivas. No caso do município de Campanha-MG, a citricultura se apresenta como um fator estruturante dessas dinâmicas, consolidando um novo arranjo territorial baseado na interação entre atividades agropecuárias e infraestrutura urbana.

Nesse contexto, a presença de serviços especializados, tais como lojas de insumos e implementos agrícolas, consultorias técnicas e infraestrutura logística, são importantes na territorialização da citricultura. Esses elementos favorecem a continuidade da modernização agrícola e contribuem para a um arranjo da cidade, que passa a atuar como centro de suporte para a dinâmica produtiva do campo.

O mapa 11 apresentado a seguir ilustra a distribuição espacial dos principais estabelecimentos vinculados à citricultura no município de Campanha-MG. Nele, são destacadas a localização das lojas de insumos agrícolas, barracões de beneficiamento, os pontos de assistência técnica e as instituições de crédito voltadas ao setor citrícola. A visualização desses elementos permite compreender a lógica da territorialização da produção citrícola e sua relação com a modernização agrícola e a refuncionalização da cidade, evidenciando como o espaço urbano e rural se integra na estruturação da cadeia produtiva.

Mapa 11 - Localização dos fixos relacionados ao atendimento da cadeia produtiva de citrus em Campanha.



Fonte: Trabalho de campo (2024 - 2025).

Nesse sentido, o mapa também demonstra como a especialização produtiva influencia a reorganização dos serviços e infraestruturas, consolidando Campanha-MG como um polo regional voltado ao suporte da citricultura. Esse processo reflete a intensificação da modernização agrícola e da reconfiguração territorial, na qual a cidade passa a desempenhar novas funções dentro da dinâmica produtiva, agregando valor às atividades agrícolas e ampliando sua inserção nas redes de comercialização e circulação de insumos e produtos agropecuários.

A partir da observação do mapa, percebe-se que os estabelecimentos vinculados à citricultura seguem um padrão de localização estratégico, buscando otimizar os fluxos de mercadorias, insumos e equipamentos agrícolas. Essa disposição não ocorre de forma aleatória, mas responde a demandas estruturais da produção, evidenciando a importância da circulação na conformação do território e na redefinição das funções urbanas e rurais.

Com base nessa organização espacial, a análise a seguir detalha o funcionamento e a relevância de cada um dos principais estabelecimentos

relacionados à citricultura em Campanha-MG, destacando suas funções dentro da cadeia produtiva e seus impactos na dinâmica agrícola do município.

6.2.1 Instituições de apoio agropecuário

Os estabelecimentos de apoio agropecuário aqui listados dizem respeito a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e o Sindicato dos Produtores Rurais de Campanha-MG. Essas entidades atuam de forma complementar e, entre outras coisas, visam garantir que os produtores tenham acesso a assistência técnica, capacitação profissional e suporte na adequação às normas fitossanitárias.

O Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), tem como principal atribuição a fiscalização e o controle sanitário da produção agrícola. O instituto implementa programas de monitoramento para a identificação precoce de doenças, em especial o *Greening*, além de realizar inspeções em propriedades rurais para garantir o cumprimento das normas fitossanitárias. Também atua no controle da movimentação de mudas e na certificação fitossanitária dos produtos, que em sua totalidade devem registrar suas plantações de citrus junto ao IMA e comprovar o acompanhamento da lavoura por um agrônomo responsável técnico que tenha curso para certificação fitossanitária (Emater Campanha). Por fim, também é atribuição do ima regular o uso de agrotóxicos, garantindo que apenas produtos registrados e autorizados sejam utilizados na produção agrícola.

O Sindicato dos Produtores Rurais de Campanha-MG representa os interesses dos produtores e se posiciona como um elo entre os agricultores e as demais instituições de apoio agropecuário, atuando na defesa de políticas agrícolas favoráveis ao setor. A instituição presta auxílio aos produtores no registro da carteira de trabalho dos trabalhadores, folhas de pagamentos, rescisão de vínculo trabalhista, seguro desemprego, inscrição de produtor rural, declaração de ITR, e demais encargos contábeis.

Também desempenha um papel importante na capacitação dos produtores, promovendo, em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), cursos voltados para o aprimoramento técnico dos trabalhadores rurais, a exemplo da figura 23.

Figura 23 - Banners de divulgação dos cursos de capacitação oferecidos pelo Sindicato Rural de Campanha em parceria com o SENAR.



Fonte: Sindicato Rural de Campanha. Disponível em:

https://www.facebook.com/sindicatodacampanha/photos_by?locale=pt_BR. Acesso em 09 de jan. 2025.

Dentre as formações oferecidas, destacam-se os cursos de capacitação para inspetores de pragas, importante no monitoramento e identificação precoce de pragas como o *Greening*; aplicação de agrotóxicos tratorizados, que visa instruir quanto ao uso correto e seguro de agrotóxicos, minimizando os riscos de contaminação ambiental e humana; cursos de operação de roçadeiras e a capacitação para tratoristas; além de cursos não específicos para a área da citricultura, como no curso de classificação e degustação de café.

Já a EMATER, como o próprio nome diz, atua na assistência técnica e extensão rural, a entidade oferece suporte técnico, prestado por um agrônomo, que realiza visitas nos sítios, fazendo acompanhamento em todas as etapas do processo produtivo. A empresa tem como público prioritário os agricultores familiares, os pequenos produtores e as comunidades tradicionais, e é por meio da EMATER que os agricultores familiares conseguem auxílio para acessar as políticas públicas como o PNAE.

Além disso, essas entidades desempenham um papel importante no apoio e na promoção de eventos técnicos voltados para a citricultura, frequentemente em

parceria com outras instituições, contribuindo para a difusão de conhecimento e aprimoramento das práticas produtivas no município.

6.2.2 Serviços de orientação técnica, lojas de insumos e implementos agrícolas

A expansão da citricultura levou à ampliação de serviços especializados na cidade, tais como assistência agrônômica direcionada ao manejo de citrus, venda de fertilizantes, agrotóxicos e maquinários específicos para a citricultura.

A orientação técnica especializada em citrus vem se consolidando e exigiu a adaptação dos agrônomos às especificidades da cultura, exemplos são: aprofundamento no conhecimento sobre as exigências nutricionais dos pomares, o manejo adequado do solo, a escolha dos melhores porta-enxertos, detecção de doenças, utilização dos agrotóxicos específicos para citrus e até canais de comercialização. Além disso, a necessidade de lidar com doenças como o *Greening*, exigiu que os profissionais se especializassem em protocolos fitossanitários e fizessem cursos para se tornarem responsáveis técnicos junto ao órgão estadual de defesa sanitária vegetal e o IMA. Essa exigência permite que os agrônomos sejam também os responsáveis por monitorar constantemente os pomares, identificar e diagnosticar problemas, orientar os produtores sobre as melhores estratégias de manejo e controle de pragas e doenças, e emitir o Certificado Fitossanitário de Origem (CFO), documento indispensável para o transporte e a comercialização dos frutos.

Com a territorialização da produção de tangerinas em Campanha, o setor de oferta de insumos e agrotóxicos teve que se adaptar e expandir com a instalação de estabelecimentos especializados no fornecimento de produtos condizentes com as demandas da produção de citrus. Durante as entrevistas, foi comum os produtores responderem que a maioria dos produtos eram comprados em Campanha, e algumas vezes, na falta de algum item específico, recorriam a cidades maiores próximas, como Três Corações e Varginha, ou aos representantes comerciais de empresas de agrotóxicos, que, aos montes, fazem visitas nos sítios para oferecer produtos.

Empresas como a Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí (COOPERVASS), que apesar de ser uma cooperativa, tem como atividade forte a venda de insumos agrícolas, com melhores preços para cooperados, além da prestação de assistência técnica. Já a loja Guilherme do Adubo é uma unidade de vendas e distribuição da Adubos Real, empresa especializada na produção e

comercialização de fertilizantes e outros insumos agrícolas. E uma filial da Grão de Ouro Agronegócios (Agogalaxy), instalada no município desde 2015, oferece aos agricultores desde a venda de insumos como fertilizantes, agrotóxicos, serviços de consultoria agrônômica e soluções financeiras (Figura 24).

Figura 24 - Lojas de Insumos e Implementos agrícolas no município de Campanha (2025).



Fonte: Trabalho de campo (2023 - 2025).

Com a necessidade crescente de serviços técnicos e a aquisição de insumos específicos, a cidade assumiu papel na organização da oferta desses bens, tornando-se um centro comercial para a produção citrícola. Elias (2013) destaca que um dos principais condutores da reorganização territorial no Brasil é justamente a especialização produtiva do território, o que se aplica à realidade de Campanha-MG.

Além dos aparatos fixos voltados para insumos e agrotóxicos, tem-se também a presença de uma loja especializada em serviços de irrigação. Embora o cultivo irrigado de citrus não tenha sido amplamente mencionado nas entrevistas realizadas com os produtores locais, a chegada desse empreendimento em 2021 demonstra uma aposta no potencial de mercado de plantações irrigadas no município. Desde sua instalação, a loja vem participando dos eventos citrícolas com estandes demonstrativos voltados à aplicação de tecnologias de irrigação para a cultura da tangerina, laranja e limão.

A Agrícolas Nani, é um empreendimento especializado na oferta de peças, maquinário e na manutenção de equipamentos para o manejo das lavouras, incluindo pulverizadores, roçadeiras e demais implementos agrícolas. No entanto, ao longo das entrevistas realizadas com os produtores locais, a loja foi pouco mencionada como a principal opção para a aquisição de maquinários e implementos. Em vez disso, os citricultores mencionaram adquirir esses equipamentos em centros urbanos de maior porte, como Varginha e Três Corações, além de polos especializados no interior de São Paulo, como Limeira e Holambra. Esse movimento sugere que, embora a presença da Agrícolas Nani seja relevante no suporte técnico e na manutenção dos equipamentos, a aquisição de maquinários mais complexos ainda depende da infraestrutura comercial disponível em cidades maiores.

6.2.3 Cooperativas de crédito e instituições financeiras (bancos)

Pelo que foi visto durante as entrevistas e trabalhos de campo, o acesso a financiamento na citricultura, muitas vezes, define o ritmo de modernização das lavouras, a capacidade dos produtores em lidar com o *Greening* e até mesmo a inserção e/ou permanência de pequenos agricultores na atividade. A citricultura cada vez mais vem demandando investimentos contínuos em insumos, equipamentos, infraestrutura e manejo fitossanitário.

Dados da CEPEA (2024) indicam que, os gastos com agrotóxicos aumentaram significativamente devido à intensificação das pulverizações necessárias para o controle do *Greening*, além do investimento na renovação de pomares, cada vez mais frequentes, que exige a erradicação de plantas doentes e a aquisição de mudas novas certificadas. Esse cenário faz com que a captação de crédito por parte dos citricultores se torne uma opção cada vez mais usual na tentativa de se manter ou se inserir na citricultura.

Nesse cenário, se torna evidente o interesse das cooperativas de crédito em estarem presentes e atuantes em municípios onde a citricultura se consolida como uma das principais atividades econômicas. A proximidade vai significar um modelo de financiamento mais acessível para os agricultores, visto as dificuldades e desconfianças em lidar com processos digitais de crédito. Muitos agricultores ainda têm receio de realizar operações financeiras online, seja por falta de familiaridade com as plataformas digitais ou pelo medo de golpes bancários, o que faz com que busquem

atendimento presencial, diretamente com agentes financeiros, muitas vezes conhecidos da localidade.

Em Campanha estão presentes a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul (SICOOB CREDIVASS), inaugurado em 1999 e o Sicredi Sul Minas, aberto em 2022. Uma análise dos sites dessas instituições revelou que, enquanto a CREDIVASS não dispõe de uma linha específica de crédito agrícola, o Sicredi oferece diversas opções voltadas ao setor. linhas de financiamento incluem desde o custeio agrícola, para aquisição de insumos como fertilizantes e defensivos, até crédito para investimento, destinado à modernização das lavouras por meio da compra de equipamentos e infraestrutura. Além disso, o Sicredi disponibiliza a CPR (Cédula de Produto Rural), permitindo que os produtores antecipem recursos com base na comercialização futura da produção.

Além das cooperativas, os bancos tradicionais também fazem parte desse arranjo, oferecendo crédito para os agricultores. Como o caso do Banco do Brasil, muito mencionado durante as entrevistas como uma das instituições já procuradas pelos agricultores familiares e não familiares para obtenção de crédito. Entre as vantagens apontadas pelos agricultores familiares está a menor burocracia em relação às cooperativas de crédito. No entanto, a desvantagem é que as linhas de crédito, especialmente as subsidiadas como o PRONAF, se esgotam rapidamente, deixando agricultores, por vezes, sem acesso aos recursos.

6.2.4 Barracões de comercialização e transporte

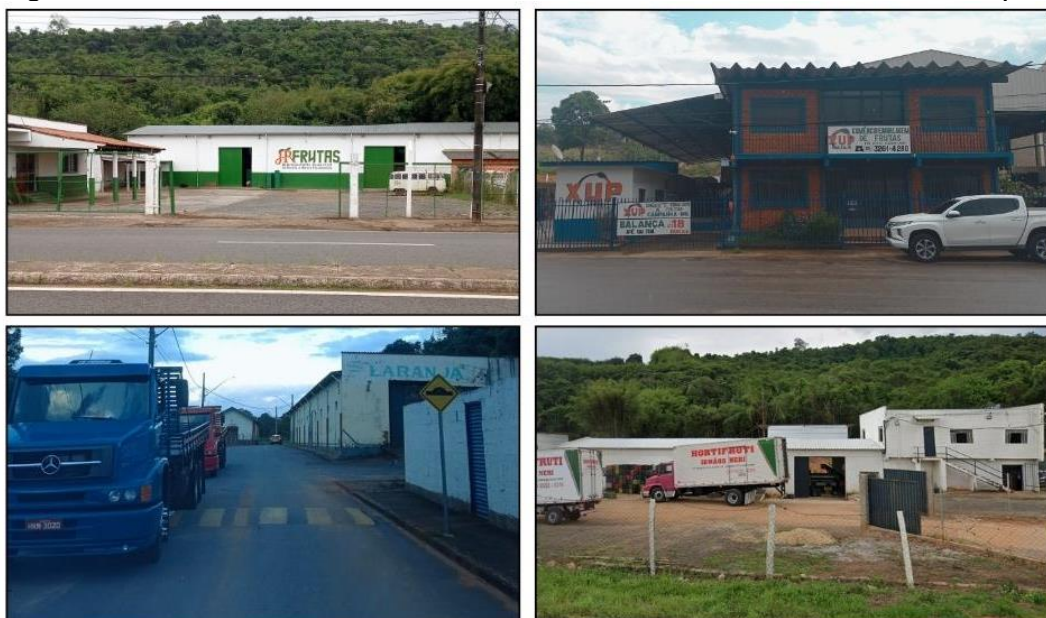
A modernização da agricultura intensificou a mercantilização da produção, tornando os agricultores mais integrados ao mercado e dependentes de infraestrutura para atender às demandas do sistema produtivo capitalista (Grisa, 2007). Esse processo leva à homogeneização da produção, reduzindo a resiliência dos sistemas agrícolas e aumentando a vulnerabilidade dos produtores às oscilações de preços e demanda, o que pode gerar instabilidade econômica e acentuar as desigualdades no campo (Gazolla e Schneider, 2007). No caso da citricultura, essa integração exige que os produtores atendam a padrões rigorosos de certificação, rastreabilidade e qualidade estética, favorecendo o estabelecimento dos barracões e packing houses como fixos responsáveis pela comercialização das frutas cítricas (Fachinello; Nachtigal; Kersten, 2008).

Os barracões, são estabelecimentos que atuam como intermediários na cadeia de comercialização de frutas cítricas, esses barracões apesar de serem mais integrados à cadeia comercial da laranja, também atuam como negociantes na compra e venda de tangerinas e limões. Geralmente comercializando grandes quantidades com redes varejistas e CEASAs, mas também vendendo pequenas quantidades no município, e abastecendo mercados, hortifrutis e a população em geral.

No contexto de Campanha os barracões são uma opção para os produtores garantirem o escoamento da produção. Como destaca Mendes (1949), a expansão dos barracões está diretamente associada à estruturação da citricultura comercial, uma vez que facilitam a venda direta da produção e reduzem a dependência de atravessadores. Entretanto também podemos entender os barracões como atravessadores, uma vez que compram a produção dos agricultores para revender.

Em Campanha, segundo o site da ECONODATA (2025) constam 7 barracões de comércio atacadista de frutas, a maioria delas está situada na porção urbana do município, às margens da rodovia BR-267 (Figura 25), que dá acesso ao Rio de Janeiro e a BR-381.

Figura 25 - Barracões de beneficiamento e comércio de citrus em Campanha.



Fonte: Trabalho de campo (2023 – 2025).

A importância dos barracões reside no fato de que, por vezes, os produtores pequenos não possuem escala suficiente para negociar diretamente com grandes

redes de hortifruti e varejo, que oferecem os melhores preços. Então os barracões oferecem um canal de comercialização alternativo e mais confiável. Além disso, os barracões contribuem para a geração de empregos nessas regiões produtoras de frutas cítricas.

A relação entre citricultores e barracões geralmente é mais próxima do que a relação com compradores de fora. Enquanto o barracão está mais próximo, o comprador geralmente é conhecido e a negociação é considerada mais fácil (Paulillo; Almeida; Vieira, 2006).

Segundo Paulillo; Almeida; Vieira (2006):

Na escolha do canal, dois fatores destacam-se: confiança e preço. Para os pequenos produtores, o fator confiança é muito importante, de forma que eles preferem, em muitos casos, vender para um canal que pague menos a vender para o que paga mais e que, contudo, não oferece confiança (p.203)

Assim a negociação entre citricultores e barracões se destaca pela informalidade e confiança. Os produtores negociam diretamente com os donos dos barracões, que na maioria também são produtores rurais conhecidos na Campanha, dispensando a necessidade de contratos formais. Essa informalidade pode facilitar a negociação, mas também pode trazer riscos, como o cancelamento da compra em alguns casos por parte do barracão. Outra vantagem dos barracões é que eles fazem a colheita e o transporte da fruta, isentando o produtor dessa responsabilidade (Paulillo; Almeida; Vieira, 2006).

Além de atuarem como intermediários, os barracões ou packing houses, especialmente na cadeia da laranja, desempenham um papel central na padronização dos frutos, classificando-os por tamanho e qualidade, além de realizarem processos de lavagem, tratamento fitossanitário e embalagem para preservar a integridade dos produtos durante o transporte. Para executar essas etapas, contam com uma infraestrutura especializada, composta por esteiras transportadoras, máquinas selecionadoras, lavadoras, tratadoras, embaladoras e uma frota de caminhões para a logística de distribuição (ver imagem X).

Figura 26 - Estrutura interna de um barracão de comércio e beneficiamento de citrus em Campanha.



Fonte: Trabalho de campo (2023 – 2025).

As esteiras transportam as frutas entre as diferentes etapas do processo, as selecionadoras classificam as frutas por tamanho, peso e qualidade, as lavadoras removem impurezas e resíduos, as embaladoras acondicionam as frutas em caixas ou outros tipos de embalagens, e os caminhões transportam as frutas dos pomares para os barracões e dos barracões para os mercados consumidores. Já as tangerinas, especialmente a variedade Ponkan, mais produzida em Campanha, devido à sua perecibilidade e à característica da casca solta, o processo de comercialização é mais direto, com os frutos sendo colhidos, embalados e enviados diretamente aos centros consumidores, sem a necessidade de beneficiamento.

6.2.5 Feira técnica anual

As feiras tecnológicas agropecuárias surgem como espaços de convergência entre os diversos atores que compõem o complexo e dinâmico sistema da agricultura comercial moderna. Para além da tradicional função de difusão de conhecimento e inovações tecnológicas, essas feiras representam os processos de territorialização e reestruturação produtiva, sendo um catalisador da modernização do campo. Ao juntar produtores rurais, instituições de pesquisa, empresas do setor e órgãos governamentais, as feiras atuam como espelhos da inovação, promovendo a troca de conhecimentos, experiências e tecnologias, e impulsionando a adaptação do setor agrícola às novas demandas do mercado (Bassi; Silva, 2013).

O Mega Citros, realizado em Campanha, Minas Gerais, exemplifica essa dinâmica ao reunir diversos agentes da cadeia citrícola local. Organizado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Campanha, o evento conta com o apoio de instituições como a Emater-MG, o IMA e o Sebrae, a prefeitura local, além de empresas do agronegócio. Esse vínculo evidencia mecanismos de governança territorial, nos quais diferentes atores articulam interesses produtivos e políticos, influenciando a organização espacial e as dinâmicas socioeconômicas da região.

Dessa forma a Mega Citros se torna um reflexo da territorialização da citricultura em Campanha, e também serve como um agente ativo nesse processo, ao impulsionar novas formas de organização da produção e inserção no mercado. A introdução de novas tecnologias, como o uso de drones e agrotóxicos, redefine o espaço agrário ao modificar práticas produtivas, alterar as relações de trabalho e reconfigurar as cadeias de suprimentos locais. Esse fenômeno pode ser interpretado à luz da teoria dos circuitos espaciais produtivos (Santos, 2006), evidenciando como os fluxos de tecnologia, capital e informação alteram a materialidade da produção agrícola na região

O evento é realizado desde 2022, inicialmente concentrou-se exclusivamente na citricultura, contudo, em 2023, diante do avanço do *Greening* e das dificuldades emergentes no setor citrícola, o evento dedicou um dos três dias de evento à fruticultura, adotando a denominação "Mega Fruit", sinalizando uma possível mudança de enfoque (Figura 27 (c)). Em 2024, o evento diversificou-se ainda mais, incluindo palestras sobre citricultura, cafeicultura, vitivinicultura, além dos cultivos de pitaia e abacate, numa tentativa de indicar alternativas para além da citricultura (figura 27 (d)). Já para 2025 o evento foi renomeado para "Mega Agro" (figura 27 (a)), indicando um novo direcionamento para a feira.

Figura 27 - Banners de divulgação do evento Mega Citrus, realizado em Campanha (2022 - 2025).



Fonte: Perfil no Instagram @megaagrocamp. Disponível em: <https://www.instagram.com/megaagrocamp/>. Acesso em: 24 de jan. 2025

Legenda: a) divulgação do evento Mega Citrus entre 2023 e 2025;
b) programação do evento em 2022;
c) programação do evento em 2023;
d) programação do evento em 2024.

Em 2024 o evento incluiu palestras que abordam tanto os desafios da citricultura quanto novas possibilidades de cultivo para os produtores locais. O café, tradição no sul de Minas, foi um dos destaques, com debates sobre valorização da cafeicultura e estratégias de mercado. O cultivo da uva e a produção de vinhos também ganharam espaço, impulsionados pela experiência de municípios vizinhos, como São Gonçalo do Sapucaí, que já investe em vinhos e enoturismo. Além disso, temas como o "Cultivo Moderno do Abacate" abordaram técnicas avançadas de manejo e mercado, enquanto a crescente demanda por frutas tropicais trouxe discussões sobre a viabilidade da pitaya para pequenos e médios produtores.

Nesse sentido, a realização do Mega Citros em Campanha evidencia a territorialização da citricultura no município, ao mesmo tempo em que reflete as transformações decorrentes da necessidade de diversificação produtiva frente aos desafios fitossanitários da citricultura. Desse modo o evento não só serve como espelho da realidade agrária local, mas também como agente de mudança, orientando novos direcionamentos para a produção agrícola local e regional.

Além do que a diversificação produtiva promovida pelo Mega Citros pode representar tanto uma oportunidade quanto um desafio para os agricultores locais. Se, por um lado, o estímulo ao cultivo de outras culturas pode reduzir a dependência da citricultura e minimizar os impactos do *Greening*, por outro, há o risco de que essas novas culturas sejam incorporadas sob a mesma lógica da produção intensiva voltada ao mercado, mantendo a vulnerabilidade dos produtores diante de variações de preço e custos de produção. A adoção dessas novas cadeias produtivas também depende do acesso a crédito, assistência técnica e redes de comercialização, fatores que nem sempre estão igualmente disponíveis para todos os agricultores.

Além das palestras, o evento também mantém o formato de feira, com diversos estandes de produtos, insumos e maquinários, visando proporcionar um ambiente de interação, oportunidades de negócios e modernização agrícola (Figura 28). O evento também inclui oficinas gratuitas oferecidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-MG), como "Defensivos agrícolas" e "Drones: voos automatizados", oficinas oferecidas no ano de 2023.

Figura 28 - Espaço de exposição e estandes no Mega Citrus 2024, em Campanha.



Fonte: Trabalho de campo (2023 – 2025).

Embora eventos como o Mega Citrus sejam promovidos como espaços de democratização do conhecimento e da inovação agrícola, é fundamental questionar quais interesses predominam nessa dinâmica territorial. A presença massiva de grandes empresas do agronegócio e fornecedores de insumos pode significar que as soluções tecnológicas e mercadológicas apresentadas estejam mais alinhadas às necessidades do capital do que às demandas dos agricultores familiares. Esse cenário pode gerar uma nova forma de dependência tecnológica e financeira, onde os agricultores passam a depender cada vez mais de pacotes tecnológicos externos, reduzindo sua autonomia produtiva.

Entretanto, a introdução de novas tecnologias e práticas agrícolas, sob o discurso de intensificação da produção e especialização das culturas, embora possa realmente aumentar a eficiência produtiva, também pode resultar na homogeneização da paisagem agrícola e na redução da diversidade de sistemas produtivos.

tradicionais. Além disso, a dependência de insumos industriais e a inserção em mercados competitivos podem aumentar a vulnerabilidade dos pequenos produtores, exacerbando desigualdades socioeconômicas no campo. Essa situação restringe o debate sobre modelos de produção mais inclusivos e ambientalmente responsáveis.

De um modo geral, a estruturação da cadeia produtiva da citricultura em Campanha-MG evidencia a importância dos fixos territoriais na dinamização da atividade. Infraestruturas viárias, serviços técnicos, barracões de beneficiamento e instituições financeiras são elementos que interagem e integram a produção e a comercialização dos gêneros cítricos.

Contudo, essa modernização também gera assimetrias no acesso a recursos, beneficiando produtores mais capitalizados em detrimento de agricultores familiares. A desigualdade no acesso a infraestrutura, crédito e mercados reflete a seleção espacial da modernização do campo, reforçando hierarquias produtivas e barreiras para a inclusão de agricultores familiares.

Dessa forma, a territorialização da citricultura em Campanha apresenta um duplo movimento: ao mesmo tempo em que impulsiona a modernização da produção e amplia a inserção do município nos fluxos comerciais, também gera diferenciações socioespaciais que favorecem determinados segmentos produtivos em detrimento de outros. O desafio reside em equilibrar os benefícios da expansão citrícola com a necessidade de garantir condições mais equitativas de acesso aos recursos, evitando a acentuação das desigualdades dentro do território.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a territorialização da citricultura em Campanha-MG permitiu compreender as transformações espaciais e socioeconômicas decorrentes da expansão da produção de tangerinas no município. Partiu-se da questão central sobre como essa intensificação produtiva reconfigurou a organização territorial local, historicamente associada à cafeicultura e à pecuária. Desde o início dos anos 2000, Campanha consolidou-se como um dos principais polos citrícolas de Minas Gerais, respondendo, em 2023, por aproximadamente 16% da produção estadual e tornando-se o segundo maior produtor do estado. Nesse contexto, delinearam-se como objetivos a análise das dinâmicas fundiárias, produtivas e mercadológicas da citricultura, bem como a avaliação de seus impactos sobre os agricultores e sobre o território campanhense.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que a citricultura campanhense passou por um intenso processo de transformação nas últimas décadas, com a emergência de uma nova configuração produtiva e fundiária, impulsionada pela retração da citricultura paulista em razão da incidência de doenças como o *Greening*. No entanto, essa territorialização ocorreu de forma assimétrica, beneficiando, sobretudo, produtores de maior porte e com maior acesso a recursos técnicos e financeiros. Embora numericamente expressiva, a agricultura familiar não conseguiu garantir uma participação proporcional na produção e na comercialização, uma vez que os produtores de maior envergadura concentram as áreas cultivadas e detêm maior controle sobre os canais de escoamento.

A mudança no uso e ocupação do solo em Campanha-MG reflete o impacto da especialização citrícola na reconfiguração do espaço rural. O avanço dos pomares de tangerina ocorreu, em grande parte, sobre áreas antes destinadas à pecuária, intensificando a monocultura e reduzindo a diversificação agrícola. Esse processo tornou a economia local mais dependente da citricultura, ao mesmo tempo em que impulsionou novas formas de organização territorial, como o surgimento de barracões de comercialização, feiras técnicas, instituições de apoio agropecuário e estabelecimentos comerciais voltados à demanda do setor. No entanto, diferentemente do que ocorreu no interior de São Paulo, onde a citricultura levou a uma refuncionalização urbana e industrial significativa, em Campanha essa transformação não se manifestou de maneira tão expressiva. O município não

apresentou uma reconfiguração substancial de seu setor industrial com a instalação de agroindústrias voltadas ao processamento de citrus, tampouco experimentou um crescimento populacional significativo impulsionado pela cadeia produtiva da tangerina.

E, apesar de a citricultura ter impulsionado a oferta, o acesso a tecnologias, como mecanização, insumos e controle fitossanitário rigoroso, ocorre de forma desigual. Enquanto produtores mais capitalizados implementam essas inovações com maior facilidade, agricultores familiares enfrentam dificuldades financeiras e técnicas para incorporar práticas mais eficientes, o que reforça assimetrias produtivas e padrões de dependência econômica no setor. Contudo a análise das dinâmicas produtivas também revelou que os agricultores familiares, apesar das dificuldades, apresentam maior diversidade de produções agrícolas. Além da citricultura, muitos mantêm cultivos paralelos, como verduras, legumes, maracujá, melancia, abóbora, mandioca, café, além da criação de gado leiteiro em pequena escala. Essa diversificação garante maior segurança econômica e permite uma estratégia de mitigação de riscos diante das incertezas da produção de citrus. Em contrapartida, os médios e grandes produtores demonstram uma tendência mais acentuada à especialização na citricultura investindo em múltiplas variedades, tecnologias específicas e estratégias de comercialização que ampliam sua competitividade no setor.

A comercialização da tangerina também reflete essa heterogeneidade entre os produtores. Aqueles que produzem em menor escala, em sua maioria, dependem da venda para atravessadores, o que reduz seu poder de negociação e os coloca em uma posição vulnerável diante padronizações dos frutos. A prática da venda "no pé", comum no segmento, oferece previsibilidade na colheita, mas restringe a autonomia do produtor no controle da comercialização. Já aqueles com maior capacidade de produção, conseguem acessar redes comerciais estruturadas, negociam diretamente com redes varejistas e supermercados, assegurando maior controle sobre os destinos da colheita e melhores margens de lucro.

A análise dos impactos socioeconômicos dessa territorialização revelou uma dinâmica complexa. De um lado, a citricultura trouxe benefícios, promovendo um desenvolvimento econômico estimulando setores correlatos a citricultura. Por outro, acentuou desafios estruturais, como a concentração fundiária, a dependência de intermediários e a vulnerabilidade dos pequenos produtores diante das exigências do

mercado. A citricultura consolidou uma nova identidade produtiva para Campanha, mas também reforçou processos de exclusão social no meio rural, especialmente para agricultores familiares que não possuem acesso às mesmas condições de competitividade dos grandes produtores.

Diante desse cenário, a pesquisa ressalta a importância das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e para a regulação do mercado citrícola. Programas de incentivo à diversificação produtiva, acesso a crédito facilitado e a ampliação de cooperativas podem contribuir para mitigar os impactos da desigualdade fundiária e comercial. Ademais, medidas que promovam a sustentabilidade ambiental são essenciais, considerando que o aumento da produção de tangerinas também pode gerar pressões sobre os recursos naturais e risco à saúde animal por conta do uso excessivo de agrotóxicos.

Quanto ao futuro, observa-se uma maior tendência de crescimento do plantio de laranjas. Variedades como a Folha Murcha têm apresentado resultados positivos segundo os agricultores locais, destacando-se como uma alternativa promissora. Além disso, cada vez mais as indústrias de São Paulo têm procurado os produtores de Campanha para a compra de laranjas, uma vez que a oferta da fruta no estado paulista tem se tornado insuficiente. Esse cenário sugere uma reconfiguração da citricultura local, que se confirmada irá inserir Campanha no agronegócio do suco de laranja, permitindo que os produtores especializados e capitalizados dependam cada vez menos de mão de obra para a colheita e mecanizem até essa etapa da cadeia produtiva.

Fato é que as mudanças ocorridas na Feira Técnica Mega Citrus, atuam Mega Agro ilustram esse panorama atual da citricultura em Campanha. Em resposta às pressões do *Greening* e à necessidade de adaptação produtiva, o evento passou a enfatizar também a diversificação agrícola, ampliando as discussões sobre outras culturas que possam oferecer alternativas aos produtores locais. O incentivo a novas culturas e a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis podem ser caminhos para reduzir a dependência exclusiva dos citros e garantir a permanência dos produtores na atividade. Para outros a inserção de cabeça na produção da laranja tem representado a opção mais viável. Também há o cenário em que os altos preços nas sacas de café façam produtores investirem na cultura mesmo em áreas susceptíveis às geadas, mudando o rumo da produção agropecuária de Campanha.

Por isso algumas questões ficam para o futuro; como vão lidar os produtores de tangerina de Campanha frente aos impactos iminentes do *Greening*? Aprender a conviver é a solução? As indústrias paulistas de suco congelado de laranja virão mesmo cada vez mais buscar matéria prima no Sul/Sudoeste de Minas? E até que ponto a resistência de variedades como a Folha Murcha ao *Greening* poderá garantir a sustentabilidade da produção citrícola a longo prazo? Até que ponto a falta de cooperativas irá atrapalhar a sustentabilidade da citricultura na região? Muitos dizem que apenas os grandes produtores irão sobreviver, mas e os agricultores familiares para onde vão? Como a adaptação das feiras técnicas e eventos do setor agropecuário pode influenciar o futuro da produção citrícola e agrícola em Campanha? E quais estratégias podem ser adotadas para garantir que a diversificação produtiva não seja apenas uma alternativa temporária, mas sim uma política estruturante para o município?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. O. de; PASSOS, O. S. Citricultura brasileira: producción, mercado y perspectivas. *In*: SIMPOSIUM INTERNACIONAL DE CITRICULTURA: La citricultura mexicana en el siglo XXI, 11., 2007, Victoria, México. **Anais [...]** Victoria: [s.n.], 2007.
- ALVES, F. D.; LINDNER, M. Agronegócio do café no sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **Revista OKARA**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/54246>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- ALVES, F. D.; VALE, A. R. do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 1, n. 1, ed. esp. Geografia Agrária, p. 33–41, 2013.
- AMARO, A. A.; CASER, D. V. Diversidade do mercado de tangerinas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 33, n. 12, p. 51-67, dez. 2003.
- AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Ra'ega**, n.13, p. 7-18. 2007.
- ANDRADE, A. C.; ALVES, F. D. A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória. *In*: MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. (org.). **Geografia das pequenas cidades**: estudos teóricos e práticos. Rio de Janeiro: Libroe, 2021. p. 62-92
- ANDRADE, M. F. de. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799–1850)**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.
- AQUINO, D. do S. P. B. **Políticas públicas como condicionante de desenvolvimento socioeconômico para o arranjo produtivo local da citricultura – segmento tangerina na Paraíba, 2008–2011**. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- ARAÚJO, P. V. L. de. **De arraial a vila**: a criação da vila de Campanha da Princesa: reivindicações locais, estratégias políticas e reafirmação da soberania portuguesa. 1. ed. Curitiba, PR: Prismas, 2016. 324 p.
- BASSI, N. S. S.; SILVA, C. L. da. As estratégias de divulgação científica e transferência de tecnologia utilizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Interações (Campo Grande)**, v. 15, n. 2, jul./dez. 2014.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Pronamp – Programa nacional de apoio ao médio produtor rural**: Pronamp Investimento. Rio de Janeiro: BNDES, 2025. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronamp-investimento>. Acesso em: 8 jul. 2025

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Pronaf – programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**. Rio de Janeiro: BNDES, 2024. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BONASSI, I. R. P. **Religião, poder e território: a Igreja Católica no processo de formação de Campanha-MG**. 2018. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia – Bacharelado) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2018.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 07 set. 2024.

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2008.

BRAGA, R. M. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP**, São Paulo, n. 22, p. 65-72, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287427676_O_ESPACO_GEOGRAFICO_UM_ESFORCO_DE_DEFINICAO. Acesso em: 07 set. 2024.

BRANDÃO, S. **Cooperativismo de crédito rural: a Cresol de Cerro Azul no Vale do Ribeira – PR**. 2010. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/11572>. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, edição extra, 31 maio 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9064-31-maio-2017-785001-publicacaooriginal-152929-pe.html>. Acesso em: 17 jun. 2024

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro ambiental rural**: consulta pública. Brasília: MMA, 2024. Disponível em: <https://www.car.gov.br/#/>. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária,

previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 fev. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm. Acesso em: 17 jun. 2024

BRITO JÚNIOR *et al.* Brasil ainda precisa avançar na padronização dos hfs. **Hortifruti Brasil**. São Paulo: CEPEA-ESALQ/USP, n. 37, set. 2016. Disponível em: <https://www.hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/completo/padronizacao-dos-hfs.aspx>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CARVALHO, J. E. B. *et al.* Práticas culturais. In: MATTOS JUNIOR, D. de *et al.* (ed.). **Citros**. Campinas, SP: Instituto Agrônomo de Campinas: Fundag, 2005. Cap. 16, p. 451–483.

CARVALHO, J. T. de; OLIVEIRA, A. R. de. O Agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. **Revista Nera**, n. 58, p. 28-55, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8082>. Acesso 5 jun. 2024.

CASADEI, T. de O.; CASADEI, A. **Aspectos históricos da cidade da Campanha**. Petrópolis, RJ: Gráfica Jornal da Cidade, 1989. 200 p.

CASTILHO, F. F. de A. As estradas de ferro do Sul de Minas. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v. 7, n. 12, p. 44–63, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26325>. Acesso em: 18 fev. 2025.

CASTRO, L. F. P. Modernização conservadora no agro brasileiro: trajetória contradições e alternativas. **Revista Percursos**, Maringá, v. 9, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percursos/article/view/49683>. Acesso 18 dez. 2024.

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO. **Tangerina poncã é o produto da semana no entreposto da capital**. São Paulo: CEAGESP, 9 maio 2017. Disponível em: <https://ceagesp.gov.br/comunicacao/noticias/tangerina-ponca-e-o-produto-da-semana-no-entreposto-da-capital/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Hortifruti Brasil**: Edição Especial – Citros. Piracicaba, SP: CEPEA/ESALQ-USP, maio 2024. Disponível em: <https://www.hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/completo/edicao-de-maio-citros-cepea-comemora-30-anos-em-epoca-de-precos-recordes.aspx>. Acesso em: 18 dez. 2024.

CERDAN, C.; SAUTIER, D. Sistemas de intermediação e valorização econômica dos produtos. In: CARON, P.; SABOURIN, E. (ed.). **Camponeses do Sertão**: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; CIRAD, 2003. p. 179–200. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/153323>. Acesso em: 18 dez. 2024.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (BRASIL). **Programa brasileiro de modernização do mercado hortigranjeiro**. Brasília, DF: CONAB, 2024.

Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort>. Acesso em: 03 mar. 2025.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP Espaço e Tempo**. São Paulo, v. 15, n. 3, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>. Acesso 18 dez. 2024.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v.4, n.6, 1999.

CUNHA SOBRINHO, A.P. *et al.* **Cultura dos citros**. Brasília: Embrapa v.1, 2013.

DEFFONTAINES, P. Como se constitui a rede de cidades no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, 1944. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/download/12534/8025/>. Acesso 18 dez. 2024.

DIAS, D. A.; ALVES, F. D. Relação campo-cidade: uma análise socioeconômica da região imediata de Três Corações. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 206-230, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255762>. Acesso em: 18 dez. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. **Estudo Pesquisas**, n. 74, out. 2014. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

DONADIO, L. C.; MOURÃO FILHO, F. de A. A.; MOREIRA, C. S. Centros de origem, distribuição geográfica das plantas cítricas e histórico da citricultura no Brasil. *In*: MATTOS JUNIOR, D. de *et al.* (org.). **Citros**. Campinas, SP: Instituto Agrônômico de Campinas; Fundag, 2005. p. 1–18.

ECONODATA. **Consulta de empresas por nome e CNPJ**. Porto Alegre: Econodata tecnologia da informação Ltda., 2025. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/consulta-empresa>. Acesso em: 3 mar. 2025.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife v. 13, n. 2, 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 10, 2006. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/1211>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, p.13-32, 2013. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/1937/1225>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ELIAS, D. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional do Brasil. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12. 2012, Bogotá, **Anais [...]** Bogotá: [s.n.], 2012 p. 1-16. Disponível em:

<https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-D-Elias.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2024.

FACHINELLO, J. C.; NACHTIGAL, J. C.; KERSTEN, E. **Fruticultura: fundamentos e práticas**. Pelotas, RS: Editora da UFPel (FAEM/UFPEL), 2008. 183 p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/fruticultura/files/2017/05/Livro-de-Fruticultura-Geral.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **FAOSTAT: Food and Agriculture Database**. Roma: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#home>. Acesso em: 7 jan. 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **New trends in production and trade in easy peelers**. Roma: FAO 2003. Disponível em: <https://www.fao.org/3/Y8480e/Y8480e00.htm>. Acesso em: 7 jan. 2023.

FERNANDES, B. M. Territorios: teoría y disputas por el desarrollo rural. **Revista Novedades en Población**, v. 9, n. 17, 2013. Disponível em: <https://revistas.uh.cu/novpob/article/view/1085>. Acesso em: 07 jan. de 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de estatística e informações. **Índice mineiro de responsabilidade social**. Belo Horizonte, MG: FJP, 2022. Disponível em: <https://imrs.fjp.mg.gov.br/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

FRESCA, T. M.; VEIGA, L. A. Pequenas cidades e especializações funcionais: O caso de Santa Fé - PR. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, n.3, set/dez de 2011.

FUNDO DE DEFESA DA CITRICULTURA. **Cancro cítrico**. Araraquara: FUNDECITRUS, 2025a. Disponível em: <https://www.fundecitrus.com.br/doencas/cancro>. Acesso em: 4 mar. 2025.

FUNDO DE DEFESA DA CITRICULTURA. **CVC (clorose variegada dos citros)**. Araraquara: FUNDECITRUS, 2025b. Disponível em: <https://www.fundecitrus.com.br/doencas/cvc>. Acesso em: 4 mar. 2025.

FUNDO DE DEFESA DA CITRICULTURA. **Leprose dos citros**. Araraquara: FUNDECITRUS, 2025c. Disponível em: <https://www.fundecitrus.com.br/doencas/leprose>. Acesso em: 4 mar. 2025.

FUNDO DE DEFESA DA CITRICULTURA. **MSC (morte súbita dos citrus)**. Araraquara: FUNDECITRUS, 2025d. Disponível em: <https://www.fundecitrus.com.br/doencas/msc>. Acesso em: 4 mar. 2025.

FUNDO DE DEFESA DA CITRICULTURA. **Pinta preta, mancha preta dos citros**. Araraquara: FUNDECITRUS, 2025e. Disponível em: <https://www.fundecitrus.com.br/doencas/pinta-preta>. Acesso em: 13 fev. 2025.

FUNDO DE DEFESA DA CITRICULTURA. **Podridão floral dos citros**. Araraquara: FUNDECITRUS, 2025f. Disponível em: <https://www.fundecitrus.com.br/doencas/podridao-floral>. Acesso em: 4 mar. 2025.

FUNDO DE DEFESA DA CITRICULTURA. **Greening Huanglongbing**. Araraquara: FUNDECITRUS, 2025g. Disponível em: <https://www.fundecitrus.com.br/doencas/Greening>. Acesso em: 07 fev. 2025.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Apresentação com presença de debatedor: desenvolvimento territorial e ruralidade. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006. **Anais**: Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento. Fortaleza, CE, 23 a 27 jul. 2006. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/31098284/anais-do-xliv-congresso-da-sociedade-sober>. Acesso em: 28 maio 2025.

GOMES, S. A. **Relatório polo de tangerina 2015**. Vitória, ES: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, 2016. 40 f. Disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/handle/item/1581>. Acesso em: 18 dez. 2024.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, [S. l.], v. 14, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5589>. Acesso em: 20 fev. 2024.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-50. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232475/000975245.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 dez. 2023.

GUTIERREZ, A. S. D. Padronização de citros na comercialização in natura. **Visão Agrícola**, n. 2, p. 123-126, 2004.

HABITZREITER, M. Análise socioeconômica da cadeia produtiva da citricultura: um estudo de caso na cooperativa Ecocitrus. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1-21, e024005, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/412/438>. Acesso em: 27 fev. 2025

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (org.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular; UNESP, 2009. p. 95–120.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2004. 396 p.

HASEBROOCK, A. **The 20-year fight against citrus greening in Florida has farmers and researchers exhausted**. WUSF Public Media, 8 maio 2023. Disponível em: <https://wusfnews.wusf.usf.edu/environment/2023-05-08/20-year-fight-citrus-greening-florida-farmers-researchers-exhausted>. Acesso em: 27 abr. 2024

HESPAHOL, R. A. M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 12, n. 2, 2013. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10472>. Acesso em: 27 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>. Acesso em: 15 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 15 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**: população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 15 de mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>. Acesso em: 15 de mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal**: PPM. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html>. Acesso em: 15 maio 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Módulo Fiscal. Brasília, DF: Incra, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>. Acesso em: 07 fev. 2025.

KOLLER, O. C.; SCHAFER, G. Origem da cultura da tangerineira, importância no mundo e no Brasil. In: KOLLER, O. C. (Org.). **Citricultura**: cultura de tangerineiras - tecnologia de produção, pós-colheita e industrialização. Porto Alegre, Rígel, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/agronomia/materiais/6936830001.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2024.

LEITE JÚNIOR, R. P. *et al.* **Citricultura no Vale do Ribeira paranaense**: riscos e oportunidades. Informe técnico, n. 1, Londrina, PR: Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), out. 2022. 32 f. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/system/files/publico/pesquisa/publicacoes/it/001/it01-citricultura-livro.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2025.

LIU, S. *et al.* Review of phytochemical and nutritional characteristics and food applications of Citrus L. fruits. **Frontiers in Nutrition**, Hoboken, v. 9, n. 9, p. 5142–5164, 2022. DOI: 10.3389/fnut.2022.968604. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fnut.2022.968604/full>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MACHADO, M. A. Prefácio. In: MATTOS JUNIOR, D. de *et al.* (ed.). **Citros**. Campinas, SP: Instituto agrônomo de Campinas; Fundag, 2005.

MARCOLINO, R. N. **Campanha (1890-1930)**: a princesinha do sul quer ser moderna. 2016. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/47338>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MARTINS, M. L. A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 31-39, jan.-jun. 2014.

MATOS, M. M. S. de; MENEZES, S. de S. M. Efeitos do mercado institucional Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no fortalecimento da agricultura familiar camponesa em Itapicuru/BA. **Revista GEOgrafias**, Niterói, v. 15, n. 2, p. 61-82, jul./dez. 2019.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 83-91, out./dez. 2014.

MATTOS JUNIOR, D. de *et al.* **Citros**. Campinas, SP: Instituto Agrônomo de Campinas (IAC); Fundag, 2005. 929 p.

MELO, D. S.; BRAZ, A. M. Questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 43, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5515>. Acesso em: 05 dez. 2024.

MENDES, R. da S. Cultura e comércio da laranja na região da Guanabara. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 132, p. 31-39, mar. 1949.

MENEZES, S. de S. M. *et al.* Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Revista Confins**, São Paulo, n. 40, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/20412>. Acesso em: 05 dez. 2024.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (MG). **Mapa de solos de Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: FEAM, 2010. Disponível em: <https://dps.ufv.br/software/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

MITCHELL, T. **Middlemen, bargaining and price information: is knowledge power?** Paper de trabalho (Working Paper) da London School of Economics and Political Science, STICERD & EOPP, Londontown, 25 nov. 2011. Disponível em: https://www.tcd.ie/Economics/assets/pdf/JMPTara_Mitchell1.pdf. Acesso em: 18 fev. 2025.

MOREIRA JUNIOR, O. As cidades pequenas na geografia brasileira: a construção de uma agenda de pesquisa. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 17, n. 35, p. 19-33, dez. 2013.

MOREIRA JUNIOR, O. Cidades pequenas em regiões não-metropolitanas: cidade pequena ou campo grande? In: SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA, 2011, Vitória da Conquista, BA. **Anais [...]** Vitória da Conquista: UESB, 2011. Disponível em: <https://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/view/3624>. Acesso em: 20 maio 2024.

NEVES, M. F. *et al.* **O retrato da citricultura brasileira**. Ribeirão Preto, SP: CitrusBR, 2010. 363 p. Disponível em: https://citrusbr.com/wp-content/uploads/2020/10/Retrato_Citricultura_Brasileira_MarcosFava.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

NEVES, M. F. *et al.* Mudanças geográficas na citricultura paulista: análise e perspectivas. **Agroanalysis**, São Paulo, v. 27, n. 7, p. 12-16, jul. 2007.

OLIVEIRA, I. M.; PEREIRA, L. A. G.; SANTOS, C. C. A especialização produtiva do Norte de Minas Gerais: os circuitos espaciais de produção da citricultura. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 44, 2024.

PAGLIUCA *et al.* Sustentabilidade da citricultura: desafios e custos crescentes. **Hortifruti Brasil**, Piracicaba, v. 10, n. 5, p. 10-21, maio 2012.

PANZENHAGEN, N. V. *et al.* Aspectos técnico-ambientais da produção orgânica na região citrícola do Vale do Rio Caí, RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 38, n. 1, p. 90-95, jan.-fev. 2008.

PASSOS, O. S.; SOARES FILHO, W. dos S.; CUNHA SOBRINHO, A. P. da. Origem, classificação botânica e distribuição geográfica. *In*: CUNHA SOBRINHO, A. P. da *et al.* (ed.). **Cultura dos citros**. Brasília, DF: Embrapa, v. 1, p. 15–24, 2013.

PAULILLO, L. F. Rede de relações e poder de negociação: uma análise do caso da citricultura brasileira. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 250-270, 2001.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M. de M.; VIEIRA, A. C. Citricultura paulista: entraves institucionais e organizacionais. **Revista Laranja**, Cordeirópolis, v. 27, n. 2, p. 185-212, 2006.

PAULILLO, L. F. **Redes de poder & territórios produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX**. São Carlos, SP: RIMA; Editora da UFSCar, 2000. 189 p.

PESSÔA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 23, p. 4-18, 2012.

PITANGUI, C. P.; TRUZZI, O. M. S.; BARBOSA, A. de S. Arranjos produtivos locais: uma análise baseada na participação das organizações locais para o desenvolvimento. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 26, n. 2, e2579, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-530X-2579-19>. Acesso em: 20 fev. 2025.

POMPEU JUNIOR, J. Porta-enxertos. *In*: MATTOS JUNIOR, D. de *et al.* (ed.). **Citros**. Campinas, SP: IAC; FUNDAG, 2005. p. 63–104

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA. **Portal do município**. Campanha, MG: Prefeitura Municipal da Campanha, 2023. Disponível em: <https://www.campanha.mg.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPANHA (MG). **Dispensa nº 00039/2023– Processo nº 066/2023**: chamamento público para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural (PNAE). Campanha, MG:

Secretaria de Planejamento e Gestão – Departamento de Compras e Licitações, 07 mar. 2023. 20 f.

PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 8.0 da série anual de mapas de cobertura e uso da terra do Brasil**. São Paulo, SP: MAPBIOMAS, 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/downloads/>. Acesso em: 20 maio 2023.

QUEIROZ, M. I. P. de. Do rural e do urbano no Brasil. *In*: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (org.). **Vida rural e mudança social**. 3. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1979. p. 160–176.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

REIS, E. M. dos. **A política fitossanitária de combate ao cancro cítrico na região de Presidente Prudente – SP**. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96726>. Acesso em: 1 fev. 2025.

RIBEIRO, R. G.; BOTEON, M.; GERALDINI, F. Custo de produção: HLB (*Greening*) se espalha e eleva os gastos na citricultura. **Hortifruti Brasil**, Piracicaba, v. 21, n. 5, p. 8-16, mai. 2023.

RODARTE, M. M. S.; MELLO FILHO, M. S. B.; SANTOS JÚNIOR, J. M. dos. O urbano precocemente delineado: notas sobre o significado demográfico e econômico do urbano e do rural na Minas Gerais oitocentista. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12. **Anais [...]** Belém, PA. ANPUR, 2007. p. 8.

ROSAS, C. A. F. Desenvolvimento territorial rural no extremo noroeste paulista. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 16, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco/article/view/33172>. Acesso em: 18 dez. 2024

ROSAS, C. A. da F. Elementos para uma análise da modernização da agricultura no Oeste do Estado de São Paulo. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 22, p. 61–73, 2000.

SANTOS, H. F. dos; ALVES, F. D. O meio técnico-científico-informacional nos estudos de geografia agrária: levantamento bibliográfico de trabalhos publicados em revistas eletrônicas brasileiras. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. **Anais [...]** Vitória/ES: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Niterói v. 1, n. 1, 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176 p.

SCAPIN, M. S.; RAMOS, H. H. **Manual de tecnologia de aplicação em citros**. Araraquara, Fundecitrus, 2015. Disponível em:

https://www.fundecitrus.com.br/comunicacao/download_manual/59. Acesso em: 12 dez. 2024.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS**, [S. l.], v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2023.

SEBRAE. **O cultivo e o mercado da tangerina**. Brasília, DF: SEBRAE, 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-cultivo-e-o-mercado-da-tangerina,aefda5d3902e2410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SEBRAE/PR. **Ponkan de Cerro Azul**: indicação geográfica em análise pelo INPI. Curitiba, PR: SEBRAE/PR, 2024. Disponível em: <https://www.sebraepr.com.br/wp-content/uploads/2024/06/Ponkan-de-Cerro-Azul.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SERPA, A. **Por uma geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. 1. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2019. 128 p.

SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, G. J. *et al.* (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2013. p. 207–221.

SIQUEIRA, D. L.; SALOMÃO, L. C. C. **Citros**: do plantio à colheita. 1. ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2017. 278 p.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SOUTO, I. Mexerica ganha espaço nas fazendas mineiras. **Jornal Estado de Minas**, [s.l.], 6 nov. 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/agropecuario/2017/11/06/interna_agropecuario,914309/mexerica-ganha-espaco-nas-fazendas-mineiras.shtml. Acesso em: 1 jul. 2023.

SOUZA, S. T. Relação campo–cidade: em busca de uma leitura dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador, BA: SEI, 2010. p. 195–208.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2009.

WEIL, A. G.; NOGUEIRA, M. G. Os (re) significados da informalidade no mundo do trabalho contemporâneo. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 14, n. 24, 2016.

YRES, A. J. *et al.* **Manejo do Greening**: 10 mandamentos para o sucesso no controle da doença. 2. ed. Fundecitrus, Araraquara, 2019. 67p.

ZARAGOZA, S. La citricultura latinoamericana durante el siglo XIX: el descubrimiento de la variedad Washington Navel. **Levante Agrícola**, [s.l.], n.431,

2016. Disponível em: <https://redivia.gva.es/handle/20.500.11939/6888>. Acesso em: 12 jul. 2024.

ZULIAN, A.; DORR, A. C.; SIDALI, K. L. Agronegócio cooperativo: o caso de uma cooperativa de citros do Rio Grande do Sul. **REGET**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 753-768, ago. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA EMATER DE CAMPANHA- MG

Cargo:

Quanto tempo exerce esse cargo?

Data da entrevista:

Local da entrevista:

1. Qual foi a origem da produção de tangerinas em Campanha?
2. Como você descreveria a evolução da produção de tangerina ao longo dos anos em Campanha?
3. No seu ponto de vista quais os fatores que impulsionaram a territorialização e o crescimento da produção de tangerina em Campanha?
4. Quais os principais desafios enfrentados pelos produtores de tangerina em Campanha ao longo do tempo?
5. A produção de tangerina tem como base a agricultura familiar ou não familiar?
6. Qual é o impacto da produção de tangerina na economia local de Campanha?
7. Quais são os diferentes tipos de trabalho e relações de trabalho presentes ao longo da cadeia produtiva da tangerina em Campanha?
8. Como é realizado o manejo fitossanitário dos pomares de tangerina na região?
9. Qual a função das instituições EMATER, IMA e Sindicato rural na cadeia agropecuária de Campanha?
10. A Emater tem algum curso ou oficina específica para tangerina ou quais são as oficinas que a Emater oferece aos produtores do município?
11. Como é feita a colheita da tangerina em Campanha, conta com mão de obra migrante?
12. Quais as ações da prefeitura para promoção a cultura da tangerina
13. Quais são as principais estratégias de comercialização adotadas pelos produtores de tangerina em Campanha?
14. Como a produção de tangerina se articula com outras atividades econômicas no município, bens e serviços?
15. Quais as perspectivas para o futuro da produção de tangerina em Campanha?
16. Quais os principais desafios e oportunidades que o setor enfrenta?
17. Que tipo de políticas públicas, iniciativas de cooperação entre produtores e parcerias público-privadas podem contribuir para o crescimento sustentável da produção de tangerina em Campanha?
18. Como você avalia a importância desta pesquisa para a comunidade local e para o desenvolvimento da agricultura em Campanha?
19. Há algo mais que você gostaria de acrescentar sobre a produção de tangerina em Campanha?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PRODUTORES DE TANGERINA DE CAMPANHA- MG

Identificação - Entrevistado: _____ (letra ou número)

Idade: _____

Nome da propriedade (opcional): _____

1. É agricultura familiar?
2. Tamanho da propriedade?
3. Está na produção de tangerinas a quanto tempo?
4. Arrenda terras para o plantio de tangerina?
5. A atividade agrícola é a principal atividade geradora de renda para sua família?
6. O que motivou você a iniciar o plantio de tangerina?
7. Quais são as variedades de tangerina que você cultiva?
8. Qual a área dedicada à produção de tangerina em sua propriedade?
9. Quais são os principais custos de produção da tangerina em sua propriedade?
10. Sentiu que os custos para a manutenção da lavoura aumentaram após a incidência do *Greening* em Campanha?
11. Você cultiva outras culturas para comercialização além da tangerina? Quais?
12. Você utiliza algum tipo de maquinário no trato da lavoura? Quais? Onde foram adquiridos os maquinários?
13. Você utiliza inseticidas e/ou pesticidas? Se sim, com que frequência?
14. Onde você compra os agrotóxicos que utiliza?
15. Quem aplica os agrotóxicos em sua propriedade? Passou por curso de aplicação e utiliza EPI?
16. Você utiliza técnicas de irrigação? Se sim, quais?
17. Quais são os principais desafios que você enfrenta na produção de tangerina?
18. Você participa de alguma cooperativa ou associação de produtores? Se sim, qual?
19. A produção de tangerina contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da sua família? Se sim, de que forma?
20. A produção de tangerina gera empregos em sua propriedade? Se sim, quantos?
21. Quem realiza a colheita da tangerina em sua propriedade?
20. Quais são os principais canais de comercialização da tangerina em Campanha-MG? Para quem você vende a sua produção de tangerina?
21. De onde vem o transporte utilizado na comercialização?
22. Como você define o preço da sua tangerina?
23. Para onde vai a maior parte da sua produção?
24. Quais são os principais problemas que você enfrenta na comercialização da sua produção de tangerina?
25. A cidade teve que se adaptar para atender às necessidades da produção de tangerina?(Lojas de maquinários, lojas de insumos/agrotóxicos, técnicos agrícolas)

- 29.** Quais são suas expectativas para o futuro da produção de tangerina em Campanha?
- 30.** Existem planos para substituir a lavoura de tangerina em sua propriedade? Quais?
- 31.** Você já utilizou crédito rural para a produção de tangerina? Se sim, como foi a experiência?
- 32.** Quais políticas públicas você considera mais importantes para a produção de tangerina em Campanha-MG?
- 33.** Você tem conhecimento de algum programa de assistência técnica e extensão rural voltado para a produção de tangerina?